UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

CAMILA SILVA DE OLIVEIRA

Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural

São Paulo
2018

Foto da capa: Wilson Vieira, 2017

CAMILA SILVA DE OLIVEIRA

Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL,
SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade

São Paulo, 22 de junho de 2018

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Oliveira, Camila Silva de
Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural / Camila Silva de Oliveira; orientadora Flávia Brito do Nascimento. - São Paulo, 2018.
243 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio Natural. 3. Patrimônio Histórico. 4. Patrimônio Afetivo. 5. Lago Igapó. 6. Londrina (pr). I. Nascimento, Flávia Brito do, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>

Nome: OLIVEIRA, Camila Silva de.

Título: Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em:

Banca examinadora

Profa. Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal

Instituição: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Simone Scifoni

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (orientadora)

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo apoio indispensável e incondicional às minhas escolhas, especialmente ao longo da pós-graduação. Ao meu pai, pelo incentivo à Arquitetura e Urbanismo, talvez antes mesmo de eu saber exatamente o que era isso. Ao amor de ambos.

A Leandro Henrique Magalhães, Vanda de Moraes, Ivan Prado Junior e Ana Cleide Chiarotti Cesário, pela oportunidade que deram de me reaproximar da Arquitetura e do Urbanismo com paixão e entusiasmo. Isso foi fundamental para o meu ingresso no programa de mestrado.

Aos meus amigos de pé vermelho e coração quente Érica, Josi, Miro, Lígia, Lilian e Priscila. Ao José, por ter me apresentado a Casa de Dona Yayá (onde começou minha história com a FAUUSP), pela acolhida em São Paulo e pelas divertidas conversas disfarçadas de aula de história, que tanto me ajudaram no processo seletivo e no decorrer da pós-graduação. À Dulci, sempre parceira nos desafios do mestrado.

Aos meus depoentes que, por meio de longas conversas ou rápidas mensagens instantâneas, me disponibilizaram seu tempo, suas experiências e suas memórias: Carlos J. M. da Costa Branco, Celina Ota, César Sumiya, Eduardo Ilnicki, Eduardo Soncin, Efraim Rodrigues, Elza Correia, Erica Pettinati, Fernanda Marconi, Ivone Y. Mizubuti, João Batista Moreira (João das Águas), Jorge Torquato, José Virgílio de Oliveira, Larissa Galindo, Maick F. P. Ribeiro, Mira Roxo, Rafael Montagnini, Rudolpho Horner, Simone O. F. Vecchiatti e Vitor Shiroma.

Aos londrinenses de nascimento e de coração que se dispuseram a participar da minha pesquisa (via questionários) manifestando suas opiniões, impressões e experiências sobre o Lago Igapó II. Foram a mais grata e surpreendente contribuição ao meu trabalho.

À prof[a]. Regina Alegro, do Museu Histórico de Londrina, e à Célia do setor de imagem e som. Aos meus colegas arquitetos e urbanistas do IPPUL Simone e Robson. À Eunice da Biblioteca Municipal de Londrina Parigot de Souza e aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Aos meus professores da pós-graduação, pelo comprometimento, pelo espírito inconformista e por estimularem outras e diversas leituras sobre a cidade, a cultura e a sociedade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro à pesquisa.

Em especial, à minha orientadora Flávia Brito do Nascimento, pelo interesse e pela dedicação com que me guiou nesta caminhada. Pela habilidade em clarear e tornar simples as questões que eventualmente me afligiam, e também pela amabilidade e delicadeza. Tudo que recebi foram preciosas doses de vigor e inspiração.

À energia divina que permeia todas as esferas da vida.

RESUMO

OLIVEIRA, Camila Silva de. **Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural**. 2018. 243 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo investigar a constituição física e simbólica do Lago Igapó II, localizado na área urbana de Londrina (PR), reconhecendo nele um patrimônio cultural dos londrinenses. Primeiramente, buscamos construir uma narrativa para o objeto, abordando momentos que seriam importantes para o seu entendimento como um patrimônio e que possibilitassem compreender a relação urbano *versus* natureza ao longo da história da cidade. Em seguida, procuramos identificar e analisar de que maneira e em que medida os vetores — poder público, sociedade civil e iniciativa privada —, por meio de parcerias e embates, incidiram sobre o Igapó II, fazendo com que a paisagem fosse incorporada ao processo de verticalização, ao mesmo tempo em que o próprio objeto era transformado em área de lazer e defendido como uma porção de natureza na cidade. Por fim, investigamos a natureza na esfera do patrimônio cultural por meio dos valores que a sociedade atribui ao Igapó II. São explorados seus valores ambiental, histórico e afetivo, fundamentados em referências bibliográficas, em algumas redes sociais virtuais e, sobretudo, em questionários aplicados aos frequentadores do lago e do aterro. De modo abrangente, a pesquisa busca desnaturalizar valores consolidados nesse campo e propõe uma perspectiva do patrimônio não como objeto colecionável e/ou tombado, mas como vivências, como algo que não pontua, mas que permeia a cidade, tendo como foco não as coisas, mas as pessoas.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Patrimônio natural. Patrimônio histórico. Patrimônio afetivo. Lago Igapó. Londrina (PR).

ABSTRACT

OLIVEIRA, Camila Silva de. **Igapó II Lake, Londrina, Paraná: Nature, History and Affect in the Field of Cultural Heritage**. 2018. 243 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The purpose of this thesis is to investigate the physical and symbolic constitution of Igapó II Lake, located in the metropolitan area of Londrina, Paraná, recognizing it as an affective heritage site for locals. In the first section, I seek to construct a narrative for the subject matter, mentioning moments in time that played an important part in it being conceived of as heritage, and which allowed for a better understanding of the relationship between urban and natural elements throughout the city's history. The second part focuses on identifying and analyzing how, and to what extent, the different players—government, civil society and the private sector—acted upon Igapó II through partnerships and conflicts, helping incorporate its landscape into the city's vertical turn while at the same time transforming the lake into a leisure destination and defending it as a patch of nature in the city. Finally, I investigate the role of nature in the context of cultural heritage by looking at the values that society places on Igapó II. The lake's environmental, historic and affective values are explored, based on the literature reviewed, on some virtual social networks and, above all, on questionnaires answered by visitors to the lake and the surrounding park, built on reclaimed land. In a comprehensive manner, the research seeks to revisit deeply held values in this field, and proposes a perspective on heritage that recognizes it not as collectible and/or protected objects, but rather as experiences; not as an attraction, but as something that pervades the city; with a focus on people, and not on things.

Keywords: Cultural heritage. Natural heritage. Historic heritage. Affective heritage. Igapó Lake. Londrina, Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O ribeirão Cambé e parte do seu conjunto de lagos 21
Figura 2 - Ribeirão Cambé e seus lagos na situação urbana de Londrina 22
Figura 3 - Curso das águas do ribeirão Cambé, sentido noroeste-sudoeste 23
Figura 4 - Lago Igapó II e seu aterro 24
Figura 5 - Lago Igapó I: à esquerda sua margem ocupada por propriedades privadas e à direita, sua margem de acesso público 26
Figura 6 - Lago Igapó III: área em expansão à direita e Gleba Palhano ao fundo 27
Figura 7 - Lago Igapó IV: margem gramada utilizada como espaço de lazer 28
Figura 8 - Peça Publicitária da CTNP chama a atenção para a figueira como uma prova da fertilidade da terra 34
Figura 9 – Parte da rede de cidades fundada pela CTNP 35
Figura 10 – "Planta azul", 1932 37
Figura 11 – Situação da estação ferroviária, praça de entrada, catedral, cemitério e projeção da linha férrea na "planta azul" 39
Figura 12 – Recorte da planta de Londrina, 1938, indicando as áreas públicas destinadas a praças 41
Figura 13 – Localização das praças, antigos espaços residuais 42
Figura 14 - Jardim clássico da praça Willie Davis, anos 1940 42
Figura 15 - Vista aérea de Londrina, com localização de algumas praças centrais e a alameda Nilson Ribas, em frente à catedral, anos 1950 43
Figura 16 - Situação do núcleo urbano de Londrina em relação ao ribeirão Cambé e aos outros cursos d'água 44
Figura 17 - Quadra de tênis dos funcionários da CTNP vista a partir da Igreja Matriz 46
Figura 18 - Quadra de tênis da CTNP, anos 1930 47
Figura 19 – Funcionários da CTNP em partida de tênis, anos 1930 47
Figura 20 - Peça publicitária da CMNP 52
Figura 21 – Ribeirão Cambé e alguns dos seus afluentes 57
Figura 22 – Vista áerea do Jardim Shangri-lá A, 1969 58
Figura 23 – Inauguração da Concha Acústica, 1957 62
Figura 24 – Apresentação artística em comemoração aos 60 anos da Concha Acústica 62
Figura 25 – Barragem do Lago Igapó, anos 1960 64
Figura 26 – Margem esquerda do Igapó I, de acesso público 68
Figura 27 – Margem direita do Igapó I, ocupado por propriedades privadas 68
Figura 28 – Vista panorâmica do Lago Igapó I, com centro da cidade ao fundo 69
Figura 29 – Proposta do Situação 66 para a composição da paisagem urbana de Londrina 71
Figura 30 – Vale do córrego Água Fresca em registro recente 75
Figura 31 – Anfiteatro do Zerão em registro recente 75
Figura 32 – Anfiteatro do Zerão em 06/12/2016 75
Figura 33 – Localização do Parque Guanabara em relação ao centro da cidade 77
Figura 34 - Av. Higienópolis, perspectiva do centro para o Parque Guanabara, década de 1950 78
Figura 35 - Parque Guanabara e suas adjacências 82
Figura 36 – Vista aérea dos Lagos Igapó I e Igapó II 85
Figura 37 – Lagos Igapó I e Igapó II em perspectiva, anos 1970 85
Figura 38 - Construção da ponte na av. Faria Lima 87
Figura 39 - Localização do ribeirão Cambé e do córrego Mundo Novo no aterro do Igapó II 89
Figura 40 – Trecho do ribeirão Cambé localizado no aterro do Igapó II 90
Figura 41 - Córrego Mundo Novo, localizado no aterro do Igapó II 90

Figura 42 – Lago Igapó II e Gleba Palhano ao fundo 95
Figura 43 – Quadras de vôlei de areia no aterro do Igapó II e bairro Gleba Palhano ao fundo 96
Figura 44 – Localização do Catuaí Shopping, UEL, IAPAR, PR-445 e Lago Igapó II em relação à antiga Fazenda Palhano 100
Figura 45 – Percurso de automóvel entre o Catuaí shopping e o centro histórico. 101
Figura 46 – Vista aérea do bairro Gleba Palhano, localizado entre o Lago Igapó II e o Catuaí Shopping Center 102
Figura 47 – Vias de acesso na região do bairro Gleba Palhano 103
Figura 48 – Estrada "Túnel do Amor", futura Av. Ayrton Senna 104
Figura 49 – Av. Ayrton Senna 104
Figura 50 – Área do bairro Gleba Palhano em relação à antiga Fazenda Palhano 106
Figura 51 – Bairro Gleba Palhano: delimitação adotada na pesquisa e principais vias da região 107
Figura 52 – Localização dos Jd. Maringá e Jd. Higienópolis, 1997. 108
Figura 53 - Evolução da ocupação do solo no bairro Gleba Palhano, de 2004 a 2017 109
Figura 54 – Residencial do Lago III, de 1998 111
Figura 55 – Peça Publicitária do Portal do Lago 111
Figura 56 – Vectra Store 112
Figura 57 – Encarte publicitário do Edifício Palhano Residence 113
Figura 58 – Encarte publicitário do Sunflowers Residence 115
Figura 59 – Encarte publicitário do Maison Provence 115
Figura 60 – Encarte publicitário do Residencial Manacá 116
Figura 61 – Encarte publicitário do Residencial Rosa dos Ventos 117
Figura 62 – Vista da varanda na página de divulgação do Maison Unique 117
Figura 63 – Localização do empreendimento com quadro destacando a vista da varanda 118
Figura 64 – Página de divulgação do Edifício Legend – Empreendimento 118
Figura 65 – Página de divulgação do Edifício Legend - Diferenciais 119
Figura 66 – Edifícios com “vista permanente”, localizados na divisa da Gleba Palhano com o Pq. Guanabara 120
Figura 67 – Capa catálogo de produtos A. Yoshii, 2017 121
Figura 68 - Primeiras páginas do catálogo de produtos A. Yoshii, 2017 121
Figura 69 - Lançamento do livro Wall Architecture 121
Figura 70 – Anúncio da A. Yoshii Engenharia no livro *Wall Architecture*, 2016 122
Figura 71 – Aurora Shopping 123
Figura 72 – Fotografia de Tatiana Galindo na página do Facebook da *Severe Weather World* 124
Figura 73 – Registro fotográfico do Igapó II postado pelo perfil do Instagram @londrinaeseusceusmaravilhosos 125
Figura 74 – Localização do Edifício Maison Villa Lobos em relação ao Igapó II 126
Figura 75 – Encarte publicitário do Ed. Maison Villa Lobos, destacando a vista do *skyline* a patir do Alto da Gleba Palhano 127
Figura 76 – Localização dos edifícios da Vectra no Alto da Palhano 127
Figura 77 – Levantamento da *Folha de Londrina* sobre a valorização de alguns imóveis, de 2001 a 2017 130
Figura 78 - Edifício Maison Unique visto a partir de residência no Parque Guanabara 132
Figura 79 – Residências e edifícios do Jd. Higienópolis 133
Figura 80 - Residências do Jd. Higienópolis e edifícios da Gleba Palhano ao fundo 134
Figura 81 – Rua Joaquim de Matos Barreto em frente ao aterro do Lago Igapó II 135
Figura 82 - Vista do Jd. Maringá em direção ao aterro, com edifícios da Gleba Palhano ao fundo 135
Figura 83 – Escritório de advocacia e salão de cabeleireiro no Pq. Guababara 136
Figura 84 – O ribeirão Cambé e seus afluentes, o “colar de esmeraldas” londrinense 138
Figura 85 – Limpeza no córrego Mundo Novo, no aterro do Igapó II 143
Figura 86 – Obras em terreno em frente ao Lago Igapó II, com solo exposto à erosão 144
Figura 87 – Em frente ao Igapó II, terra que chega ao lago pelas galerias pluviais 144
Figura 88 – Rua Joaquim de Matos Barreto, via perimetral do aterro, inundada durante chuva 145

Figura 89 - Escada hidráulica no Igapó II em dia comum 145
Figura 90 - Escada hidráulica no Igapó II submersa pela chuva 145
Figura 91 – Matéria sobre o estado do assoreamento do Igapó II 147
Figura 92 – Matéria sobre o estado de degradação constatado depois do esvaziamento do lago 147
Figura 93 – Protesto contra a Sanepar (Folha *de Londrina*, 31 ago 2001) 148
Figura 94 – ONG denuncia prefeitura por crime ambiental (*Folha de Londrina*, 5 out. 2001) 148
Figura 95 – Charge: "o monstro do Lago Nedson" 149
Figura 96 – Charge: empresas apresentam projetos mirabolantes para o Igapó II 150
Figura 97 – Charge: prefeito demora a definir projeto de revitalização do Lago 150
Figura 98 – Primeira fase: ponte da Av. Higenópolis 151
Figura 99 – Segunda fase: capa do jornal de domingo sobre inauguração da barragem: "Sujo, mas lindo" 151
Figura 100 – Barragem do Lago Igapó II recém-concluída, 2002 152
Figura 101 - Lago Igapó II recém cheio, com suas margens ainda não urbanizadas, e Gleba Palhano ao fundo, ainda com poucos edifícios. 152
Figura 102 – Passarela em madeira no Lago Igapó II 153
Figura 103 - Imagem postada por @visitelondrina, 2018 156
Figura 104 - Imagem postada por @londrinaeseusseusmaravilhosos, 2017 156
Figura 105 - Imagem postada por @londrinatureza, 2018 156
Figura 106 - Imagem postada por @prefeituradelondrina, 2017 156
Figura 107 – Jornal impresso local noticia uma das manifestações realizadas do aterro 161
Figura 108 – Adesivo da campanha com slogan em defesa do aterro 161
Figura 109 – Trechos de exemplares de jornais diversos 162
Figura 110 – Aterro do Lago Igapó II e as quadras de areia 164
Figura 111 – O aterro em um domingo de inverno, 2017 165
Figura 112 – Quadras de vôlei de areia do aterro, em um domingo de inverno, 2017 165
Figura 113 – Treino de rúgbi no aterro, aos domingos 166
Figura 114 – Capa do *Jornal da Gleba*, edição de janeiro de 2018 166
Figura 115 – Atividade para as crianças no aterro, na festa de aniversário da cidade, 2017 167
Figura 116 – Apresentação musical no aterro, na festa de aniversário da cidade, 2017 168
Figura 117 - Matéria que integra Caderno Especial sobre o aniversário de Londrina 171
Figura 118 – Divulgação de jantar de lançamento da exposição, 2014 176
Figura 119 - Região em que residem os frequentadores do Igapó II, segundo usuários que responderam ao questionário elaborado no Google Forms 184
Figura 120 - Localização do Igapó II em relação às regiões da cidade 184
Figura 121 – Resultado de pesquisa realizada in loco, jul. 2017 186
Figura 122 – Aterro do Lago Igapó II em primeiro plano e bairro Gleba Palhano ao fundo 187
Figura 123 - Divulgação da prática de yoga no aterro e no lago 188
Figura 124 – Lago Igapó II em primeiro plano e bairro Gleba Palhano ao fundo 202

LISTA DE ABREVIATURAS

ACHS - Association of Critical Heritage Studies
AHD – Authorized Heritage Discourse
APP – Área de preservação permanente
ASPLAN – Assessoria de Planejamento
BNH – Banco Nacional da Habitação
BPML – Biblioteca Pública Municipal de Londrina
COAHB – Companhia de Habitação
COMPAC – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural
COMURB – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização
CTNP – Companhia De Terras Norte do Paraná
CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
FL – Folha de Londrina
IPAC – Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
JL – Jornal de Londrina
MHL – Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss
NDPH – Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PGV – Planta Genérica de Valores
PML – Prefeitura Municipal de Londrina
PROMIC – Programa Municipal de Incentivo à Cultura
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

sumário

INTRODUÇÃO 19
1. OS LAGOS E A CIDADE NA HISTÓRIA 31
1.1. A cidade plantada 34
1.2. O lugar da natureza, dentro e fora da cidade 40
1.3. Lazer e sociedade 45
1.4. Poder público e inciativa privada 48
1.4.1 A expansão para além da "planta azul" 50
1.5. O Plano Prestes Maia, 1951 53
1.6. O Lago Igapó I 63
1.7. A expansão urbana, anos 1960 e 1970 69
1.8. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Londrina, 1968 70
1.9. A Secretaria de Planejamento do Município 73
1.10. O Projeto CURA 76
1.11. O Lago Igapó II e seus primeiros registros 84
1.11.1 De brejo a aterro 88
2. A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E A FRUIÇÃO DA PAISAGEM NO LAGO IGAPÓ II 93
2.1 A Fazenda Palhano 97
2.2 O Catuaí Shopping Center 98
2.3 A marcha para o sudoeste 102
2.4 O bairro Gleba Palhano e a produção do seu espaço 104
2.4.1 As incorporadoras e a produção dos edifícios 109
2.4.2 Alto da Gleba Palhano 126
2.5 O Igapó II como instrumento de valorização imobiliária 128
2.6 O Igapó II na mídia 140
2.7 O discurso ambiental e suas reverberações em defesa do objeto 157
2.7.1 O Igapó é nosso! 159
2.8 O objeto e suas múltiplas apropriações 163
3. O LAGO IGAPÓ II NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL 169
3.1 Ações preservacionistas no âmbito municipal 173
3.2 O Igapó II como um bem cultural, o valor afetivo 177

3.3 O Igapó II como uma porção de natureza na cidade, o valor ambiental 189
3.4 O Igapó II como um documento, o valor histórico 200
3.5 O patrimônio não são as “coisas” 204
CONSIDERAÇÕE FINAIS 209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 215
ANEXOS.....233

INTRODUÇÃO

O Igapó II é um lago artificial resultado do represamento de um trecho específico do ribeirão Cambé — um curso d'água localizado na área urbana do município de Londrina (PR). A paisagem formada pelo represamento das águas, pelas margens vegetadas e pelo entorno edificado é frequentemente declarada cartão-postal da cidade pelos londrinenses.

O fato de eu mesma possuir uma relação bastante próxima com o Igapó II foi a primeira motivação para o desenvolvimento deste trabalho. Sou natural de Londrina e, por 32 anos, o que separou meu local de residência do objeto de estudo foram 20 minutos de caminhada. Apesar da aparente proximidade, não foi há 32, mas há 17 anos que comecei a me dar conta da sua existência — era o início dos anos 2000, época em que o lago foi urbanizado e tornado área de lazer. Antes disso, em 1998, participei de um ato em defesa do aterro do Igapó II, que seria doado para a construção de um empreendimento privado. Ganhamos a batalha, mas aquele espaço ainda não fazia parte do meu imaginário sobre a cidade. Era apenas uma porção de natureza que deveria ser preservada, mas que ainda não participava do cotidiano meu e de muitos.

Antes disso, por mais que me esforce, nenhuma imagem vem à mente para ilustrar aquele pedaço de chão, um grande espaço "nulo" na urbe e na memória, muito distante de qualquer lugar, onde quer que se esteja; 20 minutos de uma caminhada que sequer existia[1]. Do início dos anos 2000 em diante, a utilização cada vez mais frequente daquele lugar só tem feito estreitar minha relação com o objeto. Na mesma medida, é notável a crescente apropriação do Igapó II como espaço e como imagem da cidade; uma sensação de que está localizado a 20 minutos de onde quer que se esteja.

A evolução de um objeto antes desprovido de qualquer imaginário, cuja figura agora surge sem que procuremos por ela, me instigou a compreender os fenômenos ocorridos no seu âmbito e em suas margens. Somando-se a isso, além da sua visível importância na paisagem urbana, empiricamente percebo que o Igapó II tem se mostrado uma ferramenta utilizada por muitos dos londrinenses para construir

[1] Por curiosidade, investigando memórias individuais por meio de conversas informais com diversas pessoas, foi unânime a falta de lembranças do Lago Igapó II antes dos anos 2000, inclusive por aqueles com mais de 60 anos de idade

um senso de identidade e de pertencimento à cidade em que vivem — tanto os moradores que aqui nasceram quanto os que adotaram Londrina para si. Trato, portanto, não apenas da constituição física, mas, principalmente, da constituição simbólica do Igapó II.

A realização da pesquisa na área de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo (mobilizando questões referentes ao patrimônio cultural, mais especificamente) se deve à minha constante aproximação a essa área a partir de 2011, ao iniciar minha especialização em Patrimônio Cultural e Identidades no Centro Universitário Filadélfia (UniFil). Em seguida, em 2012 tive um projeto aprovado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), que me permitiu desenvolver o site *Identidade Londrina – o portal do patrimônio histórico e cultural da cidade* (www.identidadelondrina.com.br) com recursos financeiros originados da Secretaria Municipal de Cultura. A partir de então, fui conselheira titular da Câmara de Patrimônio Cultural no Conselho Municipal de Política Cultural (2012 a 2015) e desde 2015 sou conselheira titular no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPAC), ambos em Londrina. As reflexões e os debates vivenciados em meio a essas experiências (incluindo a própria dificuldade de debater e refletir) me motivaram a adotar um objeto de estudo que não se encaixa prontamente em padrões e critérios de valoração há tempos consolidados no campo do patrimônio cultural, o que me estimula a mobilizar questões menos ligadas a categorias e mais próximas à construção de conceitos.

Já na Universidade de São Paulo, ao longo de todo o programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, participei do grupo de pesquisa *Patrimônio cultural: história e crítica*, coordenado pela Profª. Drª. Flávia Brito do Nascimento, onde tive a oportunidade de dialogar com um amplo conjunto de temas sobre a história e as políticas do patrimônio cultural. Harvey (2017), Meneses (1992; 1996; 2006; 2012), Mongelli (2011), Nascimento (2016a; 2016b) Smith (2006) e Tonasso (2017) foram alguns dos autores sobre os quais nos debruçamos e que, não por acaso, mobilizei nesta pesquisa.

Em 2016, como uma atividade da pós-graduação, participei do Estágio Supervisionado de Docência[2], na disciplina Estudos de Urbanização I, ministrado pela Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento no curso de graduação em Arquitetura e

[2] Também conhecido como Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE.

Urbanismo. A disciplina propunha discutir sobre as relações entre espaço e sociedade e apresentava conceitos e categorias de análise do território e do espaço urbano, entendidos como artefatos sociais. Os debates, críticas e reflexões, gerados tanto nas discussões do grupo quanto no estágio de docência foram fundamentais no processo de construção do meu trabalho.

O OBJETO E SEU ATUAL CONTEXTO URBANO

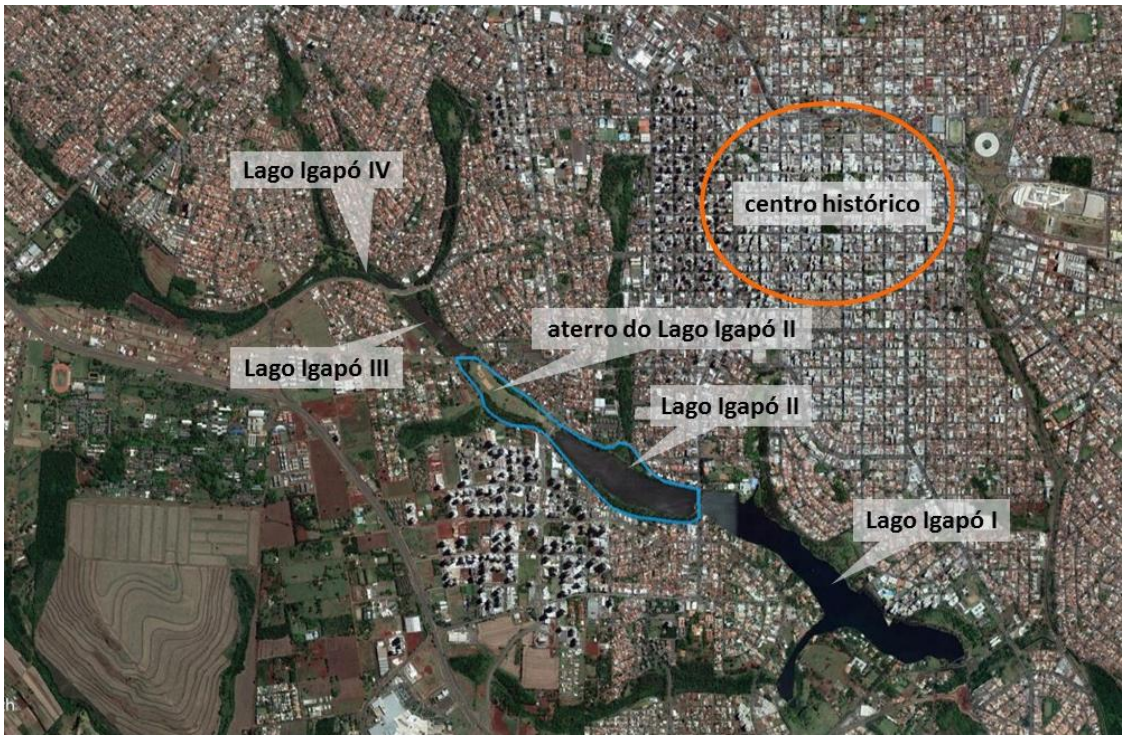
O Lago Igapó II é parte integrante do ribeirão Cambé, córrego que, juntamente com os mais de 80 cursos d'água localizados na área urbana de Londrina, participa de um peculiar conjunto de fundos de vale que, como estrias, recorta a cidade, impõe suas formas, demarca ruas, bairros e regiões; impõe valor ao solo e decide quanto à qualidade de vida da população, dependendo do estado de conservação ou degradação dessas áreas.

O objeto de estudo não foi o único nem o primeiro trecho do ribeirão Cambé a ser represado. Planejado e construído para solucionar um problema de drenagem, o Igapó I é resultado do primeiro represamento do seu leito, inaugurado em 1959. Como o curso d'água em questão é recortado por ruas e avenidas, alguns desses trechos foram posteriormente represados e também transformados em espaço para lazer e contemplação, resultando nos lagos Igapó II, Igapó III e Igapó IV (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – O ribeirão Cambé e parte do seu conjunto de lagos: em primeiro plano, Igapó III, em seguida, aterro do Igapó II, Igapó II e Igapó I. Os dois aglomerados verticalizados: à esquerda vê-se o centro, e à direita, o bairro Gleba Palhano

Autor: Wilson Vieira, 2015.

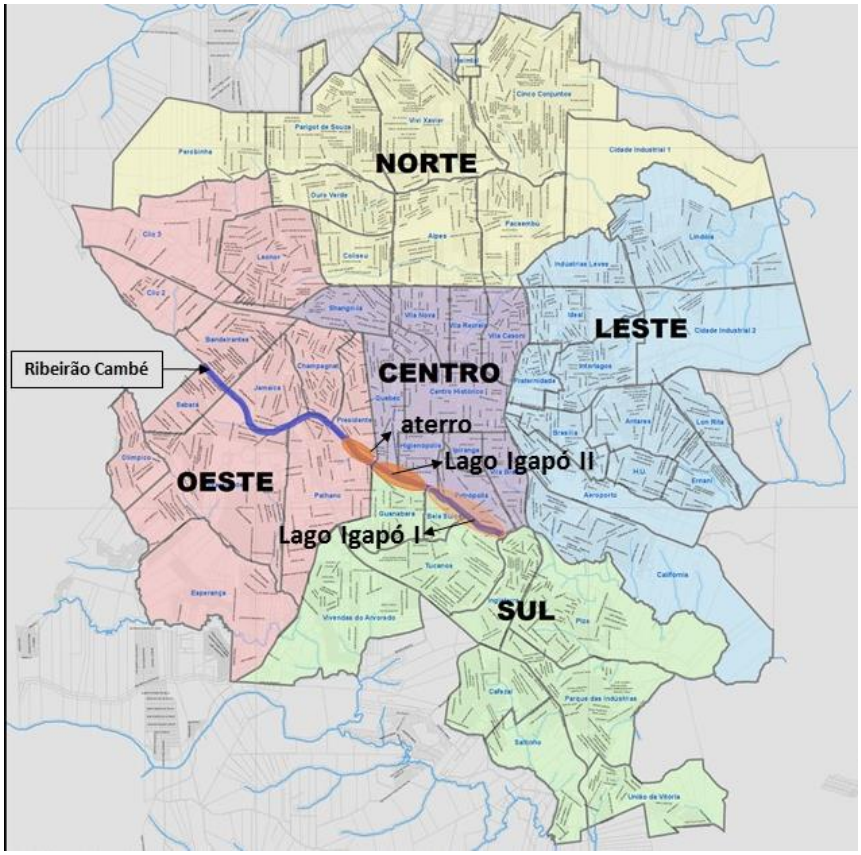
Figura 2 - Ribeirão Cambé e seus lagos na situação urbana de Londrina. O objeto de estudo está delimitado em azul



Fonte: adaptado de Google (2018).

A nascente do ribeirão Cambé localiza-se no município vizinho, Cambé, e atravessa o município de Londrina no sentido noroeste-sudoeste por uma extensão de aproximadamente 21 km, até atingir o ribeirão Três Bocas e finalmente desaguar no rio Tibagi. (MAEDA, 2008, p. 83). A figura a seguir ilustra a localização do objeto de estudo em relação às regiões da cidade.

Figura 3 - Localização do Igapó II em relação às regiões da cidade



Fonte: adaptado de Londrina (2013).

Portanto, quando indicamos aqui “margem direita” ou “margem esquerda” do Igapó, nos guiamos pelo sentido do seu curso, como indicam as flechas na figura abaixo.

Figura 4 - Curso das águas do ribeirão Cambé, sentido noroeste-sudoeste

Fonte: adaptado de Google (2018).

A configuração do objeto de estudo nem sempre foi a mesma que se apresenta atualmente. Em 1976, foram construídas duas barragens que possibilitaram o represamento do trecho do ribeirão Cambé que ficou conhecido como Igapó II. No entanto, embora uma parte dele se configurasse como um lago, outra porção, por não possuir profundidade suficiente para ser coberta pela água, apresentava características pantanosas e acabou sendo aterrada em 1985. As principais intervenções pelas quais o Igapó II passou serão tratadas com atenção no capítulo 1, mas, neste momento, esta breve descrição é suficiente para compreendermos e justificarmos que o nosso objeto de estudo tem, portanto, sua estrutura física formada por duas porções do ribeirão Cambé: o Lago Igapó II e o seu aterro.

Figura 5 - Lago Igapó II e seu aterro

Fonte: adaptado de Google (2018).

Mediante revisão de literatura realizada para esta pesquisa, se fez clara a constatação de que o Lago Igapó II em si não tem se apresentado com um elemento de interesse único, mas como uma porção integrante de um elemento maior, que é o conjunto de lagos do ribeirão Cambé. Ainda assim, as abordagens, em geral, não tratam da sua constituição simbólica, mas da sua constituição física, apenas. Além disso, em diversas fontes de pesquisa (primárias e secundárias) o conjunto de lagos do ribeirão Cambé é considerado um único lago Igapó, mas fisicamente dividido em quatro partes. Por esse motivo, é comum vermos a utilização do nome “Igapó” para fazer referência

aos lagos em geral e, caso se queira tratar de alguma das porções em específico, adiciona-se um numeral, como Igapó I ou Igapó II. É provável que isso tenha contribuído para a falta de informação sobre a história do Lago Igapó II, especificamente.

Visto por uma perspectiva panorâmica, o conjunto de quatro lagos do ribeirão Cambé exibe, de fato, um elemento marcante na paisagem da cidade. Entretanto, apesar da aparente unicidade, um olhar mais aproximado nos revela certas características distintas que neste momento mostram-se pertinentes para justificar o recorte adotado pela pesquisa. Por que o lago II e não outro? Para defender minha escolha, apresento e contextualizo brevemente os outros três lagos situados no ribeirão Cambé:

O Lago Igapó I difere-se do objeto de estudo tanto no seu contexto histórico quanto na sua configuração física. Sua criação foi permeada por forte valor simbólico: inaugurado em 1959, o Igapó I representou um "presente" para a cidade em comemoração ao seu Jubileu de Prata. Mesmo estando localizado originalmente fora da malha urbana, o Igapó I foi o primeiro espaço público de lazer, numa época em que as opções de entretenimento eram ofertadas apenas por clubes e associações de uso restrito aos seus associados. O projeto paisagístico, mesmo tendo sido parcialmente executado, leva a assinatura de Roberto Burle Marx, o que revela o apuro do poder público dispensado a esse lago (BORTOLOTTI, 2007, p. 130; MACHADO, 2000, p. 56). Por todas essas peculiaridades, não faltam registros fotográficos documentando as diversas etapas da construção do Igapó I, bem como a ocasião da sua inauguração, que atraiu um considerável número de pessoas. O objeto de estudo, ao contrário, é escasso de registros e documentos técnicos.

Outra característica que os diferencia é o acesso pelo público: enquanto o lago II pode ser percorrido em todo o seu entorno, o lago I tem suas margens bastante distintas: uma delas é de acesso público, enquanto a outra é ocupada exclusivamente por residências de alto padrão, acomodadas em grandes lotes. A partir dos anos 2000, alguns edifícios de alto padrão foram construídos no bairro localizado à sua margem de acesso público, mas, como tratava-se de uma área urbana já consolidada, esses empreendimentos não são tão numerosos quanto os que tem surgido na margem direita do Igapó II, este sim um vazio urbano que se tornou área de expansão.

Figura 6 - Lago Igapó I: à esquerda sua margem ocupada por propriedades privadas e à direita, sua margem de acesso público, com o pequeno aglomerado de edifícios

Autor: Wilson Vieira, 2015.

Posto isso, é provável que a configuração (metade de acesso público, metade de acesso privado), a localização (originalmente fora da área urbana), o tipo de uso e ocupação do seu entorno (predominantemente habitações unifamiliares), e a época em que foi construído (anos 1950) tenham contribuído para que a paisagem do entorno do Igapó I experimentasse mudanças lentas ao longo do tempo e se apresentasse hoje como um cenário mais estável.

No caso do Lago Igapó III, suas margens são ocupadas por residências unifamiliares, salvo os lotes voltados às avenidas que o delimitam (Av. Faria Lima e Av. Rio Branco), apresentando ocupação majoritariamente comercial. O bairro à sua esquerda encontra-se consolidado, e o localizado à direita, em lenta expansão. Suas margens são igualmente cobertas por massa vegetal (não nativa), mas não possuem qualquer equipamento nem pista de caminhada, apenas caminhos estreitos de chão batido. Por essas características, as margens do Igapó III — muito pouco utilizadas em relação aos outros lagos — funcionam mais como elemento de ligação entre o Igapó II e o IV do que como local de permanência.

Figura 7 - Lago Igapó III: área em expansão à direita e Gleba Palhano ao fundo

Fonte: Carlflash (2009).

O Lago Igapó IV, porção mais próxima à sua nascente, também apresenta seu entorno ao lado esquerdo ocupado predominantemente por residências unifamiliares. Nessa margem larga, e em grande parte coberta por gramínea, encontram-se instalados alguns poucos bancos e um parque infantil, o que garante a presença de visitantes, sobretudo aos finais de semana. Ao longo de toda a sua margem direita, corre a Av. Faria Lima, que dá acesso à Universidade Estadual de Londrina (UEL). Entre a avenida e o lago, pode-se observar uma extensa faixa de vegetação mais densa que as existentes nos demais lagos, sem qualquer equipamento, com uma precária calçada em pedrisco ao longo da avenida que liga a Universidade ao centro e aos bairros pericentrais. Apresenta-se como um local de passagem, não de permanência.

Figura 8 - Lago Igapó IV: margem gramada utilizada como espaço de lazer

Fonte: Töws (2015).

Seria incorreto dizer que os lagos I, III e IV apresentam suas paisagens consolidadas, mas pode-se dizer que, em comum, revelam mudanças muito mais brandas em comparação à porção que é objeto de estudo da pesquisa. Diferente dos outros lagos, o Igapó II é portador de uma paisagem notadamente dinâmica: ele tem se mostrado elemento imprescindível no processo de valorização do seu entorno e tem experimentado significativas mudanças em relação a outras regiões da cidade. Se até os anos 2000 sua margem direita apresentava-se predominantemente ocupada por pequenas chácaras e/ou coberta por massa vegetal, a partir de então é iniciado um vigoroso processo de verticalização que consolida sua margem direita como a área de expansão urbana mais expressiva e valorizada da cidade, denominada Gleba Palhano — bairro onde grandes incorporadoras investiram e têm investido pesadamente em edifícios residenciais e comerciais e, não por acaso, o bairro mais desejado pelas classes média e média alta. A adoção do Igapó II pelos londrinenses como cartão-postal e como, provavelmente, o espaço público mais frequentado da cidade aconteceu na mesma velocidade da verticalização e do adensamento de suas margens.

Partindo da minha hipótese de que o objeto é um patrimônio cultural de Londrina, me propus, neste trabalho, a investigar os valores que a sociedade atribui a ele, verificando como seu deu sua constituição física em perspectiva histórica e, sobretudo, como tem se dado a sua constituição simbólica. Para isso, também busquei trazer à tona a relação entre diferentes agentes que, manifestada por meio de parcerias e embates, configurou esse espaço físico e simbólico que existe hoje. São considerados agentes desse processo: o Estado, na figura do poder público municipal; a sociedade civil, nas figuras da associação de moradores, dos frequentadores do espaço, dos

ambientalistas e dos londrinenses em geral; e a iniciativa privada, majoritariamente representada pelas incorporadoras de cunho imobiliário e que fizeram do Igapó II o mais importante valor agregado de seus empreendimentos nas últimas duas décadas.

A COMPOSIÇÃO DO TRABALHO

Que histórias o Lago Igapó II pode nos contar? Essa é a pergunta que guia o capítulo 1 desta dissertação. Devido à escassez de bibliografia sobre o Igapó II, especificamente, um dos objetivos da pesquisa foi construir uma narrativa possível para o objeto. Para isso, foi imprescindível investigar e sistematizar informações originadas de documentos técnicos e legais, além de realizar entrevistas — porções de conhecimento, de informações, de impressões que ainda sobrevivem nas memórias individuais.

Embora tenham sido várias as intervenções físicas (em pequena ou grande escala) pelas quais o Igapó II passou, escolhi abordar os momentos que seriam relevantes no entendimento do objeto como um patrimônio e que possibilitassem compreender a relação urbano versus natureza ao longo da história da cidade. Desse modo, julguei importante abordar como o espaço urbano de Londrina foi agenciado (desde a sua formação como núcleo urbano) e o modo como a natureza foi tratada nas primeiras diretrizes do município, até o momento em que uma porção do Igapó II é aterrada, em 1985.

O capítulo 2 aborda o objeto de estudo a partir dos anos 1990, momento em que a paisagem é incorporada ao processo de verticalização, ao mesmo tempo em que o próprio objeto é transformado em área de lazer. Inicialmente, investigo a ação do poder público e dos agentes imobiliários na transformação da paisagem e na produção do espaço urbano da Gleba Palhano. Num segundo momento, analiso de que modo o objeto de estudo é abordado pela mídia local e, por fim, abordo e enfatizo o papel da sociedade como um dos vetores que incidem sobre o objeto. Neste momento, trato das questões ambientais que são mobilizadas pela comunidade em defesa do aterro do Igapó II e discorro sobre a apropriação do objeto pelos seus múltiplos agentes, os quais o consolidam não apenas como imagem, mas como elemento de fruição, participando do cotidiano dos seus frequentadores.

No capítulo 3, abordo o objeto de estudo pela perspectiva do patrimônio cultural e o investigo como uma porção de natureza na cidade, como um artefato histórico e como patrimônio afetivo. Guiada pela ideia de que os valores não são imanentes às coisas, mas são atribuídos a elas pela sociedade, me aproximo dos frequentadores para compreender as relações que travam com o objeto, as propriedades que lhes são caras, os valores que atribuem a ele. Para isso, lanço mão de tanto de questionários aplicados in loco, quanto questionários realizados on line por meio do *Google Forms* (divulgados através do meu perfil pessoal e do perfil da Prefeitura de Londrina). Como fonte de pesquisa, mobilizei também algumas ferramentas das mídias sociais: investigo a abordagem do Lago Igapó II por alguns perfis do Instagram (relacionados à fotografia, à paisagem e à própria cidade) e as avaliações que os usuários do TripAdvisor fazem sobre o objeto de estudo. Como desfecho deste capítulo, mas também de todo o trabalho, me dedico especialmente ao pensamento que me guiou ao longo da pesquisa: confronto ideias, critérios e narrativas que julgo consolidados e naturalizados e apresento minhas reflexões sobre o que considero de fato essencial no entendimento do patrimônio cultural.

Ao fim, as referências estão organizadas de acordo com sugestão dos membros da banca na ocasião da defesa: os periódicos e os depoimentos apresentam-se separados da listagem geral, de modo que se possa melhor identificar a natureza e o volume das fontes mobilizadas, bem como as pessoas que colaboraram para a realização da pesquisa.

1. OS LAGOS E A CIDADE NA HISTÓRIA

OS LAGOS E A CIDADE NA HISTÓRIA

Uma breve consulta aos jornais impressos, à mídia e às redes sociais e uma conversa com amigos deixam claro que o Igapó II representa não apenas o cartão-postal da cidade de Londrina, mas também participa do cotidiano dos seus moradores.

Se o Igapó II é tema constante nos jornais, no Instagram ou no Facebook, por outro lado, há uma escassez de bibliografia direcionada especialmente a ele e que aborde seu valor cultural. Em geral, as pesquisas acadêmicas dedicam-se ao ribeirão Cambé, ao Igapó I, especificamente, e à Gleba Palhano; e foram produzidas nas áreas de Geografia Urbana, História Ambiental e Arquitetura e Urbanismo. As abordagens também se distinguem: (1) a microbacia do ribeirão Cambé como agente na ordenação territorial do espaço (BUCHMANN, 2001, RESENDE, 2010) e como um sistema de áreas verdes no ambiente urbano (MAEDA, 2008); (2) a contribuição de Prestes Maia ao urbanismo moderno de Londrina nos anos 1950, que, segundo Lima (2000) e Olivo e Rego (2014), direcionou a preservação dos atuais fundos de vale na área urbana; (3) o processo de verticalização na produção do espaço e seus agentes produtores, com ênfase na Gleba Palhano (CASARIL, 2009; SANTOS, 2011 e SILVA, 2014); (4) a produção e a apropriação do Lago Igapó como espaço livre público (BORTOLO, 2010; TOMAZI, 2004); entre outras abordagens.

Em relação à historiografia do objeto, inúmeras lacunas foram identificadas. Constatou-se que a construção e as intervenções pelas quais o Igapó II passou resumem-se a informações isoladas, não sistematizadas e dependendo muitas vezes da memória de moradores que observaram esses processos ou de técnicos que participaram deles. Como a construção simbólica do objeto e os valores culturais atribuídos a ele têm início nos anos 2000, já era de se esperar que o Igapó II não tivesse grande participação nas memórias individuais dos londrinenses. No entanto, defendo e enfatizo que ele é parte da história da cidade, da constituição do seu espaço e da sua paisagem.

Lima (2003) e Suzuki (2014) nos possibilitam pensar que a existência dos fundos de vale na área urbana de Londrina é menos obra do acaso e mais produto de decisões políticas e de planejamento urbano alinhadas ao ideário de cada época. Por conseguinte, proponho avançarmos além e a partir dessa ideia. Se, a princípio, o Igapó

II foi produto de diretrizes, planos municipais e decisões técnicas, a pesquisa que produziu esta dissertação nos mostra que, num segundo momento, é a existência do próprio objeto que direciona certos planos de ocupação e de desenvolvimento da cidade. O lago é um elemento que, de passivo, se torna sujeito nas transformações urbanas; que afeta e é afetado, simultaneamente.

Desse modo, o que apresento neste capítulo é a construção da minha própria narrativa sobre o Igapó II, a qual, em vez de resultar apenas em uma história que se encerra no próprio objeto, me permite, de modo mais amplo, oferecer uma história de Londrina — contada, é certo, pela perspectiva do Lago Igapó II.

1.1. A cidade plantada

Pode-se dizer que Londrina já nasceu como um produto imobiliário, resultado de um sistema de parcelamento do solo e venda de lotes a pequenos produtores rurais em busca de vida nova e próspera naquelas terras vermelhas sombreadas pela densa mata subtropical, lugar de árvores como peroba, caviúna, pau-d'alho, palmito e figueira-branca — espécies, segundo Yamaki (2006, p. 16), consideradas referência de terra boa e utilizadas nos solos do empreendimento. A peça publicitária abaixo alardeia:

> A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra virgem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. (ANÚNCIO, 1934)

Figura 9 - Peça Publicitária da CTNP chama a atenção para a figueira como uma prova da fertilidade da terra

Fonte: Anúncio (1934).

Na primeira metade do século XX, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) — empresa privada de capital britânico — foi responsável por esse grande projeto de colonização e desenvolvimento no Norte do Paraná, onde desenhou e implantou uma rede de cidades novas, criadas entre os anos de 1930 e 1960, as quais tinham dupla função: serem lugar dos serviços urbanos e centros comerciais para os negócios da região. Londrina foi a primeira delas, surgida em 1929, a partir da primeira expedição da Companhia, e elevada a município em 1934. A partir dela, é assentada uma rede de cidades[3], seguindo a linha de cumeada em direção ao oeste do Estado (REGO; MENEGUETTI, 2008; REGO, 2009).

Figura 10 – Parte da rede de cidades fundada pela CTNP

Fonte: adaptada de Google (2018).

"O solo fértil oferecia perspectivas promissoras às pessoas interessadas na cafeicultura", citam Rego e Meneguetti (2008, p. 38). E assim foi feito. O *boom* do desenvolvimento não veio a galope, mas veio de trem. Em 1935 é concluída a linha férrea que liga Londrina ao estado de São Paulo, feito que estimulou seu povoamento

[3] A CTNP foi, inicialmente, subsidiária da companhia britânica Brazil Plantation Syndicate Limited. Em 1944, a empresa passa a ser controlada por um grupo brasileiro de acionistas e converte-se em Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Na fase britânica da Companhia, além de Londrina, foram implantadas as cidades de Cambé (1932), Rolândia (1934), Arapongas (1935), Mandaguari (1937), Aricanduva (1938), Apucarana (1938) e Pirapó (1938). Na fase brasileira, dando continuidade ao que já estava previsto no planejamento original, foram assentadas Sarandi (1948), Maringá (1947), Jandaia do Sul (1951), Cianorte (1953), Marialva (1951), Jussara (1955), Umuarama (1955) e Paiçandu (1960). Destes, o município mais distante foi Umuarama, a 263 km de Londrina. Entre municípios, patrimônios e distritos, foram implantados, no total, 62 núcleos urbanos (REGO; MENEGUETTI, 2008; REGO, 2009).

e proporcionou o escoamento da produção agrícola cafeeira ao porto de Santos (ARIAS NETO, 2008; CANDOTTI, 1997; REGO, 2009). O então Eldorado cafeeiro, de cujas terras vermelhas brotava ouro verde, acolheria paulistas, mineiros, italianos, japoneses, alemães, entre tantos outros, muitos vindos das fazendas de café do interior de São Paulo.

Se é difícil acreditar que "rastelava-se dinheiro debaixo do pé de café" (BENATTI, 1996, p. 62) , como diziam à época, é bem verdade que tanta prosperidade não combinava com tanto sertão. Assim, a cidade dá início ao vertiginoso caminho em direção à sua modernização — pelas vias da arquitetura modernista, a propósito. A efervescência cultural fazia-se notar juntamente com a verticalização a jato, com o surgimento de notórias obras de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi e com tantas outras edificações de intenção modernista — de alguns arquitetos conhecidos, mas também de muitos projetistas anônimos. Ser vanguarda era a aspiração dos anos 1950 londrinenses (CASTELNOU, 2002; SUZUKI, 2011).

> Tínhamos, em Londrina, uma fronteira agreste mais vermelha de terra que o vermelho da Revolução, mas também com o vermelho da esperança que nascia para aqueles que abandonaram seus locais de origem e vieram para Londrina em busca de uma nova vida. (VILANOVA ARTIGAS, 1997, p. 67)

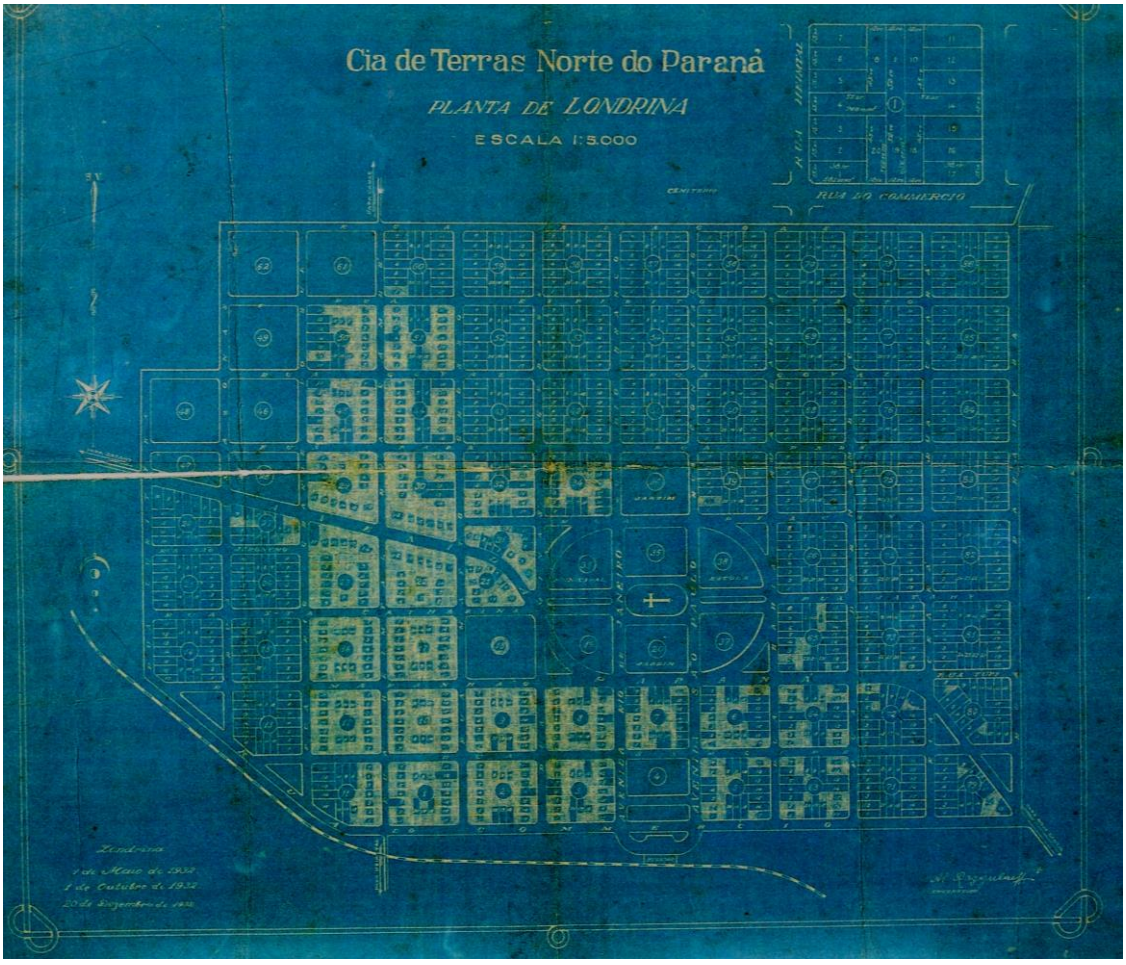
A atual Londrina de pouco mais de 500 mil habitantes não é mais a capital mundial do café, mas, como uma cidade é formada pelas camadas dos seus tempos, sua jovem idade ainda nos permite percorrer muito da sua história com os olhos.

"Tudo indica que o discurso da modernidade urbana foi incorporado à representação do Eldorado", defende o historiador Arias Neto, que em seu livro *O Eldorado* dedica-se a investigar tanto as representações do progresso no âmbito político londrinense (entre 1930 e 1975) quanto a construção do discurso do Eldorado, o qual buscava fornecer uma identidade específica à cidade. Segundo o autor, diante da concorrência de tantas áreas em abertura no Paraná, era fundamental cunhar um significado mais específico à cidade de Londrina — algo que sintetizasse o pensamento político dos grupos dominantes e que, ao mesmo tempo, funcionasse como um apelo publicitário, com o objetivo de estimular a vinda de migrantes para o município. Desse modo, no início dos anos 1950, uma série de adjetivos era empregada pela imprensa para designar a cidade: *Capital do Café, Capital do Norte* e *Cidade Progresso* eram as expressões mais comuns que acompanhavam o nome de Londrina.

De acordo com Yamaki (2006), a década de 1920 foi de intensa movimentação de missões estrangeiras em visita ao Norte do Paraná, região que se

mostrava importante frente de expansão daquele momento. Resultado de experiências anteriores no estado de São Paulo e até mesmo de colônias ultramarinas, os métodos de colonização adotados pelas companhias possuíam semelhanças no processo de subdivisão em glebas e na implantação dos núcleos urbanos. No entanto, segundo o autor, a CTNP se destacou pelo uso da ferrovia, associada à rede de estradas, como eixo estruturador — mesmo que essas cidades tenham sido projetadas e habitadas antes da chegada da ferrovia, como observa Rego (2009, p. 126). Topógrafos de várias nacionalidades participaram do processo de planejamento da região, e o geodesista russo Alexandre Razgulaeff, funcionário da CTNP, foi o responsável pelo projeto da planta inicial da cidade de Londrina. Conhecido como "a planta azul", o documento é considerado o primeiro registro da cidade, datado de 1932 (CANDOTTI, 1997; REGO, 2009; YAMAKI, 2003a).

Figura 11 – "Planta azul", 1932



Fonte: Museu Histórico de Londrina.

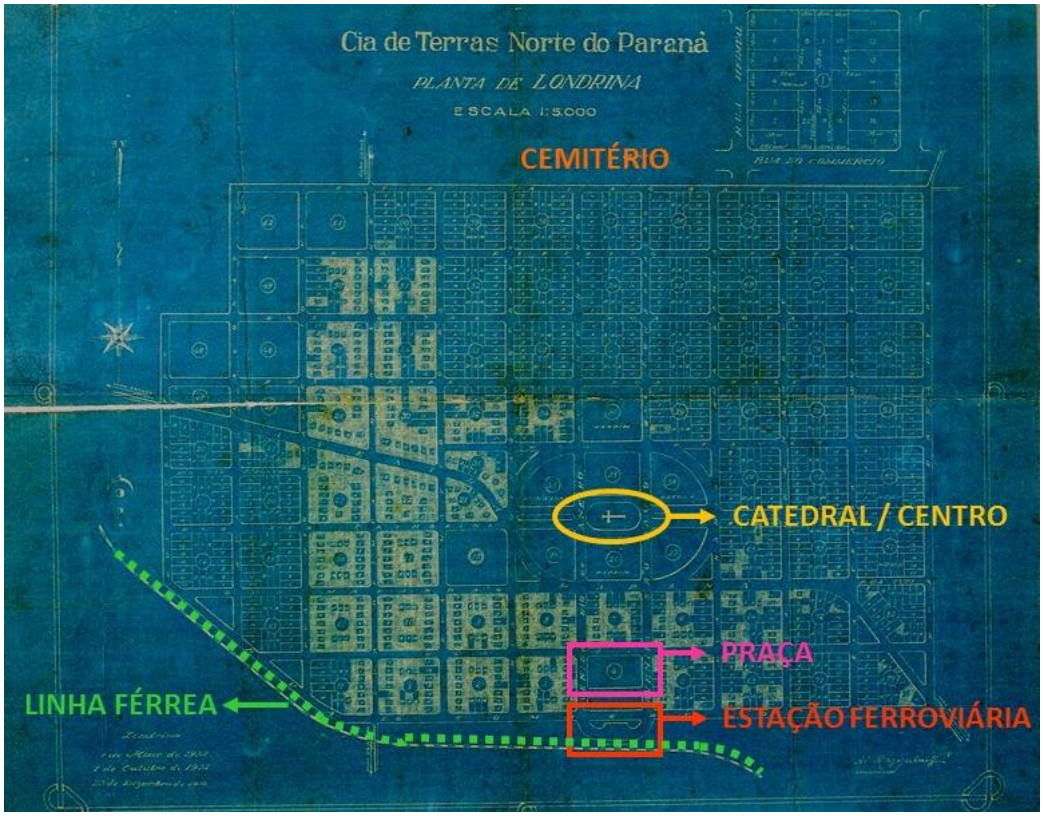
A criteriosa escolha do sítio foi fundamental na concepção integral do plano de ocupação, e Londrina — bem como as outras cidades que faziam parte do plano — foi implantada em um lugar alto, com pelo menos um dos lados em declive. Apesar de poder haver dificuldade no abastecimento de água, essa implantação favorecia a salubridade e a drenagem das águas pluviais. A topografia foi determinante no posicionamento do núcleo urbano, cujo plano apresenta uma malha ortogonal, informalmente conhecida como "planta xadrez". Ao centro dele, como um elemento excepcional, tem-se uma elipse, que é tangenciada por uma avenida em diagonal que rompe a malha para acompanhar o espigão (REGO; MENEGUETTI, 2008, p. 40; YAMAKI, 2003a, p. 10)

Embora a prática projetual da empresa fosse desenvolver um projeto de modo a atender às características topográficas do sítio onde cada cidade seria implantada, havia um padrão inicial para a estruturação desses assentamentos urbanos. Assim como não existe uma cidade igual à outra, o plano inicial de Londrina guarda tanto suas particularidades quanto algumas diretrizes estruturantes adotadas em outros núcleos.

A "planta azul" (Figura 12) nos mostra o traçado da linha férrea (ou, nesse caso, a previsão do traçado), que foi um importante condicionante da forma urbana. Desse modo, a estação ferroviária, na função de porta de entrada da cidade, era tomada como ponto de partida do projeto. Seguindo o padrão dos outros assentamentos urbanos, a cidade foi projetada ao sul[4] da estação, ligando-se a ela por meio de uma praça. Localizado no extremo sul, o cemitério fazia oposição geográfica e marcava o outro limite da urbe.

[4] Na "planta azul", a cidade está orientada de modo oposto ao convencional, ou seja, o norte está direcionado para baixo e o sul, para cima. Ainda, a seta indicativa do norte vem com a inscrição S.V. (Sul Verdadeiro). Yamaki supõe que essa inversão pode ter sido um erro causado pela mudança de hemisfério, ou, talvez, uma maneira idealizada de apresentar o projeto, destacando a estação ferroviária como entrada da cidade. Dois anos depois (1934), na planta do registro de imóveis, assinada por Razgulaeff e por Arthur Thomas (diretor-gerente da CTNP), a indicação de norte foi corrigida e invertida (YAMAKI, 2003, p. 16-19).

Figura 12 – Situação da estação ferroviária, praça de entrada, catedral, cemitério e projeção da linha férrea na "planta azul"



Fonte: Museu Histórico de Londrina (adaptado).

Ainda analisando a prancha acima, a elipse central, situada no ponto mais alto, era considerada pela CTNP o "melhor terreno" e foi cedida pela empresa para a construção da primeira igreja matriz de Londrina. O material, inclusive, teria sido, em sua maior parte, doado por Arthur Thomas e Willie Davis, diretores da Companhia (YAMAKI, 2006, p. 90).

Sobre a disposição do centro da cidade (marcada pela igreja matriz), da estação ferroviária e do cemitério — elementos fundamentais na estruturação do espaço urbano —, Rego (2009, p. 126) aponta:

> [...] campo santo e estação ferroviária ocupavam posições opostas e simétricas em relação ao centro da cidade e, de certo modo, determinavam os limites do espaço urbano: começo e fim, chegada e partida. Normalmente esses três elementos urbanos — estação, centro da cidade e cemitério — estavam diretamente conectados e sua ordem era facilmente percebida no espaço urbano, ainda que em Londrina isso tenha ficado menos evidente por conta do relevo.

Em relação à malha ortogonal, Yamaki (2006, p. 8) argumenta que "o traçado traz gravado fortemente as certezas e incertezas no projetar frente a uma

natureza vigorosa e sem maiores referências urbanísticas". E, fazendo referência a Lynch[5], Benevolo[6] e Morris[7], Rego (2009, p. 123) acrescenta:

> As urbanizações da Paraná Plantations eram cidades ex-novo, riscadas no terreno desbravado da mata que estava sendo aberta. Este fato também lhes ofereceu a oportunidade de serem pensadas como cidades ideais, quero dizer, de poderem assumir formas mais abstratas e homogêneas, já que eram cidades de colonização elaboradas no plano da prancheta. Nesta condição, elas até poderiam ter sido idealizadas e produzidas mecanicamente. Um modelo dessa natureza foi praticamente útil sempre que os assentamentos urbanos tiveram um caráter temporário ou tiveram de ser construídos às pressas; ou ainda quando foram construídos com objetivos claros, limitados e práticos, tal como se pode ver em muitos sítios de origens militares ou coloniais. Padrões regulares e sistemas ortogonais têm sido a resposta mais expedita à tarefa de planejar, criar e fundar cidades novas. Pois a cidade em grelha, com seu esquema regular, mecânico, indiferente e previsível, serve prontamente à especulação imobiliária e à distribuição de terras.

1.2. O lugar da natureza, dentro e fora da cidade

O traçado rígido da cidade, cravado em meio à floresta, encarnava a ideia da ordem sobre a indisciplina selvagem e estabelecia uma relação antagônica entre natureza e sociedade. A natureza projetada de modo a participar da vida urbana e, ao mesmo tempo, de modo a se mostrar calculadamente espontânea — modelo tão aspirado pelos citadinos do século XXI — não participava daquilo que se esperava de uma paisagem "civilizada". No ambiente urbano londrinense, a natureza manifestava-se organizadamente por meio de alamedas, praças e jardins. As praças, de acordo com Yamaki (2006), não constavam no plano inicial de Razgulaeff (1932), mas foram sendo definidas — ou "inventadas", segundo o autor — posteriormente, a partir de quadras não parceladas.

Seis anos depois da "planta azul", a planta de 1938 (Figura 13) identifica seus primeiros espaços públicos: o Bosque, a praça Marechal Floriano Peixoto e a praça Rocha Pombo — todas apresentando um traçado elaborado, lembrando um asterisco. Segundo Yamaki (2006, p. 22), esse desenho, funcional e conveniente, facilitava o acesso e a passagem dos transeuntes por esses logradouros. Com um tratamento mais modesto, foram também consideradas públicas as áreas residuais resultantes da

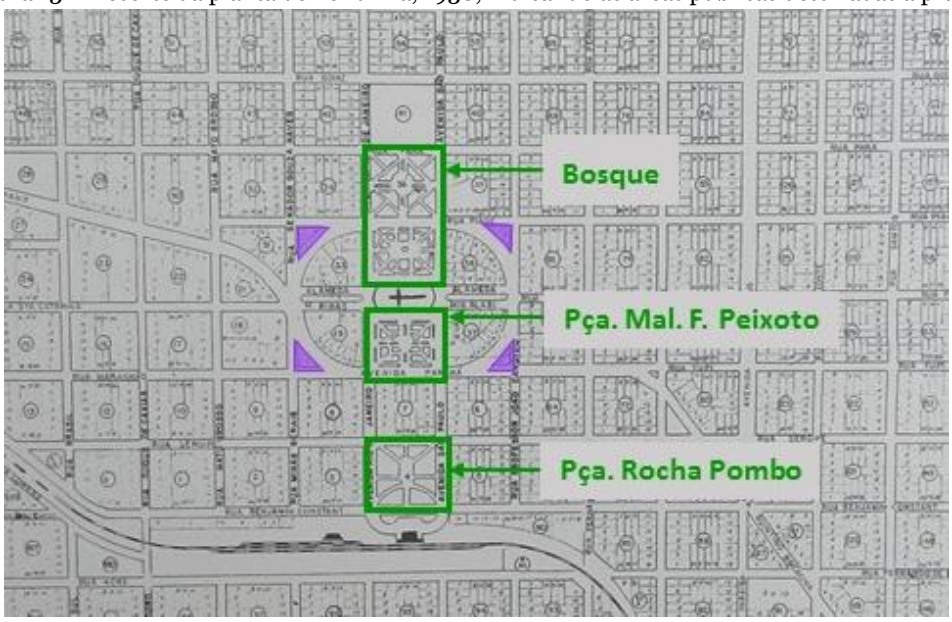
[5] LYNCH, K. A boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 83.

[6] BENEVOLO, L. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 494.

[7] MORRIS, A. E. J. Historia de la forma urbana. Barcelona: GG, 1992. p. 347-348.

imposição da elipse central e da avenida diagonal sobre a malha ortogonal (indicadas no mapa pela cor lilás).

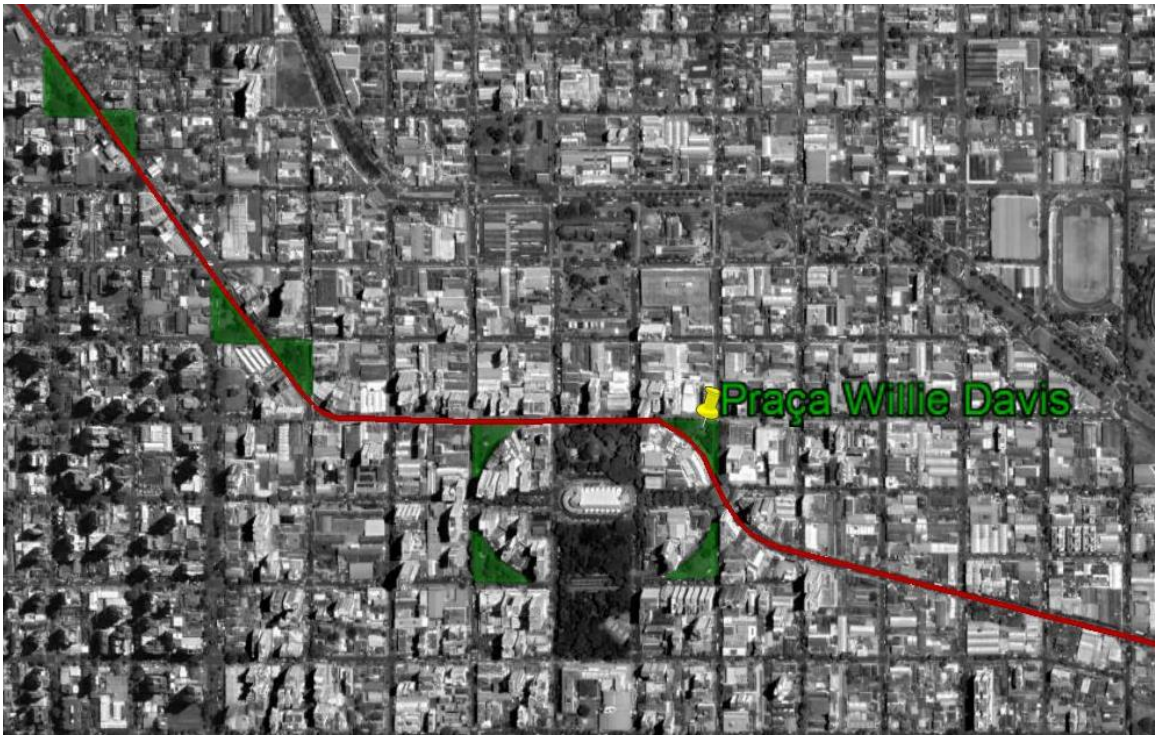
Figura 13 – Recorte da planta de Londrina, 1938, indicando as áreas públicas destinadas a praças



Fonte: adaptado de Yamaki (2003a, p. 23).

Mais adiante, esses antigos espaços residuais ganham o status de praça. É na planta da cidade de 1957-1958 que, pela primeira vez, aparece a denominação desses logradouros. De acordo com a Lei Municipal nº 880, de 22 de fevereiro de 1964, no centro tem-se as praças 1º de Maio, 7 de Setembro, Gabriel Martins e Willie Davis; e, ao longo da atual avenida Quintino Bocaiúva, tem-se as praças Presidente Vargas, 15 de Novembro, 3 de Dezembro, 19 de Dezembro e Jonas de Faria Castro. Dentro da figura elipsoidal estão as alamedas Miguel Blasi e Manoel Ribas (LONDRINA, 1964). (Figura 14)

Figura 14 – Localização das praças, antigos espaços residuais



Fonte: adaptado de Google (2018).

A praça Willie Davis por muito tempo foi considerada o “coração da cidade”, segundo Yamaki (2006, p. 46), que acrescenta: “Londrina reprisava a linguagem de jardins tradicionais, sem prenunciar a vanguarda do Modernismo que seria sua marca maior na década seguinte”. Abaixo, a Figura 15 mostra a praça e, ao fundo, à esquerda, tem-se a sede da CTNP em construção, ao centro vê-se o edifício sede da Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL e, à direita, o Paço Municipal.

Figura 15 - Jardim clássico da praça Willie Davis, anos 1940

Autor: Carlos Stenders, [194-] (Museu Histórico de Londrina).

A imagem abaixo nos permite observar algumas das praças[8] e alamedas centrais.

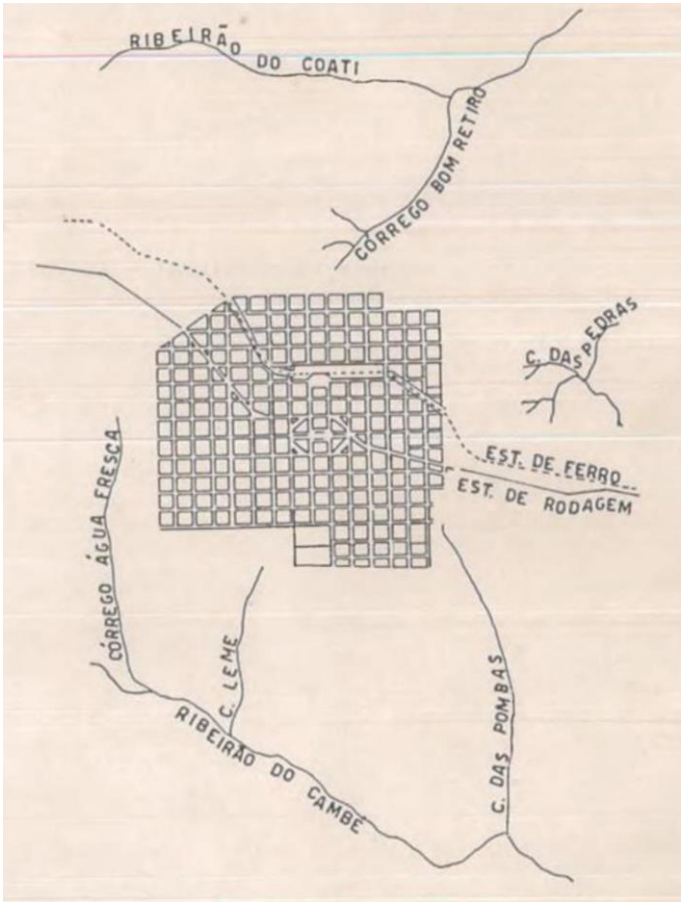
Figura 16 - Vista aérea de Londrina, com localização de algumas praças centrais e a alameda Nilson Ribas, em frente à catedral, anos 1950

Autor: Yutaka Yasunaka, [195-] (Museu Histórico de Londrina).

Sobre a natureza localizada fora do núcleo urbano, o mapa esquemático a seguir (Figura 17) mostra como Londrina foi implantada de modo a evitar os cursos d'água — ainda que o documento tenha sido produzido em 1954, quando a malha urbana já havia excedido a planta inicial. Mesmo sem escala, o mapa mostra que o núcleo urbano foi implantado entre o córrego Quati, ao norte, e o ribeirão Cambé, ao sul. Apesar de o documento não nos oferecer informações topográficas, sabemos que os cursos d'água correspondem às cotas mais baixas, a elipse marca o seu ponto mais alto e a via em diagonal, indicada como "estrada de rodagem", marca a linha de cumeada.

[8] Em 1957 instalou-se a Concha Acústica na praça 1º de Maio; em 1975, a praça Rocha Pombo, em conjunto com a antiga rodoviária (esta, obra de Artigas e Cascaldi) foi tombada pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná; em 1977 as praças Gabriel Martins e Willie Davis foram incorporadas ao calçadão central (av. Paraná); em 2012 o Bosque Central (também tornado praça Mal. Cândido Rondo) foi elevado a Área de Preservação Permanente. Fontes: <codel.londrina.pr.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2017; YAMAKI (2006).

Figura 17 - Situação do núcleo urbano de Londrina em relação ao ribeirão Cambé e aos outros cursos d'água



Fonte: Prandini (1954).

Apesar de os cursos d'água terem definido a implantação do núcleo urbano, o aspecto ambiental não foi questão levada em conta pelos planos da CTNP, e sim os aspectos técnicos e econômicos, de modo que se alcançassem soluções de menor custo, em termos de infraestrtutura urbana, já que se tratava de um empreendimento imobiliário e que, por isso, se deveria priorizar a relação custo-benefício:

> Os cursos d'água, portanto, não são apropriados em sua totalidade, sendo importante apenas do ponto de vista funcional, sem que seus aspectos ambientais se tornem elementos de planejamento urbano. Nos processos de intervenção urbana, a municipalidade tentou reestruturar a forma urbana, mas as discussões pertinentes aos fundos de vale não foram tema da problemática de saneamento, porque ainda não tinham sido ocupados e vieram a ser objeto de discussão apenas no final da década de 60, quando o acentuado crescimento demográfico foi pauta de planos e projetos de ordenamento territorial, principalmente pelas condições de degradação dos fundos de vale. (RESENDE, 2010, p. 138)

Resende (2010) menciona que, mesmo que as questões de salubridade fossem pauta das discussões do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX nas cidades industriais europeias e nas cidades brasileiras emergentes, não houve

reflexo desses temas na primeira fase de urbanização de Londrina, empreendida pela CTNP, primeiro agente do parcelamento urbano. A Companhia não executou redes de saneamento, nem sequer o fizeram os agentes imobiliários que viriam em seguida e que produziriam os próximos loteamentos. Com isso, a função dos corpos d'água

> se limitaria a receber o escoamento superficial, os dejetos sólidos e abastecimento das atividades, mas sem que a sistematização, regulamentação e definição de medidas sanitárias ocorressem na configuração do espaço urbano. (RESENDE, 2010, p. 138–139)

O que algumas fontes nos revelam, ainda que sem grandes destaques, é que, à medida que a cidade se acerca dos fundos de vale, os cursos d'água são apropriados de modo utilitário. No movimento de expansão territorial, instalações industriais se fixaram próximas ao ribeirão Cambé, que é apropriado de modo utilitário tanto para produzir, como é o caso das olarias, quanto para descartar dejetos, como é o caso do curtume e da fábrica de ossos — o que ocorreu com suas margens entre os anos 1950 e 1960. Nesse momento, aliás, suas margens já se encontravam ocupadas por pequenas propriedades rurais e suas benfeitorias — e suas águas eram impactadas pela pequena agricultura, pela criação de animais e pelos dejetos domésticos originados dessas propriedades lindeiras (BORTOLO, 2010; BUCHMANN, 2001; FRESCA, 2002; informação verbal[9]).

1.3. Lazer e sociedade

Como pudemos ver até este momento — e como continuaremos a ver neste mesmo capítulo —, a cidade de Londrina foi solidamente construída sobre os alicerces da iniciativa privada. Inicialmente, foram o seu projeto e sua implantação, em seguida o agenciamento do espaço e, como vimos, também as praças — locais de caráter público, mas de propriedade privada. Em relação às opções de lazer no ambiente urbano, não poderia ser diferente. Londrina destacou-se tanto pelos clubes fechados quanto pela carência de espaços de lazer efetivamente públicos e democráticos.

Entre os autores investigados, Candotti (1997) foi quem sistematizou informações originadas de fontes documentais e ofereceu reflexões especialmente

[9] Comunicação de Ivone Yurika Mizubuti recebida pessoalmente pela autora em 27 de julho de 2017.

sobre esse assunto. Portanto, recorremos a ela para vislumbrarmos parte do cenário social nos primeiros anos da vida urbana de Londrina.

A fotografia abaixo, registrada por José Juliani[10] em 1934, revela, curiosamente, uma quadra de tênis rodeada de casas de madeira e ranchos de palmito, numa cidade ainda sem infraestrutura, que emergia no clarão em meio à mata densa. Tratava-se, como cita Candotti (1997, p. 83), de um lazer instituído para atender aos membros da Companhia de Terras Norte do Paraná, a pequena elite local.

Figura 18 - Foto tirada a partir da Igreja Matriz. À esquerda vê-se a atual Alameda Manoel Ribas e à direita, a quadra de tênis dos funcionários da CTNP. Na construção maior e ao centro funcionava o hospital da CTNP

Autor: José Juliani, 1934 (Museu Histórico de Londrina).

Em 1946, a quadra foi transferida para onde surgiria o Londrina Country Club, que se instituiu a partir de um alqueire de terras doado pela CTNP. O clube, destinado ao lazer das classes mais altas, promovia bailes, concursos, concertos e competições esportivas. O Grêmio Literário e Recreativo Londrinense surgiu um pouco antes, em 1942, a partir da iniciativa de um grupo também da elite. E, em 1949, o Paraná Jornal anunciava a instalação de mais um clube aristocrático em Londrina, o Jóquei Club. Candotti (1997) também identificou outros estabelecimentos menores em funcionamento na década de 1930 e 1940: Clube Dançante Internacional, Lider Club, Club Londrinense, Club Harmonia, Sport Club de Londrina e Clube Redondo — este

[10] José Juliani (1896–1976) foi fotógrafo oficial da Companhia de Terras do Norte do Paraná até 1944. Depois, montou o seu ateliê particular, registrando famílias, festas, inauguração de obras e comemorações. Em sua última fase, atuou como fotógrafo lambe-lambe na Praça da Bandeira, ao lado da Catedral. Pelo seu legado, é possível identificar todo o período de colonização e o desenvolvimento de Londrina. Seu acervo no Museu Histórico reúne 440 fotos, 390 negativos de vidro e um álbum com 108 imagens (SATO, 2010).

construído pela CTNP e destinado a bailes beneficentes. Apesar de a maioria deles ser frequentada pela elite, surgiram também opções mais populares, como o Panela de Pressão e Clube Quadrado — talvez em oposição ao Clube Redondo?

Segundo a autora, para o restante da população sobrava como lazer as pescarias, as caçadas, as reuniões familiares e as poucas festas públicas, como as quermesses, organizadas a partir de 1934, com a construção da Igreja Matriz. Se, ao serem citadas "pescarias" e "caçadas", temos indícios de que a natureza também se apresentava como uma opção de lazer para aqueles que se colocavam à parte da vida social urbana, o trecho abaixo citado, da revista A Pioneira, reafirma sua apropriação para além da sua função utilitária e relaciona-a aos moradores das classes mais baixas:

> A vida em Londrina, nesse ambiente ainda simples, era árdua. Daí a necessidade de um derivativo para amenizar as agruras da vida (...) Uns procuravam os rios, para as pescarias, outros embrenhavam-se nas matas para caçar. Outros mais aristocráticos e menos amigos do agreste preferiam o jogo de tênis, para encherem o vazio das horas de lazer. (A PIONEIRA, 1948, p. 54 apud CANDOTTI, 1997, p. 82)

Figura 19 - Quadra de tênis da CTNP, anos 1930

Fonte: Fonte: Futebol ([193-]).

Figura 20 – Funcionários da CTNP em partida de tênis, anos 1930

Fonte: Fonte: Quadra ([193-]).

No entanto, essa possível relação entre natureza e lazer, cultivada pelos londrinenses de classes mais modestas, viu-se ameaçada pela Lei nº 219, de 31 de dezembro de 1953. O capítulo 1 da referente lei tratava "Dos costumes, da tranquilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos" (LONDRINA, 1953). Criado em complemento à Lei nº 133/51 (que veremos no subcapítulo 1.5) e mais conhecido como Código de Posturas do Município, o documento tratava de um conjunto de normas de conduta que tinha como finalidade regular a vida da população em espaços públicos e

privados. Segundo Candotti (1997, p. 144), enquanto a Lei nº 133 procurava ordenar o espaço urbano, o Código de Posturas procurava disciplinar a vida dos habitantes nesse espaço, "tanto no aspecto higiênico quanto moral, o que consequentemente estaria contribuindo para a higienização e moralização do público e do privado".

No artigo 60, podemos identificar a proibição dos cursos d'água como local de lazer:

> **Art. 60**. Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagôas da Cidade, Vilas e Povoados.
>
> § 1º A prefeitura designará local próprio para banhos ou esportes náuticos, devendo as pessôas que neles tomarem parte apresentar-se de modo decente.
>
> § 2º Esta disposição deverá ser observada nos clubes, sob pena de multa estabelecida no artigo 63 e cassação da licença de funcionamento. (LONDRINA, 1953)

Já o artigo 62 restringe manifestações que não fazem parte do cotidiano dos estratos mais altos da população:

> Art. 62. É expressamente proibido, sob pena de multa:
>
> [...]
>
> II – Promover batuques, congadas e outros divertimentos congêneres na Cidade, Vilas e Povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares. (LONDRINA, 1953)

Como se pode constatar — e como Candotti (1997, p. 147) também observa —, apesar de dirigir-se à população em geral, determinados artigos do Código de Posturas proibiam certos hábitos culturais de grupos pertencentes aos extratos mais baixos da população — como batuques, congadas e banhos de rio —, mas permitiam, por exemplo, bailes e reuniões familiares, atividades de lazer características dos grupos da elite.

1.4. Poder público e inciativa privada

A relação entre o poder público municipal e a CTNP nos processos de constituição e de desenvolvimento de Londrina é assunto abordado em diversas pesquisas sobre a história da cidade, que, como cita Reis (2006, p. 9), "é um exemplo perfeito de cidade criada pela iniciativa privada, em uma frente pioneira".

Até o ano de 1944, a produção do solo urbano esteve sob o monopólio da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Num Estado com poucos recursos e sem condições de viabilizar o desenvolvimento da região, a empresa britânica assumiu as obrigações do governo, conduzindo tanto os trabalhos de assentamento urbano e rural quanto a construção da Estrada de Ferro São Paulo–Paraná. Nesse momento, de acordo com Sevcenko (1992, p. 108), toda a produção cafeeira passa a convergir para um único porto, o de Santos, e para um único centro articulador — técnico, financeiro e mercantil —, a cidade de São Paulo. Desse modo, como afirma Müller (2007, p. 89), a história do Norte do Paraná começa como um capítulo da vida paulista em território paranaense, visto que o que se produzia ali fazia parte da economia paulista.

Por ter sido proprietária da maioria dos lotes urbanos e rurais, e dispondo de recursos financeiros para a realização de obras, a CTNP exerceu por muito tempo, ainda que discretamente, o comando das decisões políticas, mesmo depois de Londrina ter se tornado município, em 1934. Pouco tempo após a posse do primeiro prefeito, Joaquim Vicente de Castro, a imprensa local fazia críticas ao fato de a prefeitura não manter a posse de nenhum patrimônio público (CANDOTTI, 1997). Sobre isso, a autora transcreve um trecho de matéria publicada no jornal Paraná-Norte de fevereiro de 1935:

> O nosso município creado a pouco, não tem patrimonio, não possue um palmo de terra e está inhibido de legislar sobre terrenos. Sobre estes somente se pode aplicar leis substantivas. **Até as ruas, praças e áreas separadas para jardins, etc, são de propriedade particular**. Falta para o pleno exercício de domínio da Prefeitura a cousa simplíssima dum patromonio. Enquanto não existir, a cidade de Londrina é um povoado particular.
>
> Tudo quanto ahi está fazendo a Prefeitura, de leis e regulamentos, para construções, calçamentos, muros, etc., etc., é letra morta porque **aos poderes públicos é vedada a interferência na direção da propriedade particular**, salvo nos casos de manutenção da ordem, saúde publica e outros exepcionaes. (...) Para o governo ilustre, snr. Manoel Ribas, apelamos no sentido de ser obtido o patrimônio em referencia e atenuado o vigor da lei municipal que vem entravando o progresso local com exigências que podem trazer em seu bojo as melhores intenções, que a ninguém é licito duvidar, porem de difícil aplicação em nosso meio ambiente porque vem retardar o progresso local e castigar de maneira desuzadamente rigorosa os pequenos proprietários e os menos favorecidos da fortuna, com a consequente elevação dos alugueis, uma vez que não se permite as construções modestas, as casas para os humildes, para os operários, funcionários e empregados de pequena categoria [sic]. (JORNAL PARANÁ-NORTE apud CANDOTTI, p. 68, grifo meu)

Apesar de a matéria acima citada expor a dificuldade da administração pública municipal em governar uma cidade formada por propriedades particulares,

Candotti (1997) defende que uma análise mais precisa revela também nuances mais profundas na relação entre o poder público e o privado. A autora chama atenção para o fato de que o jornal Paraná-Norte funcionava, na verdade, como porta-voz da CTNP. Ela também menciona que o prefeito indicado pelo governador interventor Manoel Ribas não agradava aos dirigentes da empresa e aos que participavam do seu círculo de poder. Se aparentemente a imprensa parece interceder pelo poder municipal, Candotti (1997) entende que as considerações expostas na matéria representariam uma afronta ao prefeito recém-nomeado, demonstrando a ele que Londrina era, em realidade, uma propriedade particular da CTNP, e que teria dificuldade em implantar qualquer lei que criasse ou medida que tomasse.

Mais adiante, por meio de um documento datado de 21 de junho de 1935, a CTNP doa diversos terrenos à prefeitura. A igreja matriz, o primeiro hospital, o matadouro, o cemitério e o grupo escolar são exemplos de estabelecimentos e instituições construídos em terrenos doados pela CTNP, que na ocasião também doou terrenos de caráter público situados em área urbana, como ruas, praças, jardins e terrenos vazios (BORTOLO, 2010; CANDOTTI, 1997).

A partir do momento em que essas doações são feitas, a prefeitura vê-se em débito com a Companhia e abre oportunidade para possíveis interferências vindas dela, segundo Candotti (1997). Desde então, as críticas à política administrativa municipal veiculadas no jornal Paraná-Norte passaram a fazer referência à exorbitante cobrança de impostos. Como a maior detentora dos imóveis da cidade e, portanto, como a maior contribuinte fiscal, a Companhia tenta negociar o abatimento de alguns dos seus tributos. No entanto, sem sucesso no acordo, queixa-se da má administração municipal ao governador interventor Manoel Ribas, que, em maio de 1935, afasta e substitui o então prefeito Joaquim Vicente de Castro.

1.4.1 A expansão para além da “planta azul”

Segundo Lima (2000, p. 128-129), o processo de urbanização de Londrina intensificou-se a partir da segunda metade da década de 1940, seguindo a tendência nacional de urbanização e de industrialização típica do período pós-Segunda Guerra Mundial. Na divisão de trabalho nacional, o Norte do Paraná participava com a produção de café para exportação e de cereais para o abastecimento do mercado

interno. Nesse contexto, entre os anos 1940 e 1950, a cidade torna-se um forte polo de migração, atraindo sobretudo paulistas e mineiros. Arias Neto (2008, p. 100) afirma que, nessa mesma década, a população na região havia aumentado 186,2%, mais que o dobro do crescimento populacional de todo o Estado.

A implantação das cidades novas indicava as aspirações do discurso progressista, que, recém-chegado, fazia-se manifestar. Se na metrópole paulista a modernidade se materializava por meio das transformações urbanas, no interior, o espetáculo da modernidade colocava a floresta abaixo e transfigurava a paisagem natural. Em relação a São Paulo, a modernidade do interior diferia "em escala, intensidade e ritmo", mas "equivalia no efeito estimulante, eufórico e catalisador que em geral acompanhava a noção de progresso" (OLIVO; REGO, 2004, p. 515). Afora o desmatamento acelerado, a expansão da economia rural exigiu que a cidade se estruturasse para além do núcleo urbano inicial para suportar o aumento de atividades terciárias e a demanda do consumo. Segundo Arias Neto (2008, p. 100-101), em 1948 registravam-se 478 indústrias — serrarias, máquinas de beneficiamento de arroz, café, algodão, etc., olarias, marcenarias, selarias, fábricas de doce, sapatarias, tipografias. Havia 878 estabelecimentos comerciais — açougues, barbearias, quitandas, cerealistas, peixarias, tinturarias, lavanderias. Além disso, registravam-se 45 hotéis e pensões, quatro cinemas e 154 consultórios/escritórios de profissionais liberais.

Projetado para uma população de, provavelmente, até 20 mil habitantes[11], o traçado inicial da "planta azul" é transbordado. Novos bairros — chamados de "vilas" — foram abertos nas áreas periféricas, sobretudo para atender aos migrantes que chegavam. A CTNP, que esteve à frente do mercado urbano das terras até 1944, foi vendida para o grupo paulista Mesquita e Vidigal, mudando seu nome para Cia. Melhoramentos Norte do Paraná (Figura 21).

[11] Existe uma afirmativa comum entre pesquisadores e fontes secundárias (acadêmicas ou não) de que Londrina foi projetada para 30 mil habitantes. No entanto, até o momento, nenhum documento ou fonte primária de fato confirma essa informação. Yamaki (2003, p. 13) diz que, se considerarmos o número de lotes no plano inicial, a população ficaria muito aquém desse total preconizado e supõe que talvez a cidade de 30 mil habitantes tenha sido imaginada como dimensão ideal, baseada em pesquisas sobre as cidades-jardim de Howard. Resende (2010, p. 148), por sua vez, considera aproximadamente 3.600 lotes urbanos e uma proporção de 5,5 habitantes por lote, chegando ao resultado de 19.800 habitantes.

Figura 21 - Peça publicitária da CMNP

Fonte: CMNP (1958).

Esse momento propiciou o surgimento de novos agentes na produção do espaço: os loteadores independentes — ou "terranistas", os retalhadores de terra — que abriam, sem planejamento e sem projeto, novos bairros nas bordas do traçado xadrez inicial, ocupando indevidamente uma área prevista para funcionar como cinturão verde da cidade[12]. Esses novos loteamentos não davam continuidade às vias existentes nem eram acompanhados de infraestrutura urbana (rede de água e esgoto, iluminação pública, calçamento, drenagem de águas pluviais), contribuindo para a queda da qualidade de vida na cidade (LIMA, 2000; OLIVO; REGO, 2014), o que na época traduziu-se popularmente pela expressão: "problema, irmão gêmeo do progresso" (ARIAS NETO, 2008, p. 150).

A insatisfação e as reivindicações por melhorias tornaram-se assunto constante nos jornais da época e fizeram com que o poder público intervisse, apoiando-se, de acordo com Arias Neto (2008, p. 104-105), numa "ordenação racional adequada aos novos tempos", baseando-se nos modernos métodos e técnicas urbanísticas. Entre 1951 e 1955, para regular a vida municipal, foi elaborado um conjunto de leis baseado inteiramente, segundo Arias Neto, nos postulados gerais da Carta de Atenas (1933) —

[12] "A CTNP pautou suas atividades fundiárias em um esquema de colonização sistemática e urbanização deliberada cujo modelo não era senão uma adaptação ao contexto local e à iniciativa privada do modelo de cidade social proposto por Ebenezer Howard; com isso, pequenas cidades independentes e espaçadas regularmente, separadas por cinturão verde que protegia as nascentes vizinhas e conectadas pela ferrovia, eram a base da ocupação territorial junto com o microparcelamento da zona rural" (REGO; DESTEFANI; CRISTO, 2013, p.1).

documento produzido a partir do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em que se discutiu como o paradigma da arquitetura moderna poderia responder aos problemas causados pelo rápido e caótico crescimento das cidades, provocado pelo processo de industrialização desencadeado no período pós-guerra.

Nessa direção, o município toma medidas para estruturar sua administração, contratando técnicos e elaborando leis e estatutos. Para a Diretoria de Obras e Viação foi nomeado o engenheiro Rubens Cascaldi, que, junto ao engenheiro Ivo Ernesto Lopes de Oliveira, iniciou o processo de regulação da área urbana (GUADANHIM, 2002; LIMA, 2000).

> A proibição dos novos loteamentos foi a primeira medida adotada pelo novo prefeito, em 1948, até que o plano urbano estivesse pronto [...]. Neste período, os parcelamentos, anteriores, chegaram próximos, mas **sem atingir as margens dos cursos d'água, evitados no início da construção da cidade**.
>
> Foi dentro desse quadro [...] que a municipalidade veio a contratar os serviços de Prestes Maia, em 1950. (LIMA, 2000, p. 132, grifo meu)

1.5. O Plano Prestes Maia, 1951

A Sociedade Amigos de Londrina (SAL)[13] — que em 1947 havia influenciado a eleição do prefeito Hugo Cabral (advogado e cafeicultor) e de vários vereadores vinculados a ela, e que já havia levado Artigas a Londrina —, em 1950, recomenda a contratação dos serviços de Francisco Prestes Maia, com a finalidade de elaborar um plano urbanístico para a cidade. Engenheiro civil, urbanista e por duas vezes nomeado prefeito interventor de São Paulo, Prestes Maia já havia elaborado o Plano de Avenidas para a capital paulista (1930) e o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas

[13] Sob o regime do Estado Novo, cada município passou a ter um prefeito nomeado pelo interventor federal em cada estado. Na ausência de esferas políticas de representação, algumas associações assumiram papel mais relevante de comunicação e intermediação entre a sociedade civil e o executivo municipal, como foi o caso da Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo (SAC), que tinha como objetivo elaborar o plano geral da capital. Prestes Maia, aliás, foi eleito presidente da SAC em 1935. Fundada em 1946, já no início do período democrático, a SAL seguia a prática da SAC. Entidade sem fins lucrativos e composta inicialmente por 136 sócios, ela reunia a elite política, social e econômica da cidade, organizada em comissões temáticas para discutir melhoramentos urbanos, assistência social, educação e cultura e assessorar as decisões governamentais. Mais especificamente, consta no estatuto da SAL que um dos seus propósitos era realizar a elaboração do plano geral da cidade de acordo com os modernos princípios de urbanismo — daí a recomendação de Francisco Prestes Maia (1896–1965) com a finalidade de atingir o seu objetivo (LIMA, 2000; REGO; OLIVO, 2014).

(1934–1945). Além de ser vinculado ao mesmo partido político[14] do então prefeito Hugo Cabral, o engenheiro foi contratado sobretudo por sua credibilidade como urbanista, considerando suas obras de remodelação urbana ao estilo haussmaniano, que provocaram grandes transformações na estrutura e na paisagem de São Paulo (LIMA, 2000; OLIVO; REGO, 2014).

Segundo Lima, a capital paulista era modelo de futuro e de progresso para essa cidade nova, sem referencial histórico próprio, com grande potencial econômico e que adota o moderno como aspiração. A contratação de Prestes Maia era, portanto, a afirmação do ideal de modernidade, que foi recebida com entusiasmo por Londrina:

> O jornal O Município, de 19 de abril de 1951, proclama a vinda de Prestes Maia, a convite do prefeito Hugo Cabral, para estudar o plano urbanístico da cidade. "Como se sabe, o Dr. Prestes Maia, ex-prefeito da paulicéia, é uma das maiores autoridades em urbanismo e dará a Londrina um planejamento à altura do progresso que a cidade menina vem desfrutando". (LIMA, 2000, p. 136)

De acordo com Olivo e Rego, entre os documentos remanescentes do trabalho de Prestes Maia em Londrina encontram-se apenas um manuscrito intitulado Estudo de Urbanismo para a Cidade de Londrina e a própria Lei nº 133/1951, sancionada em dezembro do mesmo ano e resultante do estudo proposto, o qual consistia em um roteiro manuscrito, sem data, que descrevia, em linhas gerais, as estratégias para um plano diretor. Essencialmente, o modelo indicado para Londrina compreendia um plano de avenidas e uma legislação urbanística que abrangia loteamento, arruamento e zoneamento — proposta ancorada fortemente em trabalhos e experiências anteriores, como o Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo. Ainda segundo Olivo e Rego (2014, p. 521-522), apesar de Prestes Maia ter conhecimento de várias correntes urbanísticas da época, "sua linha de intervenção se assemelhava mais ao urbanismo praticado nos Estados Unidos nas duas primeiras décadas do século XX" — uma praxe urbanística que buscava maior funcionalidade e embelezamento da cidade e que representava "uma visão bastante avançada para o cenário urbano que se apresentava naquele momento em Londrina".

Popularmente conhecida como "Plano Prestes Maia", a Lei nº 133/1951 foi organizada em seis capítulos: 1) Formalidades; 2) Determinações Gerais; 3) Ruas e Logradouros; 4) Loteamentos; 5) Zoneamento; 6) Disposições Diversas.

No Capítulo II — Determinações Gerais, Prestes Maia abordou o urbanismo, a administração e o direito, que, segundo Lima (2000, p. 168), são estruturadores do

[14] União Democrata Nacional (UDN).

Plano e estão presentes até hoje no traçado e na administração da cidade. Ainda que a Lei intervenha em variadas instâncias, nota-se que, especialmente neste capítulo, é evidenciado o cuidado com a paisagem e a natureza, almejando o conforto ambiental e o embelezamento da cidade por meio da preservação de alagados, encostas íngremes e os diversos fundos de vale espalhados pela área urbana — o que possibilitaria a criação e a reserva de áreas livres para futuros parques lineares.

Analisando a Lei mais aproximadamente, o Artigo 11 indica que, entre um conjunto de exigências, os arruamentos e loteamentos deveriam adaptar-se às variações do terreno, preservando os acidentes interessantes, as belezas naturais e pontos de vista panorâmicos. Nesse sentido, o Artigo 14 esclarece que o esquema viário deveria evitar uma rigidez excessiva — diferente do arruamento ortogonal do plano original da cidade —, de modo a "preservar ou criar pontos de vista e perspectivas interessantes, mantendo os bosques e exemplares vegetais notáveis, mesmo às custas de pequenas irregularidades" (LONDRINA, 1951, p. 8). Ao mesmo tempo, seria preciso atentar-se para não cair em "irregularidades excessivas que dêem mais ideia de fantasia do que de um funcionalismo racional" (LONDRINA, 1951, p. 8). Ainda, sugere que parques e cortinas verdes seriam bem-vindos para proteger os moradores e transeuntes contra gases, maus odores e ruídos.

Especialmente em relação aos fundos de vale, o mesmo Artigo 14 indica resguardá-los a fim de "garantir o escoamento das águas pluviais e sanitárias". A Lei, em seus Artigos 22 e 23 (LONDRINA, 1951, p. 10), prevê que, ao longo dos cursos d'água localizados na área urbana, em ambas as margens deveriam ser dispostas vias de sexta categoria ou superior, ou seja, ruas com largura mínima de 14 m, de acordo com o Artigo 38 (LONDRINA, 1951, p. 14). Essas ruas deveriam ser implantadas acima da linha das enchentes, formando uma faixa verde entre o córrego e a via pública, que deveria ser destinada a ajardinamento, arborização ou serviço. Essa medida permite que os cursos d'água tenham espaço para transbordar, ao mesmo tempo em que torna essa faixa visualmente delimitada, o que dificulta a sua apropriação — privada ou pública — indevida. Somado a isso, o mesmo artigo informa que o loteador deve incluir no arruamento marginal um sistema de drenagem e saneamento das margens contra a erosão, além de não poder "fazer alterações radicais em trechos de rios tais como: cortar curvas, desviar braços, etc., sem estudo e aprovação especial" (LONDRINA, 1951, p. 10). E, no Artigo 24, em seu parágrafo 1º, arremata: "não serão permitidas

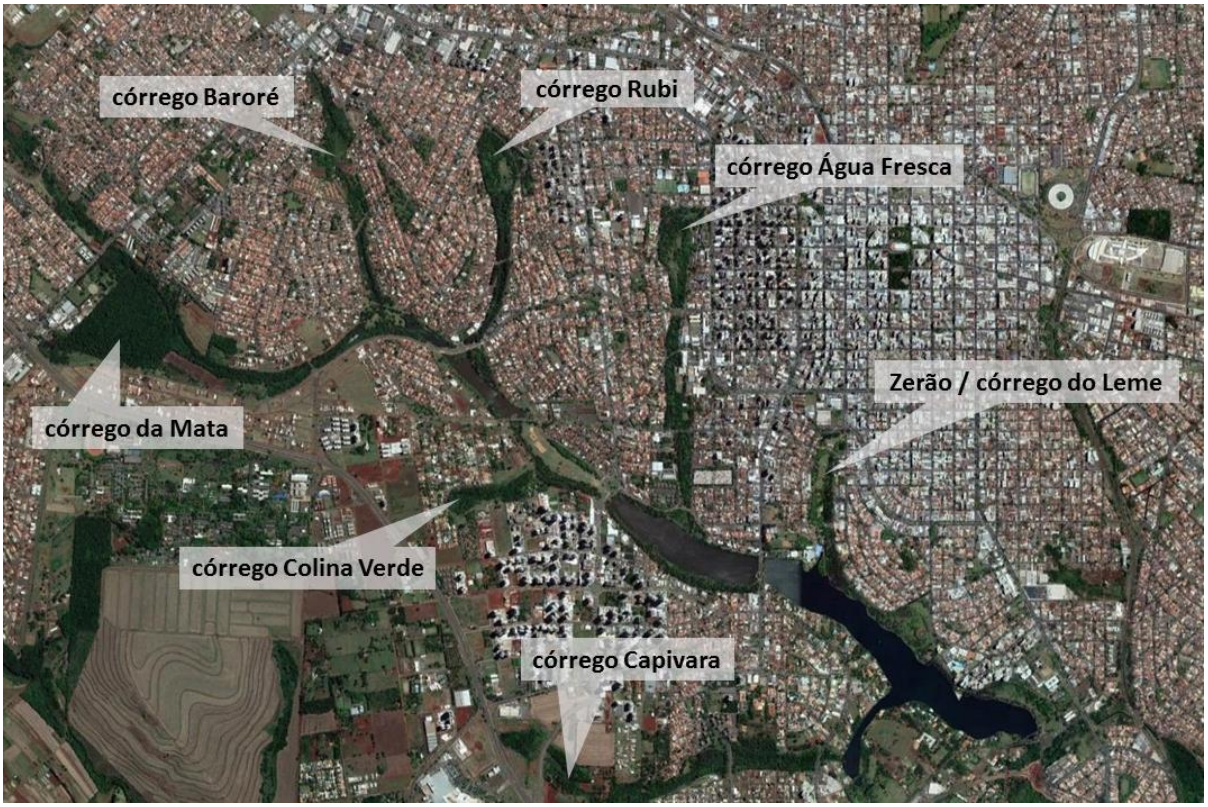
construções urbanas por cima de cursos d'água, salvo casos industriais e outros, dependentes de aprovação especial" (LONDRINA, 1951, p. 11).

O Artigo 14, por sua vez, orienta que, "em casos de utilização industrial, recreativa ou esportiva, as ruas laterais podem se afastar das margens em certa extensão, deixando interpostas as áreas necessárias àqueles objetivos". Para Olivo e Rego (2014, p. 525), essa ideia remontava às parkways[15], criadas pelo arquiteto-paisagista norte-americano Frederick Law Olmsted (1822–1903). Pensando nas parkways como corredores verdes de avenidas, destinadas a proporcionar experiências de condução prazerosa dentro da cidade (como se estivéssemos viajando), como indica o site Frederick Law Olmsted Parks[16] — facilmente nos vem à mente as vias arborizadas que margeiam todos os lagos Igapó na cidade de Londrina. De fato, é quase impossível não passar por essa experiência nos deslocamentos cotidianos feitos em automóvel pela cidade — especificamente no encontro das regiões Centro, Sul e Oeste, onde temos o ribeirão Cambé e os seus afluentes. A imagem a seguir localiza alguns deles.

[15] "Parkway é uma tipologia paisagística criada por Olmsted e Vaux, em 1866, no projeto do Prospect Park, no Brooklyn, em Nova York. Originalmente designava uma via larga densamente arborizada, com tratamento cênico, conectada a um parque" (BONZI, 2014, p. 122).

[16] Olmsted Parks Conservancy (2017).

Figura 22 – Ribeirão Cambé e alguns dos seus afluentes



Fonte: adaptado de Google (2018).

Em relação aos grandes arruamentos e à criação de novos núcleos urbanos, a Lei indica, no Artigo 16:

> Nos grandes arruamentos e na criação de novos núcleos urbanos, aplicar-se-ão, conforme as circunstâncias, as ideias de "unidades residenciais" (Neighbourhood-unit), cidades jardins, bairros jardins, cidades lineares e outras concepções urbanísticas referentes à organização e conjuntos. (LONDRINA, 1951, p. 8)

Entre os novos conceitos de produção e apropriação do espaço urbano introduzidos na cidade por Prestes Maia, Lima (2000, p. 138) destaca, nesse Artigo 16, a referência feita à Cidade-Jardim, de Howard, à Cidade Linear, de Sorya Y Matta, e à unidade de vizinhança, conceito de organização espacial desenvolvido por Clarence Perry. Dessas referências surgiu o Jardim Shangri-lá (1952), implantado de forma adjacente à área urbanizada e projetado pelo engenheiro-arquiteto paulista Leo Ribeiro de Moraes (1912–1978), segundo Olivo e Rego (2014, p. 526). (Figura 23)

Figura 23 – Vista áerea do Jardim Shangri-lá A, 1969

Autor: Oswaldo Leite, 1969 (Museu Histórico de Londrina).

No Capítulo III – Ruas e Logradouros, Prestes Maia define os percentuais das áreas públicas dentro dos loteamentos, as configurações dos espaços públicos e os parâmetros técnicos para arborização. No Artigo 34, lê-se que, na área urbana, além do espaço destinado às ruas, deveria haver ainda uma "proporção para espaços livres (praças, jardins e parques) não inferior a 6% da área total do terreno" (LONDRINA, 1951, p. 13). O Artigo 37 vai além e esclarece que não poderiam ser computáveis como área livre "os pequenos canteiros encontradiços nos passeios, nos refúgios e esquinas inferiores a 2,50 m de largura e 30 m² de área" (LONDRINA, 1951, p. 13), ou seja, os espaços que consideramos e denominamos como "residuais".

Em relação à arborização de vias, o Artigo 55 indica que as ruas e estradas devem ser, em regra, arborizadas bilateralmente e apenas admitida arborização unilateral caso haja insuficiência de largura total disponível. Além da questão funcional, observa-se também a preocupação estética quando o artigo recomenda que, no caso das rodovias, a arborização deverá, de preferência, ter disposição irregular e pitoresca. Já o Artigo 60 dedica-se a definir os parâmetros técnicos para arborização, como as espécies a serem plantadas em determinação das propriedades de cada espaço, o método de plantio das mudas e a proteção adequada até o seu crescimento, o espaçamento entre as árvores, as instruções para a poda, etc.

Além das medidas que incidem na qualidade da paisagem, a nova legislação exigiu que os loteadores deveriam prover rede de esgoto para os novos loteamentos — uma medida referente à infraestrutura que incide diretamente na qualidade ambiental dos fundos de vale (RESENDE, 2010, p. 158).

Para além do conjunto de ideias e recomendações registrado e legitimado por meio da Lei nº 133/1951, Lima (2000) e Olivo e Rego (2014) ressaltam que muitos dos dispositivos previstos no plano não foram implementados. Prestes Maia havia previsto uma etapa posterior ao seu Estudo de Urbanismo para a Cidade de Londrina e um survey que não foi realizado, o que deixou algumas lacunas e ideias pouco definidas. Lima argumenta que a aplicação parcial do plano se deu pela contribuição de mais dois outros aspectos. Primeiramente, a redação do plano em muitos casos se restringia a simples recomendações ou deixava sua aplicação a critério do técnico da prefeitura. Em segundo lugar, havia a falta de técnicos com conhecimento suficiente para gerenciar o plano, que possuía certa complexidade teórica e por isso oferecia dificuldades aos engenheiros que não dispunham de uma grande carga de conhecimento na disciplina de urbanismo. Mas Lima também defende que, apesar disso, o Plano Prestes Maia deixou sua marca indelével na estrutura e na fisionomia da cidade; e afirma que, de todas as propostas do plano, a preservação da natureza foi o único projeto materializado em sua totalidade — enquanto as outras foram parcialmente implantadas ou esquecidas (LIMA, 2000 p. 199).

Em uma análise abrangente, pode-se dizer que é no Plano Prestes Maia que nasce a distinção do que é espaço público e espaço privado — incluindo o estabelecimento da disciplina do mercado imobiliário. A definição de áreas públicas (ruas e praças), áreas institucionais (edifícios públicos) e áreas de proteção aos cursos d'água foram aplicadas pela municipalidade com uma amplitude maior que na legislação paulista, que só passa a adotar a mesma regra em 1972, com a Lei nº 7.805. Para Lima (2000, p. 168), o conjunto dessas normas foi a forma encontrada para prover o espaço urbano de áreas para atividades públicas. Prestes Maia estabeleceu

> [...] uma proporcionalidade para terras públicas e a área loteada, dentro da noção de responsabilidade social, como solução para estabelecer espaços coletivos, já que o Estado Brasileiro, patrimonialista, não mostrava interesse em enfrentar a questão da posse da terra. Esta questão permanece ainda nos dias de hoje. (LIMA, 2000, p. 175)

Ainda que, segundo o autor, o Plano Prestes Maia tenha sido conservador em pontos específicos (nos quais não convém nos aprofundarmos neste momento), com efeito, diversos autores corroboram seu caráter — ou, ao menos, seu discurso — modernizador e preservacionista.

Arias Neto (1998, p. 106) defende:

> Poder-se-ia, pois, denominar o conjunto legislativo criado na década de cinquenta em Londrina de Estatuto da Cidade Moderna, pois ele revela o esforço de criação do espaço urbano ao regular a vivência humana em cidade, demarcando os limites da mesma e procurando dela expurgar as marcas do rural.

Embora o foco da sua pesquisa de doutorado tenha sido a influência da arquitetura moderna nas residências de Londrina, Guadanhim (2002, p. 74) destaca que "um aspecto relevante na malha da cidade foi a preservação dos fundos de vale", desde a época da sua ocupação: "inicialmente o plano da CTNP ocupava somente as partes altas por motivos sanitários — que foi de certa forma seguida pelos loteamentos posteriores e finalmente institucionalizada no plano de Prestes Maia". Ainda, o autor refere-se à Lei nº 133/1951 como "fruto do racionalismo modernista", vindo a "fortalecer a apologia da modernidade naquele momento".

Olivo e Rego (2014, p. 529, grifos meus) concluem:

> Com efeito, a atuação local de Prestes Maia alterou a paisagem urbana de Londrina e contribuiu para a **imagem moderna da cidade**.
>
> [...]
>
> O Estudo Urbanístico teve valor tanto como representação da retomada do espaço urbano pelo poder público, quanto por introduzir novas noções e novas práticas urbanísticas. Inicialmente questionado por imobiliaristas, o plano foi efetivamente implantado na década de 60, e perdurou por um longo tempo. Seus principais efeitos puderam ser sentidos na constituição de um sistema viário hierarquizado e mais eficiente, na implementação do zoneamento, na proposição de novas formas de arruamento e na **preservação dos fundos de vale**.

A atuação de alguns servidores públicos municipais também se mostrou fundamental no êxito do caráter preservacionista do Plano Prestes Maia. O engenheiro civil aposentado Rudolpho Horner (informação verbal)[17] salienta que o viés ambientalista da sua formação profissional foi uma herança de família: antes de imigrar para o Brasil, seu avô, ainda na Alemanha, era grande admirador do naturalista

[17] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 11 de julho de 2017.

Alexander von Humboldt[18], também alemão. De acordo com Horner, o Plano Prestes Maia permitiu que os cursos d'água tivessem espaço para transbordar, ao mesmo tempo em que tornou essa área visualmente delimitada pelas vias que percorriam o seu perímetro. "Lindo isso aí. Isso aí é um achado", ainda se admira Horner, do alto de seus 81 anos, lembrando-se também de que seu pai, quando morava na cidade de São Paulo, benemérito nas horas vagas, fabricava barcos para socorrer moradores atingidos por enchentes, no início do século XX.

No entanto, segundo o engenheiro, o Plano Prestes Maia não definia qualquer uso ou restrição de uso para essa faixa entre a água e a via. Desse modo, a intenção dos chamados proprietários-arruadores era preservá-la num primeiro momento, para loteá-la e vendê-la quando estivesse mais valorizada, depois que os terrenos mais altos já estivessem ocupados. Partindo do princípio de que 10% da área loteada deveria ser reservada para a instalação de praças, Horner faz um acordo com os proprietários-arruadores: eles doariam certa área do fundo de vale para a municipalidade e em troca tinham a metragem para a instalação de praças diminuída. A proporção era em torno de dois para um: cada 2 m2 dessa área correspondia à diminuição de 1 m2 de área destinada à praça. Essa providência um tanto quanto heterodoxa custou-lhe um processo administrativo à época, mas ao fim o processo foi arquivado e a medida, incorporada aos futuros planos diretores, relata Horner.

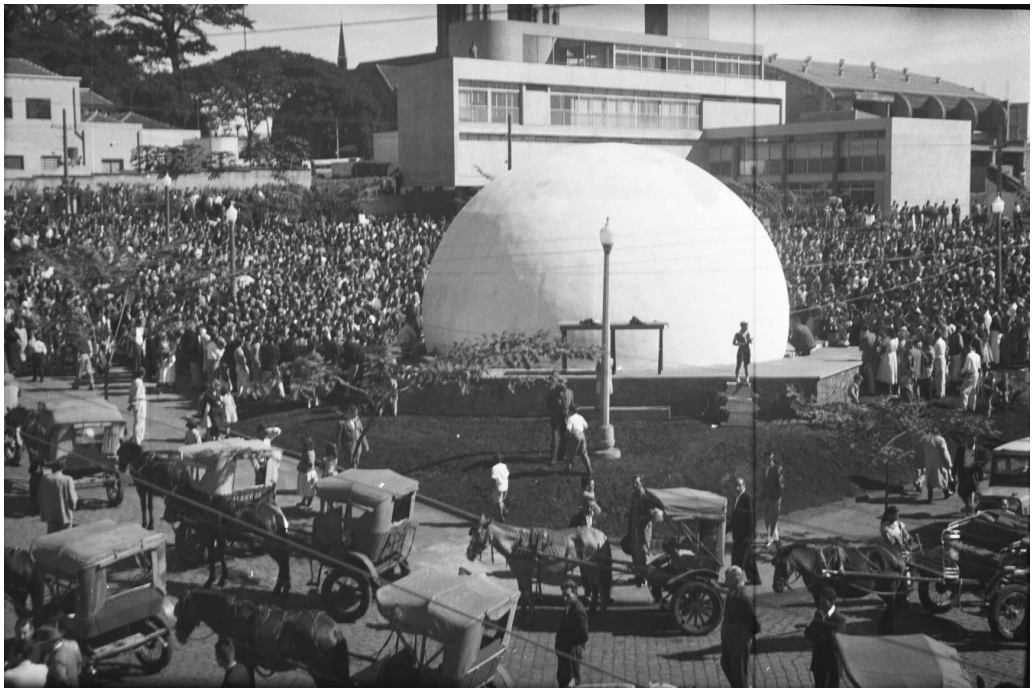
Na esteira do Plano Prestes Maia, no movimento de modernização da paisagem urbana e de apagamento das suas marcas rurais, vieram a verticalização da região central e a construção de obras públicas que marcaram profundamente a estrutura da cidade. Entre essas obras, Candotti (1997) e Lima (2000) citam o aeroporto, na região Leste, projetado pelos irmãos Rubens e Carlos Cascaldi e noticiado à época de forma ufanista como o terceiro terminal em movimento no Brasil. A Concha Acústica (Figura 24) também é obra de destaque, localizada no centro da cidade, construída na Praça 1º de Maio[19] e ainda hoje funcionando como popular local de manifestações políticas e culturais (Figura 25).

---

[18] Friedrich Heinrich Alexander von Humboldt (1769–1859), oriundo de família nobre, nasceu e morreu em Berlim (Alemanha). Humboldt se correspondeu e também influenciou autores e naturalistas de prestígio em sua época, pois, como geógrafo, cartógrafo, naturalista e explorador, estabeleceu conceitos importantes para a geografia moderna e desenvolveu ramos significativos, como a geografia climática e humana, a fitogeografia e a geopolítica (CANDIDO, [201-?]).

[19] A Praça 1º de Maio é uma das quatro áreas residuais resultantes da implantação do elemento elíptico na malha ortogonal da planta inicial de Londrina, assunto abordado no subcapítulo 1.2.

Figura 24 – Inauguração da Concha Acústica, em 1º de maio de 1957. Ao fundo, a Casa da Criança, obra de Artigas e Cascaldi, de 1955



Autor: Oswaldo Leite, 1957 (Museu Histórico de Londrina).

Figura 25 – Uma das apresentações artísticas que marcaram a festa em comemoração aos 60 anos da Concha Acústica, em 1º de maio de 2017. Ao fundo, o Complexo Centro Comercial, o Edifício Folha de Londrina e o Edifício Bosque, exemplares da arquitetura moderna londrinense dos anos 1950, participantes do processo de verticalização do centro e de modernização da paisagem urbana

Fonte: Alcover (2017).

No rol de obras estruturantes da cidade, tem destaque o Lago Igapó, construído na região sul, que se tornará o ponto de partida para a criação do Igapó II, objeto de estudo desta pesquisa. Diferente dos exemplos citados acima, o Igapó —

ainda que projetado e construído — é um elemento que tem como destaque o seu caráter natural, que naquele contexto histórico poderia estar mais próximo de se apresentar como uma contraposição à ideia de progresso por meio da verticalização, das estradas de rodagem, da atividade aeronáutica. Ainda que não se tenha dado de forma imediata à sua inauguração, a construção do Igapó levou a cidade para perto de si e contribuiu para o entendimento dos fundos de vale como potenciais áreas de lazer e de embelezamento da urbe.

Se defendemos que o Lago Igapó II, como conhecemos e reconhecemos hoje, é fruto das parcerias e embates travados entre os três vetores — poder público, iniciativa privada e sociedade civil —, trazer à tona a história do Igapó I nos permite compreender melhor as relações (entre esses três vetores) que incidem no objeto, além de reconhecer seu papel no desenvolvimento urbano de Londrina, na construção da paisagem e na relação dos moradores com esse espaço.

1.6. O Lago Igapó I

A primeira porção represada do ribeirão Cambé foi inaugurada em 10 de dezembro de 1959, como parte das comemorações do Jubileu de Prata de Londrina, reunindo políticos e sociedade local. O Igapó, que na língua tupi significa "transvasamento de rios" (BORTOLO, 2010; MAEDA, 2008; TOMAZI, 2004), foi apresentado por meio do discurso do poder local como um presente à cidade e seus habitantes, e já no dia seguinte à sua inauguração, o jornal local anunciava: "Igapó: pitoresco e bucólico na paisagem urbana" (IGAPÓ, 1959, p. 8).

A idealização da represa teve início dois anos antes, em 1957, pelo então prefeito Antônio Fernandes Sobrinho, que também inaugurou-a na mesma gestão. Um dos motivos para a realização da obra foi solucionar um problema de drenagem do ribeirão Cambé: a existência de uma barragem natural de pedra dificultava o escoamento da água e provocava alagamento nas propriedades rurais localizadas no seu entorno. No entanto, em vez de dinamitar o obstáculo geológico, optou-se por, a partir dele, construir uma barragem artificial e, em consequência, criar o lago. Os 25 vertedouros da barragem correspondiam aos 25 anos de municipalidade de Londrina.

Os engenheiros Amílcar Neves Ribas e José Augusto de Queiróz, técnicos da prefeitura, foram os responsáveis pelo projeto e pela execução da obra, que já previa uma futura ampliação do lago (BORTOLO, 2010; BUCHMANN, 2001; IWANAGA, 1989; TOMAZI, 2004).

Abaixo, vê-se o Lago Igapó recém-construído; à esquerda, a região sul e à direita, a região central.

Figura 26 – Barragem do Lago Igapó, anos 1960

Autor: Augusto Galante, [196-] (Museu Histórico de Londrina).

Para além da intenção de solucionar um problema técnico, Maria Cristina Monteiro[20] — filha do ex-prefeito Fernandes Sobrinho que com seus 11 anos descerrou a bandeira nacional na inauguração do Igapó — lembra-se de que seu pai achava Londrina árida e acreditava que a água humanizaria a cidade, podendo se tornar um ponto de encontro para as pessoas (PARANÁ RPC, 2013b). Assim, de acordo com Buchmann (2001), Bortolo (2010) e Maeda (2008), o segundo e não menos importante motivo para o represamento foi o desejo de se criar uma área pública de lazer, numa época em que essa opção era oferecida apenas por clubes privados e associações — portanto restrita a seus associados. Segundo Tomazi (2004, p. 37), as áreas de lazer naqueles anos 1950 reduziam-se ao Londrina Country Club, à Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), pertencente à comunidade nipônica, ao Jóquei Clube e ao Clube de Caça, Pesca e Tiro — todos eles predominantemente masculinos.

[20] Depoimento concedido à Rede Paranaense de Comunicação (RPC), que faz parte de matéria sobre a história do Igapó e do ribeirão Cambé, veiculada em 17 de setembro de 2013 pelo jornal local RPCTV Paraná (PARANÁ RPC, 2013b). A matéria compõe uma série de reportagens que integram a campanha Viva o Igapó, uma iniciativa que conta com a participação de mais de 30 entidades londrinenses que se uniram para promover ações que levassem as pessoas a "respeitarem e aproveitarem melhor esse nosso patrimônio" (PARANÁ RPC, 2013a).

Como observam Bortolo (2010) e Candotti (1997), uma cidade próspera como Londrina, que já contava com uma satisfatória infraestrutura nos seus 25 anos de municipalidade, mostrava a necessidade de oferecer um local público de lazer para a população. Naquele momento, os banhos nos rios, córregos ou lagoas encontravam-se proibidos pelo Código Municipal de Posturas[21] (LONDRINA, 1953), mas, como um paradoxo, o objetivo da classe dominante agora era justamente introduzir a "natureza" na vida social dos londrinenses — não de maneira espontânea, como faziam os moradores de classe social mais baixa, mas de modo ordenado, planejado e por meio de uma obra que conferisse status à cidade, aproximando-a de modernas capitais brasileiras.

Maria Cristina Monteiro também afirma que seu pai teria atendido a uma sugestão dos rotarianos de instalar um clube náutico na cidade. Eles, segundo Tomazi (2004, p. 35), queixavam-se do difícil acesso ao rio Tibagi e à represa do Apucaraninha. "Se o problema é apenas esta água, façam o clube que faço a represa", teria dito o prefeito. Segundo Lima (2000, p. 143), a ideia da construção de um lago e de um clube náutico teve sua inspiração na Lagoa da Pampulha (1943), em Belo Horizonte, que juntamente com o complexo arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer criou uma paisagem que se tornaria o cartão-postal da capital mineira. Bortolo (2010, p. 72) ainda ressalta que, à mesma época, o Lago Paranoá passava por seus últimos meses de construção em Brasília, cidade que estava prestes a se tornar capital do País e marco arquitetônico — no Brasil e no mundo — do ideário modernista. Vê-se que, ainda que localizada num interior distante das capitais que a inspiram (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília), Londrina mais uma vez revela seu esforço em fazer parte daquilo que era identificado como movimento de vanguarda no Brasil.

Sendo de propriedade privada as terras lindeiras ao ribeirão Cambé, em dezembro de 1958 foi publicado o Decreto nº 201/58, que declarava de utilidade pública as terras onde se derramaria o Lago Igapó (HIGUCHI, 1986). No entanto, as fontes consultadas divergem sobre a exata quantidade das propriedades que foram afetadas e o tipo de negociação feito em cada uma delas. O que se sabe é que muitas foram doadas (total ou parcialmente), enquanto em outras foi acordada uma indenização aos seus donos. Ainda, alguns proprietários teriam tentado evitar a sua

[21] Sobre este assunto, ver subcapítulo 1.3.

desapropriação na justiça, enquanto outros, que perderam (ou doaram) parcialmente suas terras, acreditavam na sua valorização futura (BORTOLO, 2010; BUCHMANN, 2001; DEPOIS, 1985; HIGUCHI, 1986; PARANÁ RPC, 2013b).

Os escassos e insuficientes recursos do município também motivaram empresários a fazerem doações espontâneas em dinheiro ou em material de construção para a realização daquilo que já havia se tornado um sonho de muitos. O engenheiro Queiróz, responsável pelo projeto e pela execução da obra, relembra:

> De repente você tava [sic] aqui na barragem e chegava um caminhão aqui e descarregava 200 sacos de cimento; mandaram 150 m³ de pedra, outro mandava meio caminhão de madeira, que a gente usava muita madeira pra fazer as formas; o outro mandava mil quilos, outro 2 mil quilos de ferro. Muitas doações, muita gente, muita participação. (PARANÁ RPC, 2013b)

Bortolo (2010, p. 76) chama a atenção para o papel dos agentes produtores do espaço urbano — o Estado, juntamente com os proprietários fundiários da época, agindo em parceria para a realização de um bem de interesse público, o Igapó. De fato, em geral, as narrativas sobre a história de Londrina dão especial ênfase ao envolvimento da sociedade organizada nas questões que dizem respeito à cidade, de modo que aquela assumia inclusive interesses e responsabilidades que seriam, a priori, atribuição do poder público (GUADANHIM, 2002; LIMA, 2000; PARANÁ RPC, 2013b). Até os anos 1940, vimos a empresa britânica Cia. de Terras Norte do Paraná agenciando o espaço no início da urbanização de Londrina; depois, destacou-se a influência da SAL nas decisões políticas e na definição das diretrizes municipais; e agora, a realização do Lago Igapó, que não teria sido possível sem o aporte de recursos privados, seja pela disponibilização das terras lindeiras, pela doação de dinheiro ou doação de material de construção. A reportagem intitulada “O lago Igapó foi formado na década de 50 graças à ajuda de muitos londrinenses” (PARANÁ RPC, 2013b) mostra que a Câmara dos Vereadores liberou apenas metade do valor total estimado para a realização da obra, enquanto a outra metade foi alcançada graças às doações de pessoas interessadas na valorização dos terrenos próximos.

Em relação às indenizações de algumas das propriedades limítrofes ao lago, os acordos judiciais que haviam sido firmados entre município e proprietários se desenrolariam por anos de forma conturbada. Em 1985, uma reportagem no jornal local impresso traz a manchete: “Depois de 26 anos, donos de terra inundada pelo Igapó são indenizados”. A matéria denuncia que, além de os proprietários não terem sido indenizados, nenhum valor havia sido depositado em juízo para esse fim. Depois

de 10 anos de briga judicial, o único proprietário que havia arriscado acionar a prefeitura consegue sua indenização. Àquela altura, os outros lotes já haviam sido legalmente encampados pela municipalidade, por meio do usucapião. “Muitas pessoas não sabem o direito que têm. Sorte da prefeitura”, comentou o advogado do proprietário indenizado. E arremata: “Houve administrações londrinenses que tiveram mais sorte que juízo” (DEPOIS, 1985, p. 6).

Observa-se, nesse impasse, a herança e os desdobramentos de uma cidade que era tratada como um povoado particular, onde a prefeitura não mantinha a posse — nem a autoridade, portanto — do patrimônio público. Situação, aliás, criticada pela imprensa local (CANDOTTI, 1997).

De acordo com o projeto e com o que foi executado, o Igapó I tem suas margens bastante distintas: à esquerda é dotado de equipamentos e acesso que permite irrestrita fruição pública (Figura 27), e sua margem direita é ocupada exclusivamente por residências de alto padrão (Figura 28), acomodadas em grandes lotes, as quais frequentemente são alvo de críticas por parte da sociedade civil, geógrafos, ambientalistas[22] (BARROS et al, 2003; SILVA JUNIOR et al, 2010). O projeto paisagístico, mesmo tendo sido parcialmente executado, leva a assinatura de Roberto Burle Marx, o que revela o apuro do poder público dispensado a esse lago (BORTOLOTTI, 2007, p. 130; MACHADO, 2000, p. 56). Ainda que executado de modo parcial, Buchmann (2001, p. 99) acredita que o projeto de Burle Marx foi importante no processo de recuperação da paisagem natural do ribeirão Cambé.

[22] As residências instaladas à beira do lago foram construídas antes do Código Ambiental de Londrina, que considera os fundos de vale inedificáveis e exige uma faixa de 30 m de proteção. A situação é ambígua porque mesmo que esses lotes fiquem em uma área de preservação permanente, o IPTU é cobrado sobre eles pela prefeitura (FRAZÃO, 2014).

Figura 27 – Margem esquerda do Igapó I, de acesso público

Autor: Márcio Reis, [201-].

Figura 28 – Margem direita do Igapó I, ocupado por propriedades privadas

Autor: Yuri Teixeira de Souza, 2018.

Figura 29 – Vista panorâmica do Lago Igapó I, com centro da cidade ao fundo

Autor: Wilson Vieira, [201-].

1.7. A expansão urbana, anos 1960 e 1970

O processo de verticalização iniciado nos anos 1950, além de atribuir a Londrina um caráter moderno e economicamente promissor, foi um meio de manter na cidade os ganhos oriundos da economia cafeeira, mas também de estimular as atividades terciárias típicas de um centro urbano, como comércio, prestação de serviços, construção civil. Assim, a partir de 1955, observou-se um processo de inversão de investimentos, em que a economia urbana ganha evidência. Em consequência disso, no final dos anos 1960, Londrina se destacou pela expansão físico-territorial. A desaceleração da economia cafeeira, a introdução da pecuária, da soja, do trigo e a modernização da agricultura geraram um fenômeno de migração de trabalhadores do campo para a cidade, aumentando seu crescimento demográfico (CASARIL, 2009; BORTOLO, 2010).

A década de 1970 marca um período de grande crescimento nas cidades brasileiras, e Londrina acompanha essa dinâmica: em 1960 a população urbana ultrapassa a população rural, e em 1970 ela quase dobra. Nesse período, a população total era de 305 mil habitantes, dos quais 220 mil encontravam-se no perímetro urbano (BATISTA FILHO, 1985, p. 99; CANDOTTI, 1997, p. 121; IBGE apud

BORTOLO, 2010, p. 89). Esse fenômeno demográfico — somado à dificuldade de assentamento e à especulação imobiliária — faria aumentar a ocupação de novas áreas na cidade, provocando uma grande expansão da periferia, mas por meio de um crescimento desordenado, resultando em uma constelação de vilas precárias, situadas de modo esparso ao redor do núcleo urbano (BATISTA FILHO, 1985, p. 99).

É importante salientar que, nessa época, o agenciamento da terra era feito majoritariamente pelos agentes imobiliários, que decidiam onde implantar seu empreendimento e qual classe iria ocupá-lo. Isso, evidentemente, refletia a lógica dos interesses da especulação imobiliária — que tinham nas vendas dos lotes grande fonte de rendimentos — e não correspondia às reais necessidades da cidade, cuja expansão desordenada aumentou os vazios urbanos e elevou o custo dos serviços e equipamentos públicos, gerando segregação social. Àquela época, a legislação não estabelecia aos loteadores a obrigação de executar as obras de infraestrutura dos seus empreendimentos, deixando-as a cargo do município e dos seus escassos recursos (BORTOLO, p. 90-91).

No início da década de 1970, mesmo com o crescimento demográfico e a expansão territorial, a porção sul da cidade correspondia à região menos desenvolvida; sua ocupação reduzia-se ao Parque Guanabara, ao Conjunto das Flores e a loteamentos esparsos nas imediações da barragem do Lago Igapó I. O ribeirão Cambé se apresentava não apenas como um limite físico, mas como um obstáculo, que dificultava o acesso às regiões sul e sudoeste da cidade (CASARIL, 2009; BORTOLO, 2010).

1.8. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Londrina, 1968

Em 1967, um concurso em nível nacional promovido pelo município selecionou a Assessoria de Planejamento (ASPLAN) para elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Londrina, conhecido como PDDU e aprovado pela Lei nº 1.444, de 31/12/1968. A empresa, com sede em São Paulo, contava com um quadro de profissionais de diversas áreas que eram referência no planejamento urbano das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (BORTOLOTTI, 2007, p. 112; CASARIL, 2009, p. 73). O documento elaborado pela ASPLAN — e coordenado pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhem — apresenta propostas a fim de melhorar a qualidade do

ambiente urbano, e a paisagem destaca-se como uma das proposições básicas[23] apresentadas pelo Plano:

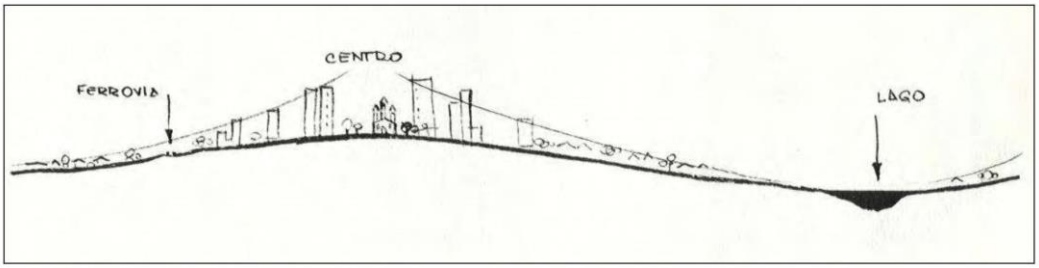
> 5. Paisagem – Em Londrina dois elementos se destacam na paisagem local; o perfil do centro, único na região e perceptível ao longe, e o **vale do Cambé**, especialmente a **represa do Igapó**.
>
> O Plano propõe a preservação das visuais a estes dois elementos pela regulamentação da altura dos edifícios situados nas encostas do espigão central, evitando a criação de obstáculos à sua apreciação. (ASPLAN, 1998, p. 18, grifo meu)

E também esclarece:

> A paisagem urbana é definida por uma sucessão de elementos e espaços entre os mesmos. Tais elementos podem ser naturais ou construídos pelo homem, uma montanha, um bosque, um lago são elementos naturais; edifícios, barragens e outras obras de engenharia são de edificação humana. (ASPLAN, 1998, p. 87)

De acordo com Resende (2010), as áreas públicas da margem esquerda do Lago Igapó e a gradual ocupação da porção sul da cidade por loteamentos residenciais não foram suficientes para que o Lago Igapó se integrasse à vida urbana. Portanto, o documento Situação 66[24], que deu origem ao PPDU, define-o como importante elemento na construção da paisagem urbana e na interação do ambiente construído com os espaços naturais que o delimitam na porção sul (Figura 30).

Figura 30 – Proposta do Situação 66 para a composição da paisagem urbana de Londrina, indicando elementos estruturadores da paisagem: a ferrovia ao norte, a catedral no ponto central e mais alto, e o Lago Igapó ao sul



Fonte: Resende (2010, p. 161).

No capítulo intitulado "Problemas" (ASPLAN, 1998, p. 63), o PDDU cita que Londrina encontra-se num importante momento de desenvolvimento e que, no âmbito

[23] As outras proposições básicas referem-se aos seguintes temas: 1) estrutura urbana; 2) centro; 3) sistema viário; 4) equipamentos.

[24] O Situação 66 foi um documento-diagnóstico sobre a cidade, desenvolvido em 1966 pela Comissão de Desenvolvimento Municipal (CODEM) e que deu origem ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1968.

urbano, entre algumas deficiências, a ausência de áreas de recreação e a desvalorização da paisagem são problemas que interessam a toda a população (ASPLAN, 1998, p. 66). Nessa direção, o Plano Diretor estabelece com uma das diretrizes:

> VI – Preservar e aproveitar os **valores da paisagem local** através de:
>
> Disciplinamento da ocupação dos recursos paisagísticos da **Bacia do Cambé**;
>
> Disciplinamento da edificação em termos adequados à topografia, visando preservar as perspectivas do centro da cidade. (ASPLAN, 1998, p. 70, grifo meu)

Como exemplo de desvalorização da paisagem, o documento cita os depósitos e indústrias instalados na margem do Igapó, que prejudicariam o seu uso como um "grande local de reunião da cidade" (ASPLAN, 1998, p. 69). De fato, a sua margem esquerda (face norte) estava sendo utilizada para a passagem de caminhões pesados que faziam a pista ceder, e onde hoje se encontra o Foto Clube de Londrina havia um curtume, que exalava mau cheiro. Apesar de ter sido construída em área urbana, a primeira porção do Igapó localizava-se fora do núcleo efetivamente ocupado. Por todos esses motivos, o espaço que deveria ser destinado ao lazer apresentava-se descuidado, sem estrutura que estimulasse a sua fruição e, portanto, pouco utilizado pela população (BORTOLO, 2010, p. 100; TOMAZI, 2004, p. 38).

Ainda que o foco fosse a questão sanitária, para Bortolotti (2007, p. 117), a Lei nº 1.444/1968 avança em relação à preservação ambiental. Se no Plano Prestes Maia os fundos de vale foram priorizados para o escoamento de águas pluviais, fazendo com que fossem proibidas construções urbanas por cima de cursos d'água (assunto exposto no seu Artigo 24º), o Plano da ASPLAN estende a proteção para além dos estritos limites do curso d'água:

> Art. 25 – Para garantir o escoamento superficial das águas pluviais e a implantação das redes de esgotos em toda a área urbana e de expansão urbana, **ficam proibidas as edificações na faixa ao longo dos fundos de vale e talvegues**, cuja largura mínima fixada é proporcional à área das bacias hidrográficas e contribuintes [...]. (ASPLAN, 1998, p. 140, grifo meu)

Os Artigos 45 a 49 (ASPLAN, 1998, p. 188-190) também tratam da proteção dos fundos de vale, estabelecendo normas que garantam sua função sanitária e que permitam a construção de vias de circulação de tráfego paralelas aos córregos — "em cada margem do curso d'água, a exigência de uma faixa mínima de 14 metros longitudinais para retificação do rio, ajardinamento e controle da linha de enchentes".

Como observa Bortolotti (2007, p. 118), tanto no Plano Prestes Maia quanto no plano da ASPLAN, os fundos de vale mantinham funções unicamente sanitária e

viária, sem outros destinos; eles continuavam de posse e domínio dos proprietários, embora definidos como espaços non-aedificandi. De qualquer modo, ainda que não houvesse um plano de preservação ambiental para os fundos de vale, o autor (2007, p. 126) considera que essas medidas contribuíram para definir as áreas de proteção dos cursos d'água, sem que fossem ameaçadas por edificações.

1.9. A Secretaria de Planejamento do Município

> Mais um vale! Esta foi a primeira expressão que ouvi do secretário quando comecei a trabalhar na Secretaria de Planejamento do Município, onde fiquei encarregado de elaborar projetos de urbanização para as áreas de fundos de vale. Na verdade, cheguei até a pensar que recebia meu salário somente por esse trabalho.
>
> Quando pintei um mapa de Londrina localizando os fundos de vale na cor verde, pude observar uma estrutura de áreas contínuas que se interligavam e terminavam próximas ao grande espigão da área central. Era difícil acreditar que aquela imagem um dia poderia se tornar realidade. Foi quando alguém me disse que eu estava louco, e que isto nunca iria acontecer. Parecia ser impossível dar o mesmo tratamento a todos os fundos de vale existentes na cidade. (BORTOLOTTI, 2007, p. 125)

A declaração do arquiteto e urbanista João Baptista Bortolotti — que chegou com quatro anos de idade a Londrina, em 1941, e participou enquanto agente transformador do espaço urbano desde o final da década de 1960 — revela o fascínio, mas também os desafios e a responsabilidade de lidar com uma cidade entremeada por tantos cursos d'água. O autor esclarece que nos primeiros anos da ocupação de Londrina as terras lindeiras aos córregos eram protegidas pelos seus próprios donos para o sustento de suas famílias e de seus animais. Mais adiante, num segundo momento, a legislação municipal não obrigava os loteadores a doarem seus fundos ao município, permanecendo as propriedades particulares.

Dentro de um mesmo loteamento, o valor dos terrenos variava de acordo com a sua localização: aqueles situados no alto, próximos ao espigão, tinham maior valor de mercado; nos terrenos (ou chácaras, como chamavam) próximos ao córrego, o preço era menor — e a qualidade das construções e da urbanização acompanhavam o mesmo movimento: decaíam do espigão para o vale. A população que via seus

imóveis sendo desvalorizados pressionou o poder público a realizar melhorias nessas regiões.

Nessa direção, os fundos de vale localizados em área urbana e indicados no PPDU de 1968 foram "urbanizados", conforme o plano prescrevia. Bortolotti (2007, p. 127) esclarece que a urbanização consistia na realização de serviços de limpeza nas margens dos córregos, no plantio de árvores e na eventual implantação de equipamentos de esporte e lazer. Essas medidas mudaram o quadro da valorização tão desigual em terrenos de um mesmo loteamento. A nova paisagem que se configurava com o processo de urbanização fez os preços equipararem-se tanto nos lotes do espigão quanto naqueles próximos aos cursos d'água, diminuindo também a diferença na distribuição social dentro de um mesmo loteamento.

Igualmente importante foi a construção de vias contornando os fundos de vale. Posteriormente, quando essas áreas se tornaram públicas, as vias vieram a permitir a explícita delimitação do que seria área pública ou privada e contribuíram para a segurança dos moradores do seu entorno, facilitando a vigilância tanto pela comunidade (com a frente dos lotes voltadas para o vale) quanto pela municipalidade (inclusive com a presença de viaturas, quando fosse necessário).

Esse trabalho, segundo Bortolotti (2007, p. 126), foi pioneiro no Brasil, tornando-se conhecido e visitado por administradores municipais de diversas partes do País àquela época. Também foi uma oportunidade para elaborar medidas importantes: para os novos loteamentos, a legislação começa a prever a doação da área de preservação em dobro para o serviço público, o que viria a fortalecer as diretrizes políticas de preservação e a ampliação das áreas públicas (BORTOLOTTI, 2010, p. 125-126).

Em relação a essas práticas e transformações que caracterizaram o planejamento urbano dos anos 1970, o autor declara:

> Preservados e urbanizados, os fundos de vale mudariam a configuração das áreas verdes da cidade. As praças, o bosque, e outros espaços públicos ficariam pequenos diante do que poderia acontecer. Além de áreas contínuas, os fundos de vale formavam grandes corredores de ventilação na direção leste-oeste, onde os ventos dominantes tinham maior frequência, garantindo uma boa climatização em toda a área urbana que estava prejudicada pelas construções dos altos edifícios. (BORTOLOTTI, 2010, p. 126)

Os fundos de vale do córrego Água Fresca, Leme e Rubi, que já eram loteados há tempos, foram desapropriados. Em 1972, o fundo de vale do Água Fresca foi o primeiro a ser urbanizado (Figura 31). De acesso fácil e situado próximo ao centro,

o vale passou a receber grupos de alunos, que realizavam visitas e atividades escolares durante a semana, além de famílias que faziam piqueniques aos finais de semana (BORTOLOTTI, 2010, p. 129).

Figura 31 – Vale do córrego Água Fresca em registro recente

Autor: Wilson Vieira, [201-].

O córrego do Leme foi urbanizado em seguida. Mais conhecido como "Zerão", sua localização e equipamentos de lazer fazem dele um dos espaços de lazer mais antigos e populares da cidade. Apesar da atual falta de manutenção, hoje ele oferece um grande anfiteatro ao ar livre, parque infantil, campo de futebol, quadras poliesportivas, equipamentos de ginástica, pista de caminhada asfaltada, mobiliário e iluminação (Figuras 32 e 33).

Figura 32 – Anfiteatro do Zerão em registro recente

Autor: Wilson Vieira, [201-].

Figura 33 – Anfiteatro do Zerão em 06/12/2016

Autor: Bruno Leonel/Rubrosom, 2016.

O Lago Igapó I também passou por um processo de urbanização: a sua margem de acesso público foi gramada e arborizada e recebeu uma piscina pública com água corrente, que não existe mais (BORTOLOTTI, 2010, p. 129-130). Antes disso, em 1969, o paisagista Roberto Burle Marx esteve em Londrina para desenvolver um projeto para essa porção do lago, mas que ao fim foi parcialmente executado (BUCHMANN, 2001, p. 99; MENDES, 2000, p. 17).

1.10. O Projeto CURA

A implantação do Projeto CURA no Parque Guanabara é aqui abordado por ser um importante elemento na compreensão de parte dos processos que geraram a ocupação e a valorização das margens do Lago Igapó II, especialmente da sua margem direita. O Parque Guanabara passou por um profundo processo de transformação urbana, valorização do solo e substituição de antigos por novos moradores, acontecimentos que foram imprescindíveis no movimento de apropriação do Igapó II como um espaço de uso e de referência na paisagem urbana.

O Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) era uma política-programa de renovação urbana criada e gerida pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), que tinha como finalidade levar infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços coletivos a áreas socialmente já estruturadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população residente. O programa tinha como financiamento o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os investimentos teriam seu retorno por meio da cobrança de impostos e de melhorias à população (BATISTA FILHO, 1985; BORTOLOTTI, 2007).

A partir da década de 1970, o poder público fortalece seu papel no processo de produção do espaço urbano, beneficiando-se da facilidade de se obter empréstimo junto ao governo federal naquele momento. Londrina foi a primeira cidade do Brasil a implementar o programa do BNH e, entre os bairros pré-selecionados na cidade, o Parque Guanabara foi um dos escolhidos[25] para a implantação do CURA por ser o que mais atendia aos requisitos de viabilidade do projeto e que possivelmente garantiria o

[25] Além do Parque Guanabara, os bairros Higienópolis e Quebec também foram aprovados para constituírem a área piloto do Projeto CURA. (BATISTA FILHO, 1985, p. 97)

retorno dos investimentos: o bairro não tinha pavimentação, possuía abastecimento de água e energia elétrica precário, apresentava baixa ocupação e o acesso ao centro não era fácil — a transposição sobre o lago chegou a ser feita por uma ponte de madeira que dava continuidade à Av. Higienópolis. Apesar disso, situava-se em posição estratégica na malha urbana: no final da Av. Higienópolis, o mais importante eixo de ligação norte-sul da cidade e a apenas 12 quarteirões do centro, possibilitando que seus moradores, apesar de muito pobres, o alcançassem a pé (BORTOLO, 2010; BORTOLOTTI, 2007). Apesar da planta esquemática abaixo ser datada de 1957-1958, é possível observar o Parque Guanabara como uma porção mais afastada do centro da cidade.

Figura 34 – Localização do Parque Guanabara em relação ao centro da cidade

Fonte: Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL (adaptado).

O potencial paisagístico daquele pedaço de terra, numa perspectiva do bairro para o centro, também não passou desapercebido pelos técnicos da prefeitura, que registraram: "A paisagem vista da área é de notável beleza, pois o lago se interpõe entre esta e o centro, divisando-se todo o 'sky-line' da cidade" (LONDRINA[26] apud BATISTA FILHO, 1985, p. 98).

No registro fotográfico abaixo, temos uma perspectiva do centro para o bairro (região sul): a Av. Higienópolis situa-se ao centro da imagem, o Lago Igapó I à

[26] LONDRINA. Secretaria de Planejamento. *Projeto CURA*. s.n.t., v. 2, p. 2.

esquerda e o Lago Igapó II à direita. O Parque Guanabara localiza-se à direita da Av. Higienópolis, após a transposição do lago, na margem mais distante.

Figura 35 - Av. Higienópolis, perspectiva do centro para a região sul, com Parque Guanabara indicado em azul. Década de 1950

Autor: Oswaldo Leite, [195-]. (Museu Histórico de Londrina).

Em 1974, início do Projeto CURA, enquanto Londrina tinha 40 anos de municipalidade, o Parque Guanabara já completava 20 anos de existência — um dos mais antigos loteamentos da cidade. De acordo com Batista Filho (1985), as habitações do bairro, em geral, eram bastante precárias e sua população era em boa parte formada por pessoas oriundas da zona rural[27], sem qualificação profissional, com renda familiar baixíssima e submetidas a uma série de restrições em relação aos serviços públicos. Ainda, como os lotes foram divididos e vendidos de acordo com a avidez do loteador — seguindo a lógica do maior lucro e evitando desperdiçar terras que se destinariam a equipamentos públicos —, restaria à municipalidade a tarefa de, posteriormente, instalar escolas, praças e outras benfeitorias por meio da desapropriação.

Segundo Bortolotti (2007, p. 138–139), o desafio do município era conduzir o impacto dos investimentos para que o pagamento fosse feito sem que a valorização dos imóveis prejudicasse a população já residente. Atendendo às exigências da política estabelecida pelo governo vigente, o programa previa a consulta e a participação da comunidade, que foi informada sobre as transformações que o bairro iria sofrer e teve

[27] 39,9% vieram de outros bairros, 29,9% da zona rural, 17,8% de outras cidades e 12,4% de outros estados (11,5% em São Paulo e 0,9% em outros estados não identificados na pesquisa. (BATISTA FILHO, 1985, p. 104)

à sua disposição técnicos[28] para esclarecer as dúvidas sobre o projeto. De acordo com o autor, a preocupação em evitar o processo de expulsão dos moradores fez com que, antes da divulgação do projeto nos meios de comunicação e antes da sua efetiva execução, a população fosse informada por meio de cartas distribuídas de casa em casa, alertando para que não vendessem seus imóveis.

Para Bortolotti (1985), o envolvimento da população foi importante nos processos de aprovação dos projetos e de averiguação dos resultados, já que os investimentos no bairro seguiram a demanda levantada a partir de pesquisa com os próprios moradores. Depois de concluído, o sucesso do Projeto CURA — implantado em Londrina e até então inédito em nível nacional — recebe elogios da mídia local e o prestígio do BNH. Membros da equipe londrinense participaram de vários seminários na sede do BNH, no Rio de Janeiro, para apresentar a técnicos de outros municípios o trabalho realizado em Londrina.

Sobre os três bairros que receberam o programa do BNH — Higienópolis, Jardim Quebec e Parque Guanabara — declara, em depoimento, um dos técnicos do programa:

> Para nós, o Guanabara foi a melhor área CURA, no meu entender, talvez do Brasil. Porque era uns 60% de área ocupada com casas de madeira em situação precária. A luz parecia um tomate, não tinha esgoto, pois só ia até a garagem da Prefeitura. Não havia acesso ao bairro, não tinha a passagem do Igapó, era só uma pinguelinha. Então o Projeto CURA entrou na área com tudo: asfalto, meio-fio, galerias, esgoto, água, iluminação pública, telefone, arruamento, alargamento e duplicação de vias, supermercado com estacionamento e nova lei de zoneamento. (TÉCNICO Nº 3 apud BATISTA FILHO, 1985, p. 117-118)

No entanto, para Batista Filho (1985), sua pesquisa desenvolvida in loco mostra que as modificações foram além daquelas documentadas nos registros da Secretaria de Planejamento. As benfeitorias realizadas por meio do programa atraíram para o Parque Guanabara moradores que, devido à anterior falta de infraestrutura e serviços públicos, davam preferência a outras regiões da cidade. Esses novos moradores, como supõe Singer (1982), estavam dispostos a pagar pelo uso do solo (em termos de compra ou de aluguel) um preço maior do que os antigos moradores, que

[28] De acordo com o recomendado pelo BNH, foi formada uma equipe multidisciplinar para a implantação do Projeto CURA em Londrina. A equipe era formada por engenheiros, arquitetos, economistas, tributários, uma socióloga, uma geógrafa e uma equipe de pesquisa de campo para o levantamento socioeconômico da população. (BORTOLOTTO, 2007, p. 138)

chegaram à região quando o bairro ainda não dispunha de infraestrutura nem de serviços públicos.

Ocorrência típica no uso do solo urbano na economia capitalista, esse fenômeno provocou a valorização dos lotes no Parque Guanabara e implicou mudanças significativas na vida dos pioneiros do bairro. Após alguns anos da implantação do Projeto CURA, muitos deles, ainda que contra a vontade, se viram forçados a saírem de lá. Os impostos municipais ficaram insustentáveis (devido às melhorias empreendidas) e os serviços ali instalados não condiziam com a realidade das famílias — as quais não se viam em condições de consumir no novo mercado do bairro, por exemplo. Como observa Singer (1982, p. 34), "o novo serviço vai servir aos novos moradores e não aos que supostamente deveriam se beneficiar". Somando-se a isso, os antigos habitantes não se sentiam mais moradores daquela área — sobretudo, sentiam-se acuados pela chegada de novos habitantes vindos do centro ou de bairros mais nobres da cidade. A relação de pertencimento com aquele lugar enfraquecia-se cada vez mais e as modificações empreendidas no bairro acabaram por se tornar motivo de constrangimento para esses moradores. O destino de grande parte dessas famílias — que se instalaram ali pelo baixo custo de vida e porque consideravam o bairro bom e próximo aos serviços do centro — foi deslocarem-se para áreas mais periféricas e novamente precárias. Em depoimento, Sr. Alberto Bigode desabafa:

> Aí eu vendi a minha casa e passei pro Jardim Cláudia. Lá no Guanabara só ficava os rico. Ficô tudo separado, quando chega os rico perto da gente, a gente fica com vergonha então a gente tem que se afastá. Num pode ficá misturado. [...]. Pra nóis aqui foi pió. Sempre pra mais longe; longe de tudo escola, trabalho. [...]. Vai chega o tempo do cabra se afastá daqui também, tão chegando os rico pra cá. [...]. (BATISTA FILHO, 1985, p. 110)

Batista Filho (1985) e Bortolo (2010) também chamam a atenção para o fato de o Estado fugir das responsabilidades de certos ônus e, com isso, fazer os antigos moradores pagarem duas vezes por algumas obras executadas no bairro. Além do aumento dos impostos municipais, existiam as "despesas extras" referentes aos "serviços complementares", como construção de calçada, meio-fio, muro, rede de esgoto, os quais deveriam obrigatoriamente serem implantados para atender às exigências da nova lei de zoneamento. Essa cobrança dupla impactou negativamente essas famílias, que tinham dificuldade em atender até mesmo às suas necessidades básicas de moradia. Num local onde, por exemplo, a maioria das casas tinha fossa séptica, e cujas famílias não tinham condições financeiras de fazer a adequação, a rede de esgoto seria um serviço a ser pago e não utilizado.

No entanto, as condições apresentavam-se diferentes para os novos moradores do Parque Guanabara. De acordo com pesquisa de Batista Filho (1985), 83,3% deles disseram que esses gastos com infraestrutura não aparecem na sua contabilidade, já que, quando chegaram, as benfeitorias já estavam concluídas. Ainda mais ambíguo é o que declarava o documento oficial da Secretaria de Planejamento[29]:

> Muitos dos problemas deverão ser solucionados pelo poder público, seja de âmbito estadual, como municipal, entre eles a implantação da rede de esgoto, e melhoria no sistema de águas. (LONDRINA apud BATISTA FILHO, 1985, p. 132)

Os moradores mais pobres, que se agregavam formando um amontoado de habitações precárias em um só terreno, se viram de várias formas pressionados a mudarem-se do bairro também por motivo das novas posturas e diretrizes de implantação do Projeto CURA, que previa a substituição desse tipo de habitação por achá-lo perigoso ou prejudicial à saúde. No entanto, Batista Filho destaca um excerto do documento da Secretaria de Planejamento[30] em que se pode vislumbrar interesses de natureza distinta daquela ligada às questões sanitárias:

> Uma das medidas a ser tomada seria a não permissão de suas construções, em coerência com a política habitacional do BNH, onde não existe programa para tal tipo de habitação [...]. Outro aspecto é que ninguém se arriscaria a **investir** em uma residência boa, próxima de uma casa de madeira. (BATISTA FILHO, 1985, p. 113, grifo meu)

Como trechos do documento oficial do município e os fatos aqui abordados nos revelam, o programa, que em seu escopo propunha melhorar a habitabilidade para a população já estabelecida, ao final, desencadeia um processo de segregação sócio-espacial[31], a partir de uma sistemática e rápida valorização do solo urbano. Para Batista Filho (1985) e Bortolo (2010), o Projeto CURA revelou uma postura antidemocrática do Estado ao manter uma prática política elitista e adotar medidas de controle social em benefício de camadas de maior poder aquisitivo e dos interesses do mercado imobiliário. Um zoneamento físico que, em realidade, se apresentaria como um zoneamento social.

---

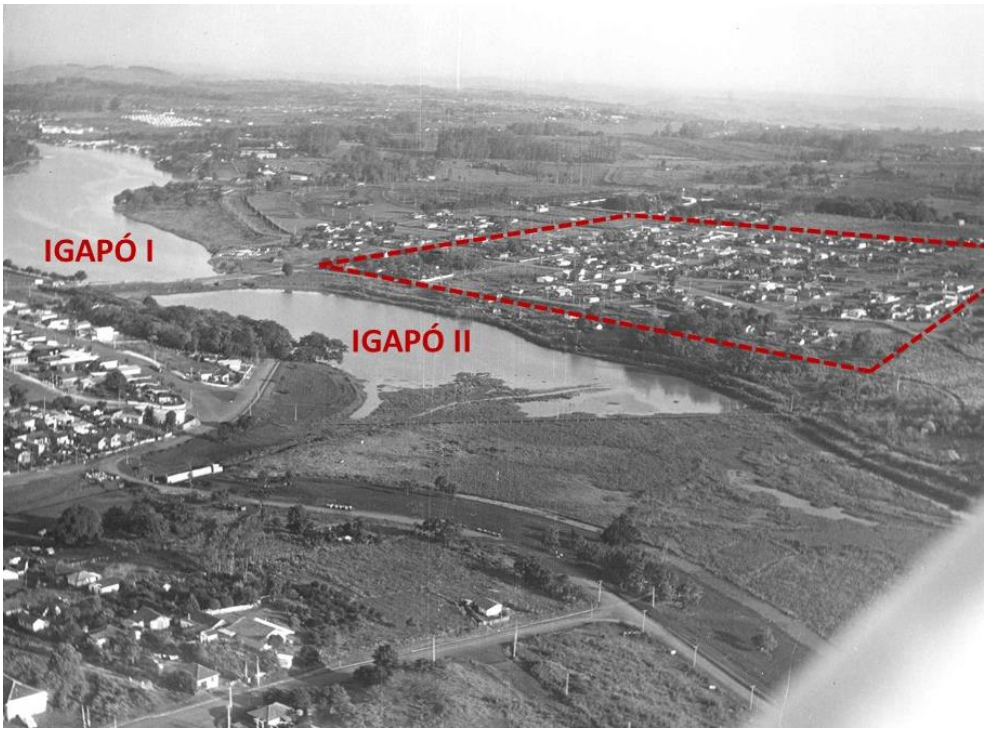
[29] LONDRINA. Secretaria de Planejamento. Projeto CURA. s.n.t., v. 1, p. 18-19.

[30] LONDRINA. Secretaria de Planejamento. Projeto CURA. s.n.t., v. 1, p. 3.

[31] Socioespacial refere-se apenas ao espaço social, enquanto sócio-espacial concerne às relações sociais e ao espaço simultaneamente. (CATALÃO, 2011)

A imagem abaixo (Figura 36) foi registrada em 1975 por Oswaldo Leite[32], após o Projeto CURA, e nos mostra a situação do Parque Guanabara em relação aos lagos. No plano central localiza-se o Igapó II, onde se vê o referido bairro implantado à sua margem direita (região sul); e no segundo plano à esquerda está o Igapó I. As edificações situadas na margem direita do ribeirão Cambé já se enquadram na região central da cidade.

Figura 36 - Parque Guanabara (delineado em vermelho) e suas adjacências



Autor: Oswaldo Leite, 1975 (Museu Histórico de Londrina) – adaptado

A implantação do Projeto CURA contribuiu para o desenvolvimento e a expansão da cidade em direção à região sul, onde a penetração do capital imobiliário, desde as margens do Lago Igapó e adjacências, começa a abrir grandes frentes com loteamentos e outros empreendimentos voltados para a população de alto poder aquisitivo, segundo Bortolo (2010, p. 118). Nesse momento, o Igapó I, que já nasceu como um marco na paisagem, vê a malha urbana se aproximar das suas margens, diminuindo tanto sua distância da cidade quanto sua situação de esquecimento.

[32] Oswaldo Leite foi o primeiro fotógrafo contratado pela Prefeitura do Município de Londrina. Segundo o historiador da UEL Paulo Cesar Boni, o prefeito utilizava as fotografias como documentos comprobatórios das obras executadas ou do estágio de sua execução para poder prestar contas da sua administração à Câmara Municipal. Leite documentou todas as transformações urbanas de Londrina das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Já em relação ao Lago Igapó II, esse é um momento crucial, que provocaria mudanças radicais no olhar sobre o objeto, ainda que elas aconteçam de modo gradual. Por conta das melhorias empreendidas no Parque Guanabara — localizado à sua margem direita —, começa-se a se vislumbrar essa porção do ribeirão Cambé como uma possível paisagem e um possível lugar de lazer.

A pesquisa de Batista Filho (1985) mostra que a maior parte da população pesquisada antes do CURA, incluindo as famílias expulsas, tinha um entendimento de lazer bastante diverso daquele dos residentes que se fixaram no período pós-CURA. De acordo com os depoimentos colhidos in loco, quando não estavam trabalhando, gostavam de ir à igreja, conversar com os vizinhos, visitar parentes, fazer serviços caseiros (como crochê) ou jogar futebol (pelada). E, em geral, declararam ao autor que não lhes faltava nada.

Já os moradores recém-chegados apresentam um repertório bastante diversificado em suas práticas de lazer: praia, cinema, teatro, clube, piscina particular. Habituados a competições de velejo, esqui e caiaque no Igapó I, reclamam por melhor infraestrutura. De acordo com a investigação de Batista Filho, 70% desses recém-chegados vieram do centro da cidade ou de bairros nobres, e suas motivações para adquirir terreno no Pq. Guanabara divergem das dos moradores pré-CURA. Para os pioneiros, o Guanabara, como região periférica da cidade, não era exclusivamente uma escolha, mas um imperativo da sua situação de classe de baixa renda — facilidade de se chegar no centro a pé, aluguel barato, possibilidade de comprar um terreno, uma casa própria (ou casebre, como denominavam as casas simples de madeira). Já para os moradores pós-CURA, além das questões econômicas e de localização (terrenos baratos e próximos ao centro), 13% citam razões subjetivas, enfatizando a paisagem e a existência do lago[33]: "gostaria de morar nas imediações do lago", "gostei do lago" ou "gostei da paisagem e comprei aqui" são algumas das respostas ao questionário aplicado por Batista Filho (1985, p. 106).

Até o início dos anos 2000, quando é de fato urbanizado, o Igapó II não se apresentava exatamente abandonado nem degradado, mas com poucos frequentadores — em sua maioria pescadores amadores, de acordo com Bianchi (1993). Essa bagagem de experiências e de demandas que chegou junto com os novos moradores do Parque

[33] O autor não especifica sobre qual lago exatamente os moradores estavam se referindo.

Guanabara abre caminho para a possibilidade de haver um Igapó II também como uma área a ser melhor utilizada para o lazer, assim como acontecia com o lago I. O município, em documento oficial[34], registra essa aspiração — que é também desejo de outros:

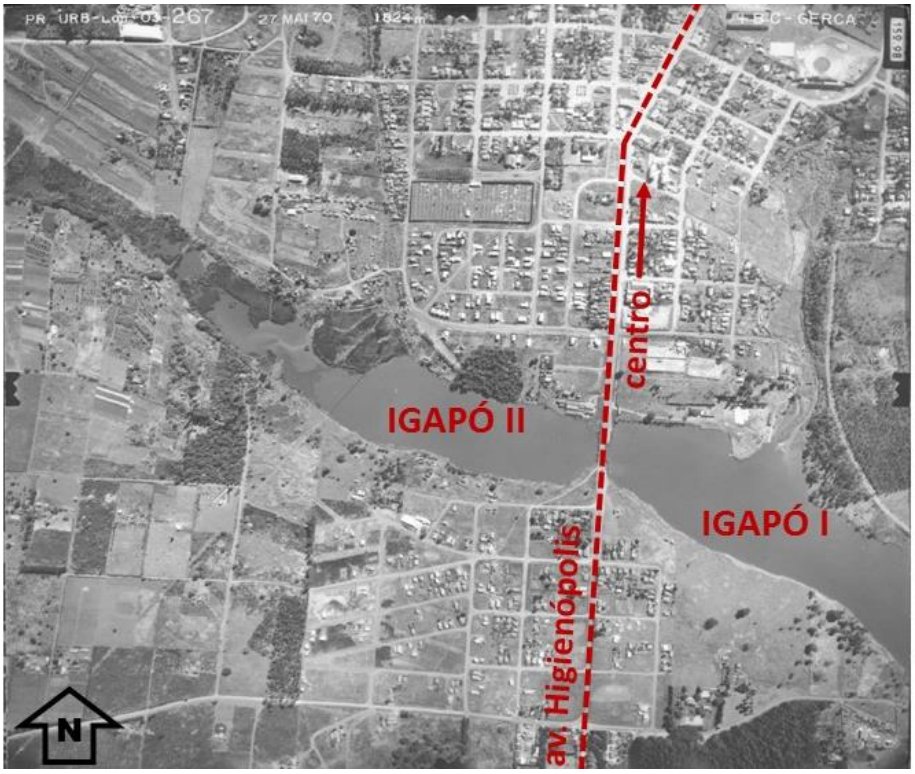
> A atração oferecida pelo Lago Igapó, as residências de bom e médio padrão que ali se constroem, a tendência de expansão da cidade, e topografia do terreno, a paisagem oferecida pelos vales e Lago Igapó, predispõem a área a um potencial para ocupação em ritmo bastante acelerado.
>
> [...]
> O equipamento da área com recursos do CURA irá provocar ainda mais esse ritmo e podemos prever a hipótese de ocupação em 08 anos.
> [...]
>
> A população tem aguardado com vivo interesse o programa para ali melhorar e instalar a sua futura residência. O mercado imobiliário de construções tem também sua atenção voltada para a área, a fim de investir em habitação e posteriormente comercialização. (LONDRINA apud BATISTA FILHO, 1985, p. 136)

1.11. O Lago Igapó II e seus primeiros registros

Em relação às fontes bibliográficas e às fontes primárias consultadas para esta pesquisa, não constam informações precisas sobre a formação do Lago Igapó II, como ocorreu com o Igapó I. O primeiro mapa aerofotogramétrico (Figura 37) produzido após a conclusão do Igapó I data de 1970. Nele se pode observar o Igapó II já formado (à esquerda) e apresentando provavelmente a sua primeira configuração, antes da construção das duas barragens nas suas extremidades e antes do seu aterramento parcial — processos que veremos adiante.

[34] LONDRINA. Secretaria de Planejamento. Projeto CURA, v. 3, p. 68.

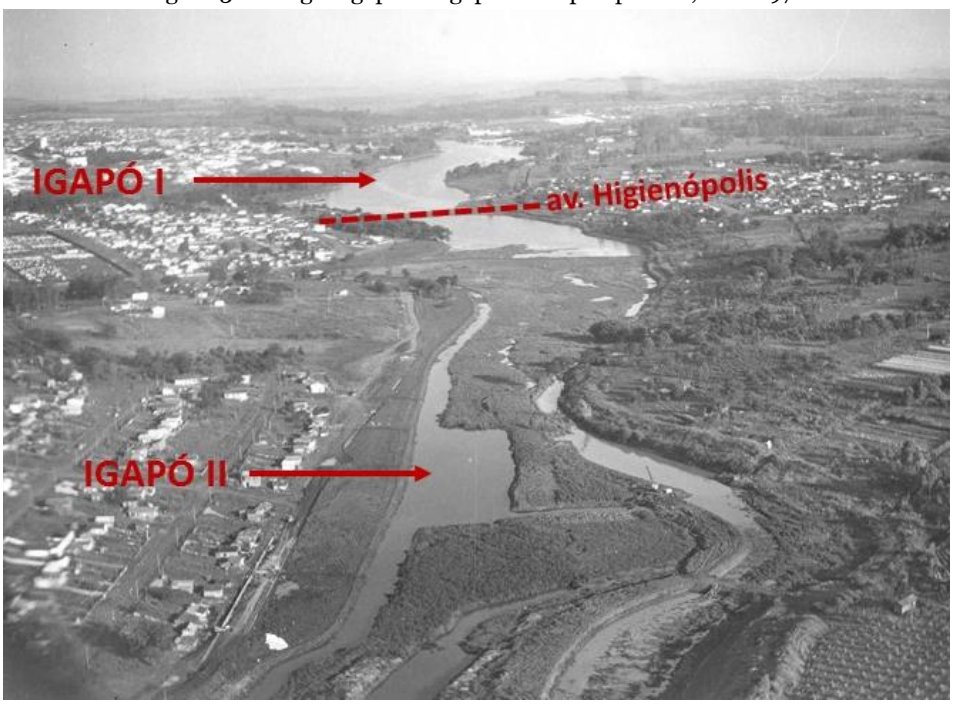
Figura 37 – Vista aérea dos Lagos Igapó I e Igapó II, 1970



Fonte: IPPUL (adaptado).

A imagem abaixo nos mostra o objeto de estudo em perspectiva.

Figura 38 – Lagos Igapó I e Igapó II em perspectiva, anos 1970



Autor: Oswaldo Leite, anos 1970 (Museu Histórico de Londrina) – adaptado.

Em ambas as imagens acima conseguimos observar que o objeto de estudo era constituído por uma porção tomada pela água (como um espelho d'água) e outra, mostrada no primeiro plano, com característica pantanosa.

As fontes consultadas divergem sobre o ano exato da construção da barragem na Av. Higienópolis, que consolidaria o Igapó II como um lago. No entanto, todas concordam que ela ocorreu na gestão do prefeito José Richa (1973 a 1977), cuja Secretaria de Obras era comandada pelo engenheiro Wilson Moreira, o qual se elegeria prefeito seis anos depois. Maeda (2008, p. 116), apesar de não citar a fonte consultada, afirma em sua pesquisa que o Igapó II surgiu em 1976 (administração do prefeito José Richa), quando as barragens situadas nas pontes das avenidas Higienópolis e Faria Lima (vias que limitam o lago) foram construídas. A obra, segundo a pesquisadora, consistia apenas no represamento do córrego, sem qualquer projeto de urbanização ou paisagismo.

O engenheiro e geólogo da Universidade Estadual de Londrina Carlos Costa Branco (informação verbal[35]) confirma que a construção das barragens, de fato, deu início à formação do Igapó II, mas as imagens da obra que tem em seu arquivo são datadas de 1974. De acordo com o engenheiro, antes disso, a Av. Higienópolis, que hoje divide o primeiro do segundo lago, era um aterro, que também funcionava como uma via de terra bastante precária para se alcançar a outra margem ribeirão Cambé, acessando a região sul da cidade. O curso d'água, portanto, vinha do Igapó II, transpassava o aterro por meio de tubos de concreto e desembocava no Igapó I. Com a intenção de ampliar o Igapó e pensando na potencialidade de desenvolvimento dessa região, nos anos 1970, o aterro e os tubos de concreto foram substituídos por uma ponte e uma pequena barragem de terra protegida por uma camada de concreto, construída exatamente sob essa ponte. Com o nível do lago II mais elevado que o nível do lago I, a água começaria a passar pela abertura entre a barragem e a ponte, afirma Branco.

Citando o conhecido ditado "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", Costa Branco explica que a água passa em qualquer lugar, sendo apenas uma questão de tempo. E de fato, mais ou menos em 2000, detectou-se o início de uma retroerosão tubular (ou piping) na barragem da Av. Higienópolis — fenômeno que, se não fosse impedido, levaria ao seu rompimento por força da água, como ocorreu na

[35] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 18 de abril de 2017.

barragem da lagoa da Pampulha em 1954 (O ROMPIMENTO, [201-?]). Por fim, no início dos anos 2000, decidiu-se fazer uma nova barragem, em concreto, da qual Costa Branco seria o responsável técnico.

Pertencente ao acervo do Museu Histórico de Londrina, a imagem abaixo indica que foi em 1979 a construção da ponte (e, consequentemente, da barragem) na Av. Faria Lima, via que divide o Igapó II e o Igapó III. Se ambas as barragens — estruturas que delimitam o trecho represado do ribeirão Cambé e que conformam o Igapó II — foram construídas no mesmo período, esta terceira fonte indica uma terceira data diferente das demais. Branco sugere que o projeto ou mesmo a obra possa ter se iniciado em 1974 e sido concluída em algum ano posterior, daí a divergência das datas.

Figura 39 - Construção da ponte na av. Faria Lima, elemento estrutural que divide o Lago II do Lago III

Autor: Oswaldo Leite, 1979 (Museu Histórico de Londrina).

Diante dessas investigações, observa-se que a primeira e discreta conformação do Igapó II se iniciou, na realidade, logo após o represamento do primeiro lago, como uma continuidade geográfica, já que a via que separa ambos (Av. Higienópolis) não constituía uma barragem, mas apenas uma passagem, por onde a água transpassava por meio de um sistema de tubulação. Posteriormente, a construção

das barragens certamente definiu os limites e o desenho do Igapó II como o conhecemos hoje.

1.11.1 De brejo a aterro

Em geral, as primeiras menções feitas diretamente ao objeto de estudo já são referentes ao seu aterro, realizado em 1985 (L. H., 1998; SARIS, 2001; informação verbal[36]). A execução do aterramento de parte do Lago Igapó II teve como justificativa a eliminação do caramujo hospedeiro do *schitosoma* — causador da esquistossomose, vulgarmente chamada de "barriga d'água" —, doença que está diretamente relacionada ao despejo de dejetos nos cursos d'água, de acordo com Castro e Zequim (2003). O problema, que acometia não só o ribeirão Cambé mas também outros fundos de vale da cidade, fez com que Londrina repercutisse em âmbito nacional como área endêmica de risco, segundo Bortolotti (2007, p. 125). A situação era mais grave onde hoje é o aterro; a população do entorno queixava-se muito da proliferação de caramujos, dos mosquitos e do mau cheiro que o brejo exalava. De acordo com o engenheiro Branco e o funcionário público Oliveira (informação verbal[37]), que trabalhou como peão de obra em diversas intervenções nesse trecho, o aspecto de brejo se manteve mesmo depois do represamento do lago porque não havia profundidade suficiente que permitisse com que fosse totalmente coberto pela água. Várias tentativas de se resolver o problema da profundidade não alcançaram êxito, seja por questões técnicas ou orçamentárias.

Pressionado pela população para encontrar uma solução definitiva, principalmente em relação ao caramujo da esquistossomose, o prefeito à época, Wilson Moreira, decide por, nos parece, atacar não a causa e não a consequência: aterrou o problema, literalmente. De acordo com Branco, a Av. Leste-Oeste, principal via que liga essas duas regiões, estava sendo construída e o aterramento do Igapó foi uma boa solução para o descarte da terra originada daquela obra. Portanto, unindo-se o útil ao agradável, dois problemas foram resolvidos de maneira rápida e prática, "bem ao nível das soluções do Wilson Moreira", como comenta Branco. Por esse motivo, segundo o engenheiro, o aterro é constituído de material bastante heterogêneo (terra e entulho

[36] Comunicação de Carlos José Marques da Costa Branco recebida pessoalmente pela autora em 18 de abril de 2017.
[37] Comunicação de José Virgílio de Oliveira recebida pessoalmente pela autora em 4 de agosto de 2017.

das mais diversas características), o que é um complicador para se fazer qualquer tipo de fundação naquele solo. Um processo civil administrativo (GOIÁS, 2007) foi movido contra o ex-prefeito por danos ao meio ambiente, e ele foi absolvido depois de morto.

Considerando que as ações antrópicas sobre o ribeirão Cambé, desde o seu primeiro represamento, já constituem um profundo impacto ao meio ambiente, Maeda (2008) cita que o aterramento aumentou a fragilidade ambiental do ribeirão Cambé e que foi, até então, a sua mais polêmica obra de intervenção. Nesse trecho, o ribeirão Cambé passa por um leito estreito localizado à direita do aterro. À esquerda, corre um pequeno curso d'água, que Vecchiatti (informação verbal[38]) afirma ser o córrego Mundo Novo, de origem desconhecida.

Figura 40 - Localização do ribeirão Cambé e do córrego Mundo Novo no aterro do Igapó II

Fonte: adaptado de Google (2018).

[38] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 8 de fevereiro de 2017.

Figura 41 – Trecho do ribeirão Cambé localizado no aterro do Igapó II, visto a partir da barragem av. Faria Lima

Fonte: a autora (2018).

Figura 42 - Córrego Mundo Novo, localizado no aterro do Igapó II

Fonte: a autora (2018).

Ao analisar o aterro do Igapó II no final de 1988, com a obra recém-concluída, o ecólogo da Universidade Estadual de Londrina Peter Westcott argumentou que o habitat natural de uma série de espécies havia sido seriamente prejudicado. No entanto, em uma posterior análise, em julho de 1989, Westcott constata com alívio que, apesar do impacto, a área conseguiu resistir à ação antrópica predatória: “Esteticamente pode não estar agradando, mas é uma área belíssima onde as espécies se proliferam na área pantanosa, com o desenvolvimento de uma vegetação típica”. E complementa: “Ali vivem jaçanãs, frangos d’água, garcitais, garças, patos, marrecos, entre outros” (PREFEITURA, 1989, p. 4).

Se as fontes sobre o início da formação do Igapó II são escassas, informações sobre épocas anteriores, em geral, só são possíveis mediante entrevistas. Foi assim que, por meio de Ivone Mizubuti (informação verbal[39]), conseguimos conhecer um pouco como eram as dinâmicas da área aterrada, pouco antes dos registros fotográficos anteriormente apresentados, datados de 1970. Ivone é neta de Yutaka Mizubuti, que instalou sua olaria, uma das primeiras da cidade, exatamente na porção pantanosa do Igapó II, onde hoje é o seu aterro e antes, área rural. Seu avô nasceu em 1901 no Japão

[39] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 27 de julho de 2017.

e em 1918 chegou ao Brasil. Depois de ter trabalhado na agricultura no interior do estado de São Paulo e em diversos ramos do comércio e de serviços na capital paulista, chegou a Londrina em 1936 — dois anos após a cidade ter sido elevada a município. O ribeirão Cambé passava nos fundos da olaria, que, por sua característica pantanosa — "um baita dum brejão" —, eram propícios para tal atividade. As telhas e tijolos saídos dali ajudaram a levantar as primeiras construções em alvenaria na cidade, e muito material cerâmico foi doado para a construção do Hospital Santa Casa e do Templo Budista.

Quanto ao ribeirão Cambé: "Água limpíssima, rasa, muitos peixes. Às vezes pescávamos lambari com peneira. Nunca ouvimos falar do caramujo da esquistossomose naquela época", nos conta Ivone que, quando criança, tomava banho naquele rio quase todos os dias. Mas, "com o passar do tempo começou a poluição, o descarte de resíduos". No final dos anos 1960, o Sr. Mizubuti se vê forçado a vender a propriedade, depois de o casal, já idoso, ter sido assaltado à mão armada por três vezes. Poucos anos depois, já sob a posse de outro dono, a área foi desapropriada para que se fizesse o seu aterramento. Nessa ocasião, o Sr. Mizubuti era vivo e chorou muito, de acordo com Ivone Mizubuti.

Por fim, e curiosamente, soubemos na mesma entrevista que as telhas saídas daquele brejo ainda cobrem a casa que o engenheiro Queiróz (responsável pela barragem do Igapó I) tem no seu sítio. Amigo de Ivone, ele confessa que toda vez que se deita sob a cobertura de telhas aparentes olha para a marca impressa e lembra-se do saudoso Sr. Mizubuti.

As investigações desenvolvidas neste subcapítulo dão a sensação de haver um hiato na história da constituição do objeto de estudo, tanto em narrativas quanto em imagens. Além disso, é importante considerar que em diversos trabalhos acadêmicos, matérias de jornal, projetos, entrevistas e depoimentos, o conjunto de lagos do ribeirão Cambé é considerado um único Lago Igapó que foi fracionado em quatro porções. Por esse motivo, é comum a utilização do nome "Igapó" para fazer referência aos lagos em geral, e caso se queira tratar de alguma das porções em específico, adiciona-se um numeral (Igapó I ou 1, Igapó II ou 2, e assim por diante). Talvez isso tenha contribuído para a falta de informação sobre as primeiras águas que extravasaram o leito fluvial e se conformaram como Lago Igapó II em um dos trechos do ribeirão Cambé. Enquanto o Igapó I foi inaugurado em ocasião festiva, amplamente

documentada e alçada a “fato histórico” da cidade, o Igapó II parece ter se constituído, a princípio, como uma discreta consequência do primeiro. Entre existir e ser percebido passaram-se talvez uns 10 anos.

2. A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E A FRUIÇÃO DA PAISAGEM NO LAGO IGAPÓ II

A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E A FRUIÇÃO DA PAISAGEM NO LAGO IGAPÓ II

Em conjunto, o lago e o aterro — elementos que compõem o Igapó II — têm se mostrado imprescindíveis no processo de valorização imobiliária do seu entorno, experimentando significativas mudanças em relação a outras regiões da cidade. Se até os anos 2000 sua margem direita (região sul) apresentava-se predominantemente ocupada por pequenas chácaras ou coberta por massa vegetal, a partir de então é iniciado um vigoroso processo de verticalização que a consolida como a área de expansão urbana mais expressiva e valorizada da cidade, denominada Gleba Palhano — bairro onde incorporadoras têm investido pesadamente em edifícios residenciais e comerciais e, não por acaso, a localização mais desejada pelas classes média e média alta (BIANCHI, 2002; COMELI, 2017; ELORZA, 2010; SILVA, 2014).

Figura 43 – Lago Igapó II e Gleba Palhano ao fundo

Autor: Galmo Empreendimentos Imobiliários, 2017.

Ao digitar “Palhano” em uma rápida busca no Google em 16/12/2017, identificamos: Panetteria Palhano, Pizzaria Palhano, Forneria Pagliano, Auto Posto Palhano, Palhano Importados, Palhano Sports, Palhano Business Center, Palhano Veículos, Palhano Imóveis e Instituto Palhano de Xadrez. Como aponta Silva (2014, p. 155), essa denominação foi incorporada às estratégias de marketing dos

empreendedores imobiliários que começaram a atuar no local, tornando-a uma marca conceitual, referência de empreendimentos de alto padrão. E à medida que o bairro foi sendo ocupado, muitos dos estabelecimentos comerciais que ali se fixaram aderiram "Palhano" ao seu nome fantasia, como um conceito, também na intenção de relacionar o status do bairro aos seus negócios.

Com a consolidação da Gleba Palhano e, em consequência, com o seu aumento populacional, é compreensível e notório que a apropriação do Igapó II pelos londrinenses tenha acompanhado a velocidade da verticalização do bairro — apropriação esta realizada pelos moradores, pelos comerciantes e pela população da cidade em geral, que, segundo Silva Junior et al (2010), com frequência se desloca de outras regiões em busca desse espaço de lazer (Figura 44).

Figura 44 – Quadras de vôlei de areia no aterro do Igapó II e bairro Gleba Palhano ao fundo

Fonte: a autora (2017).

Seria incorreto dizer que os lagos I, III e IV apresentam suas paisagens consolidadas, mas pode-se dizer que, em comum, revelam mudanças muito mais brandas em comparação ao objeto de estudo, que ostenta uma paisagem notadamente dinâmica à medida que a Gleba Palhano vai sendo constituída por edifícios e pessoas.

Este capítulo, portanto, aborda o objeto de estudo a partir dos anos 1990 — momento em que a paisagem é incorporada ao processo de verticalização, ao mesmo tempo em que o próprio objeto é transformado em área de lazer – e enfatiza a ação dos principais vetores que incidem sobre ele: o poder público, a iniciativa privada e a

sociedade civil. Para isso, primeiramente, trato da ação do poder público e dos agentes imobiliários na transformação da paisagem e na produção do espaço urbano da Gleba Palhano; em seguida, me dedico a analisar de que modo o objeto de estudo é abordado pela mídia local (os assuntos mais publicados e/ou mais relevantes para se compreender sua constituição física e, principalmente, simbólica). Na sequência, trato das questões ambientais que são mobilizadas pela comunidade em defesa do objeto e, por fim, discorro sobre a apropriação do Igapó II por múltiplos agentes, que o consolidam não apenas como imagem, mas como elemento pertencente ao cotidiano, fortalecendo a relação entre os moradores e essa paisagem híbrida, de natureza projetada.

2.1 A Fazenda Palhano

O bairro Gleba Palhano, que ocupa grande parte da face sul do Igapó II, originou-se de uma porção de terras ainda maior, uma fazenda de propriedade dos irmãos Mábio, Edson, Heber e Kepler Palhano, todos agrimensores nascidos no Maranhão. O primeiro a vir para o Norte do Paraná foi Mábio, em 1919, com 25 anos, para exercer a função de comissário de terras; embrenhado na mata, ele demarcava e arbitrava em nome do Estado muito antes de a CTNP fazer o levantamento da região que viria a ser a cidade de Londrina. Em seguida, vieram os outros três irmãos, a fim de desempenharem o mesmo ofício (GLEBA, 2017; PAULA, 2006).

Em 1927, os irmãos Palhano compraram uma área de 1.200 alqueires de terra, que se estendia do ribeirão Cambé (exatamente onde hoje é o Igapó II) em direção ao sul, até a nascente do ribeirão Cafezal, onde hoje se encontra o patrimônio Espírito Santo, ainda zona rural do município de Londrina. Após a morte de Mábio, em 1982, a imensa fazenda foi dividida em porções menores e forma atualmente dezenas de bairros que estruturam quase toda a região sudoeste da cidade (GLEBA, 2017; PAULA, 2006).

De acordo com Silva (2014, p. 158), a Fazenda Palhano foi subdividida pela Lei Municipal nº 1.794, de 24 de dezembro de 1970, gerando subdivisões que

permaneceram sem outros parcelamentos em lotes e também sem edificações até a década de 1990, quando se tem a aprovação de novos parcelamentos em loteamentos.

A partir do momento em que a fazenda é desmembrada, deixa de ser uma "gleba" no seu sentido legal[40]. No entanto, a palavra acabou sendo mantida para designar alguns bairros originados desses parcelamentos, como os bairros Gleba Palhano, Gleba Cafezal e Gleba Esperança.

Os usos e atividades são diversos nas terras da antiga Fazenda Palhano. Além de pequenas propriedades rurais, atualmente encontram-se no local também restaurantes rurais, chácaras de lazer e condomínios residenciais horizontais voltados às classes média e alta, além do campus da UEL, ali instalado nos anos 1970 e, à época, distante da cidade.

Mas o que de fato impulsionou as transformações que vemos hoje naquela região foi a construção de um shopping center, em 1990. Então localizado em plena área rural, o empreendimento provocou a valorização do seu entorno, atraiu investidores imobiliários e fez com que o perímetro urbano finalmente transpassasse o Lago Igapó II (ARIAS, 1992; FRESCA, 2002; PAULA, 2006).

Apesar das transformações na paisagem e nos usos em geral, a área localizada depois do shopping tem, atualmente, a presença da natureza e o clima bucólico como seus maiores atrativos. Já a borda do lago experimentou mudanças mais radicais que incidiram diretamente sobre o objeto de estudo e podem ser melhor compreendidas ao elucidarmos esse processo de transformação, bem como os agentes envolvidos.

2.2 O Catuaí Shopping Center

Até os anos 1990, a região sudoeste apresentava-se como a área que menos havia sofrido expansão — físico-territorial e demográfica — no município de Londrina, fazendo oposição à região norte, que, entre 1970 e 1990, deu lugar a uma intensa

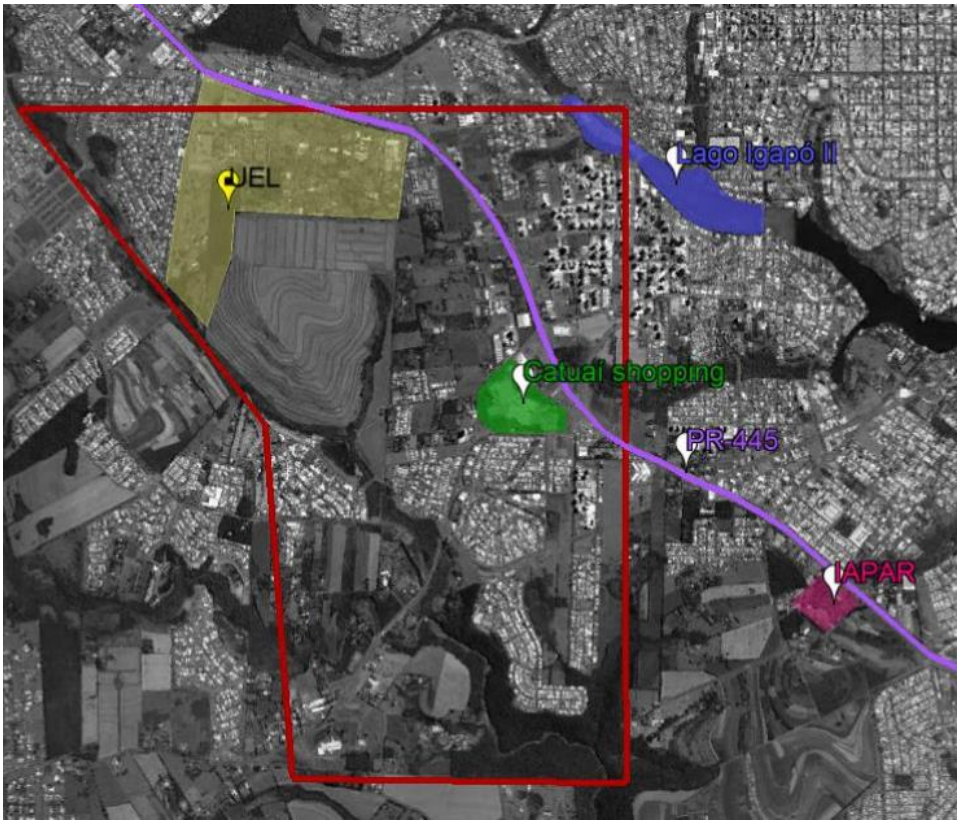
[40] De acordo com a Lei nº 6.766/79, gleba é uma porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento regular, isto é, aprovado e registrado. Logo, é a terra crua, sem qualquer regulamentação e adequação às leis brasileiras e regionais. Quando a gleba é servida de infraestrutura básica, adaptada às leis brasileiras e regionais e atendendo a todos os requisitos e conformidades exigidas pelo plano diretor do município em questão, passa a ser chamada de lote (MENEZES, 2015).

produção de conjuntos habitacionais horizontais empreendidos pelo poder público. No entanto, a inauguração do Catuaí Shopping, em 1990 (ARIAS, 1992), foi um marco na história da região sudoeste, desencadeando uma série de transformações na paisagem e no modo de apropriação e produção daquele espaço, o qual inclui-se na margem direita do Lago Igapó II.

Inaugurado em novembro de 1990, o Catuaí é um estabelecimento comercial no tradicional formato de shopping center — o único na região e o maior do interior do Paraná naquele momento. De acordo com Fresca (2002, p. 257), estar relativamente afastado da área de maior densidade ocupacional foi um dos critérios que contribuiu para a definição do local que abrigaria o shopping, levando-o a ser construído em área rural. Também levou-se em conta a proximidade com as principais vias de circulação regional: o Catuaí Shopping situa-se na PR-445, que liga Londrina ao Sul do Estado, e está a 15 minutos de carro da BR-369, que conecta o Norte do Paraná com o estado de São Paulo. Além disso, na mesma PR-445, a poucos quilômetros de distância, estão a Universidade Estadual de Londrina e o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), instituições que congregam grande número de pessoas e que estão igualmente afastadas do centro da cidade. Nos primeiros dois anos de funcionamento, suas 160 lojas receberam 650 mil pessoas, procedentes de 142 cidades do Paraná e de outros estados (CATUAÍ, 1992).

A imagem abaixo situa o Catuaí Shopping em relação à área considerada a antiga Fazenda Gleba Palhano, de acordo com Paula (2006, p. 74), e indica elementos atuais de referência.

Figura 45 – Localização do Catuaí Shopping, UEL, IAPAR, PR-445 e Lago Igapó II em relação à antiga Fazenda Palhano, demarcada em vermelho



Fonte: adaptado de Google (2018).

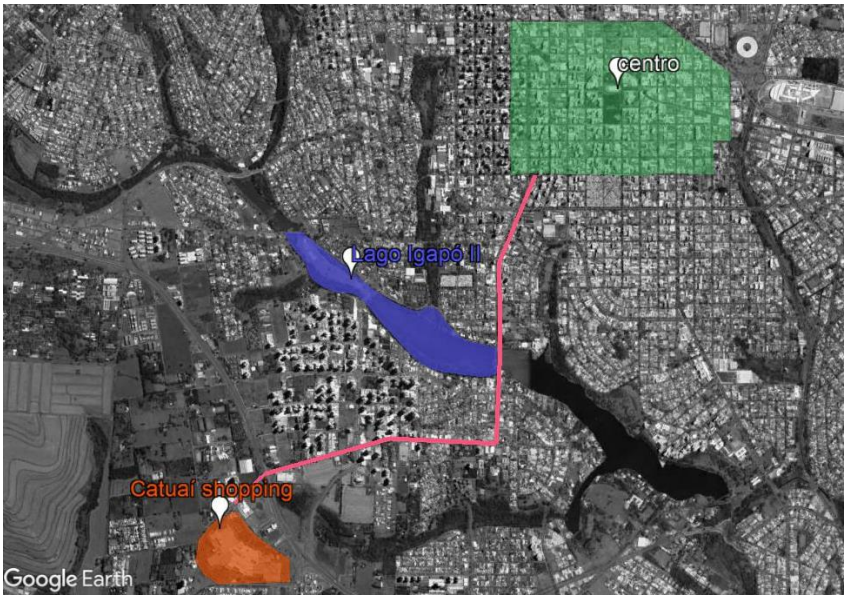
A Construtora Khouri, responsável pela realização do shopping, contou com importante apoio do poder público municipal e estadual, que atendeu ao empreendimento com infraestrutura urbana, principalmente viária. A Av. Madre Leônia Milito, que liga o centro ao shopping, foi asfaltada e duplicada, valorizando os imóveis existentes ao longo da via e fazendo surgir outros estabelecimentos comerciais (ARIAS, 1992; FRESCA, 2002).

De acordo com Arias (1992), a construção do Catuaí Shopping trouxe uma certa euforia no meio imobiliário, já que se vislumbrava a possibilidade de valorização e especulação da região sudoeste, sobretudo do vazio urbano localizado entre o shopping e o Lago Igapó II. Ao discorrer sobre o uso do solo urbano na economia capitalista, Singer (1985, p. 34) menciona que “as transformações no preço do solo acarretadas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviços urbanos são expandidas”. Portanto, a instalação do Catuaí — um grande polo de comércio e serviços em plena área rural, em um terreno provido de infraestrutura pela própria municipalidade para especialmente atendê-lo — possibilita que os especuladores

antecipem a região em que a rede de serviços e infraestrutura urbana será expandida e adquiram terras adjacentes ao perímetro urbano para futuro loteamento, mesmo que desprovidas de qualquer serviço.

No entanto, Singer (1985, p. 23) também esclarece que essas regiões normalmente têm sua valorização antecipada "em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar um certo período, que pode ser bastante longo, até que as condições propícias se tenham realizado". De fato, de acordo com Fresca (2002) e Paula (2006), a realização de empreendimentos resultantes da valorização da área não se deu de imediato, mas após quase 10 anos. Para as autoras, um dos motivos teria sido a desestabilização política e econômica do Governo Collor no início dos anos 1990 (pelo confisco das poupanças disponíveis nas instituições financeiras), que refletiu negativamente na construção civil e no mercado imobiliário. Acrescentando-se a isso, tem-se o não esgotamento de áreas disponíveis e valorizadas em outros locais da cidade e a distância do shopping em relação ao centro. Para Fresca (2000), a sensação da longa distância entre o centro e o shopping (aproximadamente 4 km) revelava uma elite ainda apegada ao centro da cidade (Figura 46), cujo pensamento começou a mudar quando as incorporadoras passaram a explorar o conceito de qualidade de vida vinculado à natureza, mote amplamente utilizado no marketing dos empreendimentos imobiliários que, a partir desse momento, viriam a ocupar o bairro Gleba Palhano, face sul do Lago Igapó II.

Figura 46 – Percurso de automóvel (na cor rosa) entre o Catuaí shopping e o centro histórico.



Fonte: adaptado de Google (2018).

2.3 A marcha para o sudoeste

Exatamente quando e como a região entre o Catuaí Shopping e o Igapó II deixou de ser zona rural para se tornar área urbana é algo que os autores que se debruçaram sobre esse assunto têm dificuldade em esclarecer. Em sua pesquisa, Fresca (2002, p. 260) afirma que a mudança se deu por meio do novo Plano Diretor, em 1995 — portanto 5 anos depois da inauguração do Shopping. A autora inclusive considera esse intervalo de tempo também um motivo para que as transformações tenham demorado a acontecer na região sudeste. Em pesquisa mais recente, Silva (2014, p. 154) diz que, apesar de não se saber exatamente quando ocorreu tal mudança de zoneamento, o registro como loteamento urbano teria acontecido antes da Lei de Parcelamento do Solo, de 1979 — ainda que a incorporação ao perímetro urbano tenha se dado aos poucos. De qualquer modo, com a regularização fundiária assegurada, depois da instalação do Catuaí Shopping, a margem direita do lago passa a atrair o interesse dos agentes privados, que veem nela um grande potencial imobiliário. Abaixo, o registro fotográfico mostra a atual ocupação da área.

Figura 47 – Vista aérea do bairro Gleba Palhano, localizado entre o Lago Igapó II e o Catuaí Shopping Center (marcado em vermelho)

Autor: Wilson Vieira, [201-].

A necessidade de infraestrutura foi resolvida pelo poder público local. Em relação aos acessos viários, por exemplo, foi feita uma extensão da Av. Maringá, que transpõe o Igapó II para ligar-se à Av. Me. Leônia Milito, que, por sua vez, dá acesso ao Catuaí Shopping (FRESCA, 2002; PAULA, 2006), como mostra a figura abaixo.

Figura 48 – Vias de acesso na região do bairro Gleba Palhano

Fonte: adaptado de Google (2018).

Para conectar a av. Maringá à av. Madre Leônia Milito, em 2003 (informação verbal[41]), uma bucólica estrada de terra — antes conhecida como Túnel do Amor — é transformada em uma larga avenida de quatro pistas — Av. Ayrton Senna — , que é a mais importante via de integração do bairro, conectando a região central com as regiões sul e sudeste. (Figuras 49 e 50)

[41] Comunicação de Maick Fabian Ponchieli Ribeiro recebida pessoalmente pela autora em 12 de junho de 2017.

Figura 49 – Estrada "Túnel do Amor", futura Av. Ayrton Senna

Autor: Mário Jorge Tavares, 2002.

Figura 50 – Lago Igapó II à esquerda, transposição da Av. Maringá em primeiro plano e Av. Ayrton Senna em segundo plano

Autor: Wilson Vieira, 2013.

Paula (2006, p. 75) esclarece que tanto a transposição da Av. Maringá quanto a construção da Av. Ayrton Senna foram executadas pelo poder público mediante pressão das incorporadoras que queriam garantir, no futuro próximo, a fluidez do trânsito, que começava a dar sinais de congestionamento. Apesar de esse ser um caso em que o poder público atende às demandas do setor privado, Fresca (2002, p. 260) afirma que, para o grande público e para a mídia, as obras de infraestrutura foram justificadas a partir da necessidade da população. Para a autora, os pequenos congestionamentos que ocorriam em certos locais serviram como justificativa para valorizar, com recursos públicos, a área que estava sendo destinada a um distinto grupo social de elevado poder aquisitivo.

2.4 O bairro Gleba Palhano e a produção do seu espaço

O bairro localizado imediatamente à margem direita do Lago Igapó II — e que é foco de nossas reflexões neste momento — participa de um processo histórico de parcelamento e de denominação de terras que torna confuso o entendimento do que

são as suas fronteiras. Delimitá-lo foi um desafio enfrentado na pesquisa e algumas poucas elucidações são necessárias para justificar o recorte adotado.

Como menciona Silva (2014, p. 137), em geral, os órgãos públicos municipais definem o bairro como uma unidade territorial de planejamento, com a finalidade de favorecer a organização e o controle dos serviços públicos, como fornecimento de água e luz, telefonia, limpeza. No entanto, seus limites nem sempre coincidem com os limites estabelecidos por quem nele habita. Quando se observa mais aproximadamente, percebe-se que essas unidades territoriais são, em realidade, um conjunto de bairros, como demonstra o mapa de bairros e regiões desenvolvido pela Gerência de Geoprocessamento do IPPUL (LONDRINA, 2013).

Esta pesquisa considera que bairros são, comumente, territórios definidos subjetivamente pelos seus próprios moradores — com base na ambiência, nas características físicas do conjunto urbano (edificações, ruas, lotes), nos usos, nas atividades que acontecem ali, etc. Nessa direção, nos aproximamos da ideia de "lugar urbano" investigada por Barros (2004), que mobiliza e associa conceitos de um conjunto de autores[42] para defender que:

> O conceito de lugar urbano alia-se a uma base territorial e cultural, e, principalmente, à essência vivida. É o ponto de maior convergência entre espaço social e espaço geométrico. Corresponde à escala do pedestre, adequada e compatível com as dimensões do corpo humano, passível de ser percorrida a pé; dá-se a conhecer pelo "uso". BARROS (2004, p. 56)

Desse modo, optamos por seguir essa concepção em vez de nos guiarmos pelo mapa oficial do município (LONDRINA, 2013).

Quando caminhamos pelas cidades, ou seja, quando experimentamos o espaço urbano com o próprio corpo, não é preciso muito esforço para nos darmos conta de que mapas — documentos técnicos e bidimensionais — não correspondem ao que a realidade sensível e tridimensional nos oferece. Sobre essa questão, o jornalista Rafael

[42] CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. LAMAS, J. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993. LEFEBVRE, H. Barrio y vida de barrio. In: *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1971. RAPOPORT, A. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciências sociales com el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989. WILHEIM, J. *O bairro, unidade urbana. Projeto São Paulo: Propostas para a melhoria da vida urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Montagnini (informação verbal[43]), editor do Jornal da Gleba[44], declara que teve a mesma dificuldade quando precisou delimitar a área de distribuição do seu produto. Depois de muito circular e observar, decidiu considerar exatamente o aglomerado de edifícios localizados entre o Igapó II e a Av. Madre Leônia Milito.

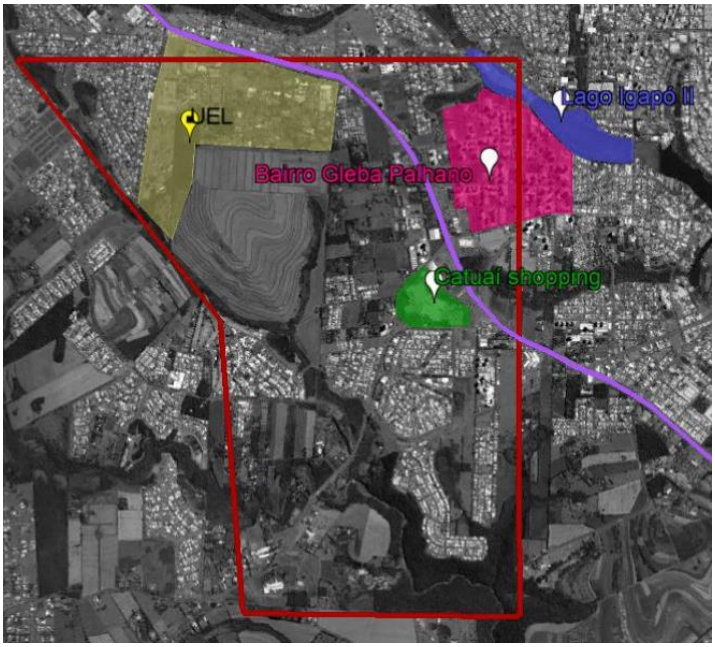
Nesta pesquisa, guiei-me pela análise empírica e pelas incontáveis caminhadas já feitas pelo bairro desde 2004, muito antes de esta dissertação tornar-se um projeto de pesquisa. Portanto, de toda a extensão de terras considerada Gleba Palhano, o recorte aqui adotado contempla a área verticalizada imediatamente às margens do Igapó II, região que abriga edifícios, estabelecimentos e pessoas que, na minha percepção, compartilham do mesmo modo de viver, consumir, circular, e que participam do mesmo processo de produção do espaço urbano, empreendido pelos mesmo agentes. Ainda, é o processo de ocupação dessa área — e não de outra — que incide diretamente no objeto de estudo e que participa da constituição física e simbólica que se reconhece nele hoje.

A Figura a seguir, mostra o recorte adotado na pesquisa em relação à área considerada como a antiga Fazenda Palhano, de acordo com Paula (2006, p. 74), e que atualmente engloba diversos outros bairros.

Figura 51 – Área do bairro Gleba Palhano em relação à antiga Fazenda Palhano, delimitada em vermelho

[43] Comunicação recebida via WhatsApp pela autora em 4 de dezembro de 2017.

[44] O *Jornal da Gleba* é um periódico impresso, de conteúdo informativo e de variedades, que aborda assuntos relacionados ao bairro e aos seus moradores, em sua maioria. Circulando desde 2009, suas edições são mensais e distribuídas tanto nos edifícios residenciais quanto em estabelecimentos comerciais.



Fonte: adaptado de Google (2018).

De modo mais aproximado, a figura abaixo, mostra as vias que delimitam o recorte do que consideramos bairro Gleba Palhano.

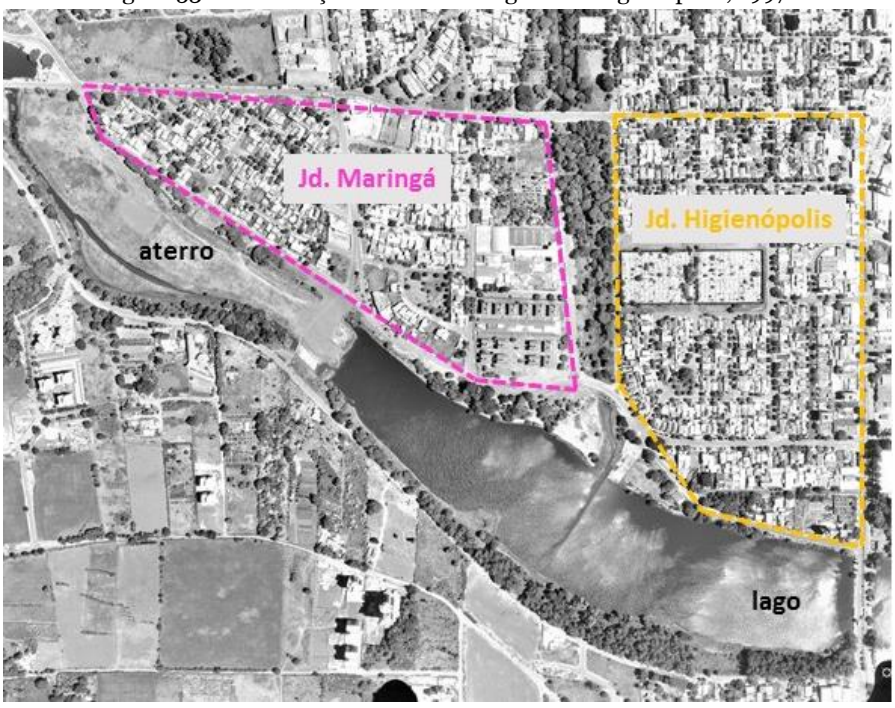
Figura 52 – Bairro Gleba Palhano: delimitação adotada na pesquisa e principais vias da região

Fonte: adaptado de Google (2018).

Por conseguinte, com o objetivo de identificar e analisar de que maneira e em que medida os vetores — poder público, sociedade civil e iniciativa privada —, por meio de parcerias e embates, incidiram sobre esse espaço, refletimos sobre o papel dos agentes imobiliários na produção da margem direita do Lago Igapó II, iniciada no final dos anos 1990 e que continua em andamento.

Na virada do século XX para o século XXI, a margem esquerda já se encontrava estruturada por bairros residenciais de classe média baixa. Se hoje, com a expansão da zona urbana, esses bairros — Jd. Maringá e Jd. Higienópolis — pertencem à região central, antes, localizavam-se na borda da cidade, fazendo oposição ao nível social mais alto que caracterizava as famílias residentes no centro.

Figura 53 – Localização dos Jd. Maringá e Jd. Higienópolis, 1997.



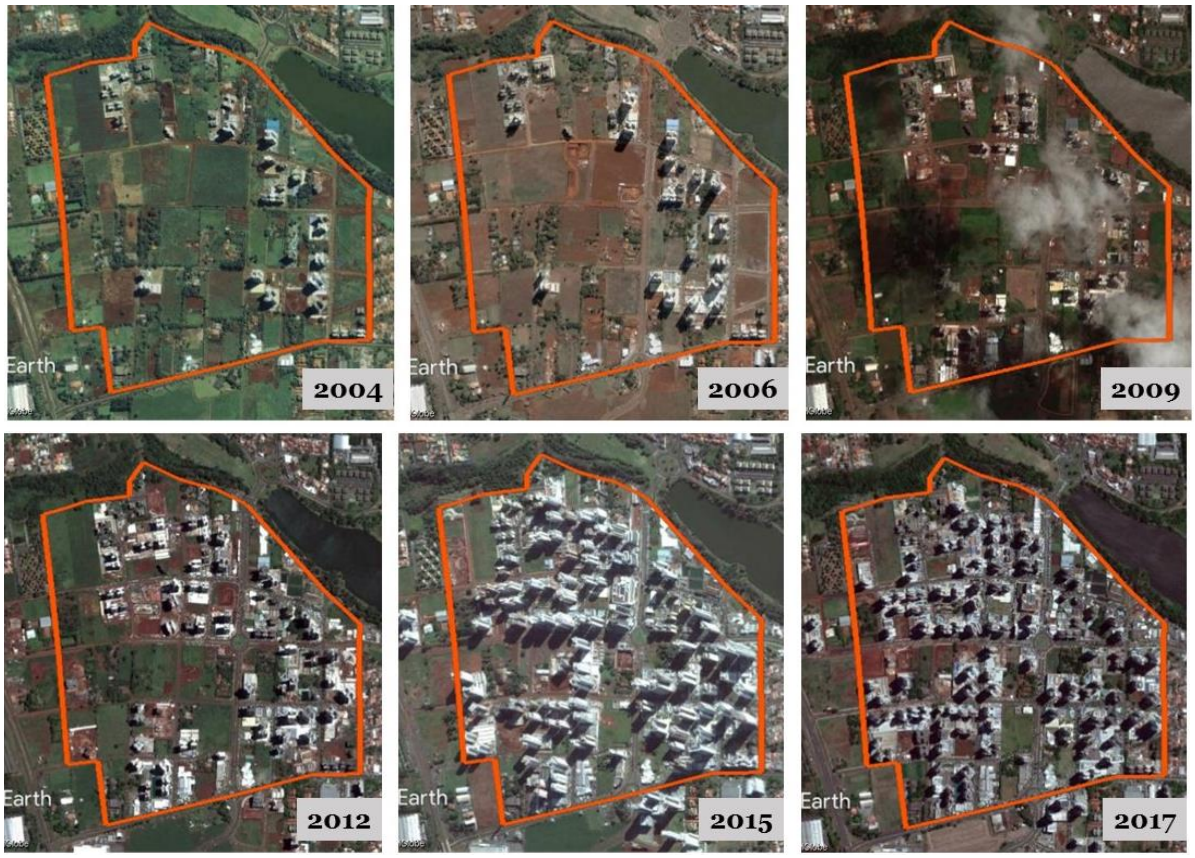
Fonte: adaptado de Google (2018).

De acordo com Fresca (2002, p. 257), as práticas imobiliárias empreendidas pelos agentes que dão início à produção do espaço urbano da Gleba Palhano nos anos 1990 tem como objetivo principal produzir habitação para uma demanda solvável de consumidores. É preciso ainda lembrar que, segundo a autora, os anos 1990 se caracterizaram pela diminuição do investimento do poder público em conjuntos habitacionais na zona norte, que desde os anos 1970 seguia em ritmo crescente. Esse cenário fez surgir a implantação de conjuntos habitacionais em outras e variadas áreas,

sobretudo na periferia imediata, e fez também aumentar os loteamentos empreendidos por meio de parcerias entre diversos agentes: construtoras, proprietários fundiários, imobiliárias, políticos, etc.

Para ilustrar a evolução da ocupação do bairro ao longo dos anos, empregamos uma sequência de imagens históricas disponíveis no Google Earth Pro, que podem ser observadas a seguir. A ferramenta cobre uma distância histórica de 2004 a 2017.

Figura 54 - Evolução da ocupação do solo no bairro Gleba Palhano, de 2004 a 2017



Fonte: Fonte: adaptado de Google (2018).

2.4.1 As incorporadoras e a produção dos edifícios

Como as construtoras são um dos agentes responsáveis pela constituição tanto física quanto simbólica da Gleba Palhano, dedicamos este subcapítulo à sua

produção imobiliária e às estratégias de marketing adotadas por algumas delas. Por meio de consulta ao site das construtoras, ao site Diário dos Imóveis de Londrina[45] e aos trabalhos acadêmicos das geógrafas Paula (2006), Santos (2011) e Silva (2014), constatamos que oito construtoras atuam ou atuaram no bairro Gleba Palhano. São elas: A. Yoshii, Artenge, Dresden, Galmo, Plaenge, Quadra, Serteng e Vectra. Com exceção da Serteng, todas as outras são de Londrina e se dedicam também a outros segmentos de edificações, como instalações comerciais, industriais e institucionais. Em relação aos edifícios residenciais, todas as empresas relacionadas aqui possuem empreendimentos direcionados a moradores de diferentes extratos sociais e localizados em outras regiões da cidade, além da Gleba Palhano.

Os primeiros e esparsos edifícios construídos na região antecedem a constituição do bairro Gleba Palhano. No entanto, alguns autores e fontes divergem[46] sobre as datas desses primeiros empreendimentos. Paula (2006) identifica o edifício Pérola Negra como o primeiro deles, construído em 1992 pela Construtora Serteng, no sistema de condomínio. Possui 10 pavimentos e 20 apartamentos, cada um com 170 m² de área privativa. Em 1996, teria sido construído o edifício Chácara Bela Vista, também por meio de condomínio, mas especificamente por um grupo de médicos. O edifício conta com 16 pavimentos e 16 apartamentos de 450 m² de área privativa.

A Serteng é a única construtora que não é de Londrina, mas da cidade de Sertanópolis, 43 km distante. Depois do Pérola Negra, de 1992, a empresa constrói mais quatro edifícios, entre 2004 e 2008, todos em sistema de condomínio (PAULA, 2006).

A Dresden Engenharia opera há 26 anos na construção civil em Londrina, atuando também como incorporadora de empreendimentos imobiliários. Na Gleba Palhano, foi responsável pela construção de dois edifícios.

A Artenge Construtora, fundada em 1967, inicialmente construía residências e conjuntos habitacionais pelo sistema de contratação para execução de obra. De acordo com Silva (2004), a partir dos anos 1980, começa a trabalhar com sistema de incorporação, assim adquire o terreno, executa a obra e vende os

[45] Disponível em: <http://www.diariodosimoveisdelondrina.com.br/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

[46] As informações sobre a data dos empreendimentos foram consultadas em duas fontes diferentes. Deu-se prioridade aos sites das próprias construtoras, e quando a informação não estava disponível, recorreu-se ao site *Diário dos Imóveis de Londrina*. De acordo com o editor do site, suas informações originam-se do termo de visto de conclusão da matrícula do empreendimento (disponível nos 1º e 2º Cartórios de Registros de Imóveis de Londrina) e também dos sites das construtoras. Em alguns casos, as informações de ambas as fontes não coincidem entre si.

apartamentos. E foi nesse sistema que a construtora realizou seu primeiro empreendimento no que viria a ser o bairro Gleba Palhano, o Residencial do Lago I, concluído em 1990 (PAULA, 2006). A partir de então, muitos outros vieram. A Artenge adquiriu um extenso terreno na região, que passou a ser um grande canteiro de obras, dando origem a mais quatro edifícios: Residencial do Lago II (1992), Residencial do Lago III (1998), Portal do Lago (2005) e Mirante do Lago (2013). Esse conjunto de edifícios ficou conhecido como "cidade Artenge", e a Gleba Palhano tornou-se âncora da empresa, que tem mais 10 empreendimentos realizados em outras regiões do bairro.

Os primeiros edifícios — a sequência de Residencial do Lago I, II e III — são baixos, de até oito andares, ainda sem o apelo da paisagem (Figura 55), e foram erguidos em uma época em que o bairro ainda significava, provavelmente, apenas uma região distante do centro. Os edifícios que viriam a seguir, a partir de 2005, seriam mais altos, com sacadas, utilizando-se da estratégia de marketing típica da Gleba Palhano que conhecemos hoje — vista para o lago e qualidade de vida —, direcionada a um público com poder aquisitivo também mais alto (Figura 56).

Figura 55 – Residencial do Lago III, de 1998

Fonte: Google Maps (2017).

Figura 56 – Peça Publicitária do Portal do Lago, veiculada na *Folha de Londrina*, 2004

Fonte: Santos (2011).

A Quadra Construtora atua no mercado desde 1986, mas com pouca participação da Gleba Palhano. De acordo com informações disponíveis no site da empresa, foram quatro edifícios erguidos, entre 2004 e 2016.

A Vectra Construtora, fundada em 1996, é a mais jovem entre as empresas relacionadas na pesquisa; foi a última a entrar no mercado imobiliário da Gleba Palhano, mas é certamente uma das mais atuantes no momento presente. A construtora tem cinco edifícios concluídos no bairro — entre 2015 a 2017 —, mas, de acordo com as obras em andamento, dois edifícios serão entregues em 2018 e mais dois em 2019. Em maio de 2010, exatamente em frente ao Lago Igapó II, a construtora inaugurou sua central de vendas, a Vectra Store (Figura 57), projetada por dois renomados escritórios de arquitetura e de interiores da cidade. Em entrevista à *Folha de Londrina*, o arquiteto, depois de descrever todos os diferenciais do projeto, complementou: "Tudo isso com o pano de fundo do Lago Igapó, que é o principal cartão-postal da cidade" (VECTRA, 2010).

Figura 57 – Vectra Store à direita e Lago Igapó II à esquerda

Fonte: Google Maps (2017).

A Plaenge Empreendimentos, fundada em 1970, se autointitula a maior construtora imobiliária do Sul do País, atuando em Londrina e em mais quatro cidades brasileiras — Curitiba, Maringá, Campo Grande e Cuiabá —, além de em três regiões no sul do Chile. Entre 1973 e 1990, constrói 30 edifícios localizados, em sua maioria, no centro da cidade e, na década de 1990, levanta os primeiros edifícios na Gleba Palhano — quatro unidades de 19 pavimentos cada uma. De acordo com a pesquisa de Paula (2006), entre 2001 e 2006 (data da conclusão do seu levantamento), a Plaenge atuou apenas na Gleba Palhano, construindo seis edifícios acima de 19 pavimentos. De acordo com o site da construtora, dos seis edifícios com imóveis à venda em 2017, quatro situavam-se na Gleba Palhano.

O material de divulgação do edifício Palhano Residence, concluído em 2007, destaca alguns “detalhes” que valorizariam o empreendimento. De acordo com a Figura 58, a seguir, além da localização em relação a alguns pontos da cidade — como a UEL e o Catuaí Shopping —, vemos a relevância dada à proximidade do Lago Igapó II, vantagem tanto para quem planeja investir — “no melhor local da Palhano, com a maior valorização dos últimos anos” — quanto para quem pretende morar — “o mais belo cartão-postal da cidade é o ‘quintal’ do Palhano Residence”. Os trechos citados no texto estão destacados abaixo na cor verde.

Figura 58 – Encarte publicitário do Edifício Palhano Residence

Fonte: adaptado de Paula, 2006.

Fundada em 1965, a A. Yoshii Engenharia, juntamente com a Plaenge Empreendimentos, é a líder no mercado imobiliário da Gleba Palhano, segundo Paula (2006). De acordo com o site da empresa, de 2003 a 2017 foram erguidos 20 edifícios residenciais no bairro, contra apenas seis em outras regiões da cidade — estes de 2000

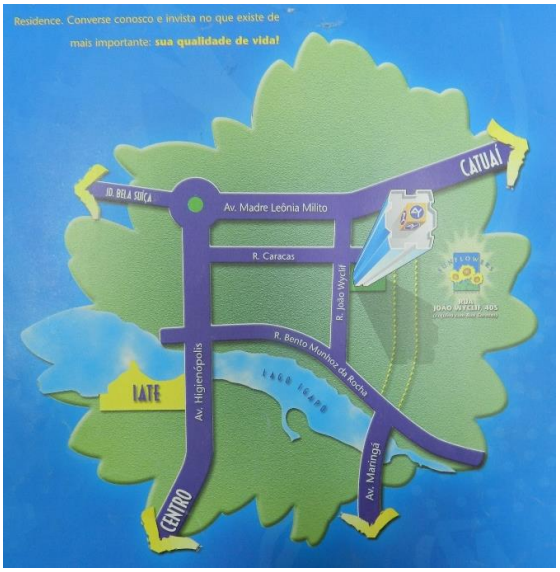
a 2013. Diferente de outras empresas consultadas, a construtora gentilmente disponibilizou parte do material publicitário referente aos seus empreendimentos mais antigos realizados na Gleba Palhano (que não se encontrava no site), o que muito contribuiu para as análises propostas nesta pesquisa.

Em dezembro de 2000, a A. Yoshii instala o primeiro showroom da cidade de Londrina, estrategicamente situado na Av. Madre Leônia Milito, no ponto mais alto da Gleba Palhano. Sr. Kepler, o único vivo dos irmãos Palhano em 2000, foi o grande homenageado na noite de inauguração. Na ocasião, em matéria realizada para a *Folha de Londrina*, Barroso (2000) relata: "Ainda incrédulo com o crescimento (mais acentuado nesta última década) da área de terra vermelha e fértil que servia de roça, o caçula da família Palhano, o Seo Kepler, observa atento e sereno, aos 95 anos, o *boom* da verticalização na região e a incrível valorização de seu antigo pedaço de terra".

Em 2003, é concluído o primeiro edifício da A. Yoshii nas margens do Lago Igapó II, o Sunflowers Residence. O encarte publicitário (Figura 59) identifica o empreendimento em relação ao lago, mas sobretudo em relação aos acessos a outras regiões da cidade. E no material, o texto propõe: "converse conosco e invista no que existe de mais importante: sua **qualidade de vida**!" — o destaque em negrito e o ponto de exclamação foram por conta da própria construtora.

O Maison Provence foi entregue em 2010, sete anos após o Sunflowers. Seu mapa esquemático (Figura 60) já exibe um bairro com uma malha viária mais estruturada, uma configuração do lago mais elaborada que no material do início dos anos 2000 e a inclusão do aterro como um elemento relevante, graficamente no mesmo nível de importância do lago. Ainda, observa-se que o Igapó II (no geral, lago e aterro) ganhou mais destaque do que as vias que ligam o bairro a outras regiões da cidade.

Figura 59 – Encarte publicitário do Sunflowers Residence



Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

Figura 60 – Encarte publicitário do Maison Provence

Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

Fernanda Marconi (informação verbal[47]), arquiteta no showroom, lidando com atendimento ao cliente, e Vitor Shiroma (informação verbal[48]), funcionário do departamento de marketing — ambos da A. Yoshii —, relatam que, à época em que o Sunflowers foi lançado no mercado imobiliário, o Igapó II ainda não estava equipado com pista de caminhada, passarelas, iluminação, etc., portanto havia pouco apelo do lago na estratégia de marketing do empreendimento.

Apenas depois de cinco anos foi entregue um novo edifício da A. Yoshii na Palhano — o Dolce Vita, em 2008. E com o Igapó II já equipado e bastante frequentado pelos londrinenses, a divulgação já contava com o apelo da paisagem e do próprio espaço de lazer conformado pelo Igapó II. Assim aconteceu também com os empreendimentos que vieram depois dele (informação verbal[49]).

A A. Yoshii talvez tenha sido uma das construtoras que mais promoveu a paisagem do Igapó II e a qualidade de vida relacionada à proximidade do objeto associadas aos seus empreendimentos. Esse plano pode ser notado no seu material de

[47] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 4 de agosto de 2017.

[48] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 27 de julho de 2017.

[49] Comunicações de Vitor Shiroma e Fernanda Marconi recebidas pessoalmente pela autora em 27 de julho e 4 de agosto de 2017, respectivamente.

divulgação, na medida em que investia na qualidade gráfica das suas peças publicitárias, impressas ou virtuais.

O encarte publicitário do Residencial Manacá, concluído em 2009, divulga que o empreendimento “fica perto de tudo que você precisa: o movimento da cidade e a tranquilidade do lago”:

Figura 61 – Encarte publicitário do Residencial Manacá

Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

No material de divulgação do Residencial Rosa dos Ventos (Figura 62), entregue em 2010, a localização vem antes dos atributos do empreendimento: “o endereço mais desejado da cidade”. Sobre o bairro, anuncia que “A Gleba Palhano é uma região feita de encantos” e enfatiza a proximidade com o lago: “localização privilegiada que reúne o charme de toda a região dos lagos”. Também são atributos citados no encarte: “qualidade de vida”, “perfil diferenciado”, “alto padrão” e “investimento”.

Figura 62 – Encarte publicitário do Residencial Rosa dos Ventos

Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

Concluído em dezembro de 2012, o Maison Unique apresenta material de divulgação com ênfase na paisagem vista a partir da varanda dos seus apartamentos. Na página dedicada ao empreendimento no site da construtora, há uma simulação da vista do lago e da cidade (Figuras 63 e 64).

Figura 63 – Vista da varanda na página de divulgação do Maison Unique

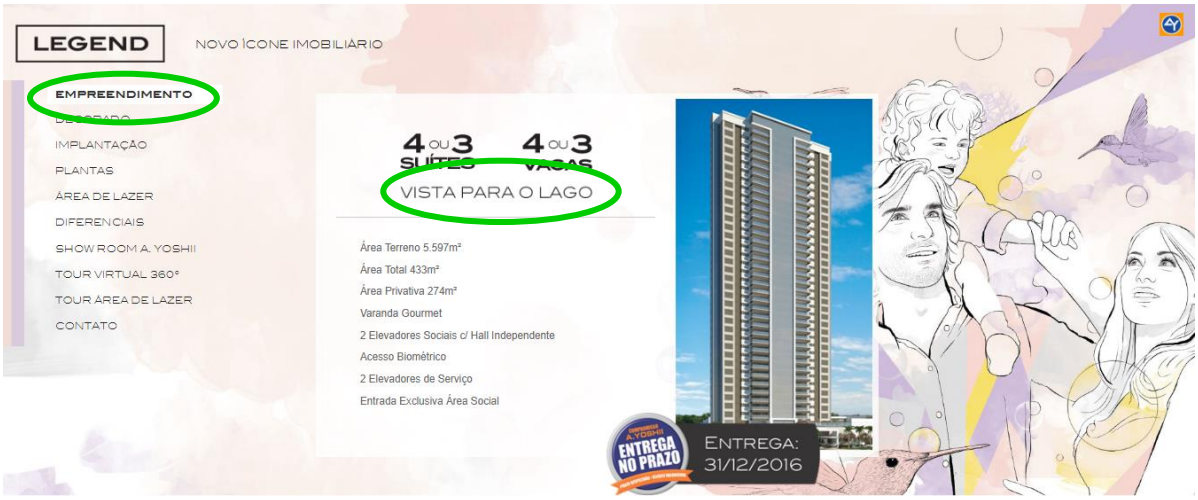
Fonte: adaptado de Ayoshii (2018a).

Figura 64 – Localização do empreendimento com quadro destacando a vista da varanda

Fonte: adaptado de Ayoshii (2018a).

Empreendimento mais recente, entregue em dezembro de 2016, o Legend possui 274 m² de área privativa em cada unidade residencial e enquadra-se no rol dos edifícios de mais alto padrão da construtora — que trabalha também com outras categorias, como “meu primeiro imóvel”. Na página de divulgação do Legend, entre as primeiras referências utilizadas para apresentar o empreendimento, destaca-se a “vista para o lago” — marcada pela cor verde na imagem a seguir.

Figura 65 – Página de divulgação do Edifício Legend – Empreendimento



Fonte: adaptado de Ayoshii (2018b).

A paisagem do lago é um dos 11 itens listados como “diferenciais”, como mostra a informação circulada na cor verde na imagem abaixo. Em um momento em que o bairro conta com mais de 70 arranha-céus, a vista para o lago torna-se, cada vez mais, de fato, um privilégio.

Figura 66 – Página de divulgação do Edifício Legend - Diferenciais

Fonte: adaptado de Ayoshii (2018a).

Marconi e Shiroma explicam que o Legend, juntamente com o Heritage e o Infinity, são os edifícios da A. Yoshii de mais alto padrão construídos na Gleba Palhano. Todos eles apresentam dois apartamentos por andar e ambos com vista para o lago. Além disso, é divulgado pela construtora que a vista é permanente. Segundo Marconi, o Infinity, por exemplo, está implantado no limite da área de preservação permanente (APP[50]) do ribeirão Cambé. Já os edifícios Heritage e Legend estão localizados no limite da Gleba com o bairro Guanabara (Figura 67), cujo zoneamento não permite a verticalização (ao menos ainda).

[50] As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são áreas lindeiras a cursos d’água, nascentes e de declividade superior a 30%. A área de proteção de cursos d’água pode variar de acordo com o porte do rio/ribeirão, mas em média é de 30 metros em cada margem do rio/ribeirão, 50 metros de raio a partir da nascente e 100 metros em cada margem de mananciais de abastecimento. Essas áreas devem estar plenamente cobertas por floresta nativa (floresta estacional semidecidual) (LONDRINA, [201-?]).

Figura 67 – Edifícios com “vista permanente”, localizados na divisa da Gleba Palhano com o Pq. Guanabara

Fonte: a autora (2018)

É de praxe no mercado imobiliário que os apartamentos voltados para a frente do edifício sejam mais caros que aqueles orientados para os fundos. Mas a possibilidade da vista para o lago faz com que a Gleba Palhano não siga obrigatoriamente essa lógica. Dependendo da implantação do edifício, os apartamentos de fundo que tenham vista para o lago ou aterro podem ser mais caros que alguns voltados para a frente[51].

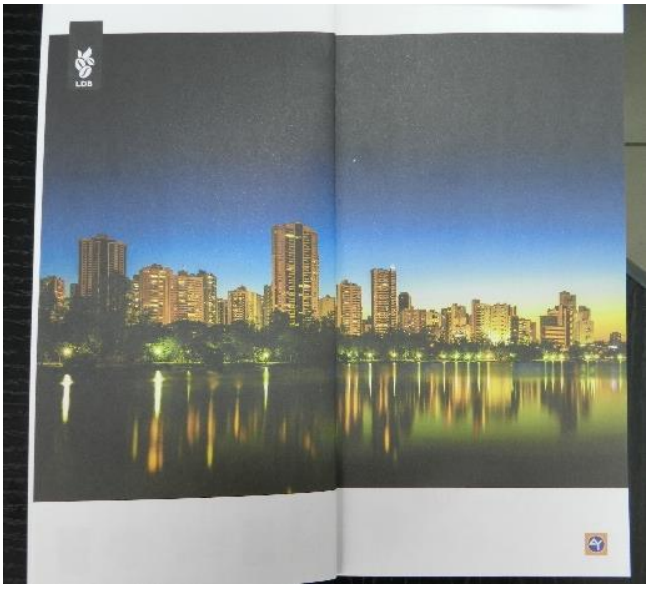
O encarte abaixo é um catálogo de 2017 que reúne os produtos à venda da construtora A. Yoshii. Uma imagem do Igapó II ilustra a primeira e a segunda páginas, já indicando a localização dos edifícios que viriam a seguir.

[51] Como é comum no mercado imobiliário, a altura do apartamento também influencia a formação do seu preço.

Figura 68 – Capa catálogo de produtos, 2017

Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

Figura 69 - Primeiras páginas do catálogo de produtos, 2017



Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

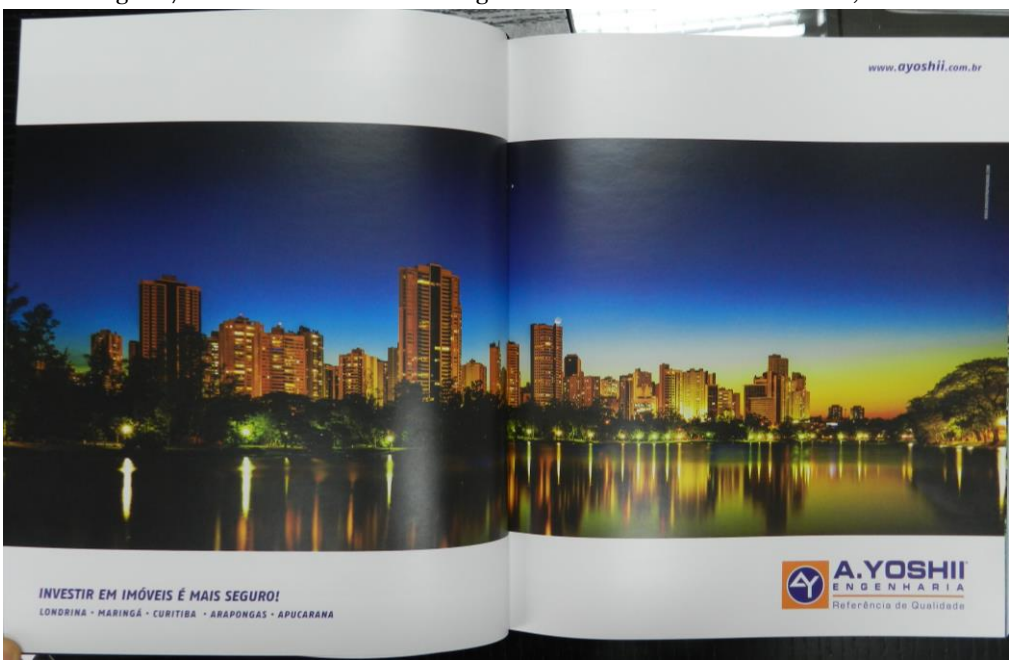
Em dezembro de 2016, na véspera do aniversário de Londrina, é lançado o livro *Wall Architecture*, uma publicação sobre arquitetura, paisagismo e decoração que teve como objetivo divulgar projetos executados por profissionais da cidade. Sua capa é ilustrada por uma imagem do Lago Igapó II e da Gleba Palhano (Figura 70).

Figura 70 - Lançamento do livro Wall Architecture, com o fotógrafo R. Rufino, autor das imagens

Fonte: divulgação Wall Architecture.

A A.Yoshii Engenharia foi uma das empresas que anunciou na publicação acima citada. E o Lago Igapó II foi a imagem escolhida para representar os valores e os produtos empreendidos no momento pela construtora.

Figura 71 – Anúncio da A. Yoshii Engenharia no livro *Wall Architecture*, 2016



Fonte: divulgação A. Yoshii Engenharia.

A Galmo Empreendimento Imobiliários foi fundada em 1979 e é responsável pelos mais altos e luxuosos edifícios da Gleba Palhano. O primeiro deles foi o Edifício Mogno, concluído em 2001, e a partir de 2008 vieram as torres: Torre de Málaga, Torre Valverde e assim por diante. A empresa também foi responsável pela construção de dois edifícios comerciais, mais um terceiro que está em andamento. Dos nove edifícios apresentados no site da Galmo, sete estão situados na Gleba Palhano.

A arquiteta Larissa Galindo (informação verbal)[52], responsável pela maioria dos projetos da Galmo, afirma que a vista para o lago inevitavelmente valoriza os imóveis e diz que, ao menos nos empreendimentos da empresa, é possível perceber que os edifícios situados mais próximos ao Igapó II são os que possuem os maiores e mais caros apartamentos. De acordo com o planejamento da Galmo, os melhores terrenos são reservados aos apartamentos de padrão mais alto, com a garantia de que terão vista permanente da paisagem. A própria arquiteta dá a sua opinião como moradora do bairro: “Meu apartamento é de frente para o lago e tem vista permanente, e te falo, a vista é linda, o apartamento ser mais caro por isso tem razão de ser... as pessoas realmente pagam a mais por isso”.

[52] Comunicação recebida via e-mail pela autora em 11 de julho de 2017.

A Galmo Empreendimentos Imobiliários também é responsável pelo único shopping center da Gleba Palhano, o Aurora Shopping (Figura 72), inaugurado em abril de 2016 e localizado na Ayrton Senna, a avenida mais movimentada e uma das mais importantes vias de ligação do bairro. Galindo ressalta que no projeto do shopping também houve a preocupação em aproveitar a paisagem na área da praça de alimentação — ao menos o que era possível, já que o empreendimento é rodeado de edifícios mais altos.

Figura 72 – Aurora Shopping

Autora: Tatiana Galindo, [201-].

Tatiana Galindo é especialista em fotografia de arquitetura e interiores, mas, como moradora de uma das torres da Galmo, a paisagem a partir do seu apartamento tem lhe rendido registros fotográficos bastante divulgados nas mídias virtuais. Em reportagem à *Folha de Londrina*, revela: “Moro no 27º andar de um prédio na Gleba Palhano e sempre vejo céus maravilhosos e os fotografo”. Em janeiro de 2017, a fotógrafa inaugurou uma exposição no Aurora Shopping com o mesmo título, reunindo 20 de seus registros. Uma dessas fotos, feita no início de 2017, ganhou repercussão internacional depois que o repórter Mark Tarello, de Massachusetts, nos Estados Unidos, compartilhou a imagem em sua conta no Twitter e depois que se tornou destaque na página do Facebook da *Severe Weather World*. A foto (Figura 73) mostra parte dos Lagos Igapó I e II e, acima, uma imensa nuvem, cuja formação é

conhecida cientificamente como *shelf cloud* — nuvem prateleira, em português (ROMAN, 2007).

Figura 73 – Fotografia de Tatiana Galindo na página do Facebook da *Severe Weather World*

Autora: Tatiana Galindo, 2017[53].

Tatiana Galindo mantém uma conta no Instagram também intitulada "Londrina e seus céus maravilhosos", onde além das suas imagens, divulga fotografias de outros profissionais e amadores da área. Ainda que o tema principal não seja o Lago Igapó II, um passeio pela galeria virtual revela que ele tem sido um dos principais coadjuvantes dos "céus maravilhosos".

[53] Disponível em <https://www.facebook.com/search/top/?q=Severe%20Weather%20World%20londrina>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Figura 74 – Registro fotográfico do Igapó II postado pelo perfil do Instagram @londrinaeseusceusmaravilhosos

Autor: João Oliver, 2017[54].

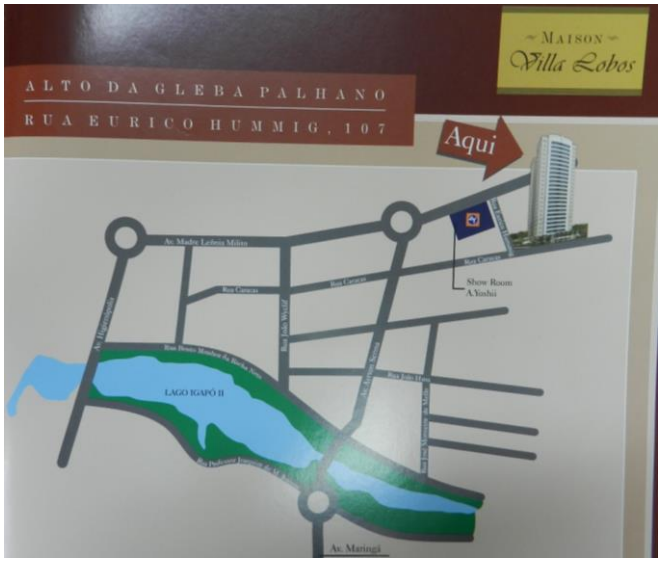
Se, num primeiro momento, as construtoras incorporam a paisagem do Igapó II como um diferencial nos seus empreendimentos, em seguida, observa-se que a apropriação da paisagem pelos moradores aumenta na mesma velocidade do movimento de verticalização do bairro. São fotos e mais fotos clicadas e compartilhadas por anônimos e profissionais da fotografia nas mídias sociais. Se esse fenômeno tem sua espontaneidade, também pode, indiretamente, fortalecer a imagem e os atributos da Gleba Palhano veiculados pelos seus empreendedores. Esses agentes (moradores, visitantes, construtoras), por fim, se combinam num movimento simbiótico, em que Igapó II e Gleba Palhano fomentam um ao outro na consolidação de uma imagem, de um cartão-postal para a cidade.

54 Disponível em <https://www.instagram.com/p/BZkO-Dwl-jM/?taken-by=londrinaeseusceusmaravilhosos>. Acesso em: 20 jan. 2018.

2.4.2 Alto da Gleba Palhano

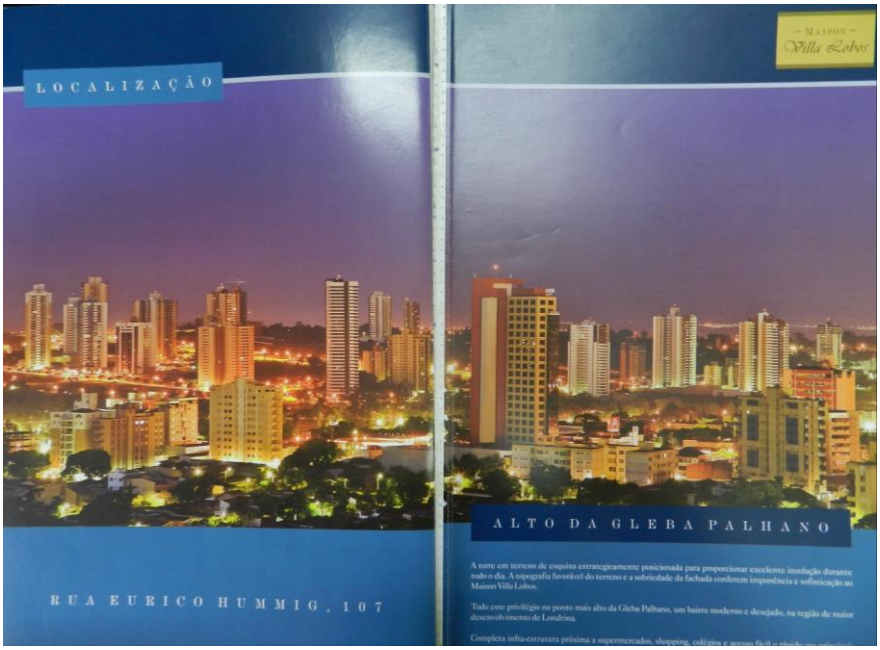
À medida que a margem direita do Igapó II vai se consolidando, abrem-se também frentes de expansão em áreas imediatamente próximas. Exemplo disso é a região que as construtoras têm chamado de “Alto da Gleba Palhano”, onde o Igapó II deixa de ser o foco da paisagem para dar lugar ao *skyline* da própria Gleba Palhano. O objeto de estudo ainda é uma referência importante, mas agora mais como localização do que como paisagem.

Figura 75 – Localização do Edifício Maison Villa Lobos em relação ao Igapó II



Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

Figura 76 – Encarte publicitário do Ed. Maison Villa Lobos, destacando a vista do *skyline* a patir do Alto da Gleba Palhano



Fonte: acervo A. Yoshii Engenharia.

Em seguida, imagem disponível no site da Vectra Construtora, localizando seus empreendimentos no Alto da Palhano:

Figura 77 – Localização dos edifícios da Vectra no Alto da Palhano

Fonte: Vectra Construtora ([201-]).

2.5 O Igapó II como instrumento de valorização imobiliária

De acordo com Serpa (2007), em diversas cidades do mundo o projeto de parques em escala urbana vem servindo como instrumento de valorização fundiária, concretizando-se, em geral, no contexto de um grande programa imobiliário. Apesar dos discursos oficiais e das políticas públicas urbanas defenderem esses parques como um dispositivo de integração social e espacial nas cidades, ao se analisar o perfil socioeconômico das populações antes e depois da implantação dos parques, concluiu-se que eles contribuíam diretamente para um processo de substituição da população de baixa renda por uma população de maior poder aquisitivo. Essa ideia, portanto, não passaria de um discurso promocional veiculado pelos poderes públicos e pelos incorporadores imobiliários que, ao final, provocaria efeitos segregativos.

Como exemplo, Serpa (2007) cita os novos parques da orla atlântica da cidade de Salvador (BA), que simplesmente reafirmam um processo de valorização imobiliária que já está em andamento, apenas acrescentando novas amenidades a bairros que já possuem boa infraestrutura. A crítica do autor é que pequenos logradouros como praças, largos e pequenos jardins que estão espalhados por toda a cidade, sobretudo em bairros mais pobres de áreas periféricas — que carecem de infraestrutura e de qualidade ambiental urbana — não recebem qualquer atenção e estão em notório abandono. Portanto, em vez de qualificar bairros mais carentes e em geral mais populosos, a lógica da localização dos parques em Salvador seria priorizar áreas de maior interesse imobiliário e turístico próximas a grandes estabelecimentos, como o Aeroporto Internacional, o Centro de Convenções e os shopping centers Iguatemi e Aeroclube Plaza.

Em Londrina, o processo não foi exatamente oposto, mas certamente distinto. O Igapó II, bem como os outros lagos, não surgiram por meio de um projeto de requalificação urbana, que tivesse como objetivo a revalorização de áreas decadentes, já que a conformação dos lagos se deu num momento da história da cidade em que a região sul e sudoeste eram as menos ocupadas. A própria margem direita do Igapó II pertencia ainda à zona rural até 1995 — e, de fato, comportava usos e atividades agrícolas. O papel do objeto de estudo na valorização do solo se deu por outras vias: seu papel estruturante na malha urbana e seu potencial como parque

funcionaram como um ímã, atraindo a expansão da cidade para junto dele e, em consequência, provocando a valorização do solo no seu entorno.

Na matéria intitulada "Igapó muda perfil imobiliário da zona sul" (BIANCHI, 2002), podemos perceber como, em 2002, o Igapó II gerava expectativas otimistas por parte do mercado imobiliário. O corretor de imóveis José Carlos Delalibera declarava que os imóveis da região do Igapó I eram os mais caros da cidade (à época, em 2002) e que a tendência natural era que as margens dos lagos II, III e IV se valorizassem ao longo dos anos, conforme fossem realizadas obras de infraestrutura e de preservação do meio ambiente. Na mesma matéria, Fernando Fabian, diretor da Construtora Plaenge, afirmava que os imóveis já estavam sofrendo valorização pelo fato de haver previsão de urbanização do Igapó II (instalação de mobiliário urbano, iluminação, pista de caminhada). Fabian ainda cita dois fatores que vêm favorecendo a valorização da região da Gleba Palhano: o primeiro seria a existência do lago, que proporciona maior integração com a natureza e promove a qualidade de vida; e o segundo seria o fato de a região ter sido ocupada por chácaras, assim há oferta de terrenos grandes, de 5.000 m², onde se podem construir prédios residenciais valorizando a área comum de lazer. Segundo o diretor da Plaenge, o Igapó II é visto pelos agentes imobiliários como um diamante que está sendo lapidado. Ele declara: "Hoje é a vez do Lago II".

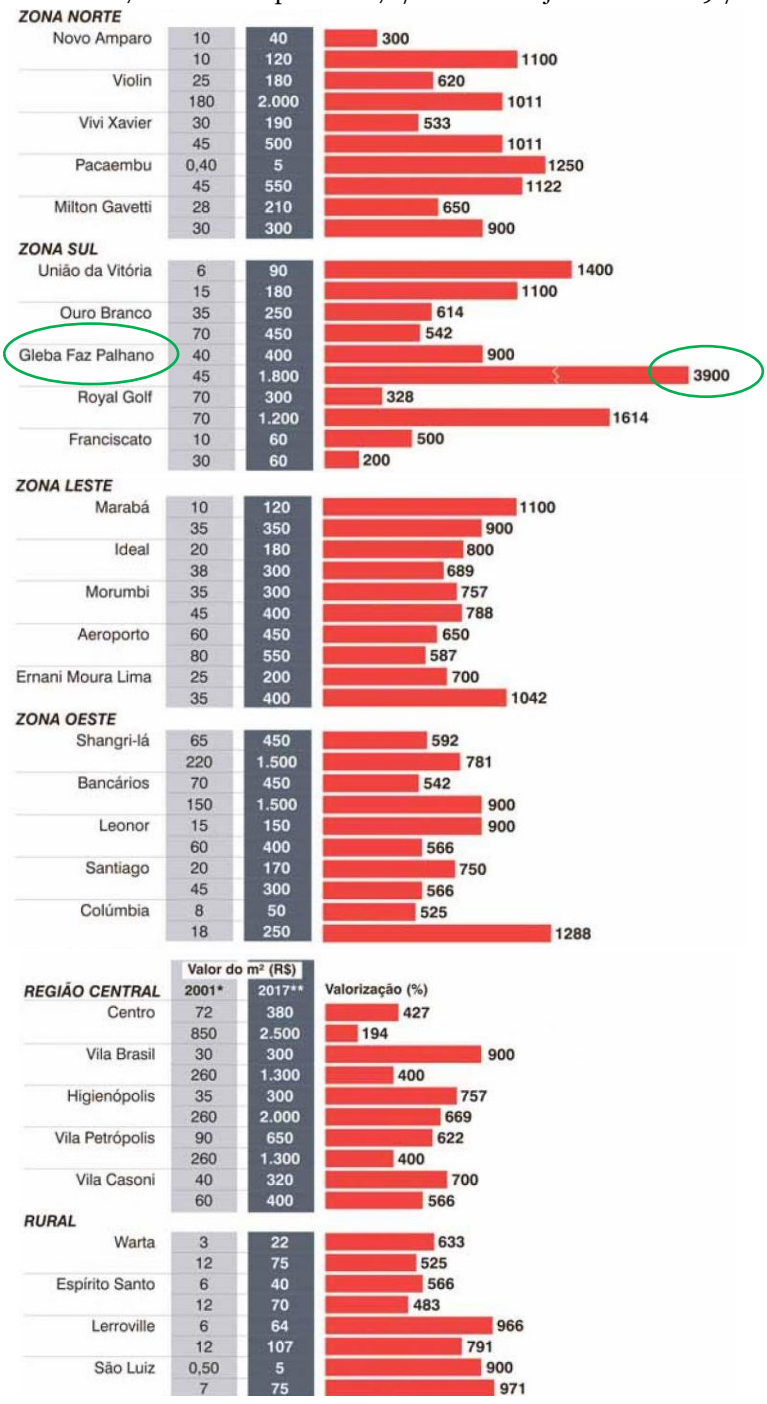
O momento atual nos permite concluir que, de fato, as expectativas em relação à Gleba Palhano foram atendidas. Em agosto de 2017, o jornal *Folha de Londrina* divulgou um levantamento feito pela sua própria equipe com base na Planta Genérica de Valores[55] (PGV), utilizada no cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O estudo revelou que desde 2001, quando a planta foi atualizada pela última vez, vem ocorrendo uma supervalorização dos imóveis em Londrina, e o bairro Gleba Palhano lidera o aumento dos preços:

> A menor valorização — entre 190% e 400% — foi observada no centro; a maior foi em uma única quadra na Gleba Palhano (zona sul), de 3.900%. A média de valorização, conforme o levantamento que comparou o valor venal de 58 quadras de 29 bairros, é de 800%. (COMELI, 2017)

A seguir, o gráfico elaborado pelo jornal *Folha de Londrina* nos permite comparar a valorização entre os principais bairros da cidade.

[55] A lei municipal vigente que trata da Planta Genérica de Valores em Londrina é a Lei nº 8.672, de 22 de dezembro de 2001.

Figura 78 – Levantamento feito pela *Folha de Londrina*, com base na PGV, sobre a valorização de alguns imóveis, de 2001 a 2017. *Lei Municipal nº 8.672/2001 **Projeto de Lei nº 191/2017



Fonte: Comeli (2017).

Em relação aos terrenos, de acordo com a matéria, os mais caros localizam-se no centro, e muitos deles possuem valor do metro quadrado superior a R$ 2.000,00. No entanto, a valorização não se mostrou significativa, porque eram terrenos já com valor elevado em 2001. Somando-se a isso, Marco Antonio Bacarin, presidente do

Sindicato dos Corretores de Imóveis de Londrina (SINCIL), esclarece que “com o novo Plano Diretor, mudou-se o padrão construtivo e a maioria dos imóveis perdeu valor ou teve valorização menor por não terem metragem suficiente para a edificação de prédios" (COMELI, 2017). Segundo a análise, terrenos a R$ 2.000,00/m² são encontrados ainda no Parque Guanabara e no Jardim Higienópolis, também localizados às margens do Igapó II. Já na Gleba Palhano, o metro quadrado mais caro é de R$ 1.800,00.

Considerando o processo de constituição do bairro, acredita-se que ele lidere o ranking da supervalorização porque, de 2001 (ano da última PGV[56]) para 2017, a Gleba Palhano passou abruptamente de uma paisagem rural para um bairro de arranha-céus. Se o seu frenético processo de verticalização teve início somente alguns anos depois da planta de 2001, antes disso, numa vultuosa oposição, o bairro era uma região predominantemente ocupada por chácaras, com estreitas vias de chão batido.

Érica Pettinati (informação verbal)[57] mudou-se para o Parque Guanabara em 2007, onde mora em uma residência de classe média, de 130 m², a 100 metros da via que divide o seu bairro e a Gleba Palhano. A moradora, que tem o hábito de fazer caminhadas, lembra que, nos primeiros anos percorrendo a Gleba Palhano, havia ainda poucos edifícios em relação ao cenário que se tem hoje, mas havia uma grande quantidade de terrenos amplos e vazios, sempre murados e limpos, que levariam ainda alguns anos para, aos poucos, darem lugar a algum empreendimento imobiliário. Pettinati cita que, àquela época, os terrenos não apresentavam placas identificando qualquer construtora ou futuro empreendimento. No entanto, nossa hipótese é de que esses lotes já eram de propriedade das incorporadoras e já participavam do planejamento de ocupação do bairro. Em 2012, foi inaugurada uma torre residencial de 25 pavimentos a 100 metros da residência de Pettinati e, devido à sua dimensão, a moradora confessa que ainda se surpreende com o impacto visual que o edifício gera quando o observa do seu quintal ou da sua rua (Figura 79). De fato, a imponência dos arranha-céus é potencializada pelo vazio entre eles e faz contraste com a ambiência dos

[56] Em 4 de outubro de 2017 foi sancionada a Lei nº 12.575, de 29 de novembro de 2017, que trata da revisão da Planta Genérica de Valores do Município, para efeito de lançamento do IPTU. A PGV atualizada deverá ser aprovada em 2018.

[57] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 6 de janeiro de 2018.

bairros onde as edificações são mais adensadas e têm dimensões mais próximas à escala do pedestre, como é o Parque Guanabara.

Figura 79 - Edifício Heritage visto a partir de residência no Parque Guanabara

Autora: Erica Pettinati, 2018 (acervo pessoal).

Portanto, acreditamos que a observação que Bacarin faz sobre a supervalorização dos imóveis na cidade em geral, entre 2001 e 2017, pode valer para a Gleba Palhano em específico: "A valorização foi intensa neste período, primeiro porque é um período muito extenso e segundo porque tivemos o *boom* imobiliário, entre 2005 e 2010, mais ou menos" (COMELI, 2017). A verticalização da margem direita do Igapó II teve, certamente, responsabilidade de peso no fenômeno imobiliário citado por Bacarin.

De acordo com Singer (1985), imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes, conforme a sua localização, e na Palhano encontramos como particularidade não somente a paisagem e o espaço de lazer proporcionados pelo Igapó II mas também uma variedade de equipamentos de lazer nas áreas comuns dos próprios condomínios verticais, algo possível por conta dos grandes terrenos disponíveis na região, que antes eram pequenas chácaras. O bairro, portanto, pode proporcionar certa combinação de “localização + benfeitorias” que, pelo menos até o momento, não pode ser encontrada em outra região da cidade, dando-lhe uma aura de exclusividade.

Singer (1985, p. 23) também esclarece que os valores do mercado imobiliário não seguem a lógica dos mercados de produtos do trabalho humanizado, em que “os preços giram ao redor de uma média constituída pela soma dos custos de produção e da margem do lucro capaz de proporcionar a taxa de lucro média sobre o capital investido”. De modo diverso, os preços no mercado imobiliário tendem a ser guiados pelo que a demanda estiver disposta a pagar.

Dando continuidade à análise da situação atual do entorno do Lago Igapó II, de modo algum se pode ignorar os bairros mais antigos que Gleba Palhano. O Jd. Higienópolis, de estritamente residencial, passou a comportar também pequeno comércio e alguns edifícios de pequeno porte, mas sua dinâmica está mais ligada ao centro do que ao lago. A única exceção é um edifício residencial de aproximadamente 10 andares, recém-construído. No mais, por meio de uma caminhada, constata-se facilmente que a grande maioria das residências são construções anteriores a 2000.

Figura 80 – Residências e edifícios do Jd. Higienópolis

Fonte: a autora (2018).

Figura 81 - Residências do Jd. Higienópolis e edifícios da Gleba Palhano ao fundo.

Fonte: a autora (2018).

O Jd. Maringá agora já apresenta poucos lotes vazios, se compararmos, por exemplo, à Figura 53, que é um registro de 1997. A Av. Maringá, que corta o bairro ao meio, também distingue-o em duas porções. À esquerda da via, o Jd. Maringá continua sendo predominantemente ocupado por residências simples e de pequeno porte, com famílias de classe média e média baixa (Figuras 82 e 83). À direita da avenida, mantêm-se as residências maiores e de padrão médio.

Figura 82 – Rua Joaquim de Matos Barreto em frente ao aterro do Lago Igapó II, Jd. Maringá, na porção localizada à esquerda da av. Maringá

Fonte: a autora (2018)

Figura 83 - Vista do Jd. Maringá em direção ao aterro, com edifícios da Gleba Palhano ao fundo

Fonte: a autora (2018)

O Parque Guanabara é, visivelmente, o bairro que mais tem se transformado. Apesar de manter seu caráter residencial de classe média e mais nobre que os tratados anteriormente, o surgimento da Gleba Palhano fez aumentar o comércio de baixo impacto – como escritórios, restaurantes, padarias, salões de beleza (Figura 84).

Figura 84 – Em primeiro plano, tem-se à esquerda um escritório de advocacia e, à direita, um salão de cabeleireiro, ambos instalados no Pq. Guababara, a poucos metros da Gleba Palhano, vista ao fundo

Fonte: Google Maps (2018)

Jorge Torquato é cabeleireiro, tem um salão na av. Madre Leônia Milito e é o atual presidente da Associação dos Moradores do Alto do Igapó (AMAI). Em depoimento[58], ele conta que foi espectador e protagonista das transformações do bairro, já que se mudou para lá ainda muito pequeno, em 1968, com a família vinda da área rural. Seu tio Armando, bom de negócio, chegou a trocar um televisor "Telefunken" por um terreno no Guanabara àquela época. Torquato informa que, das 19 ruas do bairro, 8 delas se tornaram comerciais, e que atualmente a Associação luta para alterar o zoneamento de outras 6 ruas que já abrigam comércio, mas que se estabeleceram por meio da anuência dos moradores.

A matéria veiculada na *Folha de Londrina* e citada há pouco (COMELI, 2017) mostra que, em média, o Parque Guanabara e o Jardim Higienópolis apresentam terrenos menores e com valor por metro quadrado superior aos da Gleba Palhano. No entanto, a tabela (Figura 78) mostra que, de 2001 a 2017, a valorização dos imóveis no Jd. Higienópolis, de 757%, manteve-se abaixo da média da cidade, que foi de 800%. O mesmo gráfico não nos permite identificar a evolução dos preços no Parque Guanabara, especificamente.

Por fim, não é verdade que todos os três bairros mais antigos que a Gleba Palhano não sofreram mudanças. Em relação à valorização do solo, acredita-se,

[58] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 16 de junho de 2018. A comunicação realizou-se depois do depósito da dissertação e foi incorporada nesta versão revisada, já que corrobora e complementa algumas análises realizadas pela autora na versão original do trabalho.

inclusive, que o Parque Guanabara pode ter avançado em relação ao Jd. Higienópolis e ao Jd. Maringá, por estar exatamente ao lado da Gleba Palhano e ter um perfil mais comercial que os demais. Ainda assim, nos três bairros, as aparentes transformações têm sido sutis, de longa duração e, acredita-se, nada além do esperado da dinâmica espontânea da cidade.

Em relação às áreas vegetadas urbanas existentes para cada habitante, Londrina apresenta um índice de 14,0652 m²/hab (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, [entre 2013 e 2016]). Além da arborização viária, a cidade conta com diversos fundos de vale em área urbana. A grande maioria deles não conta com equipamentos de lazer, apesar de esse ser o desejo da população. Ainda assim, a existência de uma simples calçada ao longo das vias perimetrais é suficiente para uma caminhada ou corrida. Assim acontece com o vale dos seguintes córregos: Baroré, Colina Verde, Rubi, Água Fresca, Capivara e Tucanos, todos afluentes do ribeirão Cambé. O conjunto desses vales, junto ao ribeirão Cambé, são algumas vezes referenciados como o "colar de esmeraldas londrinense"[59] [60].

[59] A expressão "colar de esmeraldas" foi cunhada em referência ao *Emerald Necklace* — projeto paisagístico emblemático, realizado por Frederick Law Olmsted na cidade de Boston (EUA), iniciado em 1878 e concluído em 1890. Para este projeto foi criado um sistema de parques que contornam a cidade, interligando as matas ciliares dos rios Muddy e Stony Brook, formando um "colar" de áreas vegetadas com o objetivo inicial de solucionar os problemas de drenagem e melhorar a qualidade da água.

[60] Ainda que não seja o foco desta pesquisa, julgamos importante registrar que, em Londrina, os fundos de vale com certa infraestrutura para receber a população encontram-se predominantemente nas regiões mais nobres, em visível oposição aos bairros voltados à população de renda mais baixa, sobretudo os bairros periféricos e com pouca infraestrutura. O "colar de esmeraldas" londrinense segue essa lógica: o ribeirão Cambé é um elemento geográfico que divide a região central da região sul da cidade, onde estão localizados bairros, em sua maioria, voltados às classes média e alta. Portanto, essas áreas vegetadas (ainda que pouco equipadas, mas normalmente preservadas) conferem ainda mais status e qualidade a bairros que já apresentam uma boa infraestrutura de comércio, serviços, vias de acesso, etc.

Figura 85 – O ribeirão Cambé e seus afluentes, o "colar de esmeraldas" londrinense

Fonte: Google (2018)

Em cidades com poucas áreas vegetadas e escassez de espaços públicos de qualidade, a porção de natureza na cidade se torna um verdadeiro objeto de desejo imobiliário, sobretudo quando oferecida em forma de um parque bem equipado. O município de São Paulo tem uma densidade demográfica de 7.398,26 hab/km² (contra 306,52 hab/km² no município de Londrina), segundo o CENSO 2010 (IBGE, [2010]), e apresenta apenas 2,6 m² de área verde por habitante na área urbana (DEODORO e RODRIGUES, 2012). Apesar disso, a capital paulista oferece poucos e mal distribuídos parques na cidade e ainda conta com quase 93 km² de áreas inutilizadas ou subaproveitadas, de acordo com matéria veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, cujo título declara: "SP tem 62 Ibirapueras de terrenos baldios" (GALVÃO, 2007). De todo esse montante, muitos são vazios urbanos com potencial para serem destinados ao uso coletivo.

Neste cenário, o Parque Ibirapuera, com seus 1.584.000 m², torna-se uma preciosidade na selva de pedras paulistana e, em consequência, um importante instrumento de valorização do solo e dos imóveis do seu entorno. Divulgada em

outubro do ano corrente, uma pesquisa desenvolvida pelo DataZap[61] mostra como a presença de parques municipais interfere na valorização dos imóveis do seu entorno (ZAP IMÓVEIS, 2017). Com resultados ainda preliminares, a primeira etapa do estudo iniciou a análise a partir dos anúncios no portal ZAP que mencionam os parques entre as características dos imóveis ofertados para venda. O Ibirapuera lidera o ranking, tendo sido mencionado em 43,99% das ofertas, seguido pelo Villa Lobos (32,14%), pelo Parque do Povo (19,77%) e pelo Ceret (11,14%). Em quase todos os casos, o preço médio dos imóveis próximos aos parques supera o registrado nos bairros próximos, demonstrando que o preço daquela porção de natureza está implícito no valor do imóvel. Os diferentes níveis de proximidade também interferem no preço, como destaca a pesquisa:

> Para ilustrar ainda mais o quanto vale morar próximo a essas áreas verdes e de lazer em São Paulo, o levantamento realizou um exercício de aproximação. Ou seja, respeitando o padrão definido para a análise (apartamento de 70 m², com dois dormitórios, uma suíte e uma vaga), foram trazidos para o entorno dos parques imóveis de bairros próximos, com o intuito de entender a variação dos preços conforme eles chegassem a 100 metros de um parque. Nesse aspecto, o parque Ibirapuera aparece em destaque com uma valorização de 2,38% a cada 100 m de aproximação, chegando a obter um valor agregado superior a R$ 1 bilhão. Outro espaço que se destaca é o Parque do Povo, em que a valorização pode chegar a R$ 358,4 milhões, com uma variação de 2,08% a cada faixa de metragem. (ZAP IMÓVEIS, 2017)

Ainda, de acordo com a Associação dos Construtores, Imobiliárias e Administradores do Grande ABC (ACIGABC), outro importante fator que faz aumentar o preço dos imóveis nos arredores do Ibirapuera é a escassez de terrenos para novos empreendimentos (FELIZ, 2015) — a conhecida lei da oferta e da procura —, situação que não ocorre no entorno do Lago Igapó II.

Portanto, voltando ao caso londrinense, a Gleba Palhano, talvez por ter sido construída em um extenso vazio urbano, pôde ser configurada exatamente para absorver o consumidor disposto a pagar pela amenidade urbana que o Lago Igapó II representa. O bairro nasceu com essa finalidade e parece ter absorvido com aparente suficiência as demandas exigidas de uma localização que tem um parque linear como quintal e como paisagem: apartamentos de alto padrão e obrigatoriamente com varandas, comércio e serviços para consumidores exigentes, próximos ao centro.

[61] DataZAP é o braço de inteligência da ZAP Imóveis que tem a finalidade de prover dados e serviços para o mercado imobiliário, desenvolver estudos regionais e setoriais, análises de risco e retorno de carteiras de ativos, além de desenvolver Modelos de Avaliação Automatizadas, também conhecidos como AVM (*Automated Valuation Models*) (ZAP IMÓVEIS, 2015).

Apesar da maior procura por edifícios de alto padrão (PAULA, 2006), o bairro também oferece empreendimentos voltados a consumidores de classe média, cujas unidades habitacionais apresentam menores dimensões. Um dos diferenciais dos apartamentos da Gleba Palhano que atrai consumidores de todas as classes é o valor do condomínio em relação aos edifícios mais antigos, resultado de medidores de água e luz separados por unidade, sensor de presença da iluminação nas áreas de circulação e aproveitamento da água da chuva.

Ao fim, todos esses fatores podem ter poupado os bairros mais antigos — Pq. Guanabara, Jd. Higienópolis e Jd. Maringá — de mudanças mais drásticas, já que, concomitante ao surgimento do Lago Igapó II como área de lazer nos anos 2000[62], despontava um bairro inteiramente novo, moderno, aparentemente seguro e algumas vezes com custo de moradia mais barato que o de edifícios mais antigos no centro da cidade.

De acordo com Bortolo (2010, p. 29), as formas de habitação manifestadas no entorno do Igapó II, principalmente na Gleba Palhano, impõem reflexões mediante a intensa valorização econômica que ali tem ocorrido: “Estes processos evidenciam maneiras distintas, complementares e antagônicas de apropriação, resultantes e, ao mesmo tempo, influenciadas pelas relações de poder econômico, político, social e cultural”.

2.6 O Igapó II na mídia

Se a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1968 o Lago Igapó começa a ser cada vez mais reconhecido como um importante elemento na constituição da paisagem urbana (ASPLAN, 1998; RESENDE, 2010), as ações antrópicas sofridas pelo ribeirão Cambé se mostram crescentes e originadas de fontes ainda mais variadas, segundo Buchmann (2001, p. 89–90) — “desde as relacionadas a lazer e turismo até as relacionadas a efluentes industriais, lixo, esgoto doméstico, agrotóxicos, assoreamento, ocupação do solo às margens do ribeirão, etc., tornando-se assim, uma área de impacto negativo”.

[62] O processo de urbanização do Lago Igapó II, com a instalação de equipamentos que o transformariam de fato em área de lazer, será vista mais adiante, ainda neste capítulo.

O problema de poluição que o Lago Igapó II enfrenta, portanto, não é recente e tampouco desconhecido pelos londrinenses. O assunto também é recorrente nas mídias. A Biblioteca Municipal de Londrina Parigot de Souza tem organizado um arquivo chamado "Lago Igapó", no qual armazena exclusivamente matérias sobre os quatro lagos e o ribeirão Cambé que foram publicadas em jornais impressos[63] de 1974 a 2006. O acervo está organizado em pastas que comportam diferentes temas — como história, projetos, verbas/recursos, obras, poluição, fauna, revitalização, assoreamento. Para esta pesquisa, foi feito um registro da maior parte dessas matérias, mas não da sua totalidade. Considerando os prazos e os objetivos do trabalho, foram consideradas aquelas que poderiam estar especialmente relacionadas à abordagem que faço do objeto de estudo e que me ajudariam a alcançar os propósitos da pesquisa. Matérias que tratavam do Igapó I — particularidades, problemas e momentos históricos que se aplicavam exclusivamente a ele — foram desconsideradas, bem como aquelas que se referiam a assuntos específicos dos lagos III e IV.

Ainda assim, não foram poucas, mas 217 publicações registradas. Mesmo que o levantamento não tenha incluído integralmente o acervo da Biblioteca Pública, as matérias levantadas — em conjunto com outras pesquisas acadêmicas e entrevistas — conseguem nos dar um panorama sobre os assuntos mais abordados pelos jornais impressos da cidade em relação ao objeto de estudo e nos ajudam a compreender importantes momentos da sua jovem, mas notável existência.

Começamos por observar que 42 matérias (21% do total) tratavam justamente da poluição. Em 1996, o *Jornal de Londrina* já alertava: "Poluição atinge piores níveis" (POLUIÇÃO, 1996). Notícias sobre os tipos e fontes poluentes também são comuns: em 1997, "AMA[64] descobre 54 pontos de poluição no Igapó" (BARÃO, 1997), e em 2000, "Acúmulo de metal no Igapó é preocupante" (BAGGIO, 2000). A situação, portanto, manteve-se crítica: "Poluição foi a pior em 25 anos" (BARBOSA, 2000), revela a manchete de 2000. Em 2002, uma matéria veiculada na *Folha de Londrina* alerta que a "Água que forma os quatro lagos está poluída" (BIANCHI,

[63] As matérias publicadas tinham como principais fontes a *Folha de Londrina* (FL) e o *Jornal de Londrina* (JL). A *Folha* é um jornal de impressão diária, fundado em Londrina, em 1948, e ainda em circulação na cidade e região metropolitana. O JL foi fundado em 1989 e em 1999 foi comprado pelo Grupo Paranaense de Comunicação (GRPcom), com sede em Curitiba. Em 2006, começou a ser distribuído gratuitamente e em forma de tabloide. Em 2015, a GRPcom fecha as portas do jornal impresso e encerra suas atividades também no portal virtual.

[64] AMA: Autarquia Municipal do Meio Ambiente.

2002). A matéria apresenta um trabalho de biomonitoramento da saúde dos peixes nos quatro lagos Igapó, desenvolvido pela professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Fisiológicas da UEL Cláudia Bueno dos Reis Martinez. Por meio desse método, que permite definir a condição do ambiente em que vivem, Martinez constatou que a saúde dos peixes estava comprometida devido à má qualidade da água, na qual foram identificados compostos orgânicos (como esgoto), metais pesados e hidrocarbonetos (uma substância derivada do petróleo). Somando-se esta às outras matérias, não há dúvidas de que, desde a sua nascente, o ribeirão Cambé é vítima de poluição por descarte de lixo comum, resíduos domésticos, industriais e da construção civil.

A publicação mais recente sobre o assunto identificada no arquivo da Biblioteca Pública Municipal foi de 5 de agosto de 2015, anunciando que "Força-tarefa vai limpar córrego no aterro do Igapó" (GOUVEA, 2015)[65]. A operação visava a atender as inúmeras e antigas reivindicações da Associação dos Moradores do Jardim Maringá (ASSOMAR) no Legislativo. De acordo com a matéria, a ASSOMAR alertava que o entulho e o mato eram as causas do assoreamento do córrego Mundo Novo (afluente[66] do ribeirão Cambé), fazendo elevar o curso d'água ao mesmo nível das bocas de lobo e, consequentemente, causando alagamentos quando ocorriam chuvas mais fortes. Os moradores relatavam que o fundo de vale era repositório de toda sorte de lixo, terra e areia que desce da encosta onde se localiza o Jd. Maringá; e a matéria denunciava que a situação era agravada pela ausência de rede de esgoto naquele ponto: "com as enchentes frequentes, a água do lago e das fossas sépticas se misturam, contaminando a bacia do Igapó [bacia do ribeirão Cambé, na realidade], comprometendo o saneamento e ameaçando a saúde dos moradores".

[65] Apesar de não estar arquivada pela Biblioteca Pública Municipal, essa notícia também foi veiculada pela *Folha de Londrina* (impressa) e pela *Bonde News* (on-line) em 30 set. 2015.

[66] Afluente é um curso d'água menor que desagua em outro curso d'água maior. Também chamado de tributário ou subsidiário.

Figura 86 – Limpeza no córrego Mundo Novo, no aterro do Igapó II

Autor: Ricardo Chicarelli, 2015 (Arquivo *Folha de Londrina*).

Se no século XX as ocupações irregulares dos fundos de vale eram uma notável ameaça à sua qualidade (BORTOLOTTI, 2007), agora é a própria urbanização — planejada, diga-se de passagem — uma das maiores responsáveis pelo *assoreamento*, fenômeno acima relatado e que atinge diretamente o Lago Igapó II. Ainda que seja necessário um diagnóstico detalhado, Lorenzo (2011) defende que o processo de assoreamento do Igapó II, bem como dos outros lagos, está fortemente relacionado aos processos erosivos identificados nos afluentes do ribeirão Cambé, em suas margens e em solos adjacentes. Desse modo, apesar de poder ser uma ação natural na vida de um rio, o assoreamento verificado no ribeirão Cambé faz parte de um processo de degradação resultante das ações antrópicas empreendidas nas suas margens e no seu entorno urbanizado.

Numa circunstância de grande volume de chuva, o lixo das ruas, a terra exposta de construções grandes e pequenas ou qualquer outro detrito que se encontre na superfície das ruas, das calçadas, das praças e dos terrenos vazios adentra as bocas de lobo, percorre as galerias de água pluvial e sem dificuldades atinge o leito do lago ou do córrego.

Figura 87 – Obras em terreno em frente ao Lago Igapó II, com solo exposto à erosão durante chuva em 15/10/2011

Autora: Mariana Lorenzo, 2011.

Figura 88 – Em frente ao Igapó II, terra que chega ao lago pelas galerias pluviais

Fonte: arquivo da *Folha de Londrina*.

Também a ausência de mata ciliar, além de facilitar o acesso dos detritos pela superfície, provoca pequenas erosões nas suas margens, fazendo com que grande quantidade de terra atinja o curso d'água. A grande concentração desses elementos causa a elevação do fundo do corpo hídrico, que, numa ocasião de grande volume de água da chuva, provoca alagamentos, prejudica a qualidade da água e impacta negativamente a biodiversidade lacustre e a qualidade de vida da população (DINÂMICA AMBIENTAL, 2013; LORENZO, 2011).

O primeiro transbordamento do Igapó II ocorreu em outubro de 2015 (OGAWA, 2011), exatamente na madrugada anterior a alguns registros fotográficos abaixo, datados de 15/10/2011 (Figuras 89, 90 e 91). Pelo ineditismo do evento, assustou os moradores da cidade, que não economizaram nos registros: inúmeros vídeos amadores podem ser encontrados no YouTube. Apesar de a primeira enchente no Igapó ter acontecido há menos de sete anos, sua ocorrência tem sido cada vez mais comum em dias de grandes precipitações.

Figura 89 – Rua Joaquim de Matos Barreto, via perimetral do aterro, inundada durante chuva em 15/10/2011

Autor: Sérgio Ranalli, 2011 (Arquivo *Folha de Londrina*).

Figura 90 - Escada hidráulica no Igapó II (barragem da Av. Higienópolis) em dia comum

Autora: Andrea Fontes, 2013[67].

Figura 91 - Escada hidráulica no Igapó II submersa pela chuva em 15/10/2011. Cor avermelhada indica sólidos em suspensão

Autora: Mariana Lorenzo, 2011.

Se, como pudemos observar, a poluição tem grande responsabilidade no estado de assoreamento do Igapó, por outro lado, o engenheiro, geotécnico e professor da UEL Carlos Costa Branco defende que o fenômeno do assoreamento não é o verdadeiro responsável pelas enchentes dos últimos anos. Em depoimento, Costa Branco — que também é responsável pela obra da barragem do Igapó II, executada em 2002 — explica que o que faz o lago transbordar é a água depositada acima da lâmina

[67] Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303451-d2411578-Reviews-Igapo_Lake-Londrina_State_of_Parana.html#photos;aggregationId=101&albumid=101&filter=7&ff=107369810>. Acesso em: 22 fev. 2018.

normal da água, depois de uma ocorrência de chuva, ou seja, é o volume de água que excede a superfície do lago, independentemente da sua profundidade. Posto isso, o problema das enchentes — que tem sido cada vez mais frequente — seria provocado pela impermeabilização do solo após a construção da Gleba Palhano. O engenheiro conta que, por volta de 1978, decidiram elevar um pouco mais o nível do Lago Igapó II, com a intenção de melhorar seu espelho d'água. E na ocasião foi feita uma outra barragem, que elevaria em meio metro o nível da água. "Mas até aí tinha menos problemas. Toda aquela área [Gleba Palhano] não era construída. A água caía no solo, infiltrava e até chegar do lago demorava uma semana. Hoje está tudo asfaltado. O que acontece? A água cai ali e em cinco minutos está lá dentro [do lago]. Por isso está dando uma enchente atrás da outra". Ou seja, o lago não consegue absorver tanto volume de água em tão pouco tempo. O engenheiro, inclusive, menciona que fez uma análise do histórico do volume de precipitações e concluiu que, em média, as chuvas de hoje não são mais volumosas que as de datas mais antigas. Isso mostrou que, devido à crescente impermeabilização do solo no entorno do lago, cada vez mais é preciso menos volume de água para que ocorra o seu transbordamento.

Se as enchentes são notícia recente, o assoreamento, pelo contrário, é um problema de longa data. Apesar de, no caso do nosso objeto de estudo, o assoreamento estar diretamente ligado à poluição, na Biblioteca Municipal o assunto é separado em uma pasta específica, na coleção sobre o Igapó. Foram registradas 23 matérias exclusivamente sobre o assunto, notáveis 20% do total. A primeira delas data de maio de 2001, quando a Gleba Palhano se constituía mais de vazios do que de cheios ao ser vista do alto (como já pudemos constar na Figura 54)

A real constatação do nível de assoreamento do Igapó II aconteceu como uma surpresa. Em maio de 2001, por meio de uma ação da Secretaria de Obras, iniciou-se o esvaziamento do lago com o objetivo de executar reparos estruturais na ponte da Av. Higienópolis e no seu vertedouro — local por onde a água transpassa para o Igapó I. Com o esvaziamento, o nível da degradação ambiental finalmente ficou à exposição de todos (PACCOLA, 2001). O triste cenário que se revelou surpreendeu, assustou, incomodou. E durante todo o tempo em que permaneceu vazio, o lago recebeu visitas de pessoas que, propositalmente, dirigiam-se ao local para testemunhar sua situação e se solidarizar a ele.

Por outro lado, o ambientalista e presidente da ONG Patrulha das Águas desabafa: "Mas é bom que tudo isso fique exposto para que a população tenha

consciência das consequências de uma comunidade sem preocupação com sua bacia hidrográfica" (MOURA e GUERRA, 2001; RODRIGUES, 2001), já que não faltavam ali pneus velhos, garrafas pet, latas, plásticos e toda sorte de poluição difusa, que são os resíduos jogados nas ruas e despejados no lago pelas galerias pluviais.

Figura 92 – Primeira matéria sobre o estado do assoreamento do Igapó II, depois do seu esvaziamento (*Folha de Londrina*, 26 maio 2001)

Sem água, Igapó expõe o assoreamento

Lago na área central de Londrina está sendo esvaziado desde ontem de manhã. Avenida Higienópolis pode ser interditada

Planilha da nova tarifa de ônibus está com Nedson

Fonte: acervo BPML Parigot de Souza.

Figura 93 – Matéria sobre o estado de degradação constatado depois do esvaziamento do lago (*Folha de Londrina*, 24 jun. 2001)

10 Domingo, 24 de junho de 2001 PARANÁ Folha de Londrina/Folha do Paraná

Sob as águas, um depósito de lama e lixo

Esvaziamento do Igapó 2 revela um cenário desolador. Assoreamento e poluição estão matando o lago, cartão-postal de Londrina

Para a ONG Patrulha das Águas, a prefeitura e a população têm 70% da culpa no assoreamento

LAGO DE LODO

Fonte: acervo BPML Parigot de Souza.

A situação também gerou protestos da ONG Patrulha das Águas e de atletas de canoagem em frente à sede da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), que foi considerada a maior poluidora do Igapó II. A empresa, que detém a concessão dos serviços públicos de saneamento básico em Londrina e em outras cidades do estado do Paraná, tem uma estação de tratamento de água às margens do córrego Água Fresca, afluente do Igapó II, e é nele que despeja todo o lodo gerado no seu processo de tratamento. Os manifestantes cobravam que a Sanepar fizesse investimentos para a recuperação do lago, como medida compensatória aos estragos causados (MENDES, 2001; PACCOLA, 2001)

Figura 94 – Protesto contra a Sanepar (Folha *de Londrina*, 31 ago 2001)

Protesto cobra Sanepar pelo assoreamento do Lago Igapó

Prefeitura de Londrina espera resposta da empresa sobre pedido de R$ 1 milhão para obras de revitalização

Edna Marques
De Londrina

TRABALHO VOLUNTÁRIO

EMPRESA POLUIDORA

Uma das pistas da Higienópolis fica fechada hoje

Fonte: acervo BPML Parigot de Souza.

Figura 95 – ONG denuncia prefeitura por crime ambiental (*Folha de Londrina*, 5 out. 2001)

ONG denuncia obra do Igapó na polícia

Membro de entidade ambientalista quer que seja investigado possível crime ambiental no lago esvaziado em Londrina

Erica Peregrino
De Londrina

Delegado vai avaliar depoimento para decidir se abre inquérito

SERVIÇO POLÊMICO

ENQUETE

O que você acha da obra no lago?

Comissão e Cheida estão em conflito

Fonte: acervo BPML Parigot de Souza.

Com tantas manifestações por parte de associação de moradores, de ambientalistas, da mídia e de tantos outros, o problema mudou rapidamente de foco e a prefeitura passou os próximos longos meses se debatendo em busca de soluções para a situação do assoreamento, algo que, a princípio, não fazia parte de seus planos. Ao longo desse período, aconteceram cancelamentos de licitação, revisão de orçamento e de projeto, cancelamento de contrato com empresa ganhadora de licitação, renúncia de um secretário de obras, etc. Iniciada em maio de 2001, a obra que era para ser entregue no aniversário da cidade, em dezembro, virou o ano e prolongou-se até julho de 2002.

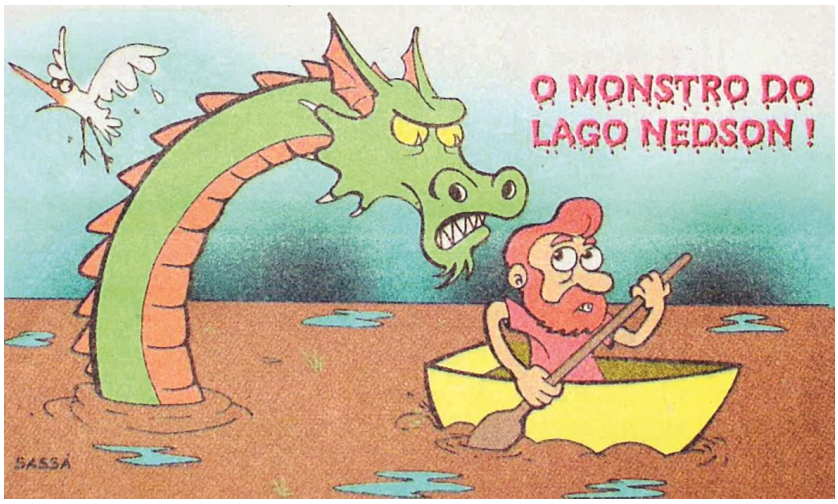
Foram 14 meses de lago seco, o que resultou em mais assoreamento, mato, mau cheiro, proliferação de insetos e um inquérito policial aberto pelos danos ambientais causados pela obra. Ao final, foi executado apenas o que estava previamente planejado: os reparos na ponte e no vertedouro (BARBERATO, 2001; MENEGHEL, 2002; PARRA, 2001).

Em depoimento, Costa Branco relata que, a pedido da Prefeitura, chegou a fazer orçamento para desassorear o Igapó II, mas tanto o valor da obra quanto a quantidade de terra a ser removida se mostraram “absurdos”. Para ele, o descarte do material inservível resultante da operação geraria mais um problema ambiental. E foi assim que, segundo o engenheiro, decidiu-se por elevar o nível da água em vez de desassorear o lago.

O então prefeito Nedson Micheletti admitiu que o caso desgastou consideravelmente seu primeiro ano de gestão (EPISÓDIO, 2002). Em compensação, a cidade ganhou um personagem: o “monstro do Lago Nedson” — ideia sugerida pelo

jornalista Fábio Silveira e tornada criatura pelo cartunista Sassá, ambos do *Jornal de Londrina*. À época, o personagem acabou se transformando numa espécie de mascote do Igapó II e rendeu várias charges dali por diante.

Figura 96 – Obras no Igapó II fazem surgir o personagem "monstro do Lago Nedson" (charge veiculada no *Jornal de Londrina*, 2001)



Autor: Sassá, 2001 (acervo pessoal).

Nesses anos de 2001 e 2002, algumas matérias de jornal já se referiam ao Igapó II como "o cartão-postal da cidade", mas acredito que isso se deva mais ao fato de o objeto fazer parte do complexo de lagos do ribeirão Cambé do que a atributos exclusivamente seus. Na Gleba Palhano, os poucos edifícios erguidos podiam facilmente ser contados. O que realmente se via em grande quantidade eram terrenos já "limpos", à espera do melhor momento para serem plantados arranha-céus. Era o início da constituição do bairro e um momento de investimentos e expectativas.

Além da ênfase dada ao status e à acessibilidade do bairro Gleba Palhano, outra estratégia para valorizar a região e prepará-la para receber os novos empreendimentos e seus futuros consumidores foi, segundo Fresca (2002, p. 260), o discurso ambiental em defesa do Igapó por parte das incorporadoras. Se o mote utilizado nas estratégias de marketing era o conceito de qualidade de vida vinculado à natureza, era imprescindível que o Igapó — como uma "amenidade criada socialmente" — devesse ser garantido, defendido e preservado de modo a viabilizar os grandes empreendimentos do seu entorno. E foi assim que, de acordo com Fresca, uma grande construtora local, com três prédios em execução na Gleba Palhano, colocou-se na

defesa do Igapó, distribuindo adesivos em prol do lago e ganhando expressão na mídia local. Na matéria intitulada “Igapó muda perfil imobiliário da zona sul”, veiculada na *Folha de Londrina* (BIANCHI, 2002), José de Lima, diretor de vendas da Abílio Medeiros Imóveis, reafirmou que, apesar de o lago ser o cartão-postal de Londrina, era preciso que se fizesse um trabalho de preservação na sua região.

Alinhado aos discursos ambientais, às cobranças da comunidade, às expectativas dos agentes imobiliários, às aspirações dos citadinos por qualidade de vida e na esteira das obras de intervenção no lago (iniciadas em 2001), em fevereiro de 2002 foi apresentado o prometido projeto de revitalização para o Igapó II. Apesar dos longos nove meses de elaboração, o Secretário de Obras afirmou que o projeto atendia tanto às expectativas dos moradores quanto às exigências dos órgãos ambientais.

Figura 97 –Empresas apresentam projetos mirabolantes para o Igapó II (até se chegar ao projeto definitivo)

Autor: Sassá, 2001 (acervo pessoal).

Figura 98 – Prefeito demora a definir projeto de revitalização do Lago

Autor: Sassá, 2001 (acervo pessoal).

O projeto foi dividido em quatro etapas: a primeira contemplou a reforma e o reforço da ponte da Av. Higienópolis (Figura 99), concluída em março de 2002 (SARIS, 2002), a segunda foi a construção da barragem (Figura 100), entregue em julho de 2002 (MENEGHEL, 2002) e a terceira etapa foi a urbanização das margens, concluída em janeiro de 2003 (EMPRESA, 2003). A quarta e última seria o desassoreamento, que não aconteceu, mas que voltou à pauta em 2015[68].

[68] Em setembro de 2015 foi entregue à Prefeitura de Londrina um relatório elaborado pelo Instituto das Águas do Paraná. O documento serviria, num futuro próximo, como ponto de partida para planejar a operação de limpeza e desassoreamento do lago (BATISTA, 2015).

Figura 99 – Primeira fase: ponte da Av. Higenópolis, em registro recente, vista a partir do Igapó I

Autor: Wilson Vieira, [201-].

Figura 100 – Segunda fase: capa do jornal de domingo sobre inauguração da barragem: "Sujo, mas lindo" (*Folha de Londrina*, 21/07/2002)

Domingo, 21 de julho de 2002

2,50

FOLHA DE LONDRINA

www.bonde.com.br/folhadelondrina

O JORNAL DO PARANÁ

SUJO, MAS LINDO Depois de 14 longos meses vazio, o Lago Igapó 2 voltou a transbordar nesta semana no centro de Londrina. Apesar de assoreado e poluído em seu leito, o mais belo cartão-postal é capaz de devolver um pouco de alegria e felicidade à população da cidade. FOLHA 2

Fonte: arquivo BPML Parigot de Souza.

O projeto arquitetônico da barragem foi elaborado pela arquiteta e urbanista Celina Ota e a solução geotécnica foi desenvolvida pelo engenheiro civil Carlos J. M. da Costa Branco. A arquiteta e urbanista Simone de Oliveira F. Vecchiatti foi responsável pelo seu projeto paisagístico e a equipe técnica da Prefeitura fez o

cálculo hidrológico, de modo que se formasse uma cascata na barragem em dias de chuva média (informação verbal)[69].

Abaixo, alguns registros fotográficos dos últimos preparativos antes da inauguração da barragem e do lago sendo novamente tomado pela água.

Figura 101 – Barragem do Lago Igapó II recém-concluída, 2002

Fonte: acervo IPPUL.

Figura 102 - Lago Igapó II recém cheio, com suas margens ainda não urbanizadas, e Gleba Palhano ao fundo, ainda com poucos edifícios.

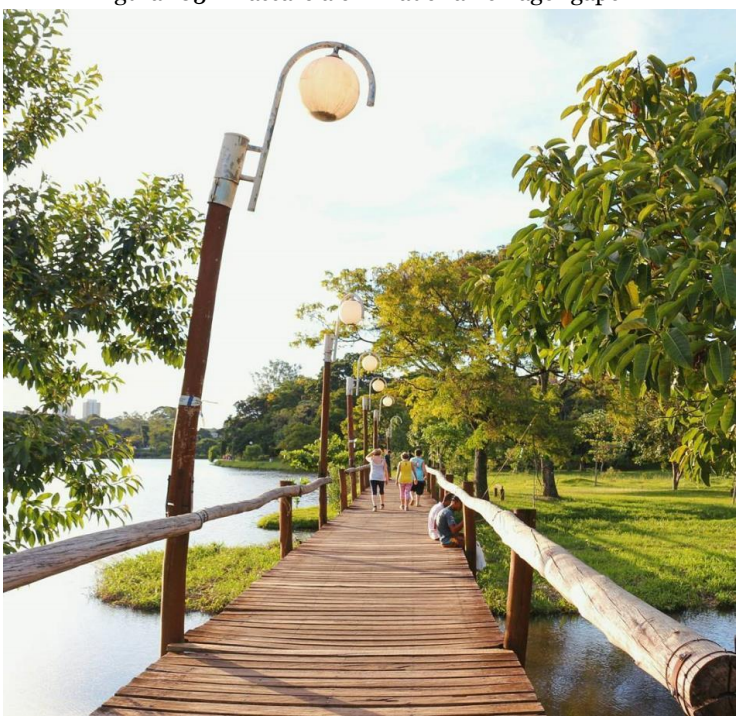
Fonte: acervo IPPUL.

A terceira e última etapa — iniciada em setembro de 2002 e entregue em janeiro de 2003 — instalou quatro passarelas de madeira, postes de iluminação, pavimentação de calçadas, pista de caminhada em pedrisco, duas praças com

[69] Comunicações de Celina Ota (via WhatsApp), Simone Vecchiatti e Carlos José Marques da Costa Branco (pessoalmente) recebidas pela autora em 23 de fevereiro de 2018, 8 de fevereiro de 2017 e 18 de abril de 2017, respectivamente.

equipamentos de ginástica, galeria para drenagem de água pluvial e plantio de grama para contribuir na contenção da erosão das margens.

Figura 103 – Passarela em madeira no Lago Igapó II



Autora: Isa Surjus, 2017[70].

A série de intervenções pelas quais passou o objeto, além de notáveis, foram imprescindíveis para inseri-lo na dinâmica da cidade e no cotidiano dos moradores. Uma área pública vegetada, dotada de equipamentos e de tratamento paisagístico é um convite à sua fruição. Aos poucos, o Lago Igapó II foi atraindo pessoas que já frequentavam o Zerão (também na área central e que já se mostrava pequeno para tanta demanda) e, sobretudo, foi seduzindo pessoas que, ineditamente, fizeram de um espaço público um elemento do seu cotidiano.

Como sabemos, no ano de 2003, data da conclusão da obra de revitalização do Igapó II, os primeiros edifícios da Gleba Palhano estavam ainda despontando. Mas em relação aos bairros mais antigos do entorno, a matéria da *Folha de Londrina* declarava "Moradores comemoram revitalização de Igapó 2" (MOURA, 2003). Na

[70] Disponível em: https://www.instagram.com/p/BYn757mD7Xv/?saved-by=mandapracamila>. Acesso em: 19 fev. 2018.

matéria, o presidente da Associação dos Moradores do Alto do Igapó[71] (AMAI) e morador do Parque Guanabara relata que a Associação lutou muito para que a obra saísse do papel e relembra as primeiras manifestações que a associação realizou em prol do lago, em 1999 — quando, junto à Autarquia do Meio Ambiente (AMA) e à Fundação Nacional de Saúde, realizou trabalho voluntário de limpeza do lago e de conscientização dos moradores sobre a importância de mantê-lo limpo (PELEGRINO, 1999). Àquela época, segundo o presidente da Associação, o Igapó II não era urbanizado e representava mais um local de insegurança do que de trunfo para os moradores da região. Mas agora, sobre o projeto concluído, comenta: "Quando se vê gente da cidade inteira lá, dá um orgulho imenso".

Na mesma matéria (MOURA, 2003), um funcionário de um estabelecimento situado no Mercado Municipal Guanabara relatou que "é comum o freguês dizer que está vindo de uma caminhada no lago". E constata: "As pessoas parecem até mais dispostas". Igualmente orgulhoso, o aposentado Valter Furlan diz que começou a construir sua casa oito meses antes da conclusão das obras do Igapó II, no Parque Guanabara. A escolha do bairro foi sugestão da esposa, por ser "tranquilo e valorizado". O paulistano diz que nunca imaginou que realizaria seu sonho de viver com qualidade sem perder as vantagens de um grande aglomerado urbano. Depois da casa nova, ele considera que a urbanização do lago foi seu segundo presente: "Sempre quis morar perto do Igapó e foi muito animador saber que poderia desfrutá-lo nas minhas corridas".

A matéria (MOURA, 2003) também revelou algumas transformações não muito bem-vindas no bairro. O aumento da concentração demográfica depois da instalação de edifícios residenciais de pequeno porte na Quinta da Boa Vista (atrás do Pq. Guanabara) e da verticalização da Gleba Palhano estava sobrecarregando a rede de saneamento básico. O presidente da AMAI mencionou que havia aumentado muito o fluxo e a velocidade dos carros em algumas ruas antes pacatas, alguns cruzamentos se tornaram perigosos e aumentou o número de carros arrombados — problema que diz ter sido temporariamente controlado com a contratação de uma ronda particular. Como bem identificou a matéria, são inevitáveis "os efeitos colaterais do crescimento". Mas, ainda assim, a reportagem reconhece que "o novo Igapó 2 acrescentou qualidade

[71] De acordo com a matéria, a AMAI congregava moradores do Pq. Guanabara e também do Jd. Cláudia e da Quinta da Boa Vista (ambos atrás do Guanabara), do Jd. Bela Suíça (mais próximo do Igapó I), do Residencial do Lago (aglomerado dos primeiros edifícios da Gleba, conhecidos como "cidade Artenge") e da Gleba Palhano, que iniciava sua ocupação.

de vida a um bairro onde os moradores já viviam mais satisfeitos que a média dos londrinenses".

De fato, nesse sentido, é preciso admitir que o poder público não é um agente produtor totalmente neutro na definição de prioridades de investimento nos espaços públicos. Em recente matéria intitulada "Moradores cobram melhorias e preservação de espaços públicos em Londrina" (OGAWA, 2018), em que muito se falou sobre a situação de abandono dos fundos de vale em áreas periféricas, o doutor em Geografia Carlos Bortolo, defendeu que os recursos existem, embora não em grandes quantidades, mas existem também inúmeros interesses:

> Por que em determinados bairros existem parques, lagos, praças bem cuidadas e com usos variados e muito atrativos e em outros bairros tais espaços se encontram abandonados e mal cuidados? A resposta é simples. Tudo é uma questão de interesse do mercado imobiliário e até mesmo do poder público local.

Juntamente com o empenho do setor imobiliário e do poder público, a facilidade com que o Igapó II foi apropriado pela comunidade deveu-se, certamente, a estar localizado em área predominantemente residencial. Apesar de muitas pessoas deslocarem-se de veículo para o Lago, a população do seu entorno garante o seu uso durante todos os dias da semana, quase sem restrição de horários. Ainda, a construção da Gleba Palhano, com o seu grande volume de novos moradores, sem dúvida contribuiu para a apropriação massiva do objeto, tanto como espaço quanto como imagem. Se no século passado tínhamos cartões-postais à venda, pendurados nas bancas de revistas, hoje eles encontram-se disseminados por todo o ambiente virtual e estão à distância de um clique — tanto para quem os acessa quanto para quem os produz. A seguir, algumas imagens registradas e divulgadas pelos usuários do Instagram.

Figura 104 - Imagem postada por @visitelondrina, 2018

Autor: Aro Pires, 2017[72].

Figura 105 - Imagem postada por @londrinaeseusseusmaravilhosos, 2017

Autor: @myoh_may, 18 jan. 2018[73].

Figura 106 - Imagem postada por @londrinatureza, 2018

Autor: Gustavo Elias, 2018[74].

Figura 107 - Imagem postada por @prefeituradelondrina, 2017

Autor: Matheus Cenali, 2017[75].

A configuração física do Igapó II também é um fator que confere qualidade ao objeto — na sua condição de área pública — e que, consequentemente, promove a sua saudável fruição pela população. As vias públicas perimetrais que contornam o lago e o aterro delimitam claramente o que é espaço privado ou público, dificultando a

[72] Disponível em <https://www.instagram.com/p/BdQLvmYh37F/?hl=pt-br>. Acesso em: 21 fev. 2018.

[73] Disponível em <https://www.instagram.com/p/BeGhBpTFMjK/?hl=pt-br>. Acesso em: 21 fev. 2018.

[74] Disponível em <https://www.instagram.com/p/BfN6T9AFyOz/?taken-by=londrinatureza>. Acesso em: 21 fev. 2018.

[75] Disponível em <https://www.instagram.com/p/BdQQmfIBXeR/?hl=pt-br&taken-by=prefeituradelondrina>. Acesso em: 21 fev. 2018.

possibilidade de ocupações irregulares. Ainda, os lotes localizados nas vias perimetrais, em vez de darem suas costas, voltam-se para o vale, como numa vigília constante.

2.7 O discurso ambiental e suas reverberações em defesa do objeto

Se hoje o discurso da proteção ambiental permeia as diversas esferas da sociedade, é sabido que se ocupar dos fundos de vale e das águas urbanas por essa perspectiva é uma construção recente, que vem lentamente sendo elaborada a partir dos anos 1980, quando surgem as primeiras leis ambientais brasileiras. A Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Escolmo em 1972, fez reverberar em escala mundial as preocupações com a devastação ambiental ocasionada pelas sociedades pós-industriais, e o Brasil, como um dos 144 participantes, elabora suas primeiras leis ambientais num momento de abertura democrática, após 20 anos de regime militar.

Os três mais importantes marcos jurídicos brasileiros surgiram nesse período. Primeiro, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), que adota, no âmbito do Direito, o meio ambiente como objeto específico de proteção em seus múltiplos aspectos e, ineditamente, obriga o poluidor a reparar os danos causados, por meio de ação promovida pelo Ministério Público. Antes esses conflitos eram travados na escala do indivíduo isolado. O segundo marco foi a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), que possibilitou que a agressão ao meio ambiente viesse a se tornar um caso de Justiça (MILARÉ, 1994; NAZO; MUKAI, 2001).

O terceiro marco jurídico do Direito Ambiental no Brasil foi a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Após duas décadas de regime militar, a Constituição marca a retomada das liberdades democráticas e sobre o meio ambiente, declara:

> **Art. 225**. Todos têm **direito** ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia **qualidade de vida**, impondo-se ao poder público e à **coletividade o dever** de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, grifo meu)

Portanto, de modo inovador, é estabelecida a plena garantia dos direitos fundamentais humanos, incluindo-se o meio ambiente como um direito

essencialmente constitucional, admitindo-o como imprescindível à vida humana e colocando-o agora como um dever da coletividade e não apenas do poder público. Silva (2015) observa que a grande inovação trazida no Art. 225, que difere da ideia apresentada na lei do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), é que "a Constituição Federal inseriu o conteúdo humano e social nesse conceito, deixando de considerar o meio ambiente do ponto de vista puramente biológico".

Ainda, Leff (2000) afirma que, a partir de então, a questão ambiental deixa de ser um tema que compete somente aos órgãos administrativos do Estado e aos seus aparelhos ideológicos (escolas, universidades, sistema jurídico, meios de comunicação) para também acolher a participação da sociedade na definição de novos estilos de vida, relações de poder e modos de produção.

A partir de então, os movimentos ambientalistas no Brasil tiveram grande influência tanto na elaboração de políticas quanto na adoção de medidas para a proteção ambiental. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92[76], foi uma aproximação com o resultado da pressão dos movimentos sociais com suas demandas políticas ambientais para incluir o ser humano na pauta das discussões sobre o tema, assunto que havia sido lançado há 20 anos, em Estocolmo, na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (LEAL; SILVA, 2016). Enuncia o Princípio 10 da Declaração do Rio:

> **A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados**. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, **bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios**. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e **a participação popular**, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos. (ONU, 1992, grifo meu)

Leal e Silva (2016, p. 20) também chamam a atenção para o fato de que atualmente há estudiosos, especialmente no campo jurídico, que consideram o meio ambiente cultural como um dos componentes desse ente maior que é o meio

[76] A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, 20 anos após a Conferência realizada em Estocolmo, Suécia, com a finalidade de reafirmar esta segunda, que tinha como seu objetivo principal estabelecer princípios comuns aos povos como forma de preservação do meio ambiente. O evento também ficou conhecido como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra (SENADO FEDERAL, [201-?]).

ambiente[77] — pensamento que veio na esteira de uma mudança da perspectiva, que passa a abranger também o homem e sua cultura.

Toda essa construção de novos olhares sobre o meio ambiente fez com que o patrimônio natural ganhasse significado no contexto social e se aproximasse da noção de patrimônio cultural definida em 1988 pelo artigo 216 da Constituição Federal, reafirmando a possibilidade de se enxergar a natureza pela perspectiva da cultura — assunto explorado no capítulo 3.

2.7.1 O Igapó é nosso!

Como pôde ser observado no capítulo corrente, a ideia de "meio ambiente como fator indispensável à qualidade de vida" foi fundamental no processo de constituição simbólica do Igapó II — conceito adotado pelas três esferas que incidem no objeto: os moradores, os agentes imobiliários e a municipalidade, que atuou junto aos empreendedores privados para que a Gleba Palhano se realizasse como tal.

No entanto, a apropriação social do objeto de estudo pelos seus atributos ambientais não começa nos anos 2000, com o surgimento da Gleba Palhano, mas na década anterior, exatamente em 1998, quando o aterro do Igapó II é reivindicado pela comunidade como um direito constitucional, numa reação coletiva à iminência da sua perda. Os discursos e anseios por qualidade de vida — que tiveram sua gênese nos anos 1970 — eclodiram nesse momento como uma pauta dos interesses populares em defesa da área verde conformada pelo aterro. A particularidade desse movimento estava no fato de ter se originado a contrapelo, de modo espontâneo pela sociedade, sem parceria com agentes privados e, sobretudo, em declarada oposição ao poder público municipal. "O Igapó é nosso!" foi o lema da campanha — e da batalha.

Se a primeira grande intervenção no ribeirão Cambé foi o represamento do seu leito para a constituição dos lagos, a segunda e igualmente radical intervenção foi a obra de aterramento de parte do Lago Igapó II, realizada em 1985 e contextualizada na história da cidade no capítulo 1 deste trabalho. Depois da tentativa de impedimento

[77] Sobre esse assunto, os autores indicam: RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de direito do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

da obra por parte de ambientalistas e de um processo civil administrativo (GOIÁS, 2007) movido contra o ex-prefeito por danos ao meio ambiente, o aterro tornou-se um dos locais ao ar livre mais frequentados de Londrina — em dias úteis e, principalmente, aos finais de semana.

Assim, depois da polêmica obra de aterramento, em 1985 o Igapó viu-se na iminência de sofrer mais uma transformação radical: o então prefeito Antonio Casemiro Belinati e a Câmara Municipal de Londrina sancionam a Lei nº 7514, de 2 de setembro de 1998, que desafeta de uso comum do povo o aterro, autorizando doá-lo a terceiros, mediante concorrência pública, com a finalidade de implantação e exploração por empreendimento privado de interesse da comunidade, para atividade de lazer e diversão pública. O empreendimento deveria ter área mínima de 40 mil m² — 20 mil m² de construção e 20 mil m² de circulação e estacionamento (LONDRINA, 1998).

Entre todos os 21 vereadores, Elza Correia foi a única vereadora (sem partido) que votou contra o projeto de lei. Em 02/09/1998, Correia protocola denúncia no Ministério Público, já que era uma área de preservação permanente onde incidiam leis que proibiam edificação de obra civil para fins de exploração comercial. "A aprovação da Lei era um golpe mortal para o Igapó, para a cidade e para a população" [...] Feria frontalmente a legalidade, a constitucionalidade e estavam cometendo um crime ecológico", como declara a vereadora (informação verbal)[78]. Sentindo-se solitária na Câmara do Vereadores, Correia busca apoio em diversos segmentos da sociedade e, assim, o consegue por parte da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), da Universidade Estadual de Londrina (depois outras instituições de ensino superior também engajariam-se na discussão), de escolas públicas e particulares, associações de moradores, grupos de ambientalistas, grupos da Igreja Católica, entre muitos outros. A sociedade se organizou e foi para o embate — com laudos técnicos e declarações de repúdio.

Mira Roxo (informação verbal[79]), educadora e diretora da escola infantil Seta — localizada em frente ao vale do córrego Água Fresca e próxima ao aterro — foi a primeira pessoa a juntar-se à vereadora contra a doação da área. Conhecida pelo seu engajamento ambiental e urbano, Roxo liderou manifestações de caráter artístico e ambiental no próprio aterro que, além de contarem com a participação de pais e

[78] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 28 de julho de 2017.

[79] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 13 de junho de 2017.

alunos, atraíam cada vez mais estudantes, professores universitários e a comunidade em geral (BARONI,1998).

Figura 108 – Jornal impresso local noticia uma das manifestações realizadas do aterro (*Folha de Londrina*, 31 ago. 1998)

IGAPÓ 2

Piquenique de protesto movimenta aterro

Áureo Nogueira

Estudantes, pais e amigos da Escola Seta, de 1º grau, além de moradores da região, realizaram ontem um piquenique ecológico no aterro do Lago Igapó 2, entre o Jardim Maringá e o Hotel do Lago (zona sul de **Londrina**). O piquenique foi realizado em protesto contra a aprovação pela Câmara Municipal de um projeto do prefeito autorizando a doação do aterro do Igapó 2 para a implantação de um empreendimento de lazer.

Além de comer e beber em cima de toalhas estendidas no chão, os manifestantes fizeram plantio de árvores, cavalgadas, jogos e passeio pela área de 90 mil metros quadrados do aterro. "O domingo está lindo, próprio para este tipo de atividade", disse a diretora da escola, Mira Roxo, ao explicar que a idéia do piquenique de protesto surgiu da indignação com a medida do prefeito e a aprovação da Câmara de Vereadores contra uma área que deve ser de preservação permanente.

A diretora da escola destaca que para os alunos a manifestação é um ato de educação. "Devemos entender a educação como um amplo processo de experiências e não apenas como repasse de informações e instruções.

Para os integrantes da Seta, a área deve ser de preservação permanente e a edificação no aterro representaria um crime ecológico. "A decisão do prefeito e dos vereadores revela a adoção de uma política imediatista e vai contra uma tendência universal que é de preservação do meio ambiente", diz Mira, acrescentando que o ser humano tem que ter a consciência de que faz parte do meio ambiente e que, para a sua própria preservação, precisa preservar o meio ambiente.

Os manifestantes assinaram um abaixo-assinado de repúdio à decisão da Câmara e também um livro de sugestões. As principais sugestões são retirada do aterro do Igapó 2, "para que o ribeirão possa correr seu leito natural"; construção de pista de caminhadas em volta do lago, ampliação da área verde no Igapó e em toda a cidade e construção de infra-estrutura para lazer e esportes, "mas sem agredir o meio ambiente nem fazer doações para especuladores".

Os coordenadores da manifestação destacam ainda a importância de toda a comunidade ingressar no movimento, assinando o documento e fazendo propostas e sugestões para a destinação desta área de preservação. Os interessados podem procurar a Escola Seta, na Rua Guararapes, 579, no Jardim Higienópolis (próximo à área central).

Para integrantes da Seta, área deve ser de preservação permanente e a edificação representaria um crime ecológico.

Pessoal da Seta: "O domingo está lindo, próprio para esse tipo de atividade"

FALA POVO

Atividade como esta é muito importante especialmente para as crianças, que assim aprendem a exercer a cidadania, fazendo reivindicações e criando consciência ecológica.
Rosani Mazão, 36 anos, mãe de Luciana, que estuda a 4ª série.

Acho que não deve haver construção no Igapó. Esta é uma das mais importantes áreas verdes de Londrina e deve ser preservada. Também porque a cidade não dispõe de muitas áreas verdes.
Isabela Bordin, 9 anos, estudante da 3ª série.

Se construirem aqui, vão acabar com a beleza do lago. Além de que acabando com o verde do lago poderão querer fazer a mesma coisa em outras áreas. Acho que é um risco.
Carolina Zamorano, 9 anos, também estudante da 3ª série.

Fonte: arquivo BPML Parigot de Souza.

Como forma de apoio, o arquiteto e urbanista Christian Steagall-Condé criou um logo para adesivo automotivo que foi distribuído pelo Centro Acadêmico de Arquitetura da UEL para reforçar a campanha em defesa da área (Figura 109). Segundo Condé, os primeiros dois mil adesivos confeccionados desapareceram rapidamente, e no dia anterior à reportagem, havia recebido vinte telefonemas de pessoas interessadas em adquiri-los (OSTI, 1998).

Figura 109 – Adesivo da campanha com slogan em defesa do aterro

Fonte: acervo pessoal de Mira Roxo.

O caso ganhou a atenção da mídia local: durante a pesquisa, identificamos 55 matérias publicadas nos jornais locais impressos referentes à aprovação e às reações à Lei nº 7.514/98 veiculadas num período de dois meses (entre 21/08/1998 e 20/10/1998). Destas, 10 eram textos assinados por jornalistas, arquitetos e urbanistas, ambientalistas, pesquisadores da UEL e, inclusive, pela promotora de Defesa do Meio Ambiente à época, Maria Lúcia Reichenbach — cada um expressando sua opinião em defesa daquele espaço (Figura 110). Já não era uma briga da vereadora, mas uma briga da cidade.

Figura 110 – Trechos de exemplares de jornais diversos (*Folha de Londrina*, p. 3, 20 set. 1998; *Folha de Londrina*, p. 3, 20 set. 1998; *Folha de Londrina*, p. 3, 25 set. 1998)

Um dano ambiental não justifica outro

Maria Lucia Ferreira Reichenbach

Toda a área de fundo de vale de Londrina que circunda o Ribeirão Cambé foi denominada "Igapó", desdobrando-se em Igapó 1, 2, 3 e 4. Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, "igapó"

A cidadania é um conceito que vem sendo interiorizado desde a Constituição democrática de 1988 que, entre definir os direitos fundamentais do cidadão e da sociedade, dotou o Ministério Público de instrumentos aptos ao exercício da defesa desses direitos. Mas, antes mesmo do advento da Magna Carta, já a Lei nº 7.347, de julho de 1985, inaugurava as primeiras linhas de arcabouço administrativo e processual. Somos

supra, tal fato se deu por inteira responsabilidade da administração que expediu alvarás para aquelas edificações. A demolição implicaria em indenização aos proprietários, cujo custo seria insuperável para a administração.

Mas, o fato de tais condutas terem ocorrido ou não sob égide de lei proibitiva, absolutamente socorrem aqueles que hoje, mais conscientes e dispondo de legislação moderna,

que o solo de Londrina é tão fértil que pouco dele que ali exista é suficiente para regeneração florestal.

Por último, se tudo não bastar, há ainda a possibilidade de enxerto de solo apropriado ao reflorestamento. Nada tão custoso que justifique retirar do povo londrinense área tão importante de lazer.

O Ministério Público não é contra o progresso ou desenvolvimento, é a favor do desenvolvimento sustenta-

ESPAÇO ABERTO

Dois modos de fazer política e um lago aterrado

Folha de Londrina 20/9/98 pág-3

Telma Gimenez

Os destinos do aterro do Lago Igapó 2 finalmente chegam à imprensa com destaque e nos fazem refletir sobre duas formas alternativas de se fazer política. Alguns con-

to e preço ouvimos candidatos que pensam como nós, em quem acreditamos que fará algo por "nós". É fácil ver como esse tipo de política encoraja o individualismo, embora travestido de "desejo da maioria".

Um modo alternativo de política encoraja o envolvimento da população no processo de tomada de decisão. A imagem não é mais a do mer-

do aterro do Lago Igapó 2, esses dois modos de se fazer política podem nos ser úteis. A decisão da Câmara Municipal e de resto toda a política local (com exceções, naturalmente) parecem embasadas no conceito de mercado. A própria publicidade que domina a campanha eleitoral coloca políticos como "vendedores" e eleitores como "compradores".

adeptos da idéia; alguns ambientalistas apóiam a doação do aterro; e pais preocupados com o futuro da cidade onde seus filhos irão morar querem a preservação da área.

Parece claro que qualquer iniciativa de concretização da doação neste momento seria prematura e contrária à vontade de uma grande parcela da população e de eleitores

Aterro do Igapó e a política de fundos de vale

Folha de Londrina 25/09/98 p-3

Nestor Razende

Não bastassem os agentes poluidores, uma nova ameaça paira sobre o Lago Igapó. Creio que nenhum cidadão londrinense seja contrário a investimen-

Tecnicamente é uma atitude correta na medida em que evitamos os sérios problemas sociais e econômicos decorrentes de enchentes; facilitamos e baratearmos o serviço

administrações anteriores? Uma delas já aterrou, anos atrás, com restos de construções, uma parte do Vale do Igapó é, em uma de suas margens fez edificar um es-

reto dentro do contexto da política urbana local.

Quem afinal define os termos da política urbana em Londrina? Por que o IPPUL tem propostas coerentes para o aterro do Igapó e es-

Fonte: arquivo BPML Parigot de Souza.

Após dois meses de luta, a primeira página da *Folha de Londrina* do domingo de 18/10/98 anunciou o desfecho do impasse: "Belinati decide transformar aterro em parque ecológico". Na mesma data, o *Jornal de Londrina* comemorou: "Pressão da comunidade influencia decisão"; e "curvando-se ao desejo da população", o prefeito assinou decreto que reafirmou o aterro como legalmente protegido (SILVEIRA, 1998) — um espaço que hoje é parte essencial da cidade e de seu imaginário.

Refletindo sobre a história do Lago Igapó II desde a constituição do primeiro represamento, em 1959, até 1998, pouco antes do surgimento da Gleba Palhano, a pesquisa considera esse momento um ponto de mutação no percurso do

objeto de estudo, em que ele transcendeu seu caráter físico de fundo de vale e se tornou, abertamente, um objeto de luta no âmbito político e social — com ampla cobertura da mídia. Essa porção do ribeirão Cambé, que, depois de formada como lago, ainda levou bons anos para ser percebida, naquele momento é reivindicada. A iminência da perda da sua área aterrada (ao menos na configuração física como é reconhecida, sem edificações) instigou a sociedade — desde instituições e representantes até pessoas comuns — a se posicionar e a atuar na arena urbana das disputas de interesses que se colocaram naquela ocasião. Nesse cenário, se observou pessoas — crianças e adultos — assumindo seu papel político na sociedade, reivindicando sua função como agentes na produção e na apropriação do seu próprio espaço cotidiano e deixando claro às autoridades municipais qual era o modelo de cidade que queriam para elas. Como afirmam Carvalho e Fernandes (2012, p. 159):

> A cidade é um espaço geográfico de múltiplas apropriações simbólicas e funcionais e a paisagem urbana síntese da sobreposição nem sempre harmoniosa de diferentes territorialidades, de múltiplos agentes, públicos e privados, individuais e coletivos. Por isso, a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas, mas um produto socioeconômico e cultural heterogêneo em constante (re)construção.

Assim, se até aquele instante a constituição do Igapó II se dava pela ação quase exclusiva do poder público e da iniciativa privada, a partir de então a sociedade começa a se colocar também como uma das forças que incidem sobre o objeto de estudo, dando início, finalmente, à construção da sua relevância simbólica — como um processo contínuo e atual.

2.8 O objeto e suas múltiplas apropriações

Apesar de já terem sido desenvolvidos estudos arquitetônicos e paisagísticos para transformar o aterro em um parque equipado, esse projeto não se realizou (BIANCHI, 1993), e o espaço físico atualmente conta com poucos equipamentos: quatro quadras de vôlei de areia, um par de traves para a prática de futebol e outro para os times de rúgbi e futebol americano, uma academia ao ar livre, postes de iluminação pública e uma pista de caminhada ao longo do seu perímetro e alguns poucos bancos

de concreto espalhados pelo gramado. A imagem a partir do Google Earth nos permite ver apenas as quadras de vôlei de areia.

Figura 111 – Aterro do Lago Igapó II e as quadras de areia

Fonte: Google (2018)

No entanto, o que poderia ser um espaço carente de equipamentos apresenta-se, por fim, como grande campo multiuso, onde o "vazio" dá liberdade para que as funções do aterro sejam reinventadas a todo momento, a cada visitante que o espaço recebe ou a cada evento que sedia. Diferente do que ocorre em outros lagos e parques — que oferecem um percurso predefinido (normalmente em formato circular) e sugerem que as pessoas circulem —, no vasto campo que configura o aterro, as pessoas não apenas se movimentam, mas, sobretudo, permanecem. "Ali se encontra de tudo: casais namorando, famílias passeando com crianças, amigos fazendo piquenique, pessoas tocando instrumentos musicais e, principalmente, gente praticando diversos esportes" (MONTAGNINI, 2018) (Figuras 112 e 113).

Figura 112 – O aterro em um domingo de inverno, 2017

Fonte: a autora (2017).

Figura 113 – Quadras de vôlei de areia do aterro, em um domingo de inverno, 2017

Fonte: a autora (2017).

Como um literal campo de possibilidades, o aterro tem atraído grupos profissionais e amadores que ali fixam suas atividades regulares, como a equipe Pé Vermelho Rugby (Figura 114) e o grupo Yoga no Parque — ambos com seus encontros semanais. Além deles, há diversos outros grupos que se encontram diariamente para a prática de toda sorte de atividade física.

Figura 114 – Treino de rúgbi no aterro, aos domingos

Autor: Saulo Ohara (FANTIN, 2017).

A primeira edição de 2018 do Jornal da Gleba dedica uma matéria especial ao aterro, cujo título declara: "Aterro do lago: o espaço mais democrático da cidade", afirmando ainda ser a "praia pé-vermelha" dos londrinenses aos finais de semana. Com a colaboração desta autora, a reportagem conta brevemente a história desse brejo que se tornou parque, mas também traz reivindicações dos moradores por melhorias e, sobretudo, enfatiza os múltiplos usos e grupos sociais que o espaço acolhe (MONTAGNINI, 2018).

Figura 115 – Capa do *Jornal da Gleba*, edição de janeiro de 2018

Fonte: Jornal da Gleba (2018).

Além de local de fruição por parte dos moradores, o aterro também é uma das locações mais disputadas para programas de TV e realização de eventos das mais diversas naturezas — desde esportivos e artísticos até educacionais e religiosos. O que se realiza ali recebe garantia de visibilidade por um grande número de pessoas, e esse potencial do objeto também é frequentemente mobilizado em estratégias de marketing de algumas empresas.

Em dezembro de 2017, Londrina comemorou 83 anos de municipalidade e o endereço da festa não foi difícil de adivinhar: o aterro do Igapó II. A festa teve início às 8h, com a 16ª Prova Pedestre Cidade de Londrina, e se estendeu durante o dia todo, com atividades para todas as idades. (TAINE, 2017a)

Figura 116 – Atividade para as crianças no aterro, na festa de aniversário da cidade, 10/12/2017

Autor: Roberto Custódio (TAINE, 2017a).

Figura 117 – Apresentação musical no aterro, na festa de aniversário da cidade, 10/12/2017

Autor: André Trigueiros, 2017.

O represamento do ribeirão Cambé, o projeto de urbanização e paisagismo das margens do Lago Igapó II, a valorização imobiliária, o adensamento do seu entorno (potencializado nos anos 2000 pela Gleba Palhano), a localização central, os atributos naturais e o seu caráter público: são diversos os fatores que se mostraram determinantes para que o Igapó II tenha se transformado num elemento marcante na paisagem urbana de Londrina, mas sobretudo para que tenha se tornado um objeto cuja apropriação extrapola os bairros do seu entorno e expande-se para a cidade.

Os múltiplos agentes sociais — o mercado imobiliário e a municipalidade, o morador e o visitante, o comerciante e o consumidor —, por meio das parcerias e dos embates travados entre eles, compõem um mosaico de apropriações constituído por valores de diversas categorias — sociais, ambientais, de status, de mercado, etc. — que se tencionam e se relacionam em múltiplas combinações. Acreditamos que é exatamente esse mosaico que constrói a dimensão simbólica do Igapó II e que o faz portador de valores culturais para além dos atributos específicos acima mencionados. Portanto, será no âmbito do patrimônio cultural que investigaremos os valores atribuídos ao objeto pela sociedade.

3. O LAGO IGAPÓ II NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O LAGO IGAPÓ II NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em 10 de dezembro de 2017, Londrina comemorou seus 83 anos de municipalidade. Como de costume, o jornal Folha de Londrina trouxe um encarte especial sobre o assunto, sempre pincelando fragmentos da história, mas principalmente desenhando um panorama da cidade na atualidade. No encarte de aniversário, uma matéria propunha uma "aventura sensorial, destacando elementos que possibilitam diferente formas de sentir Londrina" (TAINE, 2017b).

A matéria coloca o Igapó como uma experiência sinestésica, avançando o comum apelo visual proporcionado pela paisagem que ele conforma e, portanto, indo além do seu status de cartão-postal da cidade. O subtítulo é "o tato abraça o Igapó, faz dele um ato sinestésico e mostra, na pele, que o local tem mais a oferecer que o seu visual bonito" (TAINE, 2017b).

Figura 118 - Matéria que integra Caderno Especial sobre o aniversário de Londrina

Fonte: Taine (2017b)

A matéria sugere que o objeto, de paisagem, tornou-se um parque de fato, ou seja, do plano visual estendeu-se para plano do vivido e para a possibilidade da experiência sinestésica, promovendo vivências que podem combinar nossos diferentes sentidos — audição, olfato, paladar, visão e tato — em uma mesma experiência:

> Sentar à sombra e respirar fundo. Deixar que o vento balance os cabelos. Refrescar a pele de um dia quente. Deixar que os pés descalços sintam o frescor da terra e passear as mãos na textura da grama. (TAINE, 2017b)

Tuan (1983, p. 4–5) defende que os lugares são "centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação". No entanto, segundo o autor, se a satisfação das necessidades biológicas iguala nosso comportamento ao dos animais, a atribuição de valor é um comportamento essencialmente humano, e nos faz responder aos lugares de maneiras mais elaboradas e não concebidas no reino animal; "os dotes humanos incluem órgãos sensoriais semelhantes aos de outros primatas, mas são coroados com uma capacidade excepcionalmente refinada para a criação de símbolos". Do mesmo modo, o Igapó II se constitui simbolicamente à medida que adquire definição e significado. E numa escrita que mais busca afetar do que informar, a matéria da *Folha* descreve:

> O rapaz passou correndo com tornozelos fortes ao pisar os pés no chão. As pedras se movimentaram, deslocando-se pela pressão. No Lago Igapó, o pai segura na mão do filho. O pescador entra até os joelhos na água fria. A sombra esconde um sol quente de 29° marcados em um fim de tarde de novembro. A placa para doar agasalhos revela uma cidade que também tem frio. (TAINE, 2017b)

Nessa direção, à medida em que consideramos o Igapó II um lugar com definições e significados atribuídos pela sociedade, admitimos, em consequência, que seu valor simbólico é uma construção cultural. Portanto, é no campo do patrimônio cultural que, neste momento, exploramos os valores que o objeto de estudo mobiliza.

Como a pesquisa tem por finalidade investigar as forças que atuam sobre o objeto de estudo, este capítulo apresenta as investigações feitas sobre o Igapó II — lago e aterro — a partir dos valores atribuídos a ele pela sociedade — admitindo que esses valores não existem de modo isolado, mas, de acordo com Meneses (2012, p. 35), podem tanto produzir combinações variadas como provocar superposições ou conflitos. Investigar a natureza na esfera do patrimônio cultural por meio dos valores que as pessoas atribuem ao Igapó II nos permite pensar a ideia de patrimônio cultural muito mais como um processo do que como um objeto — como propõe Smith (2006);

assim, para além dos valores formais, o que importa é o modo como as pessoas se apropriam dele, como se relacionam com ele e como a sua constituição simbólica vai sendo elaborada, dia após dia, numa construção contínua.

Seguindo-se a isso, nos aproximamos do objeto por meio de três perspectivas possíveis que o campo do patrimônio cultural nos proporciona: o Igapó II como patrimônio afetivo, como uma porção de natureza na cidade e como documento histórico.

3.1 Ações preservacionistas no âmbito municipal

Pensar sobre patrimônio cultural, sobretudo histórico, em Londrina não é tarefa fácil, dado que a cidade se situa em um país onde construiu-se, por meio do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1937, um conceito hegemônico de patrimônio, o qual fabricou uma identidade nacional ancorada quase exclusivamente no período colonial. Apesar de a ideia de patrimônio ter se ampliado, as marcas dessa concepção continuam fortes o suficiente para que cidades como Ouro Preto, Paraty e Olinda ainda hoje se apresentem como a essência máxima da identidade nacional (NASCIMENTO, 2016a, p. 70).

Mesmo que o senso comum possa questionar a existência de um patrimônio digno de salvaguarda em uma cidade tão jovem, o município vive um momento histórico inédito, que é a organização das políticas de preservação, até então inexistentes. Resultado de um longo trabalho iniciado em 2002, o Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina teve sua aprovação sob forma de lei em 2011 e sua regulamentação em 2014. Em março de 2015 foi realizada a primeira reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPAC), que ao longo daquele mesmo ano dedicou-se a criar os processos de tombamento e registro de bens culturais.

Em dezembro de 2016, as autoridades locais realizaram a primeira inscrição no Livro do Tombo Municipal: o edifício da antiga Casa da Criança (1955–1969) — primeira creche do município e atual sede da Secretaria Municipal de Cultura, cujo

projeto foi desenvolvido por João Batista Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi. A publicação do *Jornal Oficial do Município* descreve o que motivou o tombamento:

> Características (Conforme critérios estabelecidos no Art. 2º do Capítulo I da Lei 11.188/2011 e Decreto 999/2014):
>
> A – Ser **pioneiro** ou um dos primeiros (I):
>
> [...]
>
> B – Por ser **testemunho de épocas de desenvolvimento** da cidade (II); pela singularidade da técnica construtiva e material utilizado (III), pela **excepcional** qualidade espacial (IV) e pela qualidade artística (VII):
>
> [...]
>
> C – Pelos **fatos históricos** que tenham ocorrido no local (V) e por ser **formador de identidade local** (VI):
>
> [...]
>
> D – Tratar-se de edificação situada na área de abrangência da Aerofoto de 1949 e no Levantamento Aerofotogramétrico da Cidade de Londrina, elaborado em janeiro de 1950 e atualizado em maio de 1951, ambos depositados no arquivo do cadastro da Secretaria Municipal de Obras (IX). (LONDRINA, 2016b, grifo meu)

Na mesma ocasião, também foi assinada a primeira inscrição na listagem de bens de preservação do município, a expressão "pé vermelho" (LONDRINA, 2017a), que, de acordo com o prefeito (PRESERVANDO, 2017), é a primeira manifestação imaterial reconhecida historicamente com pertencente à cultura londrinense (LONDRINA, 2006, p. 9–10).

No âmbito acadêmico, as questões de patrimônio já eram tema relevante, ainda que tivessem pouca visibilidade. Uma das ações mais significativas foi a criação do Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC/LDA), um projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina. Desde a sua instituição, em 1986, o IPAC desenvolve ações de conhecimento e intervenção no patrimônio material e imaterial na região Norte do Paraná, com a finalidade de aliar extensão, pesquisa e ensino, proporcionando reflexões teóricas e aproximação das atividades de sala de aula com a prática profissional. Com a colaboração de docentes e alunos de graduação vindos de diferentes áreas de conhecimento, o IPAC desenvolveu projetos como: *Diálogos com o Patrimônio Cultural e a Memória Coletiva* (2011), *Monumentos históricos em Londrina: recrutamento, identificação e avaliação* (2008), *Memória da construção civil na cidade de Londrina* (2004), *Os caminhos do café no Paraná* (2003), *Apropriação e usos do espaço urbano: cotidiano e memória na cidade de Londrina* (2000), entre outros. O IPAC também contribuiu em alguns processos de tombamento e projetos de restauro no Norte do Paraná.

Também no âmbito acadêmico, realizou-se o *Encontro Cidades Novas — A Construção de Políticas Patrimoniais*, que contou com quatro edições, sendo as últimas três realizadas com o patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultural (PROMIC). A primeira edição (2008) buscou a aglutinação de experiências práticas, como a implantação de projetos em instituições interessadas em preservar sua história, que está diretamente ligada ao desenvolvimento local. Assim como viria a ocorrer nas próximas edições, o evento contou com a presença de profissionais de várias áreas em conferências e mesas redondas, com o intuito de estimular a construção de políticas patrimoniais por meio de educação, pesquisa e realização de projetos. O segundo encontro (2009) destacou a importância da discussão com base nas pesquisas científicas, que representam a ferramenta para estabelecer a relação entre a educação e o patrimônio histórico; e a terceira edição (2011) abrangeu não somente o Norte do Paraná, mas também outras regiões do Sul do País. Na quarta e última edição realizada (2012), o Encontro Cidades Novas incorporou a realização do *2º Seminário Docomomo Paraná — Arquitetura Moderna em cidades de porte médio, 1940–70* (OLIVEIRA, 2012).

Destruição e renovação são movimentos presentes na cidade de Londrina, que, desde a sua gênese, frequentemente se impõe "moderna" por meio da supressão de elementos e edifícios que não se ajustam às narrativas ou necessidades do momento histórico vigente. Por outro lado, a sua jovem idade, aliada à velocidade das mudanças, permite que seus moradores sejam testemunhas de inúmeras perdas. E assim, como uma espécie de ação preservacionista, pessoas comuns têm promovido ambientes virtuais de interação cujo foco é a memória da cidade. O sentimento de ausência, de efemeridade da matéria construída, mas também o orgulho e o saudosismo têm mobilizado um grande número de londrinenses em grupos no Facebook que tratam dessa temática — como o *Londrina Memória e Fotos Atuais*, o *Londrina em Fotos*, o *Londrina – Memória Viva* e o *Londrina em imagens* — publicando fotografias antigas da cidade e das famílias e compartilhando memórias pessoais ou coletivas. O *Londrina – Memória Viva*, aliás, rendeu uma exposição no Museu Histórico em 2014, em comemoração aos 80 anos do município. A exposição teve como objetivo mostrar o dia a dia dos londrinenses das décadas de 1950 a 1980 por meio de fotografias e objetos pessoais de integrantes do grupo virtual. A organizadora, Hylea Ferraz, contou que "tudo começou em maio de 2012, quando a postagem de uma foto antiga do Centro

Comercial, feita pelo [fotógrafo] Wilson Vieira, gerou centenas de comentários de amigos de infância". Hoje, o grupo soma mais de 10 mil membros, que utilizam a rede social para compartilhar as memórias da cidade. A exposição teve patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC) e apoio da Construtora Plaenge, que organizou jantar de lançamento para arrecadar fundos a fim de complementar a verba disponibilizada pelo PROMIC (PLAENGE, 2004).

Figura 119 – Divulgação de jantar de lançamento da exposição, 2014

Fonte: Plaenge (2014).

Citando David Carr[80], Meneses (2017) reflete sobre uma certa abordagem da história que pode ser observada nesse tipo de ação, em que em vez de se perguntar o que é história — ou o que é histórico no patrimônio —, procura-se saber como as pessoas vivem a história na dimensão de fenômeno:

> O que se privilegia é a experiência do histórico, como a história se apresenta, entra na vida das pessoas, quais as formas de existir que ela configura. Para tanto, trabalha com o espaço vivido, o tempo vivido, inclusive o "tempo cultural". (MENESES, 2017, p. 45)

[80] CARR, David. *Experience and History*: phenomenological perspectives on the historical world. Oxford: Oxford University Press, 2014.

3.2 O Igapó II como um bem cultural, o valor afetivo

É sabido que a noção de *patrimônio cultural* como a conhecemos hoje é, na realidade, um conceito que tem sido construído ao longo da história moderna e que sucede a noção de *patrimônio histórico*, o qual, juntamente com a ideia de *nação*, foi elaborado no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Os primeiros instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio, surgidos nesse contexto, dedicavam-se a contemplar bens materiais — monumentos e edifícios — por suas atribuições estéticas ou históricas. As políticas de preservação desenvolvidas na França tornaram-se referência para diversos outros países — tanto os europeus quanto os conformados pela cultura europeia —, incluindo o Brasil, onde os critérios históricos e artísticos iriam assumir uma dimensão instrumental, passando a ser empregados na construção de uma representação de nação (CHOAY, 2001; FONSECA, 2005, HARVEY, 2001; SMITH, 2006).

Desse modo, ancorado no propósito de se construir uma identidade nacional, foi criado em 1937 — por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 — o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que adotou uma atuação baseada na noção de monumento histórico — "invenção do presente, qualidade atribuída a um objeto com o sentido de torná-lo testemunho da história ou suporte da memória" (RODRIGUES, 2000, p. 14). Para isso, o órgão, liderado por intelectuais modernistas, optou por construir a história nacional alicerçada na arquitetura: "Eram os objetos do mundo edificado que representariam o passado brasileiro e o articulariam ao presente, ao Estado Novo" (NASCIMENTO, 2016b, p. 122). E, enquanto o campo do patrimônio buscava na arquitetura a justificativa para o reconhecimento e a proteção oficiais, a arquitetura brasileira escrevia e documentava sua própria história por meio dos bens tombados — o que Rodrigues (2000, p. 17) chamaria de "capilaridade" entre as duas áreas, um movimento de legitimação mútua.

Naquele momento, introduzia-se a disciplina de História da Arquitetura Brasileira na formação do arquiteto e, desse modo, foi por meio das escolas de Arquitetura que o Sphan "divulgou sua ortodoxia e formou a mentalidade preservacionista dos futuros profissionais de patrimônio" (RODRIGUES, 2000, p. 17), impondo seu sistema de valoração aos bens como critério único e verdadeiro e

consagrando a preservação de bens isolados, de valor excepcional e que expressavam culturas passadas. A atenção era voltada preferencialmente aos monumentos arquitetônicos, religiosos e civis do período colonial.

Promulgado poucos dias após a instituição do Estado Novo e reconhecido como o mais importante instrumento jurídico de proteção a bens materiais no Brasil, o Decreto-Lei nº 25/1937 — também conhecido como Lei de Tombamento — legitima esse pensamento. Esclarece o Art. 1º:

> Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a **fatos memoráveis** da história do Brasil, quer por seu **excepcional** valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, grifo meu)

Os efeitos práticos do Decreto-Lei podem ser notados pelo rol dos bens tombados no País no século XX, enfatizando "o belo e o velho" daquilo que ficaria conhecido como patrimônio de "pedra e cal", ou seja, os bens edificados (KERSTEN, 1998). Ainda, por meio do parágrafo 1º, o documento estabelece que só pode ser considerado patrimônio brasileiro aquilo que for tombado (BRASIL, 1957).

A esses padrões preestabelecidos de valoração de bens, Smith (2006) denominaria *discurso autorizado do patrimônio* (*Authorized Heritage Discourse* — AHD). Segundo Smith, esse discurso[81] — construído por especialistas e pela classe social dominante e institucionalizado por órgãos oficiais de cultura — legitima um conjunto específico de práticas de modo a promover, naturalizar e tornar referência valores culturais provenientes da elite ocidental como sendo universalmente aplicáveis.

Em tempos de luta por abertura democrática no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, o entendimento de patrimônio se transformou em relação àquele exposto no Decreto-Lei nº 25/37. Essa ampliação, ocorrida em várias frentes, deu-se por meio das discussões sobre os direitos culturais, que tanto implicaram o início da democratização quanto trouxeram à tona o pressuposto de que o Estado não deveria ser o único agente a atuar nas políticas de preservação (MONGELLI, 2011, p. 73).

Ainda que no patrimônio de pedra e cal a ideologia e os critérios do Decreto-Lei nº 25/1937 continuem regendo as ações preservacionistas (MENESES, 2017, p. 40), a ampliação do conceito de cultura — promovida pelos avanços teóricos e

[81] De acordo com Hajer (1996, p. 44 apud Smith 2006, p. 14), o discurso é uma ação social, um conjunto específico de ideias, conceitos e categorizações que são produzidos, reproduzidos e transformados em um conjunto de práticas, por meio das quais é dado o significado às realidades físicas e sociais.

metodológicos advindos das Ciências Humanas e Sociais — promoveu, igualmente, uma ampliação do conceito de patrimônio cultural. Resultado desse avanço, a Constituição Federal de 1988 apresenta-se como principal marco legal na política preservacionista brasileira (FONSECA, 2005; NASCIMENTO, 2016a):

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza **material** e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à **identidade**, à **ação**, à **memória** dos **diferentes grupos** formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988, grifo meu)

De maneira inédita, vê-se no Artigo 126 não só o reconhecimento da porção intangível do patrimônio, mas a inclusão de diferentes grupos que antes não eram contemplados nos discursos oficiais de patrimônio, os quais que não se identificavam com os bens tombados até então. Apesar dessas novidades, Meneses (2012) defende que o alcance do artigo vai além: por meio dele, atesta-se que os valores culturais não são gerados exclusivamente pelo poder público ou por especialistas, mas sobretudo pela sociedade, privilegiando a perspectiva da comunidade, do fruidor de determinado bem. Essa seria, segundo Meneses (2012, p. 25), a maior inovação trazida pelo Artigo 216: "deslocar do estado para a sociedade e seus segmentos a matriz do valor cultural [...], não mais supondo que tais valores sejam imanentes às coisas", mas admitindo que os valores sejam simplesmente uma atribuição concedida pela sociedade ao objeto. "Aquilo, por exemplo, que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas as identidades que os grupos sociais lhe impõem", o que significa que os únicos atributos verdadeiramente intrínsecos ao objeto são as propriedades físico-químicas (MENESES, 1996, p. 93).

Essa nova abordagem tem ascendência nas práticas realizadas pelo Centro Nacional de Referências Culturais[82] (CNRC), que tinha como premissa trabalhar não com a ideia de *patrimônio cultural*, e sim de *bem cultural*. Para isso, o pesquisador tomava como referência a sociedade e não o objeto, já que a partir dela é que seriam gerados os atributos de valor (MONGELLI, 2011, p. 92; CHUVA, 2009, p. 45, p. 158). Era preocupação do CNRC a identificação, o reconhecimento e a valoração do patrimônio cultural "não consagrado" (VIEIRA NETO, 2012, p. 56).

[82] O CNRC foi fundado em 1975 e extinto em 1979. Criado por Aluísio e Magalhães, então presidente do Iphan, o órgão adotava uma perspectiva de patrimônio mais próxima da concepção antropológica, propondo apreender as referências culturais em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos socioeconômicos, visando exatamente àqueles bens que o Iphan considerava fora de sua escala de valores. (FONSECA, 2000, p. 66; GUEDES; MAIO, [2016])

Por outro lado, também é importante registrar que, apesar dos avanços em diversas frentes, as inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988 ainda hoje não são utilizadas suficientemente como aparato legal nas práticas preservacionistas que incidem sobre o patrimônio edificado, o qual ainda é guiado pelos princípios do Decreto-Lei nº 25/1937. (MENESES, 2012; MENESES, 2017; NASCIMENTO, 2016a).

Nesse sentido, concordamos com Meneses (2017), que defende "repovoar o patrimônio ambiental urbano", e procuramos, nesta pesquisa, contemplar a interação entre bens e sujeitos como característica essencial do patrimônio, evitando, assim, polaridades excludentes entre, por exemplo, sujeito e objeto, patrimônio material e imaterial. A contemporaneidade dessa nova abordagem promovida pela Constituição Federal também se encontra no deslocamento da noção de patrimônio como herança, firmado à construção do passado, para sua realocação nas práticas do presente, no cotidiano, nas dinâmicas urbanas e na incidência da sociedade sobre determinado arranjo espacial.

Seguindo esse pensamento, a escolha do Igapó II como objeto de estudo se deu, em grande parte, porque nos permite explorar essa abordagem contemporânea: como se não bastasse se situar em uma cidade nova, o próprio objeto é um artefato recente, que está fortemente inserido na dinâmica urbana, nas práticas cotidianas e, ao mesmo tempo, pouco conectado com o que se costuma considerar "histórico" na cidade. Além disso, tampouco está ligado ao modernismo — movimento arquitetônico expressivo nos anos 50 londrinenses e que forjou uma identidade de ousadia e de pujança para cidade, rendendo inúmeras pesquisas acadêmicas sobre o assunto.

Partindo do entendimento de que o Igapó II não se encaixa prontamente em padrões preestabelecidos de patrimônio, que não é reconhecido legalmente como patrimônio cultural e que, num primeiro olhar, mobiliza valores mais contemporâneos do que históricos, nos apoiamos em Meneses (2012, p. 25), que indica contestarmos as práticas preservacionistas que se acomodam com o tempo e que acabam por se tornar referências mecânicas. No lugar disso, recomenda nos apropriarmos da problemática do patrimônio cultural pelo seu nervo próprio: o de "fato social" (MENESES, 2012, p. 33), cujo foco é o ser humano, não as coisas.

Nessa direção, adotamos no presente trabalho o sentido vulgar da palavra "bem", que simplesmente quer dizer "coisa boa, aprazível, benéfica, gratificante, confiável", de acordo com Meneses (2006, p. 35), o qual defende que esse é o sentido necessário e suficiente para pensarmos sobre a atribuição de valores no campo do

patrimônio cultural. É por meio desse pensamento que afirmamos que todo "bem" é um bem-querer e, inevitavelmente, um **patrimônio afetivo**. "Ligação carinhosa em relação a alguém ou a algo; querença" é uma definição dada ao verbete "afeto", substantivo masculino, pelo dicionário Michaelis (AFETO, 2015). E, para investigarmos a relação afetiva do bem com a comunidade local, realizamos uma pesquisa empírica servindo-nos de fontes de natureza diversa — documentos, ferramentas de busca, sites de turismo e questionários.

Em uma busca por imagens da cidade de Londrina na ferramenta Google em 21/08/2017, 20 das 44 primeiras fotos (portanto, 45% do total) exibem grandes trechos ou fragmentos do ribeirão Cambé, sobretudo dos lagos I e II. Na mesma data, uma pesquisa no TripAdvisor[83] apresenta o Igapó II como a atração mais avaliada pelos usuários entre as 69 relacionadas à cidade de Londrina: foram 1.743 avaliações[84], com uma nota geral de 4,5 (5 é o valor máximo). Na categoria *Natureza e parques* (NATUREZA, [2017]), o Jardim Botânico se apresenta em segundo lugar, com 408 avaliações, e, entre todas as categorias juntas, o Catuaí Shopping Center fica em segundo lugar, com 796 avaliações.

Outra importante evidência refere-se ao *Documento para discussão do Plano Diretor de Preservação de Londrina*, coordenado pelo Prof. Dr. Humberto Yamaki em 2008, com a participação de representantes do poder público, da sociedade civil e de instituições públicas e privadas, que tinha o objetivo de orientar a elaboração do Plano Diretor de Preservação do município. O capítulo 5 do documento, intitulado *Patrimônio imaginário e afetivo de Londrina*, é dedicado a investigar os elementos que seriam considerados patrimônio pelos londrinenses, partindo da ideia de que

> [...] o patrimônio imaginário e afetivo, por meio do registro da participação dos moradores, incorpora outros modos de contar a história da cidade, a chamada memória do lugar, e abre caminhos de diálogos para a implantação de um plano de preservação do Patrimônio Histórico de Londrina. (YAMAKI, 2003b, p. 40)

Portanto, com o objetivo de constatar e incluir no Plano Diretor os elementos de patrimônio caros à sociedade, foi aplicado um questionário a 150 pessoas

---

[83] O TripAdvisor é um dos maiores sites de turismo do mundo, cujo objetivo é ajudar os internautas a escolherem e/ou planejarem seus passeios com base em dicas, fotos, avaliações e comentários feitos por pessoas que já visitaram cada atração. A maior parte do seu conteúdo é gerada pelos próprios usuários do site. (JESUS, 2013)

[84] Quantidade de usuários e suas pontuações: excelente — 896; muito bom — 681; razoável — 135; ruim — 8; horrível — 3. (LAGO, [2017])

no Centro da cidade, local frequentado tanto pela população residente quanto pela população pendular. A pergunta-chave era: "Quais os elementos importantes para se preservar e/ou manter como parte da história de Londrina?". Na categoria *Elementos naturais*, "o Igapó é um consenso entre os entrevistados" (YAMAMKI, 2003, p. 43). Aliás, ao analisarmos o questionário, observamos que o Igapó é o elemento que apresenta o maior grau de consenso em relação a todos os outros bens de todas as outras categorias[85]. Mesmo que o questionário não especifique a qual porção do Lago Igapó refere-se, não se pode deixar de notar a importância dada ao conjunto de lagos na concepção de paisagem construída pelos moradores.

Ainda que as fontes acima nos revelem o interesse e a fruição do objeto pelos londrinenses, não é possível identificar de onde se deslocam as pessoas que frequentam o Igapó II e, em consequência, não se consegue dimensionar, no sentido espacial, a abrangência do objeto como um bem. O Igapó II é patrimônio afetivo para quem? Para os moradores do seu entorno? Para os moradores do Centro, que se situa tão próximo ao lago? E quanto aos moradores das regiões da cidade que se encontram mais distantes em relação ao objeto? Quais valores a sociedade atribui a ele?

Tenho me debatido com essas questões nas pesquisas individuais e nos estudos em grupo ao longo da pós-graduação. Durante meu processo empírico, tenho percebido a importância de se compreender a apropriação dos sujeitos que olham para o patrimônio e, ao mesmo tempo, tenho também constatado que todo patrimônio tem uma raiz dissonante, ou seja, um bem nunca será representativo para todos os grupos sociais, a unanimidade não faz parte da sua natureza. Desse modo, a partir do meu entendimento de que o patrimônio não é de todos, julguei que seria preciso avançar para além das fontes bibliográficas e documentais e travar contato com as pessoas que se apropriam do Igapó II. Se minha hipótese era de que o objeto de estudo mobilizava valores do campo do patrimônio cultural, eu deveria comprová-la.

Também nesse raciocínio, Meneses (2017, p. 40), ao analisar a chamada *conservação integrada* (desenvolvida em cidades italianas que procuravam cicatrizar suas feridas no período posterior à Segunda Guerra Mundial), defende que é preciso aceitar a natureza social do patrimônio, mas lamenta que pouco se conheça sobre os habitantes que se relacionam com os bens em questão. Ainda que as condições e o contexto do Igapó II não tenham similaridade com as cidades italianas, estamos

[85] O resultado do questionário está disponível, na íntegra, no anexo A.

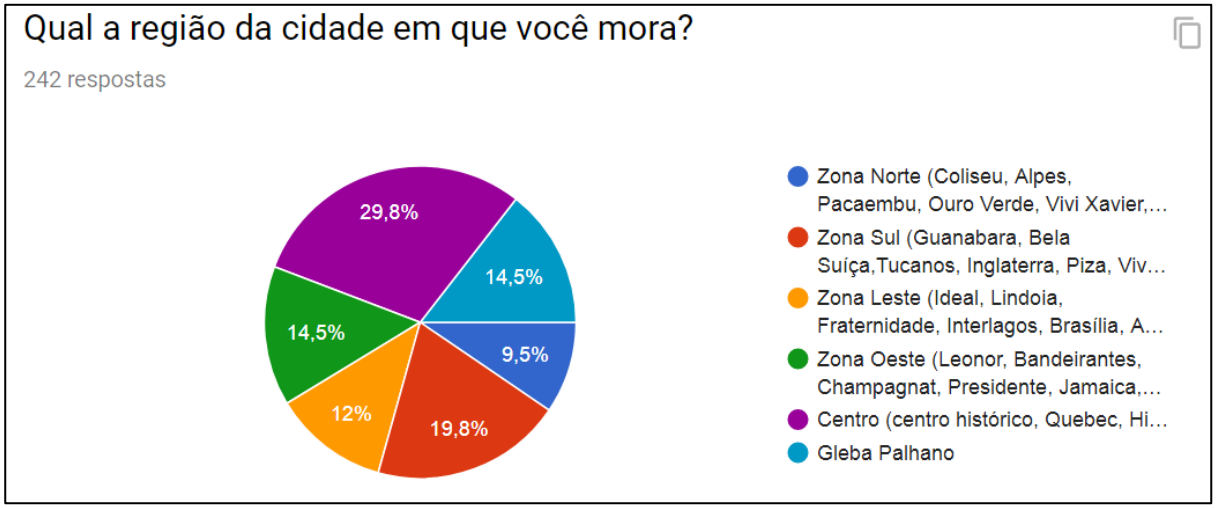
tratando de um espaço público, uma cidade e seus habitantes. Portanto, escolhi dar ao habitante uma presença menos etérea no campo do patrimônio cultural, evitando tratá-lo como um elemento passivo.

Para uma real e satisfatória análise das pessoas que usufruem do Igapó II, seria desejável a colaboração de uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e um maior tempo para o seu adequado desenvolvimento. Ainda assim, com o intuito de investigar de que modo as pessoas se aproximam do objeto, quais os atributos caros a elas e de que modo lhe conferem valor, dois tipos de pesquisa foram realizados. Uma delas teve o formato de um questionário on-line elaborado pela ferramenta Google Forms[86], e a outra consistiu em questionar os usuários no próprio local — lago e aterro.

Entre os dias 09/08/2017 e 24/11/2017, a pesquisa via Google Forms contou com 242 questionários on-line respondidos, nos quais, por ordem decrescente: 29,8% dos entrevistados declararam-se moradores da região central (fatia roxa), 19,8% era da Zona Sul (fatia vermelha), 14,5% da Gleba Palhano (localizada na divisa da Zona Sul e da Zona Oeste e propositalmente separada aqui, fatia azul clara), 14,5% declararam-se da Zona Oeste (verde), 12% da Zona Leste e, por fim, apenas 9,5% vinham da Zona Norte (Figura 120).

[86] O questionário conta com as seguintes perguntas obrigatórias e de múltipla escolha: 1. Com que frequência você vai ao Igapó 2 ou ao aterro?; 2. Quando costuma frequentar?; 3. Quais atividades costuma fazer?; 4. Qual a região da cidade em que você mora?; 5. Você acha que o lgapó 2 e o aterro podem ser considerados patrimônio natural da cidade?; 6. Você acha que o lgapó 2 e o aterro podem ser considerados patrimônio histórico?; 7. Você acha que o lgapó 2 e o aterro podem ser considerados patrimônio afetivo dos londrinenses?. A oitava e última questão era discursiva e não obrigatória: "Se possível, justifique suas respostas acima em relação aos valores de patrimônio, me diga por que frequenta este espaço, se acha que tem importância de preservação ou não, quais os pontos positivos e negativos, etc. Abra seu coração". Seus resultados estão disponíveis em forma de gráfico no anexo C desta dissertação.

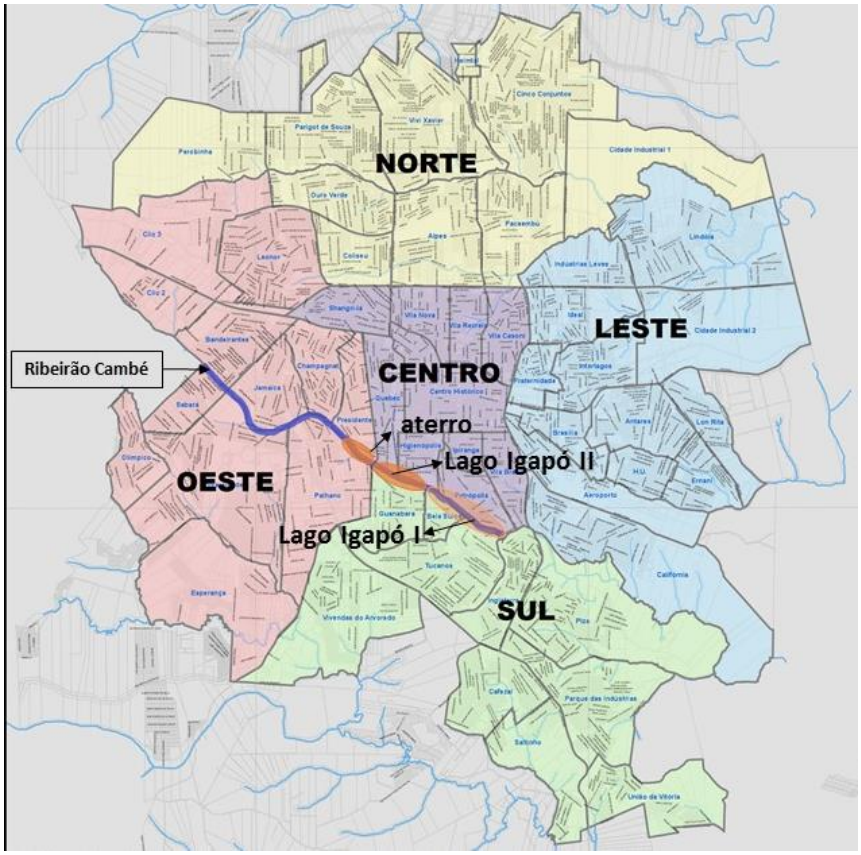
Figura 120 - Região em que residem os frequentadores do Igapó II, segundo usuários que responderam ao questionário elaborado no Google Forms



Fonte: a autora (2017).

Se considerarmos que o Igapó II localiza-se na divisa tríplice das regiões Centro, Sul e Oeste (Figura 121), concluímos que o objeto consegue atrair, majoritariamente, moradores de todas essas regiões.

Figura 121 - Localização do Igapó II em relação às regiões da cidade



Fonte: adaptado de Londrina (2013).

Somando a Gleba Palhano a elas, temos 78,3% dos moradores. Também, de acordo com o gráfico, não podemos deixar de observar a notável presença dos moradores da Gleba Palhano, que, sendo apenas um bairro, abriga mais frequentadores do Igapó II do que as Zonas Leste, Oeste e Norte.

O questionário on-line sobre o Igapó II elaborado no Google Forms teve sua divulgação feita por meio do Facebook, ferramenta que julguei alcançar mais pessoas. Mas, sabendo das limitações desse tipo de ferramenta e sabendo que atingiria, majoritariamente, pessoas próximas da minha rede de relações sociais, busquei o apoio do perfil da Prefeitura de Londrina no Facebook, que divulgou o questionário para os seus seguidores, convidando-os a participar da pesquisa. Ele era composto de 7 perguntas obrigatórias e de múltipla escolha, além de uma pergunta não obrigatória no formato discursivo. O resultado é que 242 pessoas participaram da pesquisa e, destas, 118 responderam à questão não obrigatória, dedicando-se a justificar suas escolhas e expressar seu pensamento sobre o objeto.

Antes, em julho de 2017, foi realizada uma investigação em campo[87], mesmo sabendo que a pesquisa on-line obteria maior número de participantes e que ambos os métodos não dariam conta da realidade absoluta sobre os frequentadores do Igapó II. Foram interrogadas 72 pessoas e, curiosamente, o resultado foi bem diverso: se a maioria dos entrevistados se declarou do Centro (26%), a surpresa ficou para o segundo lugar: moradores da Zona Norte responderam por 21% dos entrevistados (Figura 122). É imprescindível observar que esta é a região mais distante do Igapó II e, segundo Moraes (2014), também a região mais populosa — concentrando 25% da população de Londrina —, com uma centralidade econômica e social vibrante e até mesmo independente do centro da cidade, o que a diferencia das outras regiões.

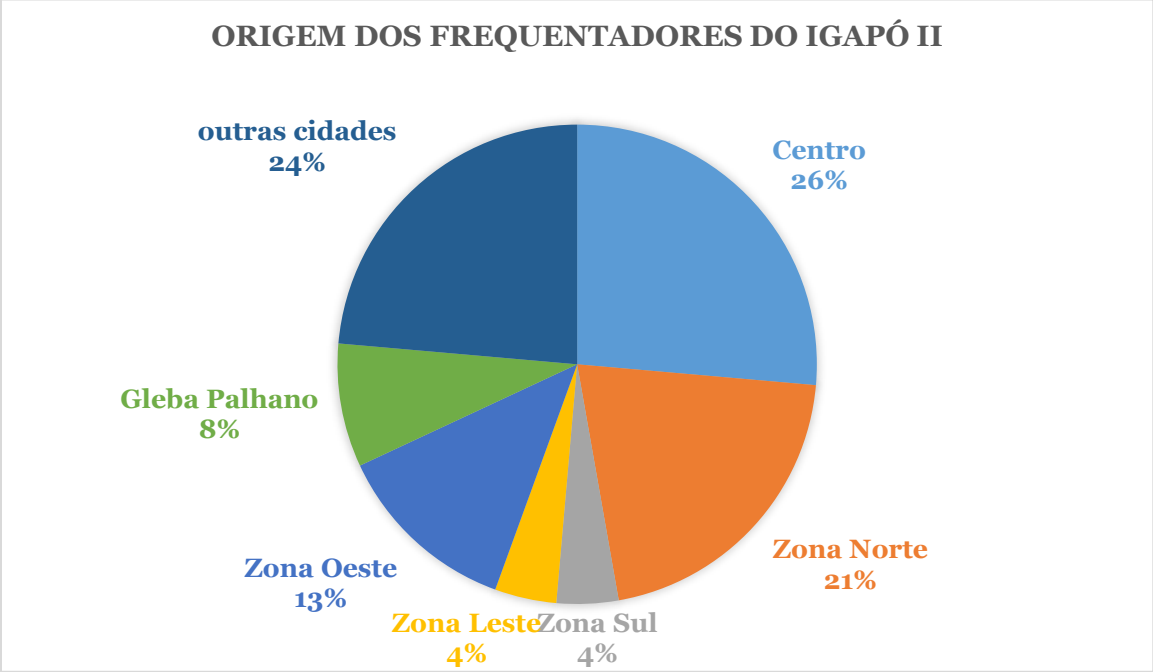
Outra informação que chamou a atenção foi a quantidade de habitantes de outras cidades[88]: 17 pessoas do total das 72 interrogadas, correspondendo a notáveis 24%. A maioria delas estava pela primeira vez no Igapó II e foi acompanhada de amigos londrinenses.

---

[87] A pesquisa em campo foi realizada durante o mês de julho de 2017, aos sábados, domingos e um dia da semana, durante três semanas. Seu resultado está disponível no anexo B.

[88] Das 17 pessoas que responderam ser de outra cidade: duas eram de Cambé (região metropolitana de Londrina), duas de Porecatu, uma de Santa Fé e uma de Curitiba — todas cidades do Paraná. De outros estados: duas eram de Caxias de Sul (RS), duas de Porto Alegre (RS), duas de Santa Cruz (RS) e seis de São Paulo (SP).

Figura 122 – Resultado de pesquisa realizada in loco, jul. 2017



Fonte: a autora (2017).

Ambas as investigações não tiveram o caráter e o rigor de uma pesquisa quantitativa, o objetivo primeiro foi compreender qual a capacidade do Igapó II de atrair moradores próximos e, sobretudo, distantes. Se, a princípio, supunha-se que ele era majoritariamente utilizado pela população do seu entorno, sobretudo da Gleba Palhano, concluiu-se que sua capacidade de atração alcança, em diferentes graus, todas as regiões da cidade e também turistas.

Para além das questões espaciais, uma das perguntas realizadas no questionário on-line foi: "Você acha que o Lago Igapó II e seu aterro podem ser considerados patrimônio afetivo dos londrinenses?". No total, 95,5% dos entrevistados responderam afirmativamente, o que reforça o resultado das investigações citadas anteriormente. Ainda, para além das questões de múltipla escolha que compunham o formulário, a última pergunta foi a única no formato discursivo e também a única não obrigatória. O resultado é que, satisfatoriamente, das 242 pessoas questionadas, 56 se dedicaram a justificar suas respostas. E, apesar de o formulário não sugerir, nas questões escritas, o termo "cartão-postal" foi citado oito vezes, o que reafirma a importância do objeto na paisagem urbana pelo olhar dos londrinenses. Entre diversos fatores, o afeto se dá pelo caráter natural do espaço e pelo seu uso democrático:

"É impossível de [sic] se falar de Londrina sem falar do Lago Igapó. Cartão postal preferido por quem passa por Londrina."[89]

"[...] E o mais importante é público, aberto a todos. Ainda que aja [sic] uma hegemonia branca já que é distante das periferias da cidade".

Figura 123 – Aterro do Lago Igapó II em primeiro plano e bairro Gleba Palhano ao fundo

Fonte: a autora (2017).

"Bom frequento o espaço porque gosto de andar e olhar o lago, me faz bem e me sinto cada vez mais energizado quando vou lá, acho que poderia ser um patrimônio afetivo e natural sim [...]".

Tanto a justificativa acima quanto outras descritas pelos usuários do Google Forms nos indicam que as condições de uso de que o bem dispõe são capazes de qualificar uma prática ou uma ação, revelando também seu **valor pragmático**, o qual, segundo Meneses (2012, p. 37), é um atributo comumente ignorado pelo campo do patrimônio cultural, por estar mais próximo do cotidiano — como lazer, moradia, trabalho — do que dos usos ditos "culturais" — como museus, centros culturais, centros de memória. Quando o valor de uso é percebido como qualidade do objeto, o bem tem a capacidade de qualificar a consciência de agir, potencializando a ação do usuário,

[89] As citações entre aspas e sem referências são trechos das respostas dadas pelas pessoas que responderam ao questionário on-line via Google Forms, o qual não solicitava a identificação dos entrevistados. Os trechos transcritos aqui não tiveram correção gramatical nem ortográfica por parte da autora.

que, de acordo com Meneses (e no caso do objeto de estudo), se realiza pela fruição da natureza — o que irá qualificar a contemplação, o relaxamento, a prática da atividade física, os encontros.

Isadora Pellegrini e Álvaro de Oliveira são instrutores de yoga e fazem parte do grupo *Yoga no Parque*, que utiliza áreas públicas da cidade — os lagos Igapó I e II, o aterro do Igapó II e o Zerão (parque localizado no córrego do Leme e citado no capítulo 2) — para realizar suas práticas diárias. Em depoimento, Oliveira[90] explica que essa iniciativa está acontecendo em diversas cidades brasileiras e que tem atraído cada vez mais adeptos em Londrina,. Cada instrutor dirige as atividades em um dia da semana, que podem ser feitas por qualquer pessoa que queira participar.

Figura 124 - Divulgação da prática de yoga no aterro e no lago

Fonte: divulgação Yoga no Parque.

Pellegrini[91] enfatiza que o local, sem dúvida, contribui para a qualidade da prática: “Em geral, vivemos muito envolvidos com o ambiente urbano. Então, a oportunidade de passar alguns momentos do dia em meio à tranquilidade e beleza que a natureza nos proporciona faz bem para o corpo e para a mente, e só favorece os benefícios que o yoga já promove”. Ambos citam que, somando-se à qualidade do ambiente, o fato de os espaços serem públicos e bastante frequentados traz visibilidade para o grupo: “sempre passa alguém que vê, se interessa, pede informações, e assim atraímos inclusive pessoas que nunca tiveram contato com o yoga, mas que se animam em começar”.

[90] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 10 de janeiro de 2018.
[91] Comunicação recebida pessoalmente pela autora em 10 de janeiro de 2018.

Alguns depoimentos no Google Forms também revelam o papel do Igapó II na promoção da qualidade de vida:

"Pra manutenção da minha saúde física e mental. Os pontos positivos são a fauna a flora a possibildade [sic] de estar perto de pessoas junto à natureza [...]"

"Estive fora de Londrina a trabalho durante 6 meses no ano de 2010 e quando via fotos dos amigos no lago eu chorava! Enfim, não consigo imaginar a minha rotina sem o lago! Eu moro de aluguel, e o pré requisito pra me mudar tem que ser perto do lago."

Ainda, outras pessoas se dispuseram a rememorar em texto suas lembranças do Igapó II e do ribeirão Cambé (antes da existência do lago, do aterro e da Gleba Palhano):

"(...) ia a pé até a casa do meu pai no Jd. Claudia, e gostava de subir a ladeira de sítios, chupando frutas, onde hoje é a Gleba".

"Toda minha vida e trabalho foi em volta deste Lago desde que fundamos a Patrulha das Aguas em agosto de 1990"

Para além dos elogios, também foram registradas reclamações (falta de manutenção, falta de segurança, poluição, assoreamento), críticas à expansão imobiliária provocada pela Gleba Palhano e até reprovação ao aterramento de parte do lago, executada em 1985 (L.H., 1998; informação verbal[92]) e que, de fato, foi condenada por ambientalistas e diversos setores da sociedade à época:

"O aterro foi uma obra impensada, soterrou o fundo de vale, que poderia ser saneado e incorporado ao patrimônio natural".

3.3 O Igapó II como uma porção de natureza na cidade, o valor ambiental

Ainda em relação aos questionários on-line elaborados pelo Google Forms, 78,5% dos entrevistados concordaram que o conjunto do Igapó II — lago e aterro — é

[92] Comunicação de Carlos José Marques da Costa Branco recebida pessoalmente pela autora em 18 de abril de 2017.

um patrimônio natural da cidade, em geral por conta da beleza paisagística e dos benefícios de poder desfrutar de uma porção de natureza no ambiente urbano:

"E não há um só dia que passo por lá e não admiro a beleza de um pôr do sol, dos pássaros, das aves dentro do lago, das famílias reunidas no final de semana pra um piquenique [...] Enfim... amooo!!!!".

"Patrimônio natural, sem duvida!!! Cartão-postal de Londrina, sem duvidas". [sic]

Ainda que apenas 18,2% dos questionados tenham respondido negativamente à pergunta "Você acha que o Lago Igapó II e o seu aterro podem ser considerados patrimônio natural da cidade?", as justificativas foram interessantes e geraram reflexão. Algumas pessoas duvidavam de que um lago artificial ou uma paisagem projetada pelo homem pudesse ser considerada patrimônio natural:

"Não considero um patrimônio natural por ser uma represa artificial (não sei se faz sentido)."

Outras logo se posicionaram contra essa distinção, pelo mesmo motivo:

"Não é patrimônio natural. É construído. Por isto mesmo é histórico e é afetivo, pois com ele a população mantém relações permanentes e consistentes".

A noção de patrimônio natural como um atributo antagônico àquilo que sofreu ação antrópica (ideia observada nas respostas) pode ser fruto de como seu conceito foi construído pelas políticas de preservação ao longo do século XX. Para Scifoni (2006), as diferentes concepções de patrimônio natural podem ser compreendidas sob dois princípios: o da "monumentalidade" e o do "cotidiano". Isso se deve ao fato de que, como cita Gonçalves (2002, p. 117), mais do que apenas coleções de objetos, o patrimônio é constituído de diferentes discursos que expressam também diferentes perspectivas. Longe de qualquer consenso, esses discursos se opõem entre si e disputam lugares de legitimidade. De acordo com Scifoni (2006, p. 27), no âmbito mundial, a ideia de patrimônio natural sustenta-se como expressão de grandiosidade e beleza, que, por sua vez, origina-se de um sentido de **monumentalidade** em conjunto com a **preocupação estética**. Também pressupõe atributo de **intocabilidade**, ou seja, "grandes testemunhos da natureza que foram poupados da intervenção humana".

Por meio desse enfoque, no ano de 1972, a Unesco (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas) realiza a *Convenção do Patrimônio*

Mundial Cultural e Natural, em Paris, que resulta em um documento que elabora e legitima o conceito de **patrimônio natural**. Comunica o Artigo 2°:

> Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:
>
> Os **monumentos** naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com **valor universal excepcional** do ponto de vista **estético** ou **científico**;
>
> As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com **valor universal excepcional** do ponto de vista da ciência ou da conservação;
>
> Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com **valor universal excepcional** do ponto de vista a ciência, conservação ou **beleza** natural. (UNESCO, 1972)

Como se observa no texto acima, a Convenção também introduziu um novo elemento ao tema: a ideia de **valor universal**, fruto da globalização dos valores ocidentais já iniciados no período pós-Segunda Guerra Mundial e elaborados na chave da excepcionalidade. Além de uma hegemônica imposição da visão europeia de mundo, o que se pode afirmar, segundo Scifoni (2006, p. 35), é que a convenção reafirmou questões como a estética da paisagem e o valor cênico, realçando os aspectos formais — refletindo, assim, a influência da experiência francesa estabelecida desde o século XIX. Desse modo, foi a partir dos dois enfoques ligados à monumentalidade — valor estético e caráter inviolável — que a ideia de patrimônio natural consagrou-se mundialmente.

Lefeuvre (1990, p. 37) alerta para o caráter elitista desses enfoques adotados pela Convenção de 1972, que, em realidade, não seriam suficientes para lidar com a questão — é preciso preservar as reservas naturais, mas igualmente é preciso estar atento à expansão urbana e industrial sobre áreas de natureza "não excepcional". Para ele, a postura adotada pela Unesco reforça a ideia de que existem duas categorias de natureza: a "natureza natural", intocada e que deve ser preservada, e outra que se opõe a ela, a "natureza ordinária", que pode ser degradada[93]. O entendimento de proteção,

[93] Em sua tese de doutoramento, Scifoni (2006, p. 109) faz uma breve explanação dos critérios que Aziz Ab'Saber considera essenciais para a valoração do patrimônio natural. Apesar de não ser seu objetivo, a autora nos ajuda a compreender as categorias citadas por Lefeuvre: a visão de "natureza natural" seria aquela ligada às características originais de situação física ou biológica do objeto e, em consequência e de preferência, apresentando a menor intervenção antrópica possível. Podem ser, por exemplo, um remanescente de natureza vegetal nativa que funcione como um filtro climático em regiões urbanizadas ou paisagens de exceção que se distinguem daquelas consideradas banais, como *canyons*, cavernas ou picos rochosos. A "natureza ordinária" seria aquela que foi tornada objeto de uma ação cultural, em que o reconhecimento de valor encontra-se justamente nessa sua condição. Podem ser hortos florestais, fazendas, sítios, margens de reservatórios. É aquela considerada por Aziz Ab'Saber como paisagem de substituição.

portanto, implicaria a ideia de que se deveria subtrair a presença do ser humano — o agressor — para que a natureza pudesse ser preservada. Em contraposição, é como se uma área verde urbana pudesse ser degradada por ser inferior a um remanescente de vegetação nativa, por exemplo, ainda que essa área tivesse uso e apropriação intensos. Essa lógica de valores determinaria uma natureza superior e outra inferior, raciocínio que, segundo Scifoni (2006, p. 42), tem justificado a eliminação de tantas áreas verdes nas cidades sob o pretexto de "não constituir cobertura vegetal nativa".

No campo da pesquisa científica, a natureza manipulada também encontra-se em posição inferior em relação à "natureza natural". Divulgada no *Jornal de Londrina* (FRAZÃO, 2009), uma matéria sobre o conjunto dos Lagos Igapó faz seu alerta logo no título e no subtítulo: "50 anos depois o Igapó ainda carece de estudo: Peculiaridades da fauna e flora do 'lago cartão-postal' não despertam o interesse de pesquisadores, sobretudo do meio acadêmico local". Frazão cita que são raros os estudos realizados sobre o ribeirão Cambé no campo das Ciências Biológicas; faltam dados sobre questões fundamentais que nos fariam compreender melhor, por exemplo, os processos de assoreamento e acúmulos de sedimento que têm ocorrido há anos no leito dos lagos, ou mesmo o impacto real que a população da cidade causa na fauna local. Na mesma matéria, Francisco Striquer, pesquisador da UEL e doutor em Ecologia, admite que estudantes, pesquisadores e professores têm resistência em trabalhar em ambientes muito alterados pela ação humana; preferem focar em ambientes naturais e corredores ecológicos em vez de ambientes urbanos como o Igapó, ainda que não existam dificuldades técnicas para isso. Segundo Striquer, a maioria dos biólogos ainda foi formada em uma época em que as alterações humanas no ambiente não tinham tanta importância como agora, mas ele também acredita que o crescimento das cidades motivará mais biólogos a dedicarem-se a ambientes antrópicos, considerando que, mais do que destruir, o homem também tem a importante ação de recompor ambientes que deixaram de ser naturais.

No Brasil, de 1937 (ano da criação do Sphan) até o final da década de 1960 e a década de 1970 (já Iphan) — portanto nas primeiras três a quatro décadas da construção do patrimônio nacional —, predominou o discurso da monumentalidade e do valor estético também em relação ao patrimônio natural (MONGELLI, 2011; SCIFONI, 2006). Além da monumentalidade da natureza, é incluída a *paisagem* tanto em sua forma "natural" quanto aquela manipulada pela ação antrópica, como os jardins considerados históricos, por exemplo — caso do Jardim Botânico do Rio de

Janeiro, tombado pelo Iphan em 1938. Ainda assim, Mongelli (2011, p. 57–58) chama a atenção para como os entendimentos sobre paisagem e patrimônio natural são mostrados em oposição na estrutura do Decreto-Lei.

No estado do Paraná, a noção de patrimônio natural também foi construída na chave da monumentalidade. A Lei Estadual nº 1.211, de 16 de setembro de 1953, que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural, segue, *ipsis litteris*, o descrito no Decreto-Lei 25/1937. Os 26 bens tombados no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico têm como motivação principal o valor arqueológico e a excepcionalidade, expressada como "feição notável"[94]. De acordo com informação disponível no site da Coordenação de Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, os primeiros bens tombados a partir da vigência da Lei Estadual nº 1.211 basicamente ratificaram os tombamentos já realizados pelo Governo Federal por meio do Iphan (PARANÁ, [201-?]).

No final dos anos 1970, na corrente da ampliação do conceito de cultura e de patrimônio cultural, a narrativa apoiada no cotidiano ganhou força e adquiriu a dimensão da experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais, segundo Scifoni (2006, p. 45). E, no âmbito do patrimônio natural, sobretudo, participaram da discussão o valor social e o valor afetivo, ambos agindo como dispositivos legitimadores (GONÇALVES, 2012). Portanto, diferente da natureza que está alheia à sociedade — que se preserva com outros tipos de instrumentos —, a natureza no domínio do patrimônio cultural é aquela que se transforma num "bem", que nos permite pensá-la incorporada à vida humana e que, desse modo, pertence ao plano do vivido (CRISPIM, 2014; SCIFONI, 2006). É nesse movimento de abertura e de renovação do conceito de cultura e, em consequência, de patrimônio cultural que, de acordo com Gonçalves (2002), excedemos a ideia de "monumento" para que ela dê lugar à ideia de "bens culturais", que, independentemente da sua natureza, existe sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais:

> No caso da narrativa monumentalista, a relação com a realidade contemporânea, cotidiana, é bastante restrita. Valorizando o passado e a tradição, em detrimento do presente e da experiência, ela estabelece com o cotidiano relações fortemente policiadas. Na medida mesmo em que essa narrativa se fundamenta numa visão hierarquicamente valorizada do passado, este deve ser defendido contra qualquer tentativa de relativização que possa partir de indivíduos e grupos sociais situados na realidade cotidiana. A

[94] A relação dos bens naturais tombados no Paraná encontra-se no anexo D.

> primazia da nação como uma totalidade homogênea deve ser preservada.
>
> [...]
>
> Nas narrativas do patrimônio nas quais ele aparece sob o signo do cotidiano, configura-se, tendencialmente, uma zona de máximos contatos com a realidade contemporânea. Os diversos gêneros de discurso que circulam socialmente transpõem as fronteiras entre narrativa e realidade cotidiana. Daí a possibilidade de se pensar em várias modalidades de patrimônio. (GONÇALVES, 2002, p. 120)

Quanto às justificativas registradas pelos usuários do Google Forms, ainda que a questão da "intocabilidade" tenha sido algumas poucas vezes apresentada como um atributo desejado para o patrimônio natural, predomina a ideia dessa natureza do Igapó II como um bem-querer, e é enfatizada a relação que se mantém com ela, algo que comumente excede a simples contemplação. Do mesmo modo, referem-se à natureza como algo que não se opõe ao urbano, mas que participa dele:

"Faz parte da vida dos londrinenses."

"O lago igapó é sem dúvida um cartão postal importante para a cidade de Londrina além de ser um espaço de lazer para muitas pessoas. [...] Na minha opinião, o Lago Igapó reflete uma realidade da cidade, no qual carece de elementos que expressem sua identidade [...]".

Das 59 pessoas que justificaram suas respostas no questionário Google Forms, 23 delas explicitaram a importância e a necessidade da preservação do Igapó II:

"Merece ser preservado e cuidado pelo valor imensurável do conjunto: beleza cenica, funçao recreativa, espaço de convivencia e ponto turístico." [sic]

"Sem dúvida é um lugar de preservação. Afetiva e ambientalmente fundamentais para a vida urbana. Desafogo, tranquilidade. Significa muito pra cidade. Frequento lugar pelo contato com o natural."

"Eu adoro caminhar no lago.. ou simplesmente me debruçar na ponte.. e ficar olhando o movimento e a paisagem... acho extremamente importante a sua preservação.. e sinto muito pela falta de cuidado que muitos têm com ele, jogando lixo e entulhos." [sic]

Das mais de 200 matérias de jornal levantadas na Biblioteca Municipal de Londrina sobre o ribeirão Cambé ou especificamente sobre o Igapó II, 67 tratam sobre degradação, das mais diversas formas — assoreamento, poluição por resíduos industriais e da construção civil, lixo comum, etc. Se em 1996 a notícia era "Poluição atinge piores níveis" (POLUIÇÃO, 1996), no ano 2000 temos "Poluição foi a pior em

25 anos" (BARBOSA, 2000). Em 2001, uma notícia denuncia a fauna ameaçada: "Poluição da água deforma peixes de lago em Londrina" (BARBOSA, 2001), e em 2004 a confirmação do que já se sabia: "Da nascente aos lagos, Igapó sofre todo tipo de degradação" (GALEMBECK, 2004).

Denúncias, ações voluntárias de limpeza e manifestações vindas da sociedade também viraram notícia. Em 2001, a matéria "Protesto cobra Sanepar pelo assoreamento do Lago Igapó" relata que a ONG Patrulha das Águas e atletas de canoagem jogaram lama na fachada da sede da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), apontada como maior responsável pelo assoreamento do Igapó II ao longo da sua existência (MENDES, 2001).

Se hoje a preocupação da sociedade em relação ao meio ambiente está naturalizada (ainda que essa preocupação não corresponda a muitas das práticas cotidianas), alguns autores defendem que essa postura é recente e que sua origem pode ser localizada num momento histórico não muito distante do presente. Segundo Crispim (2014, p. 17), a preservação da natureza como fenômeno histórico se dá como uma reação à sua devastação, quando ela começa a fazer parte da pauta política. Do mesmo modo, Mongelli (2011, p. 93) esclarece que a devastação dos recursos naturais associada à progressiva perda do patrimônio ambiental é resultado da acelerada expansão urbana e industrial característica do modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil a partir do seu processo de industrialização, pós-Segunda Guerra Mundial. Na mesma direção, Leal (2016, p. 123) observa que o crescimento desordenado das cidades nesse período instigou a preocupação com a iminência de "perdas irremediáveis" de bens que pareciam estar vulneráveis aos interesses políticos e econômicos desenvolvimentistas. No âmbito da instituição federal do patrimônio no Brasil, isso se refletiu nas ações de proteção tanto a conjuntos urbanos quanto a bens naturais — que foram cada vez mais ganhando espaço, tanto nas discussões internacionais quanto nas políticas preservacionistas brasileiras. Leal e Silva (2016, p. 20) destacam que os movimentos ambientalistas, gerados nos anos 1960, tiveram notável influência na adoção de medidas e na elaboração de políticas institucionais para proteção do meio ambiente que viriam dali em diante, inclusive nas formas de pensar a associação entre desenvolvimento e preservação.

Nesse movimento, o tema *preservação-devastação* marcaria forte presença nos discursos políticos, especialmente na década de 1980, alertando para a urgência da

proteção ao patrimônio natural. Como foi anteriormente mencionado, nesse mesmo período, a política federal de preservação do patrimônio cultural (representada pela Constituição Federal de 1988) colocou a sociedade em posição de igualdade com o Estado na promoção e salvaguarda da cultura. Segundo Mongelli (2011, p. 92), aumentaram as políticas voltadas à questão ambiental, ao mesmo tempo em que emergiram associações comunitárias e organizações não governamentais, principalmente aquelas voltadas para a questão ecológica.

Entre as ações mais relevantes, Leal e Silva (2016, p. 20) destacam a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) como uma referência na inclusão do ser humano na pauta das discussões ambientalistas, assunto que havia sido lançado há 20 anos, em Estocolmo, na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente. O Princípio 10 da Declaração do Rio enuncia que "A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados", dando a oportunidade de participarem dos processos decisórios e indicando aos Estados "facilitar e estimular a conscientização e a participação popular" (ONU, 1992).

Em 2014, um grupo de moradores cria em Londrina o Programa Ecocidadania. Cientes de que a Prefeitura Municipal não conseguia sozinha resolver os problemas ambientais e urbanos da cidade, o grupo elaborou o programa (que tinha mais de 300 páginas) com o objetivo de estagnar a degradação dos lagos Igapó. Além de prever um fundo público com doação de moradores e empresários, o programa criava quatro agências de Gestão Urbano-Ambiental — as agências A.G.U.A. — para reestabelecer o controle em regiões da cidade que a gestão pública não conseguia alcançar. O Ecocidadania também previa a integração de secretarias que tratavam de assuntos em comum, mas de forma separada: Meio Ambiente, Obras, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (COMURB), além da Secretaria de Educação, para promover programas de educação ambiental e cidadania (FRAZÃO, 2014, p. 4).

João Batista Moreira, mais conhecido como João das Águas, fundador e diretor da ONG Patrulha das Águas[95], declarou que, apesar do lançamento, o Programa Ecocidadania não avançou por falta de interesse da gestão municipal de 2013–2016.

[95] A Patrulha das Águas – Associação de Proteção Ambiental e Ecoesportes foi fundada em 1990 e se declara a mais antiga ONG ambientalista de Londrina em funcionamento contínuo. Sua sede localiza-se na margem esquerda do Lago Igapó I, onde também mantém uma escola de canoagem (ONG PATRULHA DAS ÁGUAS, [2008]).

"Fiz até uma greve de fome", desabafa o ambientalista, que está na expectativa de retomar o programa com a nova gestão, iniciada em 2017. João das Águas disse que programas como esse criam uma nova forma de gerenciar a cidade, estimulando a participação popular. A dificuldade, no entanto, estaria no fato de que os gestores, em geral, não gostam de dividir o poder e que comumente julgam a participação popular como um incômodo, já que nesse caso o diálogo e a negociação com ideias diferentes seriam imprescindíveis nas tomadas de decisão (informação verbal[96]).

O próprio aterro do Igapó II certamente seria sede de um empreendimento privado de grandes dimensões se a sociedade civil organizada, em 1998, não tivesse travado um embate jurídico de peso contra a decisão do prefeito e de 20 dos 21 vereadores à época[97] (assunto abordado no capítulo 2). Após dois meses de luta — e da campanha "O Igapó é nosso!" —, o *Jornal de Londrina* anunciava: "Pressão da comunidade influencia decisão" (SILVEIRA, 1998), admitindo que, "curvando-se ao desejo da população", o prefeito assinara decreto que transformava o aterro em parque ecológico e o reafirmava como área de preservação ambiental.

A pesquisa considera a reivindicação popular pela manutenção do aterro como a primeira manifestação de apropriação do objeto como algo, de fato, caro à população. Até aquele agosto de 1998, o Lago Igapó II e seu aterro, ainda sem qualquer equipamento, mobiliário ou tratamento paisagístico, eram, de fato, apenas uma represa ou um vazio em meio à cidade. Talvez até um obstáculo no espaço urbano, se pensarmos na questão da mobilidade entre uma região e outra. Porém, a iminência da perda fez com que, de maneira inédita, os olhares e as preocupações se voltassem para esse "vazio".

Nesse caso, os valores mobilizados pela comunidade não se ligavam ao passado nem às suas memórias, mas, antes de tudo, ao presente e, em seguida, ao futuro. Desse modo, segundo Mongelli (2011, p. 92), o reconhecimento do valor ecológico da porção de natureza que existe — e que também é ameaçada — no ambiente urbano tem a capacidade de fazer com que o campo do patrimônio cultural direcione

---

[96] Comunicação recebida via Facebook pela autora em 28 de janeiro de 2018.

[97] Em 1998, o então prefeito Antonio Casemiro Belinati e a Câmara Municipal de Londrina sancionam a Lei nº 7.514/1998, que desafeta de uso comum do povo o aterro, autorizando doá-lo a terceiros, mediante concorrência pública, com a finalidade de implantação e exploração por empreendimento privado de interesse da comunidade, para atividade de lazer e diversão pública. O empreendimento deveria ter área mínima de 40 mil m² — 20 mil m² de construção e 20 mil m² de circulação e estacionamento. (LONDRINA, 1998)

seu olhar para o futuro e não somente para o passado, despojando-se assim da exclusiva finalidade de se construir uma história nacional por meio de uma coleção de objetos qualificados como "bens". De acordo com Chuva (2009, p. 44, grifo meu):

> Ao mesmo tempo em que se processou a universalização da noção de patrimônio, uma nova discussão foi introduzida, agora em torno da destruição/conservação do meio ambiente, gerando a preocupação em **preservar a vida futura e não mais simplesmente o legado da vida passada**. Nesta concepção, o patrimônio que se preserva hoje é considerado nosso patrimônio na medida em que deve ser garantido aos que virão, ao mundo em que as novas gerações viverão.

O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que trata diretamente do tema *meio ambiente*, também defende esse pensamento quando impõe "ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"[98] (BRASIL, 1988).

Por meio de uma perspectiva mais específica, Scifoni (2006, p. 116) defende a porção de natureza na cidade como conquista social e como luta pelo espaço geográfico. De acordo com suas reflexões, podemos considerar o aterro do Igapó II como um fato social, à medida que o modo como ele se configura e é apropriado é resultado de uma conquista da sociedade, da produção de suas forças, que impuseram suas demandas, seja de modo organizado — em forma de associações de moradores, ONGs — seja de forma espontânea — como demanda individual. Para Scifoni, os sujeitos buscam, em geral, preservar determinadas condições dos seus bairros, ruas ou praças, dos seus espaços de vivência e de uso cotidiano. O fato social se realiza, portanto, "quando a sociedade se percebe como sujeito histórico da preservação" (SCIFONI, 2006, p. 116).

O movimento da sociedade civil organizada em defesa do aterro revela uma dimensão sobre o objeto que excede o que Scifoni (2006, p. 120) chama de "visão genérica de qualidade de vida". Por meio dos embates travados em defesa dessa natureza, os discursos dos sujeitos sobre preservação colocam em evidência a dimensão simbólica do objeto — porque, como esclarece a autora, exigem a apropriação social em detrimento do valor de troca, reivindicam tanto os referenciais da natureza dentro da cidade quanto a função dessa natureza no imaginário social e, por fim, reivindicam o direito à cidade que desejam. E isso não é pouco. Intitulada "Tinha um lago no meio da cidade", a matéria da *Folha de Londrina* especula:

> Desde a sua formação, é impossível imaginar a cidade sem ele. O que teríamos

[98] A legislação ambiental é assunto abordado no capítulo 2, em seu subcapítulo 2.7.

> no lugar do Igapó? O que seriam das avenidas e bairros em torno dele? Mais que cartão-postal, é o passeio, o esporte, o respiro e o frescor. Londrina sem o Igapó, como seria nossa percepção da cidade? (TAINE, 2017b)

O modo de se valorar o patrimônio natural que está mais ligado ao plano do vivido do que à intocabilidade derivou da noção de *patrimônio ambiental urbano*, a qual questiona os tradicionais critérios definidores de valor e propõe uma renovação no conceito de patrimônio cultural, em toda a sua abrangência. Gerada no bojo das discussões que permeavam o órgão de preservação do estado de São Paulo nos anos 1970, segundo Nascimento (2016a, p. 202), a noção de patrimônio ambiental urbano foi desenvolvida com base em reflexões do historiador Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses, que defendia esse patrimônio como "um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações no âmbito urbano" (MENESES, 1978, p. 45) Uma das suas maiores contribuições foi ampliar o espectro de valores reconhecidos nesses objetos e, em consequência, agregar a *dimensão social* à ideia de patrimônio, "possibilitando a apreciação da cidade como produto de cultura que ocupa lugar de destaque na memória e no imaginário" (TONASSO, 2017, p. 16). Essa noção supera a tradicional ideia de patrimônio baseada no monumento ou na excepcionalidade, e não só amplia o espectro de valores reconhecidos nesses objetos, como reconhece a importância de bens e manifestações pertencentes a grupos sociais que, até então, não eram contemplados nas narrativas oficiais do patrimônio. Em consequência, de acordo com Scifoni, superou-se também uma visão de patrimônio centrada no edificado para valorizar outros objetos, entre eles os derivados da natureza — não somente aquela intocada, mas, sobretudo, aquela experienciada:

> Trata-se de uma concepção de natureza que não nega a contradição central existente no fato de que mesmo sendo objeto de transformações efetuadas pelo trabalho humano, não se retira a sua dimensão de natureza. A natureza de que se trata hoje é, antes de tudo, histórica e social, uma vez que as transformações que o homem lhe impõe se inscrevem no curso de um processo histórico de constituição da sua humanidade. Mas ela guarda uma dimensão natural, pois os mecanismos que regulam sua dinâmica são dados por condições próprias e leis naturais. (SCIFONI, 2006, p. 16)

3.4 O Igapó II como um documento, o valor histórico

Parafraseando o arquiteto Benedito Lima de Toledo[99], que escreveu "São Paulo foi reconstruída três vezes em quatro séculos", Yamaki (2003b, p. 3) declara: "Londrina foi reconstruída três vezes em 70 anos", e afirma que a velocidade da transformação também pode ser entendida como a velocidade da destruição. As primeiras e provisórias casas feitas com toras de palmito foram em pouco tempo substituídas por casas de madeira onde, pelos ornamentos e pelo telhado, conseguia-se identificar a origem do mestre carpinteiro — japonês, espanhol, italiano (YAMAKI, 2003b, p. 18). Mesmo com a sofisticação construtiva, essas casas foram sendo substituídas pelas de "material" tão logo o proprietário tivesse condições para isso. Já nos anos 1940, o surto do crescimento decorrente das boas safras de café colocou a cidade num vertiginoso processo de verticalização (SUZUKI, 2013). Desse modo, num contínuo movimento de construir e destruir, a cidade colocou-se em uma transformação frenética para se despojar de sua paisagem rural e poder representar a si mesma por meio de um cenário urbano marcado por edificações de intenção modernista (SUZUKI, 2014) — desde edifícios de simplória arquitetura *art déco* até obras dos arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, passando pela "arquitetura moderna vernacular" (GUADANHIM, 2002).

Quando se trata de uma cidade de 82 anos como Londrina, a dúvida a respeito do que é ou não histórico sempre permeia as discussões sobre patrimônio. As questões que com frequência se fazem presentes nos debates das esferas estadual e federal do patrimônio e as ações praticadas por esses órgãos de preservação parecem estar demasiado distantes da realidade daquele Norte do Paraná. Ao levarmos em conta o fato de o Lago Igapó II ter sido represado na segunda metade do século XX e urbanizado no início dos anos 2000, ficam ainda mais dúvidas sobre se podemos considerá-lo um objeto portador de valores históricos. No questionário do Google Forms, observamos que alguns usuários compartilham desse pensamento quando justificam sua resposta negativa à pergunta "Você acha que o Igapó II e o aterro podem ser considerados patrimônio histórico?":

"Acredito que devam ser considerados patrimônio natural e afetivo, contudo não vejo o caráter histórico presente [...]"

[99] Toledo, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

"Acredito que se encaixa como patrimonio afetivo pelo valor emotivo que desperta na populacao como cartao postal na cidade. Nao seria natural porque é artificial, planejado e tampouco historico porque ambos tem dataçao distintas e a ideia de patrimonio historico a meu ver tem ligaçao com aspectos materiais, edificaçoes etc. [...]" [sic]

"Óbvio que precisa de preservação, mas não é patrimônio histórico. É historicamente recente e artificial. Essa coisa de querer que tudo vote patrimônio é uma afetação acadêmica irritante."

De acordo com o dicionário Michaelis, no âmbito da Antropologia e da Arqueologia, o termo "artefato" refere-se não somente a um produto do trabalho mecânico, mas a um "objeto que sofreu alteração provocada pelo homem, em oposição àquele que é resultado de fenômeno natural" (ARTEFATO, 2015). Nesse sentido, ainda que os elementos naturais estejam em evidência, abordamos aqui a constituição física do Igapó II também como um artefato, uma natureza projetada, apresentando como importante pano de fundo a relação urbano versus natureza.

Segundo Lima (2004, p. 12), quando compreendemos a paisagem humana como uma expressão formal do processo de manipulação dos dados da natureza, conseguimos fazer dela um poderoso referencial sobre o desenvolvimento da cultura, incluindo as percepções sobre natureza e cidade, os processos naturais e os processos culturais. Desse modo, ao nos guiarmos pela ideia do objeto como um artefato, podemos desvelar com se deu a relação urbano versus natureza por meio das diretrizes municipais e de seus técnicos — ações que, em grande parte, determinariam a configuração da cidade como a conhecemos hoje.

Se as ações tomadas nos anos 1950 e 1960 naquele tão interior pedaço de Paraná refletiam as aspirações modernistas de planejadores e de importantes capitais brasileiras que se pretendiam vanguarda, é possível reconhecermos os anos 1980 como um momento de transição pouco favorável para o meio ambiente, quando observamos importantes decisões políticas tomadas em relação a algumas questões ambientais na cidade. Em 1985, a porção mais pantanosa do Igapó II foi aterrada, mesmo sob protestos de diversos setores da sociedade e laudos ambientais contrários, e em 1998 é aprovada lei que desafeta o aterro do Igapó com o objetivo de instalar empreendimento privado. Já em 2014, o vereador Gaúcho Tamarrado propõe alteração (não aprovada) no Código Ambiental do Município para que se permita construções nas propriedades

privadas localizadas à margem direita do Lago Igapó I[100] (FRAZÃO, 2014). E, numa escala mais ampla, pelo menos desde 2011 Londrina convive com outro embate: uma proposta de instalação de um aeroporto de cargas na área de amortecimento do Parque Estadual Mata dos Godoy, remanescente florestal mais importante do Norte do Paraná (KOMARCHESQUI, 2017).

No livro *Paisagens Culturais Brasileiras — Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos*, Suzuki (2014) escreve o capítulo "Na fronteira do café: transformações na paisagem de Londrina", em que descreve o processo da ocupação do território (a partir de 1920) e a transfiguração da paisagem rural na paisagem urbana. Uma fotografia do Lago Igapó II olhando em direção aos edifícios da Gleba Palhano é a última imagem que ilustra seu texto, escolhida para representar a paisagem contemporânea da cidade (Figura 125).

Figura 125 – Lago Igapó II em primeiro plano e bairro Gleba Palhano ao fundo

Autor: Wilson Vieira, 2015.

E conclui:

> É urgente adotar medidas de salvaguarda que garantam a continuidade do patrimônio londrinense, para que os elementos da paisagem não se reduzam a memórias, mas permaneçam como presenças concretas na acelerada e impaciente história do Norte do Paraná. (SUZUKI, 2014, p. 152)

[100] Ao contrário do Lago Igapó II e de todos os outros lagos, que têm toda a sua extensão acessível ao público, a margem direita do Igapó I dá lugar a grandes lotes privados, ocupados por residências de luxo — um impasse ambiental que já dura algumas décadas. Leis anteriores ao Código Ambiental de Londrina previam que as residências fossem construídas a uma distância de 15 a 30 m a partir do lago (atualmente a faixa é de 30 m). Ainda assim, é visível a existência de benfeitorias, como quiosques e estruturas para embarcações de pequeno porte. A justificativa do vereador é de que a área já estaria consolidada e tratá-la como APP, a menos que fosse desapropriada, não daria à Prefeitura o direito de cobrar IPTU sobre esses lotes. (FRAZÃO, 2014)

Se, ao examinarmos de longe, o Igapó II parece mobilizar mais valores contemporâneos do que propriamente históricos, um olhar aproximado nos apresenta outros dados: 55% dos entrevistados no questionário Google Forms afirmaram reconhecer o Igapó II como patrimônio histórico:

"Tais espaços diferenciam Londrina de outras metrópoles; embelezam...são como um oásis no deserto de concreto. Sou Londrinense, porém resido em Santos [...] Igapó me traz boas memórias de infância...preservar é fundamental...espaço inigualável..."

"Histórico pois tem significado no desenvolvimento daquela região"

Investigar os processos de constituição do objeto de estudo nos possibilita, em grande parte, compreender o modo como a paisagem e as áreas verdes urbanas foram tratadas nas primeiras diretrizes do município; ainda, como essas medidas influenciaram a atual configuração urbana e também de que maneira, a partir dos anos 1990, os londrinenses se apropriaram das questões ambientais de forma a defenderem as áreas verdes da cidade como um desejo e um direito da coletividade. Em virtude disso, o Igapó II consegue revelar-se portador de **valores cognitivos**, o que implica a capacidade de examiná-lo como um suporte de conhecimento histórico.

De acordo com Meneses (2012, p. 35), esse é um valor de fruição basicamente intelectual, em que o objeto pode ser visto como documento de fato, "ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza". Desse modo, ao nos aprofundarmos nas motivações, no contexto e nos agentes que participaram dos processos de constituição física e simbólica do Lago Igapó II, conseguimos compreender a paisagem e a natureza nas diretrizes municipais, a manipulação da engenharia sobre o ambiente natural, a dinâmica da expansão urbana de Londrina, a verticalização e a produção do espaço no seu entorno, etc. — diversas e talvez infinitas respostas. A história do objeto, portanto, não se encerra nele mesmo, mas vai além: passa a ser a história da cidade — compreendida sob a perspectiva do lago.

3.5 O patrimônio não são as "coisas"

Brasil, país do futebol, do samba, do carnaval, das cidades históricas coloniais, da arquitetura tão moderna quanto brasileira. Em Londrina, a antiga rodoviária, projeto ousado da célebre dupla Artigas e Cascaldi, é reconhecida como a primeira obra modernista do Paraná. A Serra do Mar e as Cataratas do Iguaçu são os bens naturais de maior destaque no Estado, ambas chanceladas pela Unesco como patrimônio natural mundial. A araucária, por sua vez, é reconhecida como um dos símbolos formadores da identidade do Paraná.

Como o Igapó II é um objeto não óbvio, ambíguo, não reconhecido legalmente e que não se encaixa prontamente nos padrões preestabelecidos do patrimônio, pensá-lo hierarquicamente no mesmo nível dos bens acima mencionados não é algo que se consiga de imediato. Para Meneses (2012), a política construída sob o signo da monumentalidade (como seria o caso da Unesco, por exemplo) nos dá a falsa noção de que os valores situados numa escala menor, como a municipal, não são dignos de importância. Ainda pior se o bem pertencer à escala do cotidiano, como o lazer, a habitação, o trabalho. "Mas se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria o valor?", questiona o historiador (MENESES, 2012, p. 33).

Como já mencionamos de maneira breve, existe um discurso de patrimônio que emergiu no final do século XVIII (tendo como marco a Revolução Francesa) e que se tornou dominante até os dias de hoje, nos mais diversos níveis e escalas que tratam das questões de patrimônio. Esse discurso modela a maneira como pensamos, falamos, escrevemos e agimos em relação ao patrimônio (HARVEY, 2001; RODRIGUES, 2000; SMITH, 2006). O resultado é que essa narrativa se torna tão natural para nós, que temos a impressão de um bem patrimonial (um edifício tombado, por exemplo) já ter "nascido" com os valores que reconhecemos nele. Assim, duvidar ou questionar os critérios adotados para valorar um bem parece ser algo fora de cogitação — afinal, como duvidar do óbvio? O patrimônio, desse modo, seria algo dado, que nos chegou pronto, e não algo produzido.

A problematização desse discurso oficial tem sido uma das principais pautas de um grupo multidisciplinar formado em 2010 por pesquisadores e estudantes — de instituições de ensino e de pesquisa de diversas partes do mundo — intitulado Association of Critical Heritage Studies (ACHS). Como o nome sugere, o grupo tem

como principal objetivo promover o patrimônio como uma área de investigação crítica. A esse discurso oficial, o ACHS denomina *Authorized Heritage Discourse* (AHD) ou, em tradução livre, o "discurso autorizado sobre o patrimônio" (ASSOCIATION OF CRITICAL HERITAGE STUDIES, [2018]).

De acordo com Smith (2006, p. 11–12), um dos membros fundadores do ACHS, o discurso autorizado sobre o patrimônio — construído por técnicos especialistas e pela classe social dominante e institucionalizado nos órgãos oficiais de cultura — valida uma série de práticas preservacionistas de modo a naturalizar, promover e tornar referência certo conjunto de valores culturais gerados pela elite ocidental, os quais seriam aplicados universalmente, como indicadores absolutos, de forma hegemônica e eurocêntrica. Em consequência, segundo a autora, outras possíveis narrativas e conceitos sobre patrimônio são prejudicados e até mesmo silenciados. O AHD trabalharia, portanto, para promover um debate mais amplo sobre os valores e significados sociais e culturais estabelecidos, e quaisquer outros desafios que pudessem surgir a partir dessa abertura de ideias.

A partir disso, ao procurarem explorar novas possibilidades e novas maneiras de se compreender o patrimônio, as reflexões elaboradas pela Association of Critical Heritage Studies se aproximam do conceito de patrimônio cultural brasileiro elaborado nos anos 1980 e das reflexões do historiador Ulpiano B. T. de Meneses, que desde os anos 1970 traz inestimáveis contribuições a esse campo no Brasil.

Se o discurso autorizado sobre patrimônio delimita-o como algo herdado do passado, desconectando-o do tempo presente e mantendo-o longe do nosso cotidiano (SMITH, 2006), a memória, em oposição, é uma elaboração que realizamos no presente para atender a solicitações do presente, afirma Meneses (1992, p. 11). Na mesma direção, Harvey (2001, p. 325) defende que o patrimônio é algo construído no presente. Desse modo, uma vez que todo patrimônio é completamente produzido no momento corrente, nosso relacionamento com o passado é entendido em relação à nossa experiência temporal e espacial atual. Esse entendimento possibilita que nós, como indivíduos, nos coloquemos em ação, como sujeitos da narrativa de patrimônio. E assim, segundo Harvey, à medida que pensamos o patrimônio como produto do seu tempo, libertamo-nos das amarras da ideia do patrimônio dado e naturalizado para, finalmente, nos tornarmos sujeitos do processo de patrimonialização.

Nessa direção, Meneses (2012, p. 30) defende que é preciso introduzir outros e novos critérios para se avaliar o alcance da pertinência e interesse de um bem. Um deles seriam as referências originadas dos interlocutores locais, cujas vozes deveriam ser potencializadas. Não seria o caso de excluir a perspectiva do especialista, mas de rever nossa postura a respeito do reconhecimento de valor, no sentido de privilegiar a perspectiva do usuário, do fruidor do bem. Essa noção relaciona-se com o Artigo 216 da Constituição Federal, que, como vimos, indica que os valores culturais não são gerados pelo poder público, mas pela sociedade, fazendo com que o patrimônio seja, antes de qualquer coisa, um fato social — afirmação que, segundo Meneses (2012, p. 33-34), provocou escândalos e mal-entendidos nos órgãos de preservação nas décadas de 1970 e 1980.

Em relação ao patrimônio material e ao patrimônio imaterial, tanto Smith quanto Meneses defendem a necessidade de diluir a polarização que se estabeleceu entre eles. Meneses (2012, p. 31) afirma que todo patrimônio intangível tem uma dimensão material que permite que ele se realize — a dança precisa do corpo, a música precisa dos instrumentos, a comida precisa dos seus ingredientes, por exemplo. Do mesmo modo, todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor.

Smith (2006) defende que, se todo patrimônio é uma mentalidade, uma maneira de se conhecer e de se enxergar, então todo patrimônio se torna, de certo modo, intangível. Para a autora, o patrimônio não é uma coisa, um lugar, um edifício ou qualquer objeto material. Embora essas coisas possam ser importantes, elas não são, em si, patrimônio. Afinando-se com a maneira com que o Igapó II é apropriado socialmente, a autora declara que, embora a existência de um lugar possa ser algo importante, o que o torna patrimônio é o que acontece nesse lugar. A materialidade é importante, mas é apenas um aspecto e não dá conta da completude do patrimônio.

Em uma das justificativa registradas no questionário do Google Forms, um frequentador do Igapó II declara: "[...] com o passar do tempo a população ocupou o **espaço abandonado**, criando **laços afetivos** com o aterro, isto é, um **lugar**" (grifo meu). De modo claro, o indivíduo revelou, como cita Tuani (1983, p. 151), a refinada capacidade que tem o ser humano de criar símbolos em um espaço, *a priori*, geográfico apenas — reafirmando a alegação do autor de que o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado.

Do mesmo modo, Smith (2006, p. 77) defende que o patrimônio como lugar não pode ser concebido apenas como representativo das experiências humanas passadas, mas também como um elemento sensibilizador de experiências e percepções atuais do mundo. A configuração que o Igapó II representa é, como vimos, o resultado de uma série de medidas adotadas pela municipalidade na segunda metade do século XX. Portanto, como um artefato, o objeto faz parte da história do planejamento urbano de Londrina. Mas foi posteriormente, com a sua gradual e contínua construção simbólica, que o Igapó II se tornou um lugar e um elemento que consegue promover experiências e percepções atuais da cidade em que se situa.

O objeto, hoje, representa um conjunto de características culturais que dizem respeito sobre onde moram, de onde vêm e quem são as pessoas que se apropriam dele, tornando-o uma âncora de experiências compartilhadas e fazendo-o evocar um senso de pertencimento por parte dos londrinenses, sejam eles de nascimento ou por adoção. E, como cita Meneses (2012, p. 27), se a memória é o mecanismo que nos situa no tempo, o pertencimento é o mecanismo que nos situa no espaço, nos processos de identidade, sendo memória e pertencimento duas coordenadas que balizam nossa existência.

Todas as capacidades que o objeto mobiliza, acima citadas, são, segundo Smith (2006, p. 76), atributos típicos do que podemos chamar de "lugar", de fato. Por esse motivo, o termo "lugar" está gradual, mas progressivamente, sendo utilizado na literatura patrimonial e nas políticas e práticas preservacionistas em substituição ao termo "sítio"[101], legado do campo da Arqueologia e da Arquitetura e que tradicionalmente dominou os discursos de patrimônio. Se o sítio, segundo a autora, tende a evocar uma ideia de localização bem delimitada, o lugar permite uma sensação mais fluída de limites físicos, porque ele é mais do que uma "coisa", ele é também um acontecimento, de modo que o lugar é onde as coisas acontecem. Essa ideia seria vital para o entendimento do patrimônio, porque ele se conecta não apenas a representações passadas, mas a experiências do tempo presente. Nessa perspectiva, o Igapó II participa do plano do vivido e estar nele é estar em posição de percebê-lo, experienciá-lo e de poder ser sujeito da sua história.

[101] Como exemplo, a autora cita a Carta de Burra, documento de 1999 que indica linhas de orientação para a conservação e a gestão dos locais com apelo cultural, e o manifesto *The Power of Place, de* 2000, em que a historiadora e arquiteta Dolores Hayden propõe novas perspectivas para a preservação urbana a partir de noções como gênero, raça e etnia.

O patrimônio cultural, portanto, não é uma “coisa”, mas o modo como nos relacionamos com o bem, os valores que atribuímos a ele, o modo como ele nos afeta, o que nos ensina, as experiências que promove.

CONSIDERAÇÕE FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do entendimento de que o Igapó II se mostra um objeto não óbvio no campo do patrimônio, a pesquisa tinha como finalidade comprovar (ou não) a hipótese de que o objeto era, de fato, um bem que mobiliza valores culturais. Confesso que, a princípio, a mim mesma faltava confiança nessa suposição, fundamentada puramente nas minhas experiências e impressões empíricas sobre o Igapó II.

No entanto, quanto mais a pesquisa caminhava, mais o objeto revelava diferentes possibilidades de interpretá-lo — sobretudo por se tratar de um tema com tanta escassez bibliográfica. Como em uma cidade nova conseguimos agarrar muito da história com as próprias mãos, os meus entrevistados e suas rememorações foram fundamentais na construção do objeto. Assim, me foi oferecido um volume tão grande de informações e impressões sobre o Igapó II que seguramente renderiam um trabalho apenas sobre elas, já que aqui, por questão de tempo e de escopo, foi necessário me ater estritamente aos objetivos propostos. O conhecimento técnico do professor e engenheiro Costa Branco, descrevendo o objeto como um artefato da engenharia, ou as memórias da família Mizubuti, que fazia do pantanoso ribeirão Cambé o seu quintal, são alguns exemplos das experiências que mereceriam ser compartilhadas não apenas comigo, mas com todos que se interessam pela história de Londrina. E, ao questionamento feito no início do trabalho — "que histórias o Lago Igapó II pode nos contar?" —, respondo que o objeto me ofereceu muito mais respostas do que as perguntas que fiz a ele.

Smith (2006, p. 80) defende que o patrimônio é uma interpretação, na qual "o quê" é interpretado, "como" e "por quem" são condicionantes que irão gerar ideias e percepções particulares sobre os valores e os significados do bem. Nessa direção, como pesquisadora e como frequentadora do Lago Igapó II, permiti me posicionar como um sujeito que tem a possibilidade de construir um objeto patrimonial por meio da interpretação que faz dele. Portanto, a história construída nesta pesquisa não pretende ser a única, e sim a minha narrativa sobre o objeto.

Para além das referências bibliográficas, dos depoimentos e das fontes documentais, compreender a apropriação dos sujeitos que constroem a importância simbólica do Igapó II foi, sem dúvida, a mais importante ferramenta de legitimação do objeto como um bem patrimonial. O modo como a sociedade se apropria e valora o Lago Igapó II foi o que, para além da teoria, possibilitou assimilar, no plano real, a noção de patrimônio como experiência vivida e não como "coisa" material.

Londrina tem três edifícios tombados no âmbito estadual (além de uma praça). O Palacete da Família Garcia, erguido nos anos 1950, era local de hospedagem e recepção de autoridades. O estilo eclético de sua arquitetura e os materiais importados utilizados na sua construção faziam (como ainda fazem) do palacete um objeto mais raro do que comum naquelas terras vermelhas. O Cine Teatro Ouro Verde e a antiga rodoviária, ambos projetados nos anos 1950 pela ilustre dupla de arquitetos Artigas e Cascaldi, confirmam o empenho da cidade em se posicionar como vanguarda. Ainda que não haja interesse de minha parte em duvidar da importância desses bens, chamo a atenção para a ideia da existência deles como patrimônio que, desde a sua origem, foram concebidos (projetados e construídos) sob o signo da erudição. Não é preciso muito esforço por parte de um especialista ou de um órgão de preservação para legitimar a importância desses bens na história da cidade.

Diferentemente, os valores atribuídos ao Igapó II podem não ser imediatamente reconhecidos por um especialista ou um órgão de preservação que não tenha um mínimo de familiaridade com o lago. Ao contrário do que ocorre com aqueles bens tombados, as dimensões histórica, afetiva e ambiental do Igapó II não nasceram com ele, mas têm sido elaboradas ao longo do tempo, lentamente, por meio das relações que o lago estabelece com as pessoas. Inclusive, para fazer referência à constituição simbólica do objeto, muitas vezes é preciso utilizar o verbo no tempo presente (ele é) ou no pretérito perfeito composto (ele tem sido). Se a construção física do Igapó II é elemento integrante da história da cidade e das memórias do planejamento urbano, sua importância simbólica está sendo elaborada no momento presente. A velocidade da natureza é diferente da velocidade do edifício. Para ela, se faz necessária a devida maturação que só o tempo pode proporcionar. Seus valores não são dados de imediato, mas são paciente e espontaneamente elaborados. E assim, como ocorre

em toda relação de bem-querer, o Igapó II *tem sido* construído como um bem, cotidianamente.

Investigar a natureza na esfera do patrimônio cultural por meio dos valores que o Igapó II mobiliza me permitiu debater e desnaturalizar valores há tempos consolidados desse campo, além de aproximar os temas de patrimônio à realidade londrinense e refletir sobre os critérios e as atribuições que nos importam, respeitando as particularidades de uma história tão jovem, mas que é, sobretudo, a história da cidade de Londrina. Desse modo, faço votos para que as reflexões promovidas pela pesquisa nos instiguem a pensar a cidade não como simples portadora de uma coleção de objetos de valor histórico ou artístico, mas a percebê-la, ela mesma, como um artefato cultural; que nos estimulem a pensar o patrimônio não como objetos, mas como vivências, como algo que não pontua, mas que permeia a cidade. E que sejamos protagonistas na construção do nosso patrimônio, da nossa história e da cidade que queremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz N. *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1997. 26 p. (Série Geografia e Planejamento nº 30).

_____. O tombamento da Serra do Mar. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 21, p. 6-20, 1986.

AFETO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=afeto>. Acesso em: 21 ago. 2017.

ANÚNCIO publicitário. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º abril 1934. Disponível em: <http://maringaparanabrasil.blogspot.com.br/2011/11/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado*: representações da política em Londrina, 1930–1975. Londrina: Eduel, 1998.

ARIAS, Carmem. *Os "vazios" urbanos da zona sul de Londrina:* estratégias e especulação imobiliária. 1992. 135 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1992.

ARTEFATO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ARTEFATO/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

ARTENGE CONSTRUTORA. Londrina, [201-?]. Disponível em: <http://artenge.com.br/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

ASPLAN. *Londrina – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. São Paulo [s.n.], 1968.

ASSOCIATION OF CRITICAL HERITAGE STUDIES. [S.l.], [2018]. Disponível em: <http://www.criticalheritagestudies.org/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AYOSHII. *Legend*. Londrina, [2018b]. Disponível em: <http://legend.ayoshii.com.br/diferenciais.php>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. *Maison Unique*. Londrina, [2018a]. Disponível em: <http://www.ayoshii.com.br/maisonunique/index.php>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BARROS, M. V. F. et al. Identificação das ocupações irregulares nos fundos de vale da cidade de Londrina/PR por meio de imagem Landsat 7. *RA'E GA*, Curitiba, n. 7, p. 47-54, 2003. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3350/2686>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BARROS, Sandra Augusta Leão. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de apipucos e poço da panela no Recife. *Pós*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 15, p. 56-74, jun. 2004. Disponível

em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43372>. Acesso em: 4 jan. 2018.

BATISTA FILHO, João. *O projeto cura no parque Guanabara*: uma política-programa de renovação urbana em Londrina. 1985. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BATISTA, Guilherme. Desassoreamento do Lago Igapó deve ficar para 2016. *Bonde*, 21 set. 2015. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/desassoreamento-do-lago-igapo-deve-ficar-para-2016-385943.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BENATTI, Antonio Paulo. *O centro e as margens*: boemia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970). 1996. 241 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

BONZI, Ramón Stock. Emerald Necklace – infraestrutura urbana projetada como paisagem. *Labverde*, n. 9, p. 106-127, dez. 2014.

BORTOLO, Carlos Alexandre. *Produção e apropriação de espaço livre público*: o Lago Igapó. 2010. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica, Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

BORTOLOTTI, João Batista. *Planejar é preciso*: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Decreto-Lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BUCHMANN, Angela Canabrava. *Os vales na paisagem urbana de Londrina*: uma análise do uso e ocupação do solo das áreas lindeiras ao Ribeirão Cambé. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CANDIDO, L. F. *Alexander von Humboldt:* O amor pela ciência o fez redescobrir o Novo Mundo. [201-?] Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/node/79>. Acesso em 3 set. 2017.

CANDOTTI, Eliane Aparecida. *Memórias da cidade*: Londrina 1930/1960. 1997. 247 f. Monografia (Especialização em História) – Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

CARLFLASH. [Sem título]. 2009. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/22708897>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CARVALHO, M. S.; ZEQUIM, M. A. Doenças infecto-contagiosas relacionadas as carências habitacionais na cidade de Londrina – Paraná – Brasil. *Scripta Nova*: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1º ago. 2003, v. VII, n. 146 (113). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(113).htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CARVALHO, Paulo; FERNANDES, João Luís J. *Património cultural e paisagístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

CASARIL, Carlos Casemiro. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. *Geografia*: Revista do programa de pós-graduação em Geografia, Londrina, PR, v. 18, n. 1, p. 65-94, jan./jun. 2009. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2326/2275>. Acesso em: 2 jan. 2017.

CASTELNOU, Antonio. *Arquitetura londrinense*: expressões de intenção pioneira. Londrina: A. Castelnou, 2002.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando debate. *Revista Formação Online*, n. 18, v. 2, p. 39-62, jul./dez. 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. *Arquitetos da Memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930–1940). Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 2009.

CMNP. Anuário *Sul do Brasil*, nº 21, 1958. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://maringaparanabrasil.blogspot.com.br/2010/04/cmnp-cia-melhoramentos-norte-do-parana.html>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a Geografia e o patrimônio*: Estudos das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989). 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

DINÂMICA AMBIENTAL. *Assoreamento de rios: riscos e consequências*. 12 set. 2013. Disponível em: <http://www.dinamicambiental.com.br/blog/meio-ambiente/assoreamento-rios-riscos-consequencias/>. Acesso em: 9 jan. 2018.

DRESDEN ENGENHARIA. Londrina, [201-?]. Disponível em: <http://dresdenengenharia.com.br/site/?pg=home>. Acesso em: 22 fev. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: Iphan. *O registro do patrimônio imaterial*: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

_____. *O Patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FRABASILE, Daniela. Quanto vale morar perto de um parque? *Época Negócios*, 18 out. 2017. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/10/quanto-vale-morar-perto-de-um-parque.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FRESCA, Tânia Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. *Geografia*. Londrina, v.11, n.2, p. 251-274, jul./dez. 2002.

FUTEBOL no Patrimônio Três Bocas, anos 1930. [193-]. 1 fotografia, p&b. Acervo Museu Histórico de Londrina. Coleção George Craig Smith. Disponível em: <http://www.unoparead.com.br/sites/museu/exposicao_pioneiros/pioneiros09.html> . Acesso em: 19 fev. 2018.

GALMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. Londrina, [201-?]. Disponível em:<http://galmo.com.br/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

GOIÁS. Ministério Público. Ementa processual civil. Processo REsp 840011. Relator: Ministro Luiz Fux. *Diário da Justiça*, 8 out. 2007. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/9/docs/resp_840011.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) *Cidade*: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 108-123.

GOOGLE MAPS. [Londrina]. [201-]. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 10 set 2017.

GOOGLE. Google Earth Pro. Londrina. Disponível em: <https://www.google.com/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GRUPO CATUAI. Londrina, [201-?]. Disponível em: <http://www.catuai.com.br/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

GUADANHIM, Sidnei Junior. *Influências da Arquitetura Moderna nas casas de Londrina*: 1955-1965. 2002. 425 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem Cultural. In: *DICIONÁRIO do Patrimônio Cultural*, [2016]. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso em: 20 jan. 2018.

HARVEY, David C. Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, v. 7, n. 4, 2001, p. 319-338. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13581650120105534>. Acesso em: 3 maio 2017.

HIGUCHI, E. M. *A construção do Lago Igapó*. 1986. Trabalho apresentado em cumprimento à exigência da disciplina Métodos e Técnicas de pesquisa em História, Curso de Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1986.

IBGE. *Censo de São Paulo*. [2010] Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 9 dez. 2017.

IWANAGA, Corina Hitomi. *O Lago Igapó e o londrinense*. 1989. Trabalho apresentado à disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa I, Curso de Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1989.

JESUS, Aline. Vai viajar? O TripAdvisor tem dicas de hotéis, restaurantes e atrações. *Techtudo*, 30 ago. 2013. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/tripadvisor.html>. Acesso em: 21 ago. 2017.

KERSTEN, Márcia S. A. *Os rituais do tombamento e a escrita da História*. Bens tombados no Paraná entre 1938–1990. 1998. 325 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

LAGO Igapó. TripAdvisor. [2017] Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303451-d2411578-Reviews-Igapo_Lake Londrina_State_of_Parana.html>. Acesso em: 21 ago. 2017.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista*: História e Cultura Material, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-136, abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119840>. Acesso em: 23 dez. 2018.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta; SILVA, Luciano de Souza e. A preservação do patrimônio cultural no contexto do licenciamento ambiental: possibilidades sociais e produção de (des)conhecimento sobre ambiente, cultural e patrimônio. *Revista CP*C, São Paulo, n. 21, p. 8-35, jun. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111544>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LEFEVRE, Jean-Claude. De la protection de la nature à la gestion du patrimoine naturel. In: JEDY, Pierre (Org.). *Patrimoines en folie*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1990, p. 29-75.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura*: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. (Sociedade e ambiente 5)

LIMA, Catharina P. C. S. Natureza e Cultura: O Conflito de Gilgamesh. *Paisagem e Ambiente*: ensaios, n.18, São Paulo, p. 7-57, 2004.

LIMA, Fausto C. Prestes Maia em Londrina: moderno em que sentido? 2000. 217 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LONDRINA. Extrato da inscrição nº 001/2016 do Livro do Tombo Municipal destinado à inscrição dos bens culturais de natureza material, considerados patrimônio cultural do Município de Londrina, na forma da Lei Municipal 11.118, de 19 de abril de 2011; referente à "Antiga Casa da Criança". *Jornal Oficial do Município de Londrina*, ano XIX, n. 3157, p. 10, 28 dez. 2016.

_____. Extrato da inscrição nº 001/2016, do livro destinado à listagem de bens de interesse de preservação do Município de Londrina, onde serão inscritos os bens culturais de natureza material e imaterial que constituem partes estruturadoras da identidade e da memória coletiva londrinense, na forma da Lei Municipal 11.118, de 19 de abril de 2011, referente à expressão "pé vermelho". *Jornal Oficial do Município de Londrina*, ano XIX, nº 3157, p. 9, 28 dez. 2016.

_____. *Lei nº 133*, de 07 de dezembro de 1951. Dispõe sobre loteamentos, arruamentos, zoneamentos e dá outras providências. Disponível em <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/leis_historicas/lei_133_final.pdf>. Acesso em 23 fev. 2018.

_____. *Lei nº 219*, de 31 de dezembro de 1953. Institui o Código Municipal de Londrina. Disponível em

<http://www2.cml.pr.gov.br/cons/lnd/leis/1953/L00219.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. *Lei nº 7.514*, de 2 de setembro de 1998. Desafeta de uso comum do povo e/ou especial área de terras pertencente ao município e autoriza o executivo a doá-la com encargos, por meio de licitação na modalidade de concorrência, e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/pr/l/londrina/lei-ordinaria/1998/751/7514/lei-ordinaria-n-7514-1998-desafeta-de-uso-comum-do-povo-e-ou-especial-area-de-terras-pertencente-ao-municipio-e-autoriza-o-executivo-a-doa-la-com-encargos-por-meio-de-licitacao-na-modalidade-de-concorrencia-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 fev. 2018.

_____. *Lei nº 880*, de 22 de fevereiro de 1964. Os Logradouros Públicos – Avenidas, Ruas, Praças e Travessas – oficialmente reconhecidos e integrantes da área urbana do Distrito da Sede do Município de Londrina, passam a ter as seguintes denominações e limites. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/cons/lnd/leis/1964/L00880.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Prefeitura do Município de Londrina. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. *Cidade de Londrina*: Bairros e Regiões. Out. 2013. Disponível em <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas_tematicos/bairros_regioes_a4.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2017.

_____. Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. *Sistema de Áreas Verdes*. [201-?] Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=228&Itemid=184>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LORENZO, Mariana. Caracterização dos impactos ambientais negativos e medidas mitigatórias do processo de assoreamento do lago Igapó, Londrina – PR. 2011. 71 f. Monografia (Curso Superior Tecnológico em Gestão Ambiental) – Centro Universitário Filadélfia, Londrina, 2011.

MAEDA, Karenine Sayuri. *O "colar de esmeraldas" da paisagem londrinense*. 2001. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de Urbanismo para a cidade de Londrina, 1951*. Arquivo particular de Adriana Prestes Maia, reproduzido em LIMA, F. C. Prestes Maia em Londrina: moderno em que sentido? 2000. 217 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, anexo 1.

MENESES, Ulpiano T. B. de. Os Usos Culturais da Cultura. In: YAZIGI, E. (et al). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 88-99.

_____. A História, cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 34, p. 9-23, 1992.

_____. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *C. J. Arquitetura*, São Paulo, ano 5, n. 19, p. 45-46, 1978.

_____. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI V. H. et al. *Patrimônio*: atualizando o debate. São Paulo: 9. SR/IPHAN, 2006, p. 35-76.

_____. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG: 2009, 25-39. Brasília: IPHAN, 2012.

_____. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. Patrimônio: desafios e perspectivas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 36, 2017.

MENEZES, Thales de. Diferença entre gleba, lote, desmembramento e loteamento. *DireitoNet*, 3 ago. 2015. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9231/Diferenca-entre-gleba-lote-desmembramento-e-loteamento>. Acesso em: 7 dez. 2017.

MILARÉ, Édis. A participação comunitária na tutela do ambiente. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo (Org.). *A questão ambiental*. São Paulo: Terragraph, 1994.

MONGELLI, Mônica de Medeiros. *Natureza e cultura*: práticas de preservação patrimonial no Brasil. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MORAES, Daniela Reis de. Complexo de Bairros Cinco Conjuntos: Percepções da construção de identidades e representações no espaço urbano. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2014, Campo Mourão. *Anais...* Campo Mourão, 2014, p. 1047-1058.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio*, n. 22, p. 108-122, 1987.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (Org.). Geografia e Norte do Paraná. Um resgate histórico. *Humanidades*, Londrina, v. 2, p. 19-70, 2007.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de Memórias*: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.

_____. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n.3, p. 121-147, set./dez. 2016.

NATUREZA e parques em Londrina. Tripadvisor. [2017]. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g303451-Activities-c57-Londrina_State_of_Parana.html>. Acesso em: 21 ago. 2017.

NAZO, Georgette Nacarato; MUKAI, Toshio. O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. In: RIBEIRO, W. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 91-124.

O ROMPIMENTO da barragem da Pampulha. [201-?]. Disponível em: <http://www.museuvirtualbrasil.com.br/museu_pampulha/modules/news3/article.php?storyid=11#>. Acesso em: 9 nov. 2017.

OLIVEIRA, Camila Silva de. *Agenda*: Encontro Cidades Novas – A Construção de Políticas Patrimoniais. 18 ago. 2012. Disponível em:

<http://identidadelondrina.com.br/encontro-cidades-novas-a-construcao-de-politicas-patrimoniais/>. Acesso em: 17 fev. 2017.

OLIVO, Carla Martins; REGO, Renato Leão. Ordenar a cidade, habitar moderno: Prestes Maia em Londrina. *Urbana*: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 6, n. 8, abr. 2014. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635313>. Acesso em: 12 dez. 2016.

OLMSTED PARKS CONSERVANCY. Our Parks. *Olmsted Parkways*. Louisville, KY. [201-] Disponível em: <http://www.olmstedparks.org/our-parks/olmsted-parkways/>. Acesso: 15 out. 2017.

ONG PATRULHA DAS ÁGUAS. [2008]. Disponível em: <http://ongpatrulhadasaguas.blogspot.com.br/%3E>. Acesso em: 28 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 1992. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Estado da Cultura. *Histórico*. Curitiba, [201-?]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15>. Acesso em: 4 fev. 2018.

_____. *Lei Estadual n° 1. 211*, de 16 de setembro de 1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Disponível em < http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_Decretos/LEI112.pdf> . Acesso em: 23 fev. 2018.

PAULA, Rubia Graciela de. *A verticalização na Gleba Palhano – Londrina-PR*: uma análise da produção e consumo da habitação. 2006. 119 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

PEREIRA, Danilo Celso. *A natureza como patrimônio cultural*. 2017. 290 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/35241998/Produtos_das_Pr%C3%A1ticas_Supervisionadas_a_natureza_como_patrim%C3%B4nio_cultural>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PLAENGE. *Plaenge apoia Exposição aos 80 anos de Londrina*. Londrina, 4 abr. 2014. Disponível em: <http://www.plaenge.com.br/Plaenge-apoia-Exposicao-aos-80-anos-de-Londrina/c13418>. Acesso em: 25 jan. 2018.

PRANDINI, Neide. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1954, São Paulo. *Anais*... v.6, t.1, p. 61-80. São Paulo: AGB, 1954.

PRESERVANDO tradições: Secretaria de Cultura realiza primeiro tombamento municipal. *Bonde*, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/secretaria-de-cultura-realiza-primeiro-tombamento-municipal-430419.html> Acesso em: 17 fev. 2017.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Área verde por habitante*: Londrina, PR. [entre 2013 e 2016]. Disponível em: <http://2013-

2016.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/PR/londrina/area-verde-por-habitante>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PUNTONI, Álvaro et al. *Vilanova Artigas*: arquitetos brasileiros - brazilian architetcs. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi: Fundação Vilanova Artigas, 1997.

QUADRA de tênis. [193-]. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://www.geocities.ws/rjsilva21/fotoantiga.html>. Acesso em: 19 fev. 2018.

QUADRA GESTÃO DE IDEIAS. Londrina, 2016. Disponível em: <http://quadra.com.br/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

REGO, Renato Leão. *As cidades plantadas*: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Maringá: Humanidades, 2009.

_____. Importing planning ideas, mirroring progress: the hinterland and the metropolis in mid-twentieth-century Brazil. *Planning Perspectives*, v. 27, n. 4, p. 625-634, 2012.

REGO, Renato Leão; DESTEFANI, Wilian da Silva; CRISTO, Joice Ellen de. Entre os pioneiros do urbanismo no Paraná. *Urbana*, v. 5, n. 7, jun. 2013.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. *Paisagem e ambiente*: ensaios, São Paulo, n. 25, p. 37-53, 2008.

REIS, Nestor Goulart. Prefácio. In: YAMAKI, Humberto. *Labirinto da memória*: paisagens de Londrina. Londrina: Humanidades, 2006.

RESENDE, Sandra Catharinne Pantaleão. *Rugosidades urbanas em Londrina*: descompassos socioambientais na apropriação dos corpos d'água. 2010. 281 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado*. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969–1987. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

RPC TV. *Paraná TV* [Campanha Viva o Igapó começa nesta segunda-feira]. Londrina: RPC TV 14 set. 2013. Programa de TV. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/paranatv-1edicao/videos/t/edicoes/v/campanha-viva-igapo-comeca-nesta-segunda-feira/2824271/>. Acesso em 02 nov. 2017.

_____. *Paraná TV* [O lago Igapó foi formado na década de 50 graças à ajuda de muitos londrinenses]. Londrina: RPC TV, 17 set. 2013. Programa de TV. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/videos/v/o-lago-igapo-foi-formado-na-decada-de-50-gracas-a-ajuda-de-muitos-londrinenses/2829376/>. Acesso em 02 nov. 2017.

SANTOS, Cristina Pereira dos. *Processos de verticalização em Londrina*: novas formas de produção e consumo de imóveis residenciais – 2000 a 2010. 2011. 340 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SENADO FEDERAL. *Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta*: desenvolvimento sustentável dos países. [201-?] Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>. Acesso em: 27 jan. 2018.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA JUNIOR, F. et al. Lagos Igapó I, II, III e VI: um olhar ambiental sobre quatro áreas de preservação permanente na área urbana de Londrina – Paraná. In: VI Seminário Latino Americano de Geografia Física/II Seminário Ibero Americano de Geografia Física, 2010, Coimbra. *Anais*... Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/francisco>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SILVA, Andresa Lourenço da. *Edifícios de alto padrão e as estratégias de venda dos agentes imobiliários*. Um estudo de caso: Ecoville (Curitiba-PR) e Gleba Palhano (Londrina-PR). 2014. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

SUZUKI, Juliana Harumi. *Artigas e Cascaldi*:– Arquitetura em Londrina. São Paulo: Ateliê, 2003.

_____. *Idealizações de modernidade*: Arquitetura dos Edifícios Verticais em Londrina. 1949-1969. Londrina: Kan, 2011.

_____. Um breve panorama da arquitetura brutalista em Londrina-PR. In: X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL: Arquitetura moderna internacional: conexões brutalistas 1955-75, 2013, Curitiba. *Anais eletrônicos*... Curitiba: Docomomo, 2013. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CON_33.pdf. Acesso em: 5 ago. 2017.

_____. Na fronteira do café: transformações na paisagem de Londrina. In: ROSANELI, Alessandro Filla et al. *Paisagens culturais brasileiras*. Rumo ao Norte do Paraná: fronteiras, fluxos e contatos. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2014. p. 138-153.

TOMAZI, Vicente T. G*eografias íntimas... Do espaço vivido ao espaço vívido... Lago Igapó*. 2004. 133 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

TONASSO, Mariana C. P. O patrimônio ambiental urbano e sua relação com os instrumentos urbanísticos. *Rev. CPC*, São Paulo, n. 23, p. 12-39, jan./jul. 2017.

TÖWS, Ricardo Luiz. [Sem título]. 2015. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.ricardotows.net.br/2015/04/visita-ao-lago-igapo-4.html>. Acesso em: 16 fev. 2017.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris, 1972. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2018.

VECTRA CONSTRUTORA. *Localização*. [201-]. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.vectraconstrutora.com.br/empreendimento-aberto/1/cambridge-village>. Acesso em: 20 fev. 2018.

VIEIRA NETO, João Paulo. *Conjunto de Serrotes de Quixadá*: monumentalidade e apropriação social do Patrimônio Natural. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

YAMAKI, Humberto. *Iconografia londrinense*. Mapas iniciais 1930-1950. Londrina: Humanidades, 2003.

_____. *Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina*. Documento para discussão. Londrina, 2003. Disponível em <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_cultura/patrimonio_historico/pdcp.pdf> Acesso em 14 dez. 2016.

_____. *Labirinto da memória*: paisagens de Londrina. Londrina: Humanidades, 2006.

ZAP IMÓVEIS. *56% da população paulistana investiria na revitalização de parques e áreas verdes da cidade de São Paulo, aponta DataZAP*. São Paulo, 18 out. 2017. Disponível em: < http://sala-de-imprensa.zapimoveis.com.br/?p=14522>. Acesso em: 9 dez. 2017.

_____. *ZAP entra na era do Big Data e estrutura área de inteligência para o mercado imobiliário*. São Paulo, set. 2015. Disponível em: <http://sala-de-impensa.zapimoveis.com.br/?p=1292>. Acesso em: 9 dez. 2017.

PERIÓDICOS

ALCOVER, Fábio. [Sem título] *Folha de Londrina*, 2 maio 2017. 1 fotografia, color.

BAGGIO, Katia. Acúmulo de metal no Igapó é preocupante. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 3-A, 13 fev. 2000.

BARÃO, Vera. AMA descobre 54 pontos de poluição no Igapó. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 8-A, 26 nov. 1997.

BARBERATO, Cláudia. Moradores querem recuperar Igapó 2. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 6, 10 dez. 2001.

BARBOSA, Maranúbia. Poluição foi a pior em 25 anos. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 4, 21 nov. 2000.

_____. Poluição da água deforma peixes em Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 3, 1º abr. 2001.

BARONI, Célia. Crianças protestam conta a poluição. *Folha de Londrina*, Londrina, 8 out. 1998. Londrina, p. 2

BARROSO, Ligia. Gleba Palhano, a história. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 dez. 2000. Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/imobiliaria-e-cia/gleba-palhano-a-historia-314795.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BIANCHI, Benê. Igapó 2 ganha projeto de revitalização. *Folha de Londrina*, 30 nov. 1993.

_____. Igapó muda perfil imobiliário da zona sul. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 13, 26 mai. 2002.

BUENO, André. Incêndio consome edifício do Cine Teatro Ouro Verde. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 fev. 2012. Disponível em <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--575-20120212>. Acesso em: 11 dez. 2016.

CATUAÍ faz balanço de 2 anos. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 13, 22 dez. 1992.

COMELI, Loriane. Imóveis em Londrina tiveram supervalorização em 16 anos. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 ago. 2017. Disponível em: http://www.folhadelondrina.com.br/politica/imoveis-de-londrina-tiveram-supervalorizacao-em-16-anos-985242.html. Acesso em: 4 jan. 2017.

DEODORO, Juliana; RODRIGUES, Arthur. SP tem só 2,6 m² de verde por pessoa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 2012. Disponível em http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,sp-tem-so-2-6-m-de-verde-por-pessoa,872978. Acesso em: 1 fev. 2018.

DEPOIS de 26 anos, donos de terra inundada pelo Igapó são indenizados. *Folha de Londrina,* Londrina, p. 6, 23 jun. 1985.

ELORZA, Telma. Gleba Palhano é o novo foco do setor comercial. *Jornal de Londrina*, Londrina, 21 mar. 2010.

EMPRESA conclui obra no Igapó. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 1, 3 jan. 2003.

EPISÓDIO do lago desgastou o governo, admite Nedson. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 jan. 2002. Disponível em<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/episodio-do-lago-desgastou-o-governo-admite-nedson-378171.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FANTIN, Rafael. Na elite do rúgbi. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 set. 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/esporte/na-elite-do-rugbi-988670.html>. Acesso em: 22 fev. 2018.

FELIZ, Edilaine. Mercado imobiliário valoriza áreas arborizadas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 abril 2015. Disponível em: <http://www.acigabc.com.br/noticias.asp?id=T23AK58WU0#>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FRAZÃO, Marcelo. 50 anos depois e Igapó ainda carece de estudo. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 8, 30 ago. 2009.

_____. Soluções para o Igapó que não passam apenas pela Prefeitura. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 4, 21 jul. 2014.

_____. Projeto libera obras no Igapó. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 10, ago. 2014.

GALEMBECK, Glória. Da nascente aos lagos, Igapó sofre todo tipo de degradação. *Jornal de Londrina*, Londrina, 7 maio 2004. Meio Ambiente, p. 3-A.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. SP tem 62 Ibirapueras de terrenos baldios. *Folha de São Paulo*, 25 nov. 2007. Cotidiano. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2511200701.htm>. Acesso em 9 dez. 2017.

GOUVEA, Marcos Cesar. Força-tarefa vai limpar córrego no aterro do Igapó. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 7, 5 ago. 2015.

IGAPÓ: Pitoresco e bucólico na paisagem urbana. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 8, 10 dez. 1959.

JORNAL DA GLEBA. Londrina, ano 9, edição 98, janeiro de 2018. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/002582086a41d3093ab7d>. Acesso em: 20 fev. 2018.

KOMARCHESQUI, Bruna. Projeto de aeroporto ameaça biodiversidade. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 jun. 2017. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/meio-ambiente/projeto-de-aeroporto-ameaca-biodiversidade-0ggle9sl0zjfhjjiihmrvx1zi>. Acesso em: 30 jul. 2017.

L. H. “Lago foi construído como bem do povo”. *Folha de Londrina*, 26 set. 1998.

MAIS notícias do comissário Palhano. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 8-A, 22 jan. 2001.

MENDES, Edna. O lago igapó que poucos conhecem. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 17, 24 dez. 2000.

_____. Protesto cobra Sanepar pelo assoreamento do lago. *Folha de Londrina*, Londrina, 31 ago. 2001. Cidades, p. 2.

MENEGHEL, Stella. Igapó começa a receber água novamente. *Jornal de Londrina*, Londrina, 4 set. 2002. Cidades, p. 3-A.

MONTAGNINI, Rafael. O brejo que virou aterro. *Jornal da Gleba*, Londrina, p. 4, jan. 2018.

MOURA, Lúcio Flávio; GUERRA, Célia. Sem água, Igapó expõe assoreamento. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 maio 2001. Cidades, p. 10.

OGAWA, Vítor. Moradores cobram melhorias e preservação de espaços públicos em Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 jan. 2018. Cidades. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/cidades/moradores-cobram-melhorias-e-preservacao-de-espacos-publicos-em-londrina-997803.html>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. Tragédia: a pior enchente da história de Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 out. 2011. Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/cidades/tragedia-a-pior-enchente-da-historia-de-londrina-773799.html>. Acesso em: 9 jan. 2018.

OSTI, Cláudio. Adesivos reforçam campanha pelo aterro. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 2, 9 out. 1998.

PACCOLA, Carina. Igapó vira o ano com muita lama. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 dez. 2001. Cidade, p. 4.

PARRA, Rodrigo. Novo secretário reformula projeto do Igapó. *Jornal de Londrina*, Londrina, 28 nov. 2001. Cidade, p. 6-A.

POLUIÇÃO no Igapó atinge piores níveis. *Jornal de Londrina*, Londrina, p. 6, 6 mar. 1996.

PREFEITURA desenvolve projeto para recuperar o Lago Igapó 2. *Folha de Londrina*, Londrina, 16 jul. 1989, p. 4.

RODRIGUES, Betânia. Prefeitura vai baixar água do Igapó. *Folha de Londrina*, Londrina, p. 1, 4 maio 2001.

ROMAN, Marcos. Arte no céu de Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 25 jan. 2017. Folha 2. Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/arte-no-ceu-de-londrina-968567.html>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SARIS, Simone. Aterro do Lago Igapó II divide opiniões. *Jornal de Londrina*, Londrina, 12 abr. 2001. Nosso Bairro, p. 8-A.

_____. Concluída primeira fase de obras no Lago Igapó. *Jornal de Londrina*, Londrina, 12 maio 2001. Nosso Bairro, p. 8-A.

SATO, Nelson. A história pelas lentes de José Juliani. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 set. 2010. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/a-historia-pelas-lentes-de-jose-juliani-725350.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SILVEIRA, Fábio. Pressão da comunidade influencia decisão. *Jornal de Londrina*, Londrina, 18 out. 1998. JL-Cidade, p. 5-A.

TAINE, Lais. Londrina comemora 83 anos com festa no aterro. *Folha de Londrina*, Londrina, 11 dez. 2017. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/geral/londrina-comemora-83-anos-com-festa-no-aterro-995462.html>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____. No meio da cidade tem um lago. *Folha de Londrina*, Londrina, 9-10 dez. 2017. Especial Transmídia, p. 8.

VECTRA inaugura central de decorados. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 maio 2010. Imobiliária. Disponível em <http://www.folhadelondrina.com.br/imobiliaria-e-cia/vectra-inaugura-central-de-decorados-715451.html>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DEPOIMENTOS

Carlos José Marques da Costa Branco. Depoimento concedido à autora em 18 abr. 2017.

Celina Ota. Depoimento concedido à autora em 23 fev. 2018.

César Sumiya. Depoimento concedido à autora em 31 jul. 2017.

Eduardo Ilnicki. Depoimento concedido à autora em 8 fev. 2017.

Eduardo Soncin. Depoimento concedido à autora em 12 jun. 2017.

Efraim Rodrigues. Depoimento concedido à autora em 5 jun. 2017.

Elza Correia. Depoimento concedido à autora em 28 jul. 017.

Érica Pettinati. Depoimento concedido à autora em 6 jan. 2018.

Fernanda Marconi. Depoimento concedido à autora em 4 ago. 2017.

Ivone Yurika Mizubuti. Depoimento concedido à autora em 27 jul. 2017.

João Batista Moreira (João das Águas). Depoimento concedido à autora em 28 jan. 2018.

Jorge Torquato. Depoimento concedido à autora em 16 jun. 2018.

José Virgílio Oliveira. Depoimento concedido à autora em 4 ago. 2017.

Larissa Galindo. Depoimento concedido à autora em 11 jul. 2017.

Maick Fabian Ponchieli Ribeiro. Depoimento concedido à autora em 12 jun. 2017.

Rafael Montagnini. Depoimento concedido à autora em 4 dez. 2017.

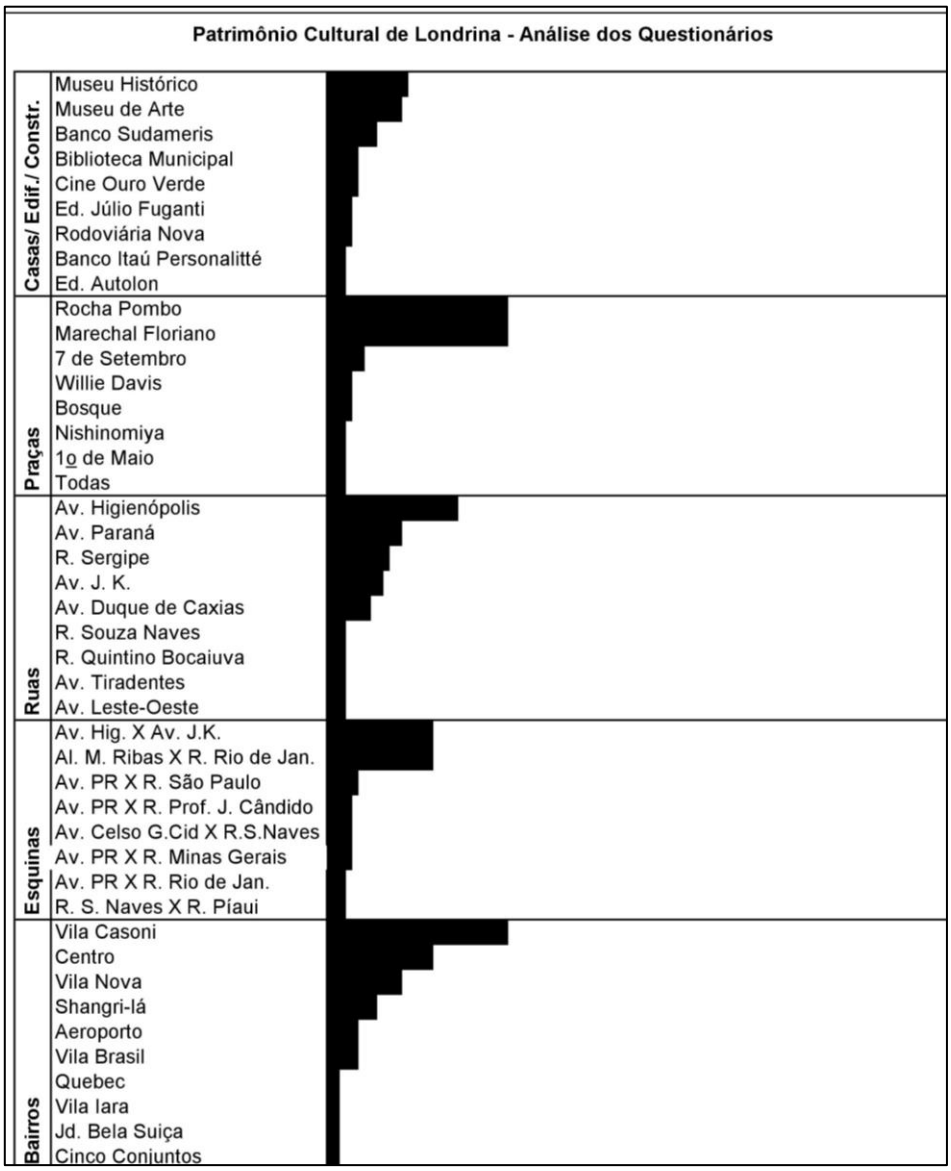
Rudolpho Horner. Depoimento concedido à autora em 11 jul. 2017.

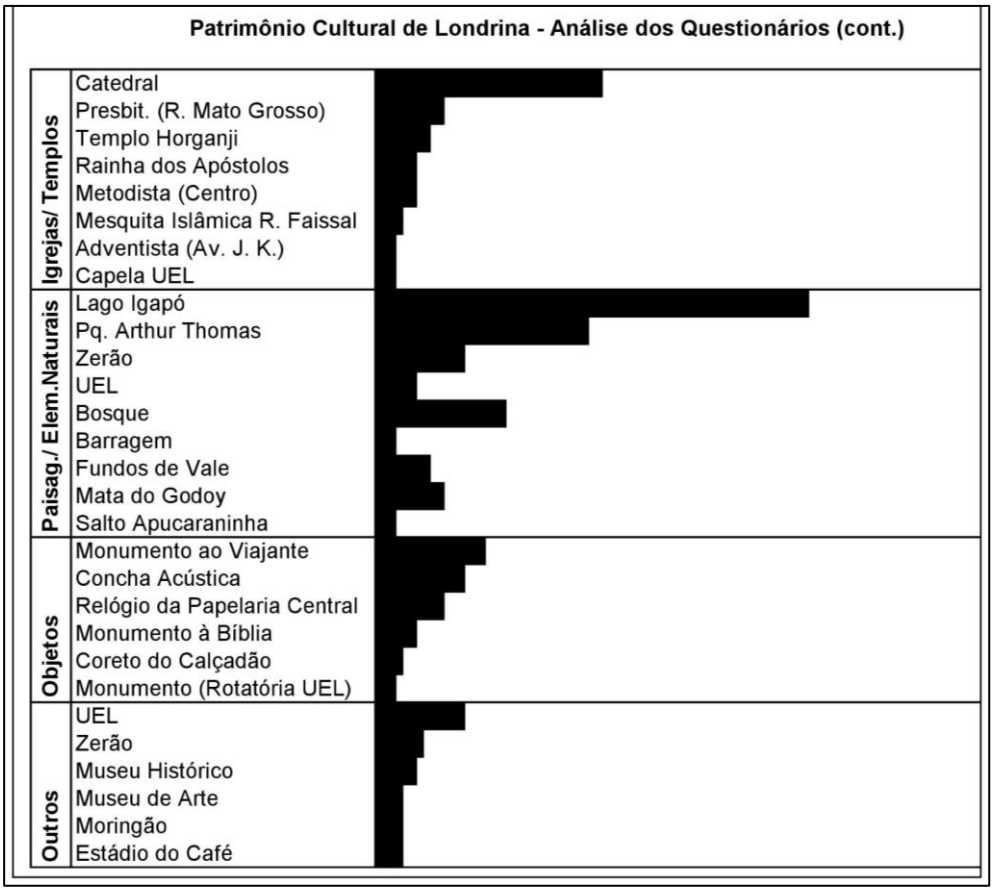
Simone de Oliveira Fernandes Vecchiatti. Depoimento concedido à autora em 8 fev. 2017.

Vitor Shiroma. Depoimento concedido à autora em 27 jul. 2017.

ANEXOS

ANEXO A – Resultado de questionário realizado com a população londrinense e que integra o Documento para discussão do Plano Diretor de Londrina (YAMAKI, 2006).




Patrimônio Cultural de Londrina - Análise dos Questionários (cont.)
Igrejas/ Templos
Catedral
Presbit. (R. Mato Grosso)
Templo Horganji
Rainha dos Apóstolos
Metodista (Centro)
Mesquita Islâmica R. Faissal
Adventista (Av. J. K.)
Capela UEL
Paisag./ Elem.Naturais
Lago Igapó
Pq. Arthur Thomas
Zerão
UEL
Bosque
Barragem
Fundos de Vale
Mata do Godoy
Salto Apucaraninha
Objetos
Monumento ao Viajante
Concha Acústica
Relógio da Papelaria Central
Monumento à Bíblia
Coreto do Calçadão
Monumento (Rotatória UEL)
Outros
UEL
Zerão
Museu Histórico
Museu de Arte
Moringão
Estádio do Café

ANEXO B – Resultado do questionário realizado pela autora no Igapó II com frequentadores do aterro e do lago.

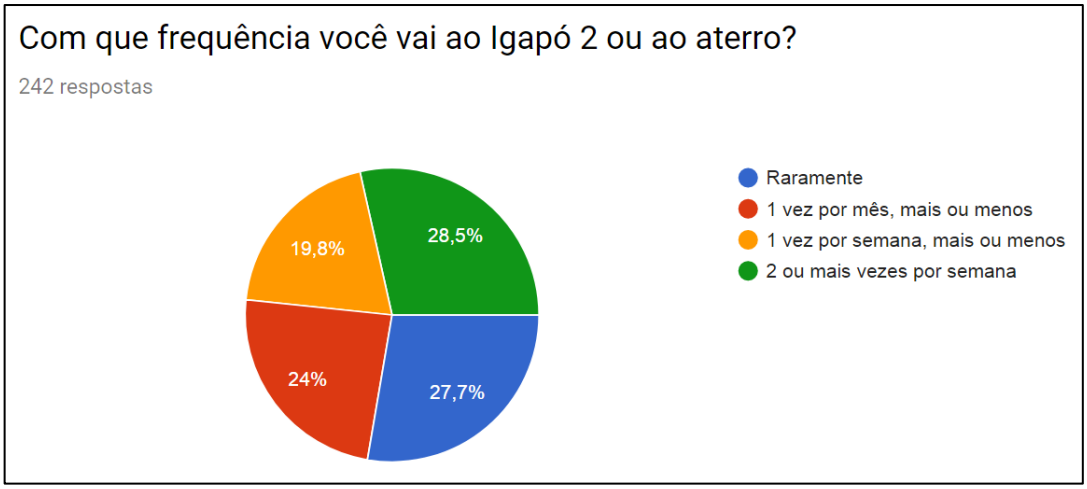
O questionário foi realizado durante o mês de julho de 2017, aos sábados, domingos e um dia da semana, durante 3 semanas.

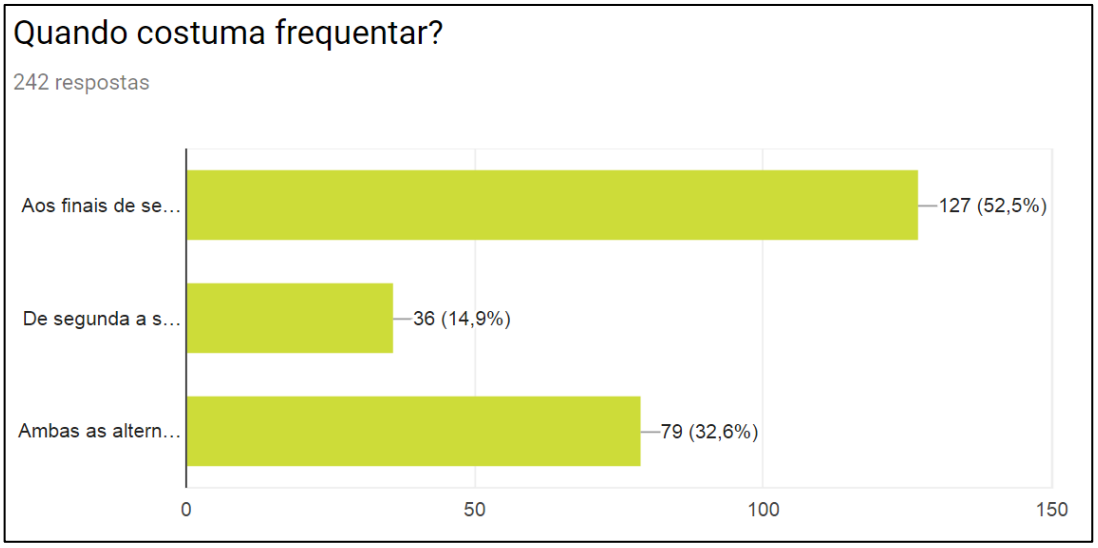
LOCAL	ORIGEM	FREQUÊNCIA	ATIVIDADES	MOTIVO
aterro	Cambé - PR	1a vez	recreação c/ crianças	tranquilidade, segurança
aterro	Cambé - PR	fim de semana	yoga / eventos culturais	natureza, encontrar amigos
aterro	Caxias do Sul - RS	1a vez	passeio	acompanhar amigos
aterro	Caxias do Sul - RS	1a vez	passeio	acompanhar amigos
aterro	centro	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	centro	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	centro	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	centro	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	centro	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	centro	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
lago	centro	sempre	bike e corrida	natureza, paisagem, segurança
aterro	centro	sempre	esporte	tranquilidade, natureza
aterro	centro	sempre	recreação c/ cão e criança	segurança, espaçoso
aterro	centro	sempre	recreação c/ cão e criança	segurança, espaçoso
aterro	centro	de vez em qdo	beber	encontrar amigos, natureza
aterro	centro	sempre	passeio	encontrar amigos, natureza
aterro	centro	1a vez	turismo	movimento, paisagem
aterro	centro	1a vez	recreação c/ crianças	tranquilidade, segurança
aterro	centro	sempre	esporte e lazer	natureza, encontrar amigos
aterro	centro	fim de semana	piquenique e volei	estrutura, encontrar amigos
aterro	centro	sempre	caminhada	estrutura, encontrar amigos, segurança
aterro	centro	sempre	lazer	natureza, encontrar amigos
aterro	centro	sempre	caminhada	estrutura, encontrar amigos, segurança
aterro	Curitiba - PR	1a vez	passeio	
aterro	Gleba Palhano	fim de semana	passear com cão	espaçoso, natureza
aterro	Gleba Palhano	sempre	caminhada c/ bebê	espaçoso, natureza
lago	Gleba Palhano	sempre	caminhada c/ bebê	espaçoso, natureza
lago	Gleba Palhano	sempre	caminhada com cão	natureza, encontrar amigos
lago	Gleba Palhano	de vez em qdo	caminhada	natureza, tranquilidade
aterro	Gleba Palhano	de vez em qdo	caminhada e bike	perto de casa
aterro	Porecatu - PR	de vez em qdo	passeio	encontrar amigos, natureza
lago	Porto Alegre - RS	1a vez	passeio	natureza, paisagem
lago	Porto Alegre - RS	1a vez	passeio	natureza, paisagem
aterro	Santa Cruz - RS	1a vez	turismo	paisagem, acompanhar amigos

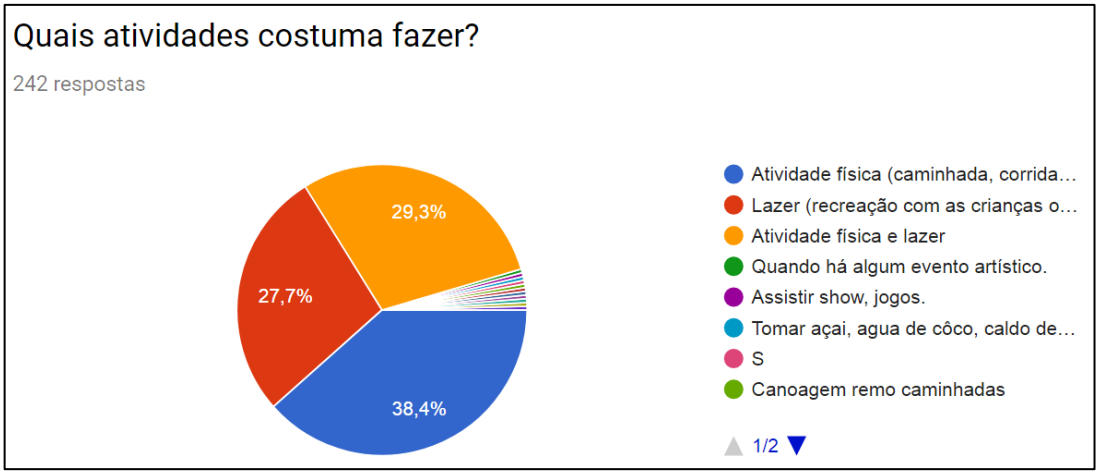
aterro	Santa Cruz - RS	1a vez	turismo	paisagem, acompanhar amigos
aterro	Santa Fé - PR	fim de semana	piquenique e volei	estrutura, encontrar amigos
aterro	São Paulo - SP	sempre que vem a Londrina	caminhada	
lago	São Paulo - SP	sempre que visita Londrina	caminhada	tranquilidade, natureza
lago	São Paulo - SP	sempre que visita Londrina	caminhada	tranquilidade, natureza
lago	São Paulo - SP	sempre que visita Londrina	caminhada	tranquilidade, natureza, paisagem
aterro	São Paulo - SP	1a vez	turismo	movimento, paisagem
aterro	São Paulo - SP	1a vez	turismo	movimento, paisagem
aterro	Zona Leste	sempre	bike	espaçoso
aterro	Zona Leste	1a vez	passeio	estrutura
aterro	Zona Leste	fim de semana	esporte	estrutura, natureza
aterro	Zona Norte	1a vez	recreação c/ crianças	tranquilidade, segurança
aterro	Zona Norte	fim de semana	passear	movimento, pasagem, encontrar amigos
aterro	Zona Norte	fim de semana	passear	espaçoso, natureza
aterro	Zona Norte	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, ar livre, natureza
aterro	Zona Norte	fim de semana	recreação	estrutura, tranquilidade, segurança
aterro	Zona Norte	fim de semana	recreação	estrutura, tranquilidade, segurança
aterro	Zona Norte	fim de semana	recreação	estrutura, tranquilidade, segurança
aterro	Zona Norte	1a vez	passeio	estrutura
aterro	Zona Norte	1a vez	passeio	estrutura
aterro	Zona Norte	fim de semana	passeio	encontrar amigos
aterro	Zona Norte	fim de semana	recreação	natureza
aterro	Zona Norte	de vez em qdo	recreação	natureza
aterro	Zona Norte	fim de semana	piquenique e volei	estrutura, encontrar amigos
aterro	Zona Norte	fim de semana	piquenique e volei	estrutura, encontrar amigos
aterro	Zona Norte	1a vez	futebol	estrutura, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	fim de semana	piquenique c/ crianças	lugar bonito, natureza
aterro	Zona Oeste	fim de semana	passear com cão	espaçoso, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	fim de semana	passear com cão	movimento, limpeza, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	fim de semana	recreação c/ crianças	espaçoso, natureza, encontrar amigos
aterro	Zona Oeste	de vez em qdo	recreação	natureza
aterro	Zona Sul	1a vez	passeio	estrutura
aterro	Zona Sul	sempre	esporte e lazer	natureza
aterro	Zona Sul	1a vez	futebol	estrutura, encontrar amigos

ANEXO C – Resultado do questionário realizado pela autora no Google Forms.

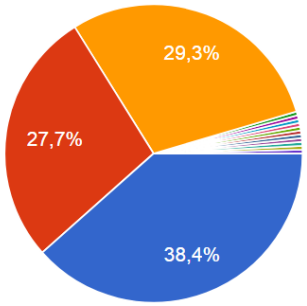
Como os gráficos não podem ser transferidos diretamente para o World, foi dado *print screen* nas imagens, que foram coladas diretamente aqui.







242 respostas

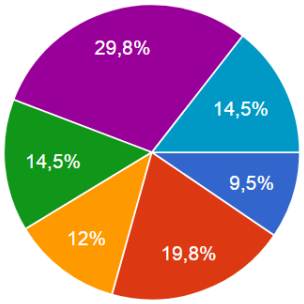


- vou pescar.
- Andar com cachorro e pegar um açaí
- Caminho para estudo e trabalho, alem das outras anteriores.
- Tomar açai (costumo correr no lago nas férias, assim como muitas pess…
- Comer açai e sentar
- Moro bem próximo ao local! Algumas vezes caminhar, outras só passo a…

▲ 2/2 ▼

Qual a região da cidade em que você mora?

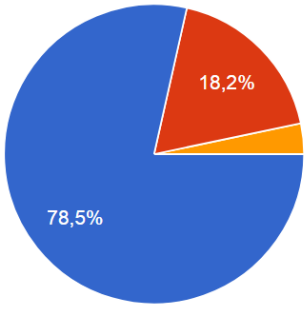
242 respostas



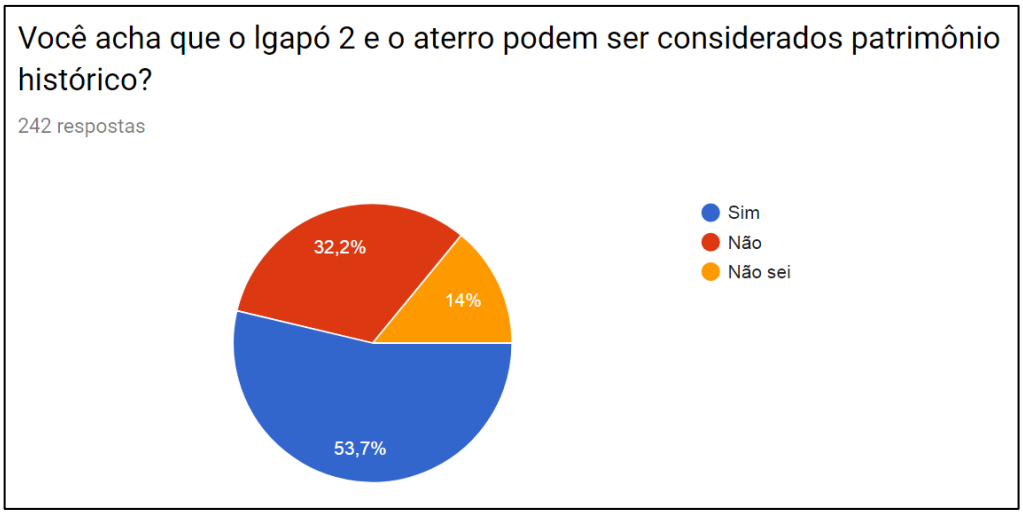
- Zona Norte (Coliseu, Alpes, Pacaembu, Ouro Verde, Vivi Xavier,…
- Zona Sul (Guanabara, Bela Suíça,Tucanos, Inglaterra, Piza, Viv…
- Zona Leste (Ideal, Lindoia, Fraternidade, Interlagos, Brasília, A…
- Zona Oeste (Leonor, Bandeirantes, Champagnat, Presidente, Jamaica,…
- Centro (centro histórico, Quebec, Hi…
- Gleba Palhano

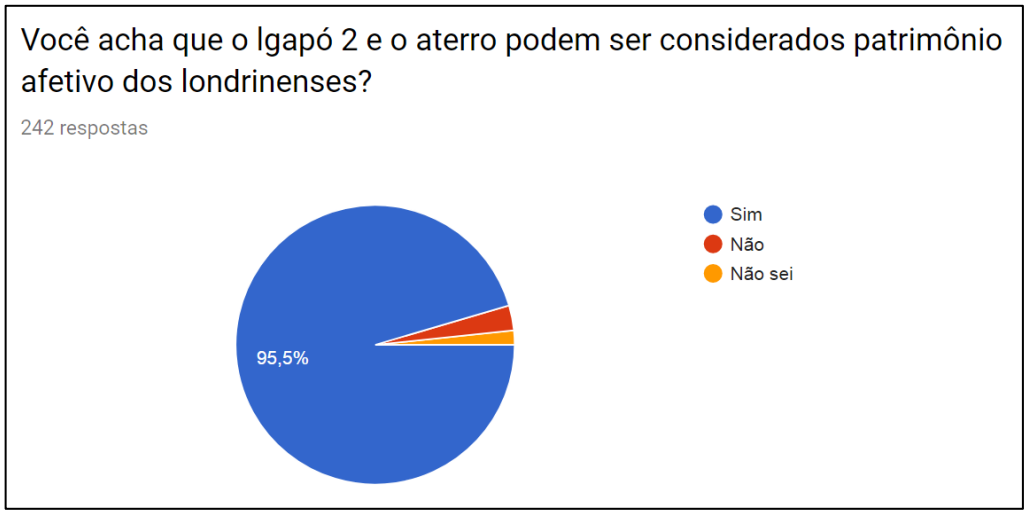
Você acha que o Igapó 2 e o aterro podem ser considerados patrimônio natural da cidade?

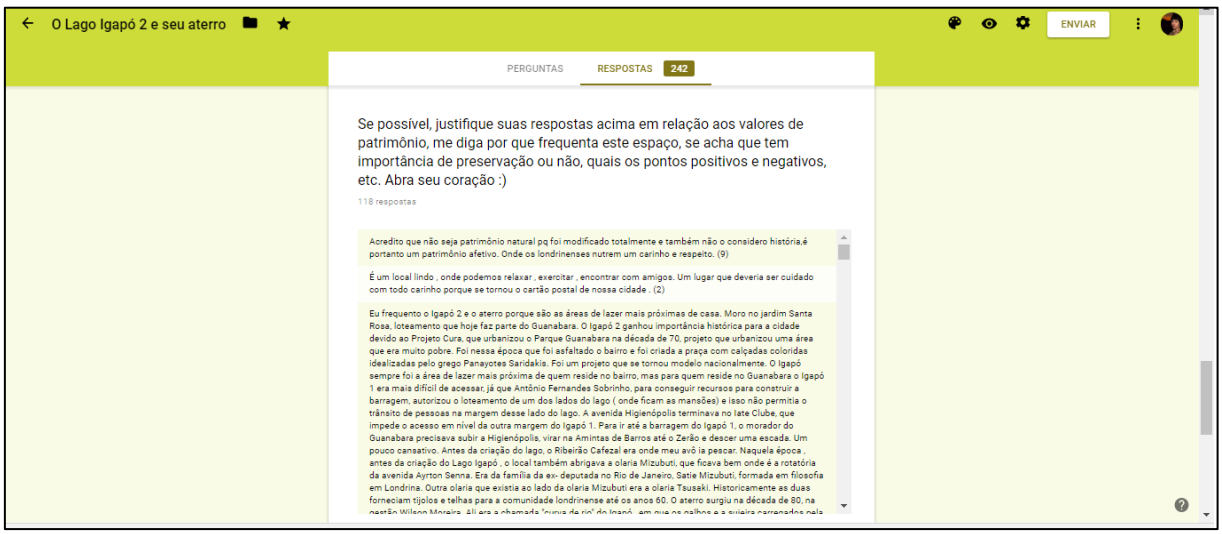
242 respostas



- Sim
- Não
- Não sei


Você acha que o Igapó 2 e o aterro podem ser considerados patrimônio histórico?
242 respostas
32,2%
14%
53,7%
Sim
Não
Não sei


Você acha que o Igapó 2 e o aterro podem ser considerados patrimônio afetivo dos londrinenses?
242 respostas
95,5%
Sim
Não
Não sei


O Lago Igapó 2 e seu aterro
ENVIAR
PERGUNTAS
RESPOSTAS 242
Se possível, justifique suas respostas acima em relação aos valores de patrimônio, me diga por que frequenta este espaço, se acha que tem importância de preservação ou não, quais os pontos positivos e negativos, etc. Abra seu coração :)
118 respostas
Acredito que não seja patrimônio natural pq foi modificado totalmente e também não o considero história,é portanto um patrimônio afetivo. Onde os londrinenses nutrem um carinho e respeito. (9)
É um local lindo , onde podemos relaxar , exercitar , encontrar com amigos. Um lugar que deveria ser cuidado com todo carinho porque se tornou o cartão postal de nossa cidade . (2)
Eu frequento o Igapó 2 e o aterro porque são as áreas de lazer mais próximas de casa. Moro no jardim Santa Rosa, loteamento que hoje faz parte do Guanabara. O Igapó 2 ganhou importância histórica para a cidade devido ao Projeto Cura, que urbanizou o Parque Guanabara na década de 70, projeto que urbanizou uma área que era muito pobre. Foi nessa época que foi asfaltado o bairro e foi criada a praça com calçadas coloridas idealizadas pelo grego Panayotes Saridakis. Foi um projeto que se tornou modelo nacionalmente. O Igapó sempre foi a área de lazer mais próxima de quem reside no bairro, mas para quem reside no Guanabara o Igapó 1 era mais difícil de acessar, já que Antônio Fernandes Sobrinho, para conseguir recursos para construir a barragem, autorizou o loteamento de um dos lados do lago (onde ficam as mansões) e isso não permitia o trânsito de pessoas na margem desse lado do lago. A avenida Higienópolis terminava no Iate Clube, que impede o acesso em nível da outra margem do Igapó 1. Para ir até a barragem do Igapó 1, o morador do Guanabara precisava subir a Higienópolis, virar na Amintas de Barros até o Zerão e descer uma escada. Um pouco cansativo. Antes da criação do lago, o Ribeirão Cafezal era onde meu avô ia pescar. Naquela época , antes da criação do Lago Igapó , o local também abrigava a olaria Mizubuti, que ficava bem onde é a rotatória da avenida Ayrton Senna. Era da família da ex- deputada no Rio de Janeiro, Satie Mizubuti, formada em filosofia em Londrina. Outra olaria que existia ao lado da olaria Mizubuti era a olaria Tsusaki. Historicamente as duas forneciam tijolos e telhas para a comunidade londrinense até os anos 60. O aterro surgiu na década de 80, na gestão Wilson Moreira. Ali era a chamada "curva do rio" do Igapó , em que os palhos e a suieira carregados pela

ANEXO D – Lista dos bens naturais tombados no Estado do Paraná.

Fonte: Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Organização: Camila Silva de Oliveira, 2018.

	BENS DO TOMBO I – ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO		sobre a inscrição	
	município	nome do bem	ano	atributos
1	Curitiba	Praça Doutor João Cândido	1966	valor histórico e arquitetônico
2	Ponta Grossa	Parque de Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada	1966	valor arqueológico
3	Matinhos	Paisagem da Orla Marítima de Matinhos	1970	feição notável e valor ecológico
4	Curitiba	Árvore - Nome Vulgar: Angico Branco	1974	feição notável
5	Curitiba	Árvore - Nome Vulgar: Corticeira	1974	feição notável
6	Curitiba	Árvore - Nome Vulgar: Paineira	1974	feição notável
7	Curitiba	Árvore - Nome Vulgar: Tipuana	1974	feição notável
8	Curitiba	Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro	1974	valor histórico
9	Londrina	Praça Rocha Pombo	1974	assegura a vista da antiga rodoviária
10	Paranaguá	Ilha do Mel	1975	valor arqueológico e ecológico
11	Curitiba	Quatro Árvores - Nome Vulgar: Tipuana	1977	feição notável
12	Pontal do Paraná	Sambaqui A e B do Guaraguaçu	1982	valor arqueológico
13	Curitiba	Capão da Imbuia	1983	valor científico e ecológico
14	Guaraqueçaba	Ilha de Superagui	1985	valor histórico
15	Antonina, Campina Grande do Sul, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul	Serra do Mar	1986	paisagem notável e valor ecológico
16	Curitiba	Praça Eufrásio Correa (Praça da Estação Ferroviária)	1986	valor histórico
17	Rio Branco do Sul	Gruta da Lancinha	1988	valor arqueológico
18	Curitiba	Árvore - Nome Vulgar: Ceboleira	1990	não indica
19	Curitiba	Parque Estadual Papa João Paulo II	1990	valor histórico e ambiental
20	São Mateus do Sul	Árvore - Nome Vulgar: Carvalho	1990	valor etnográfico
21	Curitiba	Passeio Público	1999	valor histórico e ambiental
22	Palmeira	Sítio Geológico Estrias Glaciais de Witmarsun	2003	valor arqueológico
23	Terra Roxa	Cidade Real do Guaira	2007	valor arqueológico
24	Coronel Vivida	Sítio Geológico Cratera de Impacto de Vista Alegre	2008	valor arqueológico
25	Balsa Nova	Sítio Geológico - Iconofósseis Devonianos de São Luiz do Purunã	2012	valor arqueológico
26	Santo Inácio	Sítio Geológico da Redução Jesuítica de Sto. Inácio Mini	2014	valor arqueológico